

ESCOLA DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS

LÍVIA DO AMARAL E SILVA LINCK

“ENQUANTO EU NÃO MATASSE TODOS EU NÃO IA DAR SOSSEGO”:
AS MULHERES COMO OPERÁRIAS DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-
MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

LÍVIA DO AMARAL E SILVA LINCK

**“ENQUANTO EU NÃO MATASSE TODOS EU NÃO IA DAR SOSSEGO”:
AS MULHERES COMO OPERÁRIAS DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Ciências Criminais da
Escola de Direito da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Linha: Violência, Crimes e Segurança
Pública.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Moreira da Silva Filho

Porto Alegre

2021

Ficha Catalográfica

L736e Linck, Livia do Amaral e Silva

"Enquanto eu não matasse todos eu não ia dar sossego" : As mulheres como operárias da violência no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) / Livia do Amaral e Silva Linck. – 2021.

204 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Moreira Da Silva Filho.

1. Operárias da Violência. 2. Ditadura Civil-Militar. 3. Neuzo. 4. Tortura. 5. Papéis de Gênero. I. Da Silva Filho, José Carlos Moreira. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

LÍVIA DO AMARAL E SILVA LINCK

**“ENQUANTO EU NÃO MATASSE TODOS EU NÃO IA DAR SOSSEGO”:
AS MULHERES COMO OPERÁRIAS DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Ciências Criminais da
Escola de Direito da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Linha: Violência, Crimes e Segurança
Pública.

Dissertação _____ pelos membros da banca examinadora, obtendo
nota_____.

Examinado em 19 de março de 2021.

Banca Examinadora

Dr. José Carlos Moreira da Silva Filho
Doutor em Direito e Orientador

Dra. Carmen Hein de Campos
Doutora em Ciências Criminais e Examinadora

Dra. Clarice Beatriz da Costa Sohngen
Doutora em Letras e Examinadora

*Para a minha tia Leila, por acreditar na
magia da educação através da leitura e do
ensino. Sinto saudades.*

AGRADECIMENTOS

Acompanhada pelo sentimento de gratidão, teço as próximas palavras no desejo de que jamais sejam legados ao esquecimento a generosidade, o amor e os verdadeiros afetos dos que, pela energia do encontro, cruzaram meu caminho e alargaram meu conhecimento durante toda a minha vida, mas, principalmente, durante esses dois anos de mestrado e de escrita da minha dissertação.

Gratidão,

À minha mãe, Simone, por ser um exemplo de mulher perseverante, amiga e sensível. Obrigada por acreditar em mim, sempre me enaltecer como mulher, como filha e como estudante. Nenhuma palavra é suficiente para dimensionar o tamanho do amor e da admiração que eu sinto por ti.

Ao meu pai, Leonardo, por ser referência de desconstrução. Obrigada por me ensinar desde pequena que mulheres podem ser o que elas quiserem e me dar forças para alcançar meus voos sozinha. Nosso amor é de outras vidas, te agradeço por ser o melhor pai que eu poderia ter.

Aos meus avós, Ademar, Irmgard, Loni e Renato, por serem os verdadeiros amores da minha vida. Se eu pudesse definir a palavra amor, a definição seria baseada em vocês. Toda minha força e perseverança sempre foram por vocês e para vocês.

Aos meus tios Herivelto e Raquel e à minha dinda Clarissa, por serem presentes. Meu reconhecimento pelo amor e pela ajuda que vocês me proporcionaram e seguem me proporcionando é eterno.

À minha tia Débora, por ser carinhosa e amorosa. Obrigada por me acolher como filha sempre que necessário.

À Mariana, ao Fabrício e ao Gabriel, pela amizade e acolhimento sempre necessários nesse período de escrita e de leitura. Mana e Fabrício, vocês são eternamente especiais para mim, obrigada por me presentear com o Gabriel como afilhado e filho de coração.

À Carola, por ser inspiração e potência feminina em uma sociedade machista e patriarcal. Espero um dia me tornar uma grande mulher como tu.

À minha irmã, Larissa, por abdicar de tantas horas dos seus estudos para me ouvir, ler minha pesquisa, me auxiliar e não medir esforços para fazer com que essa dissertação fosse possível. Obrigada por sempre acreditar em mim e me impulsionar.

Como sempre falamos, nos bastamos. Te admiro muito mais do que tu podes imaginar.

À Jussana, por, desde o início da minha vontade de ingressar no mestrado, embarcar em aventuras incontáveis para me ver feliz, desde a seleção até a escrita da dissertação. Nós somos muito mais fortes do que imaginamos. Obrigada por nunca desistir de mim.

Às sempre amigas Sarah e Luiza, por, depois de cinco anos de graduação, seguirem ao meu lado. Vocês são luz e positividade em tempos de escuridão e de inimizade, e eu amo nossa história juntas. Agradeço por vocês serem minha força.

À Bruna Comassetto, por retornar à minha vida e por sedimentar nossa amizade no ano mais difícil e cheio de percalços que já passamos juntas. A tua presença foi essencial para essa dissertação ser possível. Obrigada por não medir esforços para me fazer rir e seguir em frente.

À Bruna Coitinho, por todo amor tão genuíno e tão rápido que nutrimos uma pela outra. Gratidão pelos tantos cafés no Funny Feelings, que tornaram todo processo muito mais fácil. Obrigada por se fazer presente sempre.

À Mônia, por mudar minha visão em relação ao meu corpo e à minha mente. Tu foste essencial durante meu ano de escrita da dissertação e fizeste toda essa etapa ser muito mais leve.

Ao meu orientador do mestrado, Zeca, por toda a sensibilidade e atenção aos meus sentimentos e às minhas visões. Obrigada por me proporcionar tantas descobertas e questionamentos durante esse trabalho. Tu és gigante, e eu tenho muito orgulho de ser tua orientanda.

À minha eterna orientadora da graduação, Thais, por ser a maior referência de mulher, de ser humano e de profissionalismo que eu já tive. Me espelho em ti e espero um dia poder ser brilhante, inteligente e humana como tu és.

À professora Renata, por se fazer presente, por toda gentileza e carinho com as alunas que ela acolhe e escolhe para caminharem ao lado dela. Tua pureza e teu brilhantismo me inspiram. Conta comigo sempre.

À minha segunda mãe, Karen, por ser afago e carinho em todas as vezes que eu precisei durante essa jornada de escrita. Obrigada pelos abraços, cafés, cobertores e almoços em que tu te esmeraste e proporcionaste para mim. Sou eternamente grata pela tua presença na minha vida.

À minha psicóloga, Alethea, por ser, além de profissional, mãe e amiga. Obrigada por nunca desistir dos meus sonhos e sempre me mostrar que eu sou capaz.

Ao meu companheiro de mestrado, Juan, por ser força e paz todas as vezes em que eu precisei de companhia e de atenção nessa caminhada. Tenho muito orgulho de ti, da tua pesquisa, da pessoa que tu te tornas a cada dia e da nossa amizade. Sei que sempre vou ter morada no teu abraço.

Ao Fernando, por toda sensibilidade e carinho nesses dois anos de mestrado. Obrigada por me apoiar, me trazer confiança e aconchego sempre que eu recorri a ti. Sei que tu vais longe, e eu vou estar sempre aqui aplaudindo tuas vitórias.

Às mestrandas e amigas, Jéssica e Alana, obrigada por serem sorrisos e calma durante os dois anos de caminhada no mundo da pesquisa. Gratidão pelas risadas, trocas e confissões nessa jornada que dividimos juntas.

À Anna, por ser referência de pesquisadora. Espero que a nossa amizade siga aflorando. Obrigada por me enaltecer, por ser amiga e por dividir comigo todos os teus conhecimentos de forma tão generosa.

À família Comassetto, por tantas risadas e felicidades compartilhadas. Se o ano de produção da dissertação foi mais leve, definitivamente foi por causa de todos vocês na minha vida.

Às amigas de longos anos, Camila, Luísa, Mariana Niederauer, Mariana Vargas, Milena, Rafaela, Raíssa, Taila e Tais, por seguirem ao meu lado, por acreditarem em mim e por sempre vibrarem pelas minhas conquistas.

Às historiadoras Anita e Maria Eduarda, por toda ajuda e auxílio nessa pesquisa. Vocês são um exemplo de força e gentileza no mundo acadêmico e profissional, obrigada por me estenderem a mão inúmeras vezes.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma participaram desse processo de leitura e de escrita. Essa pesquisa foi uma construção de tantas mentes, de tanto amor e de tanto acolhimento, que eu só tenho a agradecer por todos que estiveram comigo me ensinando e me motivando a seguir em frente e a confiar em mim.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel do gênero feminino no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) e como as mulheres operárias da violência foram vistas e entendidas frente a uma sociedade patriarcal e ditatorial, com ênfase na vivência da Tenente Neuza, policial militar que atuou no DOI-CODI paulista. Outrossim, entende-se que as condições necessárias para que uma mulher operária da violência frente ao contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira cumprisse o seu papel como agente pública, já que esse papel era essencialmente masculino, encontram-se na sua adesão à Doutrina de Segurança Nacional e a todos os mecanismos de violência legitimados por essa doutrina e pelo governo repressivo da época, baseados na ideia de aniquilação do “inimigo interno”. A pesquisa buscou aclarar a presença do gênero feminino na conjuntura ditatorial brasileira, principalmente das operárias da violência, fossem elas perpetradoras, facilitadoras e/ou espectadoras da violência. No que se refere à metodologia adotada, optou-se pelo método hipotético-dedutivo como método de abordagem da presente dissertação. No mais, a pesquisa realizada é aplicada com caráter exploratório, utilizando-se de revisão bibliográfica e documental, baseada na Ditadura Civil-Militar brasileira, nos papéis de gênero e nas mulheres operárias da violência que atuaram como agentes públicas no contexto repressivo. O presente trabalho vincula-se à Linha de Pesquisa de Violência, Crimes e Segurança Pública do Mestrado em Ciências Criminais da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Palavras-chave: Operárias da Violência. Ditadura Civil-Militar. Neuza. Tortura. Papéis de Gênero.

ABSTRACT

This paper has as its main focus to analyze the role of the female gender in the context of the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985), and how women as workers of violence were seen and understood in the face of a patriarchal and dictatorial society, with an emphasis on the experience of lieutenant Neuza, military police who worked at the São Paulo DOI-CODI. Furthermore, it is understood that the necessary conditions for a woman worker of violence in the context of the Brazilian Civil-Military Dictatorship to fulfill her role as a public agent, since this role was essentially male, is found in her adherence to the Doctrine of Security National, and all the mechanisms of violence legitimized by this doctrine and by the repressive government of the time, based on the idea of annihilation of the “internal enemy”. The research sought to clarify the presence of the feminine gender in the Brazilian dictatorial conjuncture, mainly of the workers of the violence, be they perpetrators, facilitators and/or spectators of the violence. With regard to the methodology adopted, the hypothetical-deductive method was chosen as the method of approaching this dissertation. Furthermore, the research carried out is applied on an exploratory basis, using a bibliographic and documentary review, based on the Brazilian Civil-Military Dictatorship, on gender roles and women workers of violence who acted as public agents in the repressive context. The present work is linked to the Research Line on Violence, Crimes and Public Security of the Master in Criminal Sciences at the School of Law of the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul - PUCRS.

Keywords: Workers of Violence. Civil-Military Dictatorship. Neuza. Torture. Gender Roles.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Neuza entre os agentes durante a cerimônia de recebimento da Medalha do Pacificador	35
Figura 2: Neuza recebendo a Medalha do Pacificador do general Humberto de Souza Mello	35
Figura 3: Faustina fotografada por João Carlos Scalco	58
Figura 4: Faustina prestando depoimento na CPI sobre o sequestro dos uruguaios	59
Figura 5: Neuza em sua casa no interior de São Paulo.....	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Als	Atos Institucionais
ALN	Ação Libertadora Nacional
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
CAMDE	Campanha das Mulheres Pela Democracia
Cenimar	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
Cisa	Centro de Informações da Aeronáutica
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FAU	<i>Federación Anarquista Uruguay</i>
IPM	Inquérito Policial Militar
LIMDE	Liga Democrática de Mulheres pela Democracia
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PMFems	Policiais Militares Femininas
PMs	Policiais Militares
PVP	<i>Partido por la Victoria del Pueblo</i>
ROE	<i>Resistencia Obrero-Estudiantil</i>
Sissegim	Sistema de Segurança Interna
UCF	União Cívica Feminina
ZDIs	Zonas de Defesa Interna

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A TENENTE NEUZA.....	16
2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA TENENTE NEUZA NO DOI-CODI DE SÃO PAULO.....	16
2.2 O SEQUESTRO DE CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA, JANAÍNA TELES E EDSON TELES	32
2.3 O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS E A IMPORTÂNCIA DE FAUSTINA ELENIRA SEVERINO	46
3 A INCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA E DA TORTURA NAS FORÇAS POLICIAIS.....	63
3.1 BREVES APONTAMENTOS ACERCA DO CONCEITO DE GÊNERO	63
3.2 A MULHER COMO INTEGRANTE DAS FORÇAS PÚBLICAS	72
3.3 A VIOLÊNCIA E A TORTURA INCIDINDO NA POLÍCIA NA DITADURA CIVIL- MILITAR BRASILEIRA.....	83
3.4 O PERFIL DO PERPETRADOR, FACILITADOR E/OU ESPECTADOR DA VIOLÊNCIA.....	96
4 OS PAPÉIS DE GÊNERO FRENTE ÀS OPERÁRIAS DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	111
4.1 O PAPEL DO GÊNERO FEMININO EM UMA SOCIEDADE PATRIARCAL.....	111
4.2 O PAPEL DO GÊNERO FEMININO NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	123
4.3 AS MULHERES COMO OPERÁRIAS DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA.....	136
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	151
ANEXO A.....	161

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de evidenciar, a partir da análise dos papéis de gênero frente a uma sociedade machista e patriarcal, o papel das mulheres como operárias da violência, principalmente diante do autoritarismo imposto pela Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), distanciando-se da perspectiva do gênero masculino – como é costumeiro de se vislumbrar e de se estudar – como único operário da violência no âmbito da Ditadura Civil-Militar brasileira. Nesse ínterim, pretende-se demonstrar que as mulheres também tiveram papel ativo à época da Ditadura Civil-Militar brasileira, fossem elas perpetradoras, facilitadoras e/ou espectadoras da violência. Nesse viés, elas vieram para demonstrar a importância do gênero feminino perante os mecanismos de violência, como, por exemplo, a propagação de torturas e de assassinatos a partir da conjuntura histórica, política e social da época.

O que me levou a pesquisar a presente temática foi a percepção na omissão e na falta de registros de mulheres como perpetradoras, facilitadoras e/ou espectadoras da violência, o que pode ser evidenciado, por exemplo, a partir do relatório proposto pela Comissão Nacional da Verdade, efetuado no governo da Presidenta Dilma Roussef, com a publicação de uma lista que trouxe o nome de 377 agentes públicos e operários da violência que atuaram no período ditatorial brasileiro. O documento, porém, não faz menção a nenhuma mulher. Meu interesse em pesquisar mulheres operárias da violência se deu desde a graduação, primeiramente em um viés mais processual analisando um estudo de caso no qual a mulher foi autora e cometidora de delitos de estupro, de tortura e de condição análoga à escravidão contra crianças e adolescentes, e seguiu no mestrado, porém a partir da análise da Ditadura Civil-Militar brasileira, e principalmente, da participação da Tenente Neuza como agente militar no DOI-CODI paulista.

A partir dessa ótica, verifica-se que o papel dado às mulheres em uma sociedade patriarcal normalmente é o de mulher-mãe, submissa e responsável pelos ócios do lar e da família, distanciando-se de qualquer situação agressiva e violenta, entendida como essencialmente masculina. Sobretudo à época da Ditadura Civil-Militar brasileira, se a mulher adentrasse um local que normalmente não era seu, como, por exemplo, a Polícia Militar, deveria atuar prioritariamente em um setor administrativo ou que prezasse pelos cuidados dos vulneráveis, distanciando-se,

novamente, de qualquer situação que lhe colocasse em perigo. Nesse diapasão, o que se pretende, bem em verdade, é ressignificar o papel da mulher perante situações de violência, buscando mostrar que elas, de igual forma, são operárias da violência, como se verifica na análise do caso concreto da Tenente Neuza.

Nesse sentido, é possível notar a importância das mulheres operárias da violência no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira, com ênfase na Tenente Neuza, policial militar e agente pública que participou da equipe Cúria, uma das equipes de investigação que atuaram na Casa da Vovó, uma vez que esse local normalmente não era ocupado pelo gênero feminino. A Casa da Vovó era uma prisão clandestina no período da repressão militar, comandada pelo Coronel Brilhante Ustra, um dos mais violentos torturadores de sua época, e pelo Capitão Ênio Pimentel Silveira, de codinome Dr. Ney, um dos maiores responsáveis pelo esmagamento da guerrilha urbana no Brasil. Por essa ótica, o presente estudo tem o condão de demonstrar que a Tenente Neuza participou ativamente de operações violentas, cometendo diversos assassinatos, além do sequestro da família Teles, reconhecida em nosso país nas figuras de Amelinha Teles e Criméia Teles, militantes políticas da época da opressão, que foram brutalmente torturadas e violentadas a partir dessa prisão ilegal.

Dessa forma, verifica-se, a partir da presença do gênero feminino no contexto ditatorial, tanto de mulheres militantes quanto de adeptas ao sistema ditatorial, operárias da violência ou tantas outras que perpassaram por essa conjuntura histórica, que as mulheres eram ativas no contexto repressivo e tinham um papel crucial no âmbito da Ditadura Civil-Militar brasileira, distanciando-se em demasia da ideia ultrapassada de que as mulheres eram frágeis e somente serviam para as tarefas do lar. Ainda, analisa-se a complexidade da presença feminina em tal momento histórico, principalmente da mulher como operária da violência, que entra em uma nova perspectiva frente aos papéis de gênero preestabelecidos em uma sociedade patriarcal, fugindo de rótulos tão propagados e sedimentados, uma vez que muitas mulheres se envolveram diretamente na violência.

Outrossim, é oportuno frisar que a presente pesquisa, apesar de apresentar um entendimento da mulher como perpetradora, facilitadora e/ou espectadora da violência, como, por exemplo, a Tenente Neuza como operária da violência durante sua passagem pelo DOI-CODI paulista nos anos de Ditadura Civil-Militar no Brasil, não pretende estigmatizar ou rotular o gênero feminino em nenhuma hipótese,

principalmente quanto às denominações apresentadas. Nesse sentido, o presente trabalho abarca um estudo sobre papéis de gênero, com ênfase nas mulheres que trabalharam para o governo ditatorial cometendo ou participando do cometimento de delitos violentos, aprofundando o entendimento sobre as questões de gênero em nossa sociedade, procurando entender quais foram as condições necessárias para que uma mulher operária da violência na Ditadura Civil-Militar brasileira cumprisse o seu papel como agente pública, já que esse papel era prioritariamente masculino.

Para tanto, o Capítulo 2 possui o intuito de tecer breves considerações gerais sobre a participação da Tenente Neuza, codinome adotado por Beatriz Martins, no DOI-CODI paulista, assim como sobre o sequestro da família Teles, com a presença ativa de Neuza, e toda conjuntura de tortura e de violência por que esses sujeitos passaram durante o cárcere. Além disso, o capítulo aborda o sequestro dos uruguaios pela Operação Condor, com participação do DOPS gaúcho, e a importância de Faustina Elenira Severino, agente pública que se tornou peça-chave para o desmantelamento do sequestro, entrando em choque com a figura de Neuza.

Na sequência, o Capítulo 3 tem o condão de explicar a incidência da violência e da tortura nas forças policiais. Fundados nisso, são feitos breves apontamentos acerca do conceito de gênero, de suma importância para a discussão e entendimento dos papéis de gênero frente a uma sociedade patriarcal, principalmente diante do período ditatorial repressivo que iniciou com o golpe de 1964. Além do mais, o capítulo apresenta a mulher como integrante das forças públicas, trazendo principalmente seu papel de gênero frente à instituição policial, à violência e à tortura, incidindo na polícia no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira. Por fim, o capítulo traz o perfil do perpetrador, facilitador e/ou espectador da violência.

Por último, o Capítulo 4 aborda os papéis de gênero frente as operárias da violência no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira, iniciando pela discussão do papel do gênero feminino em uma sociedade patriarcal, relacionando, em seguida, esse entendimento ao papel do gênero feminino na Ditadura Civil-Militar brasileira. Finalmente, enfatiza-se que as mulheres foram operárias da violência no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira, demonstrando a importância do gênero feminino na conjuntura repressiva de tal período histórico, assim como o que foi necessário existir para que essas mulheres permanecessem como agentes públicas, principalmente ocupando cargos de enfrentamento direto com a violência, já que o ambiente era predominantemente masculino.

Espera-se, com essa pesquisa, demonstrar que as condições necessárias para que uma mulher operária da violência frente ao contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira cumprisse o seu papel como agente pública, já que esse papel era essencialmente masculino, encontravam-se na sua adesão à Doutrina de Segurança Nacional e a todos os mecanismos de violência legitimados por essa doutrina e pelo governo repressivo da época, baseados na ideia de aniquilação do “inimigo interno”. A pesquisa, bem em verdade, teve o intuito de visibilizar a presença do gênero feminino na conjuntura ditatorial brasileira, principalmente das operárias da violência, fossem elas perpetradoras, facilitadoras e/ou espectadoras da violência, rompendo o rótulo de que as mulheres eram vistas somente à luz de um “sexo frágil” frente a uma sociedade patriarcal, principalmente aqueles baseados em dicotomias e binômios, como, por exemplo, vítima *versus* perpetrador.

Nessa acepção, verifica-se que as mulheres que atuaram como agentes públicas na Polícia Militar no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira ingressam em uma nova linha de pensamento e em uma nova perspectiva de estudo, ou seja, apesar de serem exceção frente ao regramento, uma vez que as Forças Armadas não abrangiam, normalmente, mulheres em seu contingente, principalmente na linha de frente pegando em armas, houve mulheres que participaram ativamente dos mecanismos de violência da época, como a Tenente Neuza, caso prático analisado neste trabalho. Assim, essas agentes públicas, exceções à regra, devem ser trazidas à luz das discussões do período repressivo militar, a partir de uma análise acerca da complexidade da sua relação frente aos papéis femininos de encontro com a perspectiva de gênero.

Por fim, no que se refere à metodologia geral adotada, optou-se pelo método hipotético-dedutivo como método de abordagem da presente dissertação. Desse modo, a pesquisa realizada é aplicada com caráter exploratório, utilizando-se de revisão bibliográfica e documental, baseada na Ditadura Civil-Militar brasileira, nos papéis de gênero e nas mulheres operárias da violência que atuaram como agentes públicas no contexto ditatorial. A presente pesquisa vincula-se à Linha de Pesquisa de Violência, Crimes e Segurança Pública do Mestrado em Ciências Criminais da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

2 A TENENTE NEUZA

Uma única coisa havia ficado demonstrada por cima de qualquer dúvida, a saber, que nem a iconografia mais rudimentar, nem a nomenclatura mais enredada, nem a mais simbólica mais abstrusa se haviam equivocado. A morte, em todos os seus traços, atributos e características, era, inconfundivelmente, uma mulher.¹

Neste capítulo, pretende-se tecer breves considerações gerais sobre a participação da Tenente Neuza, codinome adotado por Beatriz Martins, no DOI-CODI de São Paulo, assim como sobre o sequestro da família Teles, com a presença ativa da tenente, e toda conjuntura de tortura e de violência passadas pelos sequestrados durante o cárcere. Além disso, o capítulo aborda o sequestro dos uruguaiois pela Operação Condor, com participação do DOPS gaúcho, e a importância de Faustina Elenira Severino, agente pública que se tornou peça-chave para o desmantelamento do sequestro, entrando em choque com a figura da Tenente Neuza.

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA TENENTE NEUZA NO DOI-CODI DE SÃO PAULO

Nascida em 3 de novembro de 1936, Beatriz Martins, que ficaria conhecida pelo codinome Tenente Neuza, Tenente Neusa, Tenente Bia ou “Miúda”, foi uma das primeiras policiais mulheres a trabalhar na Polícia Civil de São Paulo. Neuza iniciou suas funções no Corpo de Policiamento Especial Feminino da Polícia Feminina de São Paulo, no qual sofreu muito preconceito, uma vez que, à época, não era comum mulheres possuírem esse tipo de emprego por ser considerado pouco feminino.²

Filha de um fazendeiro e de uma dona de casa, nascida na região de Bauru, no interior de São Paulo, foi a sexta dos oito filhos do casal. Seu interesse pela carreira policial ocorreu quando estava em São Paulo e leu no jornal que as inscrições para o concurso da Polícia Civil Feminina estavam abertas. Assim, inscreveu-se no concurso, retornando para Bauru e recebendo a notícia de que havia sido aprovada para o teste final na capital, logo sendo admitida plenamente no concurso.³

¹ SARAMAGO, José. **As intermitências da morte**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 128.

² GODOY, Marcelo. **A Casa da Vovó**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2014a.

³ Cf. GODOY, 2014a.

Neuza havia estudado em uma escola de freiras e decidiu entrar na polícia em uma época em que mulher fardada era um fenômeno raro de ocorrer dentro das forças policiais.⁴ Outrossim, assevera Miúda: “Tinha gente lá que não tinha estrutura pra’quilo. Os meninos viviam num sufoco. Eu me sentia a última criatura do mundo, pois estudei em colégio de freira, sabe, mas, no final, alguém tem que fazer o serviço”.⁵

Inicialmente, Beatriz Martins trabalhou como policial em um ramo da antiga Guarda Civil, criado em 1955, com o nome de Corpo de Policiamento Especial Feminino, com um total de treze mulheres. Ao adentrar na polícia, Miúda se tornou uma das oitenta policiais do país (todas da Guarda Policial Civil da cidade de São Paulo), enfrentando uma série de preconceitos dentro e fora da corporação pelo fato de ser mulher.⁶

No mais, passou à posição de tenente no final dos anos 1960, com a introdução do policiamento civil feminino na Polícia Militar, ocorrido em 1969, sendo enviada, posteriormente, para trabalhar no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna) por indicação de sua superior, permanecendo no DOI-CODI por dezesseis anos.⁷ O DOI-CODI era formado por órgãos subordinados ao Exército, criados pelo governo brasileiro durante o regime ditatorial inaugurado com o golpe militar de 1964, sendo esses órgãos destinados a combater inimigos internos que ameaçavam a segurança nacional.⁸

Em 1969, como resposta ao crescimento de ações contra o Estado repressivo militar, deu-se início à Operação Bandeirantes (OBAN). A estrutura da OBAN era formada por três eixos: 1) o Centro de Informações, responsável pela coleta e análise de informações; 2) a Central de Difusão, responsável pela ação psicológica e pelo controle de notícias vinculadas à segurança interna; 3) a Coordenação da Execução,

⁴ GODOY, Marcelo. Condecorada faria de novo. **Estadão**, São Paulo, dez/2014c. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,condecorada-faria-de-novo-imp-,1603293>. Acesso em: 03 mai. 2020.

⁵ Cf. GODOY, 2014a, p. 313.

⁶ Cf. GODOY, 2014a.

⁷ TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2017.

⁸ Cf. GODOY, 2014a.

responsável pelo combate, captura, averiguação e interrogatório dos suspeitos de conspirarem contra o governo ditatorial.⁹

Outrossim, a OBAN foi responsável por centralizar informações e atividades repressivas nas grandes cidades, como São Paulo, desenvolvendo e aprimorando as bases de uma política oficial de repressão que veio a se tornar a mais cruel do país. Criada pelo II Exército, tornou-se a polícia política e passou a receber quaisquer suspeitos de atividade taxada como terrorista para os chamados “interrogatórios preliminares”, encaminhando-os em seguida para o DOPS (Departamento de Ordem Política Social).¹⁰

Assim, o êxito da Operação Bandeirantes provocou, em 1970, sua continuidade nos chamados DOI-CODI. O sistema DOI-CODI seguiu com o padrão de interrogatórios já proposto pela OBAN, havendo dezenas de presos mortos em decorrência das torturas físicas e psicológicas impostas pelos policiais da época.¹¹

Dessarte, a Operação Bandeirantes se tornou DOI em 1970. A OBAN foi uma associação entre militares e policiais sob mando do Exército que permitiu ao governo violentar os militantes que atuavam contra o regime ditatorial da época. Sua estratégia se baseava na Doutrina da Guerra Revolucionária, formulada por militares franceses nos anos 1950 para combater a insurgência que buscava a independência da Argélia, então parte da França.¹²

Em relação à estrutura e ao funcionamento da repressão política na década de 1970, foi consolidado o Sistema de Segurança Interna (Sissegim), no qual todos os órgãos da administração pública nacional estavam sujeitos à coordenação do comando unificado de repressão política. Assim, o sistema instituído se estruturou em dois níveis: 1) nível nacional; 2) nível regional.¹³

⁹ MEMORIAL da resistência de São Paulo. Departamento de Operações Internas do Centro de Operações para a Defesa Interna (DOI-Codi/SP). **Programa Lugares da Memória**. São Paulo: Pinacoteca, 2014. Disponível em: http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/131445151974714000_FICHA_REVISADA_DOICODI-SP.pdf. Acesso em 03 mai. 2020.

¹⁰ Cf. MEMORIAL..., 2014.

¹¹ Cf. MEMORIAL..., 2014.

¹² GODOY, Marcelo. As confissões do DOI-CODI. **Estadão**, São Paulo, dez/2014b. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,as-confissoes-do-doi-codi-imp-,1603291>. Acesso em: 03 mai. 2020.

¹³ BRASIL. Ministério Público Federal. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. **Crimes da Ditadura Militar**. Brasília: MPF, 2017. Disponível em: <http://www.memorial.mpf.mp.br/nacional/vitrine-virtual/publicacoes/crimes-da-ditadura-militar>. Acesso em: 03 mai. 2020.

No âmbito nacional, atuavam o Sistema de Segurança Interna e os Centros de Informações do Exército (CIE), da Marinha (Cenimar) e da Aeronáutica (Cisa). Já no âmbito regional, foram instituídas as Zonas de Defesa Interna (ZDIs), equivalentes à divisão dos comandos do I, II, III e IV Exércitos. Nas Zonas de Defesa Interna, funcionavam: 1) Conselhos e Centros de Operações Interna (CODIs) integrados por membros das três forças armadas (Marinha Brasileira, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira) e das Secretarias de Segurança dos Estados, com a função de coordenar as ações de pressão política; 2) Destacamentos de Operações de Informações (DOIs), criados em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília em 1970, em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza em 1971 e, por fim, em Porto Alegre em 1974.¹⁴

Outrossim, os CODIs eram conhecidos por realizarem o planejamento das medidas de defesa interna, o controle e execução dessas medidas, a ligação com todos os órgãos de defesa interna e a coordenação dos meios a serem utilizados nas medidas de segurança em prol do Estado. Enquanto isso, os DOIs eram unidades móveis com agentes especializados cuja função principal era promover operações. A relação simbiótica entre os dois órgãos, DOI e CODI, ficou conhecida por DOI-CODI, responsável pela repressão, pela tortura disseminada e pela violência exacerbada na época da Ditadura Civil-Militar brasileira.¹⁵

Assim, os DOIs tinham por função não apenas colher dados acerca do funcionamento das organizações dos guerrilheiros, mas também apurar os depoimentos de todas as possíveis inverdades ou meias-verdades, detectar omissões, esclarecer pontos contraditórios e complementar os dados com detalhes angariados nos interrogatórios dos presos políticos.¹⁶ No mais, o setor operacional do DOI era dividido em três diferentes seções, todas chefiadas por oficiais do Exército: 1) Busca e Apreensão; 2) Investigação; 3) Informação e Análise — subdividida em Análise e Interrogatório.¹⁷

¹⁴ Cf. BRASIL, 2017.

¹⁵ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹⁶ JOFFILY, Mariana. **No Centro da Engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03062008-152541/publico/TESE_MARIANA_JOFFILY.pdf. Acesso em: 03 mai. 2020.

¹⁷ Cf. GODOY, 2014a.

Similarmente, os DOIs, nas palavras de Carlos Alberto Brilhante Ustra, “tinham a atribuição de combater diretamente as organizações subversivas, de desmontar toda a estrutura de pessoal e de materiais delas, bem como de impedir a sua reorganização”¹⁸. Logo, os DOI-CODIs paulistas e cariocas ficaram conhecidos por criarem grupos de agentes repressivos que estavam autorizados e especialmente treinados para matar.¹⁹

Os agentes dos DOIs apenas permitiam que o preso fosse encaminhado ao DOPS quando estivessem satisfeitos com os resultados obtidos nos depoimentos. Enquanto existisse qualquer contradição ou omissão no relato, o preso político seguia detido na prisão clandestina até os perpetradores da violência estarem satisfeitos com o seu depoimento.²⁰

Acerca do andamento dos DOIs, pontua o general Adyr Fiúza de Castro, do Centro de Informações do Exército (CIE) ²¹:

O DOI é um Destacamento de Operações de Informações. [N]o Exército temos certos termos estereotipados para certos vultos. Quer dizer, uma companhia é formada mais ou menos de 120 homens: um capitão, três tenentes, não sei quantos sargentos. Um batalhão são quatro companhias. Um regimento são três batalhões e um batalhão de comando e serviços. Quando não existe essa estrutura detalhada, que nós chamamos de estrutura de quadros de organização e efetivos, chama-se “destacamento”, que é um corpo que não tem uma estrutura e organização fixas: varia de tamanho e de estrutura de acordo com a necessidade. Era uma unidade que tinha uma peculiaridade: não tinha serviços, não tinha burocracia. Tinha de ser acoplada a uma outra unidade qualquer para prover rancho, toda espécie de apoio logístico, prover tudo. No Rio, por exemplo, estava acoplada à Polícia do Exército.²²

Assim, era por meio de informantes, testemunhas, agentes infiltrados ou suspeitos interrogados que os agentes dos DOIs chegavam à localização de um suspeito de alguma organização classificada como “subversiva” ou “terrorista”. O suspeito era sequestrado por agentes à paisana, como a equipe da qual a Tenente Bia fazia parte, e imediatamente conduzido para uma das equipes de Interrogatório. Caso a prisão ocorresse em um local tido como “aparelho”, o material encontrado nas localidades (panfletos, documentos, armas) era apreendido e entregue à Seção de

¹⁸ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o Silêncio**. Brasília: Editeria, 1987, p. 118.

¹⁹ FON, Antonio Carlos. **Tortura: a história da repressão política no Brasil**. São Paulo: Global, 1979.

²⁰ Cf. JOFFILY, 2008.

²¹ O Centro de Informações do Exército (CIE) foi um dos serviços de inteligência do governo militar. Auxiliando no aparato repressivo da época, atuava na coleta de informações dos presos políticos, assim como na violência e tortura.

²² Cf. D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 59.

Administração para inventário e à Subseção de Análise para confronto com as demais evidências obtidas do mesmo modo.²³

Miúda fazia parte da equipe de Investigação de Alemão e Melancia, nomeada por Alemão de “equipe Cúria”. O nome surgiu a partir da missão que cumpriram de vigiar um padre em uma igreja na Avenida Itinguçu, na Vila Ré, Zona Leste de São Paulo, suspeito de fazer pregação contra o governo ditatorial. A Tenente Neuza foi requisitada para o trabalho, juntamente com Melancia, para formarem um casal que deveria se infiltrar nos encontros de casais da igreja, enquanto Alemão ficaria com a vigilância externa do local.²⁴

O investigador Alemão, agente policial indicado para participar da Casa da Vovó, integrava a equipe Cúria, juntamente com o colega e cabo do exército, Jonas, popularmente conhecido pelo codinome de Melancia. A dupla ganhou a ajuda da Tenente Neuza, a mulher de mecha branca nos cabelos, que se tornaria peça chave para o sucesso das operações exercidas em equipe.²⁵

A Seção de Investigação era constituída por vinte turmas, cada uma com o seu próprio carro e seu armamento — uma pistola 9mm ou um revólver calibre 38, e mais uma metralhadora Beretta 9mm. Atuavam com meios de disfarce, como perucas, óculos e barbas, e, se necessário, trabalhavam com membros da Polícia Feminina, com mulheres investigadoras.²⁶

Acerca da participação feminina nas equipes de Investigação, assevera Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento que trabalhou no DOI-CODI de São Paulo e no Centro de Informações do Exército (CIE), durante prestação de depoimento para a Comissão Nacional da Verdade:

Marival Chaves Dias do Canto – Agora eu vou me situar. Eram 4 policiais femininas, Miúda, e duas tenentes e duas sargentos, elas compunham as equipes de investigação...

Guaracy Mingardi (Comissão Nacional da Verdade) – Era uma por cada equipe?

Marival Chaves Dias do Canto – Não, não, eram quatro. As equipes eram 10. Eram 10 equipes. Mas, por exemplo, saíam para o trabalho, para fazer uma investigação ou fazer uma vigilância, você já está familiarizado com a coisa. Aí podiam estar, eventualmente, duas pessoas escaladas, duas

²³ Cf. BRASIL, 2017.

²⁴ Cf. GODOY, 2014a.

²⁵ Cf. GODOY, 2014a.

²⁶ Cf. USTRA, 1987.

femininas escaladas, nas equipes, para formarem casais, entendeu? Para o disfarce na rua, para não levantar suspeita. São Paulo, desde aquela época, já era uma cidade onde uma pessoa ficava parada na esquina, logo ligavam para a polícia, que já abordava a pessoa e tudo mais. Então, um casal simulando um namoro, por exemplo, despertava menos suspeita.

Guaracy Mingardi (Comissão Nacional da Verdade) – Aí tinham 4 policiais femininas?

Marival Chaves Dias do Canto – Entorno de 10 equipes, duplas. Aí sim entra, Coruja, eu via isso muito no rádio, Coruja, Cúria, tinham as equipes com esses nomes.

Guaracy Mingardi (Comissão Nacional da Verdade) – Mas você falou de duplas, como assim?

Marival Chaves Dias do Canto – Era um Volkswagen, um motorista e um agente.

Guaracy Mingardi (Comissão Nacional da Verdade) – Cada equipe era uma dupla então?

Marival Chaves Dias do Canto – Eventualmente, essas mulheres compunham essas equipes e ficavam 3 no carro. Isso eram equipes de vigilância. Vigilância, interceptação postal, entrada.

Guaracy Mingardi (Comissão Nacional da Verdade) – Veja, uma coisa é a equipe de vigilância, gente que sai em dupla no Fusca é uma coisa. Agora, investigação era só isso? E o pessoal que estava infiltrado, e tudo o mais?

Marival Chaves Dias do Canto – Calma, meu amigo, calma. Estou começando agora, estou falando da estrutura e pessoal parte do material. Aí sim, naturalmente que essas equipes, todas elas portavam rádios ligados à central de rádio do DOI. Essas equipes desenvolviam atividades de vigilância, interceptação postal, de entrada. Entrada é o que? É entrar em uma instalação física sem deixar vestígios, isso é uma matéria da ESNI. Então...

Mariana Barreiras (Comissão Nacional da Verdade) – Davam cobertura pra obter alguma informação...

Marival Chaves Dias do Canto – Isso, cobertura pra obter a informação, com disfarce de intenção, era isso.²⁷

Assim, terminada a ação, que deveria durar apenas uma semana, a Tenente Neuza deveria retornar à Polícia Militar. Porém, seu trabalho foi tão bem feito que Carlos Alberto Brilhante Ustra não a deixou retornar para seu antigo posto. Neuza

²⁷ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de depoimento (transcrição). **Marival Chaves Dias do Canto** – 21/11/2012 – Completo. Local não informado: CNV, 2012, p. 40-41. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo15/Nota%20130%20137%20139%20-%2000092.000664_2013-10%20-%20Marival.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

tinha medo de que sua comandante na Polícia Militar decretasse sua prisão por não retornar ao seu posto, ao que Ustra respondeu que era mais fácil sua comandante ser presa do que a própria tenente.²⁸

Em 1970, com o seu ingresso na equipe de Investigação do DOI-CODI paulista, Miúda, juntamente com Alemão e Melancia, era responsável pelas ações na rua, nas quais ela e o restante da equipe deveriam seguir suspeitos, observar esconderijos, encontrar pistas e prendê-los, assim como pelas encenações de tiroteios que justificavam a morte de prisioneiros que seriam encaminhados para a Casa da Vovó com destino à equipe de Interrogatório. Beatriz Martins relata:

Tinha muita gente que era presa e o jornal, você sabe, tinha censura, era complicado. Então falavam que o cara havia morrido no tiroteio. Levavam uma pessoa parecida, balas de festim, e “matavam” um dos nosso lá. Mas o cara [o preso] ainda estava vivo. Aí ia ver se ele entregava alguma coisa, mas dificilmente entregava [...]. Eles tentavam interrogar, mas o cara não queria falar nada e aí viajava [era assassinado].²⁹

De acordo com o advogado Jair Krischke, Beatriz Martins era uma exibicionista (informação verbal).³⁰ A mulher de 1,70m de altura era conhecida por seu cabelo castanho claro com uma mecha branca e por sua maestria em lidar com situações de perseguição a militantes políticos. No mais, conta Godoy, em um relato de uma das ações da equipe da Tenente Neuza:

Dois negros se aproximaram do dirigente do Partido. Um deles lhe pediu fogo para acender o cigarro. O homem parou e, imediatamente, foi agarrado pelos braços. Surgiu uma mulher de 1,70 metro de altura e mecha branca no cabelo. Ela o puxou pela perna, mas levou um pontapé. Deram uma coronhada na cabeça dele e o enfiaram no Fusca. Obrigaram-no a deitar-se no assoalho do banco traseiro do carro. Na frente, iam os negros e atrás a mulher, com os pés em cima do preso. As equipes do DOI se haviam dividido para vigiar o lugar e fazer a prisão. Havia uma semana que se dedicavam a esse trabalho. “Mande [o preso] ficar de olho fechado”, disse a Tenente Neuza.³¹

Assim, a repressão política de maneira estrategicamente pensada e organizada procurou incorporar mulheres no seu corpo especial de busca a guerrilheiros, sequestro, tortura, assassinato e desaparecimento de corpos. Ninguém percebeu o

²⁸ Cf. GODOY, 2014a.

²⁹ Cf. GODOY, 2014a, p. 31.

³⁰ Informação verbal colhida em entrevista sobre a Tenente Neuza realizada pela autora da pesquisa a Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, na sede do MJDH (Porto Alegre), em 11 de fevereiro de 2020.

³¹ Cf. GODOY, 2014a, p. 423.

significado perverso dessa incorporação, com mulheres infiltradas em organizações de esquerda e executando militantes de uma forma não esperada.³²

Como o gênero feminino normalmente não fazia parte do aparato policial, incluir mulheres nas equipes e ações era uma manobra inteligente, uma vez que a presença delas não era esperada. A polícia sempre foi machista e prioritariamente masculina, de acordo com o relatório conclusivo do inquérito policial militar (IPM), no qual o tenente-coronel Hélio Ibiapina de Lima do 8º Batalhão da Polícia Militar invoca, contra a subversão, alguns valores de sua ideologia, incluindo o machismo: “Invoquemos a nossa consciência de patriotas, a nossa inteligência e mais que tudo e, sobretudo, a nossa masculinidade, legando à juventude um Brasil trabalhador, feliz, independente e ativo entre os povos”.³³

Outrossim, as mulheres que trabalharam no DOI-CODI, em especial, a Tenente Neuza, possuíram um papel importante na fase de Investigação — sendo fundamental mencionar que não existem relatos da participação feminina nas equipes de Busca ou nas equipes de Interrogatório.³⁴ No mais, é de suma importância enfatizar que a Tenente foi uma das poucas mulheres presentes nas forças policiais na época ditatorial que pegou em armas e foi para a linha de frente durante as ações, participando das emboscadas, dos tiroteios e das mortes de diversos presos políticos.

Apesar de a Tenente Bia participar de assassinatos e ações violentas de perseguições de guerrilheiros, ela menciona que considerava a prática de tortura como sua “fraqueza pessoal”, pois não conseguia praticá-la juntamente com a equipe de Interrogatório:

Eu fui lá fazer um serviço [na sala de interrogatório], alguma coisa, e eu entrei rápido e saí quase correndo. Eu falei “Isso aí eu não faço. Eu não faço”. Uma das minhas fraquezas é que interrogatório eu não faço. Agora, se for serviço [na rua] e tiver que matar o cara, não tenho dúvida: ele vai. O que eu faço por eles eu quero pra mim também.³⁵

A informação obtida através da leitura da obra de Marcelo Godoy menciona que, ao todo, dez mulheres trabalharam na equipe de Investigação do DOI-CODI de

³² COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA – verdade aberta. **Relatório** – Tomo I – Parte II – Verdade e Gênero. São Paulo, [2014?]. Disponível em: http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Verdade-e-genero.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

³³ PROJETO Brasil: Nunca Mais. Tomo III: Perfil dos Atingidos. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985a, p. 325.

³⁴ Cf. GODOY, 2014c.

³⁵ Cf. GODOY, 2014a, p. 236.

São Paulo, e, entre elas, apenas cinco participaram do período considerado o mais duro da Ditadura Civil-Militar brasileira (de 1969 a 1974), sendo elas: 1) Tenente Neuza; 2) Tenente Vilma ou Tenente Wilma; 3) Tenente Regina; 4) Tenente Magali; 5) Tenente Dyarsi.

As Tenentes Wilma, Neuza e Dyarsi trabalharam na equipe de Investigação no DOI-CODI de São Paulo. A Tenente Dyarsi trabalhou diretamente com o capitão do Exército Ênio Pimentel, cujo codinome era Dr. Ney, chefe da equipe de Investigação do DOI-CODI de São Paulo, sendo promovida a coronel nos anos de 1980, por seu tempo de trabalho e de profissionalismo.³⁶

Dyarsi menciona em entrevista a Marcelo Godoy que sua função dentro da equipe de Investigação era levantar endereços suspeitos e fazer relatórios para os chefes do departamento e que, quando chegou ao DOI-CODI, não fazia ideia de qual seria exatamente seu trabalho.³⁷ Também relata que nunca se envolveu em tiroteios, interrogatórios ou prisões: “Não participei de ações violentas. A violência foi mais no início”.³⁸

Ademais, Dyarsi foi a mais bem sucedida agente do DOI-CODI, deixando a corporação como coronel e comandante do Policiamento Feminino de São Paulo, após trinta e um anos e carreira. No começo de 1970, foi trabalhar no DOI-CODI de São Paulo na equipe do Dr. Ney, ganhando a Medalha do Pacificador — assim como a Tenente Neuza.³⁹

Já a Tenente Wilma, assim como Neuza, participou ativamente das ações violentas e repressivas. Foi uma das militares que participou das operações repressivas que dizimaram o comitê central do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴⁰ e destruíram a imprensa do partido. Em 1976, Wilma participou da ação da “chacina da Lapa”, na qual foram assassinados Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, ambos dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)⁴¹. Participou também da “operação Lótus”, que prendeu diversos militantes da Convergência Socialista em 1977.⁴²

³⁶ Cf. TELES, 2017.

³⁷ Cf. GODOY, 2014a.

³⁸ Cf. GODOY, 2014a, p. 153.

³⁹ Cf. GODOY, 2014b.

⁴⁰ O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em 1922, vinculado às concepções da Terceira Internacional, promovida por Lenin em 1919.

⁴¹ O Partido Comunista do Brasil foi fundado também em 1922, ao adotar as fórmulas maoístas do “cerco das cidades pelos campos”. Após o golpe de 1964, com o início da Ditadura Civil-Militar, o partido passou a se dedicar a implantar seus quadros no sul do Pará, processo que resultaria na Guerrilha do Araguaia, que se estendeu até o final de 1974.

⁴² Cf. TELES, 2017.

A Tenente Wilma adentrou no DOI-CODI quando a Tenente Neuza já estava se preparando para deixá-lo. Chegou ao batalhão juntamente com três outros policiais, sendo recebida pelo major Dalmo Cyrillo, subcomandante do DOI. Wilma assevera em entrevista com Marcelo Godoy:

A gente não era consultada. Não comentaram nada. Não se explicava o que era e por que aquilo era decidido. Simplesmente mandaram que eu me apresentasse no batalhão, pois eu seria transferida. Aí, quando eu cheguei lá [DOI], nunca tinha ouvido falar, não sabia o que era e não sabia o que ia fazer.⁴³

Assim como as demais agentes mulheres que trabalhavam na equipe de Investigação, Wilma vigiava e perseguia militantes, bem como levantava informações importantes para a efetividade das ações.⁴⁴ Refere ainda que, quando tomou consciência da ocorrência das torturas, sentiu mal-estar: “Saber que podia ter acontecido ali ao lado é desconfortável. Não foi confortável nem proveitoso. Não foi uma escolha. Os horários eram malucos”.⁴⁵

A Tenente Wilma permaneceu no DOI-CODI de São Paulo, que se tornou a 2ª Companhia de Informações, com sede em Quitaúna, Barueri, até 1985, e acredita que sempre foi neutra politicamente. Após se aposentar da carreira militar, a antiga tenente se tornou professora do primário.⁴⁶

Ademais, evidencia Marival Chaves Dias do Canto sobre a participação feminina na equipe de Investigação em audiência para a Comissão da Verdade:

Guaracy Mingardi (Comissão Nacional da Verdade) – Me diz uma coisa...

Mariana Barreiras (Comissão Nacional da Verdade) – Mulher não?

Marival Chaves Dias do Canto – Não tinha mulher, as seções que tinham mulheres era a seção de investigação, tinha a Bia. A Bia era uma tenente da Polícia Militar, aliás, participava dos tiroteios de rua.

Guaracy Mingardi (Comissão Nacional da Verdade) – Bia é codinome?

Marival Chaves Dias do Canto – Bia é codinome. Miúda é outro codinome...

⁴³ Cf. GODOY, 2014a, p. 150.

⁴⁴ Cf. GODOY, 2014a.

⁴⁵ Cf. GODOY, 2014a, p. 152.

⁴⁶ Cf. GODOY, 2014a.

Guaracy Mingardi (Comissão Nacional da Verdade) – Da Polícia Militar?

Marival Chaves Dias do Canto – Da seção de investigação. Bia, Miúda... Não me lembro de mais nenhuma não. Elas eram duas tenentes.

Mariana Barreiras (Comissão Nacional da Verdade) – Coitadas delas no meio daquele monte de homem.⁴⁷

A Tenente Neuza foi responsável pela morte de três integrantes da ALN (Ação Libertadora Nacional⁴⁸): Arnaldo Cardoso Rocha, do comando da ALN, e os militantes Francisco Emmanuel Penteado e Francisco Seiko Okama, mortos na Rua Caquito, na Penha, Zona Leste de São Paulo, em 15 de março de 1973, o que propiciou à Tenente Neuza a Medalha do Pacificador, concedida no ano de 1973, em cerimônia na qual o general Humberto de Souza Mello, comandante do 2º Exército a condecorou no pátio interno do DOI-CODI, ao lado de outros agentes.⁴⁹

Assim dispõe Marcelo Godoy sobre o fato:

Mais de 20 agentes recebiam a Medalha do Pacificador em cerimônia com a presença do general Humberto de Souza Mello. Entre eles estava a Tenente Neuza, a mulher da mecha branca nos cabelos. A policial estava de folga, pois receberia a medalha pelos “serviços prestados ao Exército e à Nação”. Seria a primeira mulher envolvida na guerra a recebê-la. Para a cerimônia, a tenente teve de comparecer com uma calça social, o que não era peça do seu figurino diário. O Doutor Ney chamou-a na véspera para lhe perguntar se estava tudo bem. Se fosse necessário, estava disposto a lhe emprestar uma calça. Ele habituara-se a ouvir as transmissões do rádio de seu DOI durante as operações e conhecia bem a voz e o nome de guerra da tenente.

— A senhora é muito famosa. Quando a senhora sai na rua, o 2º Exército para e fica escutando o que a senhora fala, disse-lhe o general ao entregar-lhe a medalha.⁵⁰

Após alguns meses de sua condecoração, a Tenente participou novamente de uma emboscada, no bairro Penha, com mais três guerrilheiros da ALN mortos. Ao todo, Neuza participou de operações que levaram à morte em torno de dez pessoas e, ao desaparecimento, pelo menos três — Hiram de Lima Pereira (PCB), José Montenegro (PCB) e Paulo Stuart Wright (APML⁵¹).⁵²

⁴⁷ Cf. COMISSÃO..., 2012, p. 26.

⁴⁸ A Ação Libertadora Nacional foi a organização de maior expressão e contingente entre os grupos de guerrilha urbana que atuaram entre 1968 e 1973.

⁴⁹ Cf. GODOY, 2014a.

⁵⁰ Cf. GODOY, 2014a, p. 394.

⁵¹ A Ação Popular Marxista-Leninista (APML) foi uma organização política de esquerda extraparlamentar, criada em junho de 1962.

⁵² Cf. GODOY, 2014b.

Dessa forma, a Tenente Neuza se consolidou como operária da violência na Ditadura Civil-Militar brasileira no DOI-CODI trabalhando na famosa “Casa da Vovó” paulista, localizada na rua Tutóia, número 921, Bairro Vila Mariana, sob os comandos do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e do Dr. Ney, assim como na vigilância para obtenção de informações de supostos suspeitos de agir contra o governo ditatorial da época. No mais, Beatriz Martins menciona: “Aí eu fui pro meu ‘Açougue’ [DOI] e aí passaram a acreditar que a mulher também tinha capacidade”⁵³, demonstrando que, mesmo atuando em plano de equidade com os demais colegas, a invisibilidade e a subjugação do gênero feminino estavam presentes.

Carlos Alberto Brilhante Ustra assumiu o comando da Casa da Vovó em 29 de setembro de 1970, reorganizando todo o aparato estrutural em relação à obtenção de informações dos presos políticos e introduzindo a violência demasiada com a utilização de novos meios de tortura, como a “cadeira do dragão”. De acordo com Luiz Cláudio Cunha:

A “cadeira do dragão” é uma cadeira pesada, com assento, apoio dos braços e espaldar revestido de zinco.

Os pés e os pulsos são amarrados e as pernas empurradas para trás por uma travessa de madeira. Na parte traseira existe um terminal onde se acopla o magneto que transmite a corrente elétrica, gerada manualmente pela manivela conectada a um dínamo. A “pimentinha” dos torturadores ardia no corpo dos torturados, graças a cem volts que produziam uma corrente de dez amperes.⁵⁴

Outra figura emblemática do DOI-CODI paulista foi o capitão Ênio Pimentel da Silveira, também conhecido como Dr. Ney ou Neyzinho, um dos maiores responsáveis pelo esmagamento da guerrilha urbana no país. Dr. Ney aprendeu os segredos do trabalho de localizar e aniquilar presos políticos em uma espécie de estágio na Divisão de Ordem Social do DOPS, onde teve como professor o Dr. Fleury, grande símbolo do esquadrão da morte e da repressão política, conhecido por ser o homem que havia matado Carlos Mariguella, o fundador da ALN.⁵⁵

Assim, Ney e Ustra se tornaram os responsáveis pelo bom andamento da prisão clandestina reconhecida como Casa da Vovó, com seus agentes policiais,

⁵³ Cf. GODOY, 2014a, p. 148

⁵⁴ CUNHA, Luiz Cláudio. **O sequestro dos uruguaios**: uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2008a, p. 245.

⁵⁵ Cf. GODOY, 2014a.

centros de torturas e mortes violentas. Sob o comando desses dois homens, o DOI-CODI de São Paulo se tornou um local referência de prisões, sequestros e sevícias aos presos políticos que por ali passavam.

“Casa da vovó”, “Hotel Tutóia”, “Inferno”, “Açougue”, “Casa dos Horrores” e “Hospital” foram nomes dados pelos operários da violência que trabalhavam no governo militar no prédio da Rua Tutóia. Nesse prédio, ficou sediada a Operação Bandeirante (OBAN) e seu desdobramento, o Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-CODI/SP).⁵⁶ Acerca do local, Ustra explica:

Eu já estivera no local algumas vezes, mas, só agora, como Comandante, é que iria ver mais de perto a precariedade do Órgão que comandaria. Ele ficava junto ao 36º Distrito Policial, na esquina das ruas Tutóia com Tomaz Carvalhal, na capital paulista.

As instalações eram péssimas, acanhadas e nos foram cedidas pela Secretaria de Segurança Pública. Ficavam num prédio dos fundos do Distrito Policial, onde trabalhávamos amontoados, separados por tabiques de madeira. Ali, se concentrava tudo: salas de interrogatório, trabalhos burocráticos, sala do comandante etc. Parte da carceragem nos foi cedida pelo 36º DP. Uma ala para os presos comuns e outra para os terroristas.⁵⁷

A Casa da Vovó ficou conhecida por ser um dos lugares em que mais se torturou nos anos da Ditadura Civil-Militar em São Paulo, sendo responsável por quase 20% das mortes de opositores políticos.⁵⁸ De todos os DOIs ativos no país durante essa época, o de São Paulo era o que possuía o maior efetivo, com cerca de 250 homens ao total, sendo que 40 pertenciam ao Exército, 10 eram oficiais, 25 eram sargentos e 5 eram cabos com estabilidade.⁵⁹

Acerca das torturas e violências ocorridas na Casa da Vovó, há uma passagem transcrita de uma carta de próprio punho de um preso político ligado ao PCB:

Escuta-se gritos de pavor, durante 24 horas por dia, choros desesperados de homens e mulheres. Vi velhos de 70 anos serem brutalmente espancados. Pais e filhos, esposas e esposos e irmãos serem torturados uns na frente dos outros, serem obrigados a torturarem-se uns aos outros. Alguns comparam aquele órgão ao inferno. Eu diria que essa palavra não consegue exprimir

⁵⁶ Cf. MEMORIAL..., 2014.

⁵⁷ Cf. USTRA, 1987, p. 123.

⁵⁸ Cf. GODOY, 2014a.

⁵⁹ Cf. USTRA, 1987.

todo o horror que sentem aqueles que tiveram a infelicidade de entrar como prisioneiros naquela casa.⁶⁰

Em encontro a esse relato de violência, Darci Miyaki, guerrilheira e presa política na Casa da Vovó, aduz um pouco dessa prática de tortura em entrevista ao Programa Coleta Regular de Testemunhos do Memorial da Resistência de São Paulo:

Uma coisa que era terrível, depois que você passa por aquele período de tortura, é interessante. Logo no início, a tortura era diária e praticamente sem interrupção. Você passa de uma equipe para outra. Depois passa a ser mais espaçado, se tem um pouco mais de folga. Depois é assim: quando me davam café da manhã eu pensava, puxa, agora de manhã eu não vou ser torturada. Quando não me davam almoço eu ia voltar para a tortura. E uma coisa que eles faziam que era estudar. Conforme caía um companheiro e ele estava sendo torturado, eles abriam, tinha uma porta de ferro que isolava as celas do restante lá do DOI-CODI. Eles abriam para nós ouvirmos os gritos. Gente, vocês não sabem o que significa isso. Então os pensamentos que te ocorrem é o seguinte: Você lembra do que você passou. Depois você pensa assim: Quem caiu? Será que me conhece? Será que vai falar de mim? Será que eu vou voltar para a tortura? A bem da verdade aquilo lá, o que você tem praticamente o tempo todo é medo.⁶¹

Foi na Casa da Vovó, cuja descrição de Miyaki coincide com diversos relatos e descrições feitas por antigos presos políticos, onde a Tenente Bia atuou na equipe Cúria, ao lado de Melancia e Alemão, respondendo aos comandos de Carlos Alberto Brilhante Ustra e Ênio Pimentel da Silveira. Diversas entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (CONDEPHAAT), realizaram visitas técnicas com vítimas para reconhecer e confirmar o local como prisão clandestina usada na época da repressão militar.⁶²

O relatório da Comissão Nacional da Verdade, entregue à Presidenta da República Dilma Roussef, em 10 de dezembro de 2014, dedicou o Capítulo 10 do Volume I às denúncias de práticas sexuais contra o gênero feminino nos órgãos de repressão política conhecidos da época. Nesse mesmo relatório, também houve a publicação de uma lista de 377 torturadores, na qual não há o nome de nenhuma mulher; todavia, isso não significa que não houve participações femininas nas torturas e violências da repressão militar.^{63 64}

⁶⁰ Carta de próprio punho. In: PROJETO Brasil: Nunca Mais. Tomo V: A Tortura, v. 1. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985b, p. 790.

⁶¹ MIYAKI, Darci. In: MEMORIAL..., 2014, p. 5-6.

⁶² Cf. MEMORIAL..., 2014.

⁶³ Cf. TELES, 2017.

⁶⁴ Conforme verificado no Anexo A da presente dissertação.

Além disso, foi no DOI-CODI de São Paulo que inicialmente houve a participação das policiais femininas no trabalho repressivo.⁶⁵ Essas mulheres participaram do período mais duro da Ditadura Civil-Militar brasileira, trabalhando dentro dos aparatos repressores da época e deixando sua marca em um sistema machista e violento, no qual mulheres foram muitas vezes esquecidas como operárias da violência em grande parte dos documentos e relatos da época.

A concentração de atenção nos grandes perpetradores da violência — como, por exemplo, Brilhante Ustra — contribuiu para garantir o sigilo e o anonimato de muitos perpetradores e/ou facilitadores da violência. Ao concentrar a atenção sobre a violência de alguns perpetradores de extrema visibilidade, há um esquecimento sobre os demais agentes da repressão e, com isso, um favorecimento das práticas do regime repressivo de determinados indivíduos e a possibilidade de manter a violência feita por outros fora dos registros históricos, acadêmicos e jornalísticos, havendo pouca menção sobre determinados indivíduos que deveriam ser pesquisados e trabalhados.⁶⁶

Em suma, a inclusão do gênero feminino no aparato policial repressivo, como o DOI-CODI, foi uma manobra de substancial inteligência, uma vez que a presença feminina não era esperada na polícia. As mulheres participantes do DOI-CODI de São Paulo, marcaram a história da época pela participação nos aparatos repressivos, mesmo que a sua presença não tenha sido vista ou sequer mencionada por muitos anos, sendo apenas recentemente esclarecida a participação do gênero feminino no aparato policial.

Apesar da falta de visibilidade do aparato policial feminino, algumas mulheres se destacaram dentro da polícia como agentes da repressão, sendo uma delas a Tenente Bia. Essa mulher, contornando todas as obviedades dispostas em uma sociedade machista e repressiva, como era a da Ditadura Civil-Militar brasileira, atuou na linha de frente, ao lado dos homens de sua equipe e daqueles que atuavam dentro da Casa da Vovó, promovendo a violência em prol de suas crenças e do governo que estava no poder.

⁶⁵ Cf. TELES, 2017.

⁶⁶ HUGGINS, Martha K; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da violência:** policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

2.2 O SEQUESTRO DE CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA, JANAÍNA TELES E EDSON TELES

No dia 29 de dezembro de 1972, Criméia Alice Schmidt de Almeida, militante política, e seus sobrinhos, Janaína Teles e Edson Teles, foram presos e levados para o DOI-CODI de São Paulo pela Tenente Neuza, juntamente com outros policiais. A ação promovida pela equipe da Tenente resultou em vários traumas físicos e psicológicos para a família, que sempre relatou os acontecimentos com muito pesar e sofrimento.

Criméia Alice Schmidt de Almeida nasceu em uma família de militantes políticos, com seu pai sendo preso em 1964 pela repressão militar. Passou sua adolescência em Minas Gerais, onde iniciou sua militância política no movimento secundarista. Estudou enfermagem na Escola Ana Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde foi presidente do diretório acadêmico da escola, intensificando sua participação na militância política.⁶⁷

Após o AI-5, em dezembro de 1968, Criméia entrou para a clandestinidade e em janeiro de 1969, como militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), seguiu para a região do Araguaia, onde participaria da guerrilha contra a Ditadura Civil-Militar brasileira. Morou na região do Araguaia até 20 de agosto de 1972, quando, grávida, foi enviada para São Paulo, na tentativa de romper com o cerco promovido pelas Forças Armadas contra os guerrilheiros políticos da região e resguardar sua saúde como mulher grávida.⁶⁸ Assim assevera Criméia em seu relato para a Comissão Nacional da Verdade:

A minha saída do Araguaia foi 20 de agosto de 1972, ou seja, a Guerrilha tinha começado em abril, já há alguns meses a Guerrilha. Antes eu fiquei lá durante quatro anos, eu cheguei em janeiro de 1969. A minha saída teve como motivo principal restabelecer o contato dos dirigentes do partido na Guerrilha e do Comitê Central do partido. Tanto que, depois de chegar em São Paulo, ainda voltei mais duas vezes à Guerrilha do Araguaia, quando finalmente, em dezembro de 1972, eu fui presa. O outro motivo também que eu vim é que eu estava grávida, início de uma gravidez, então tanto que eu

⁶⁷ SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" **Infância Roubada**, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: ALESP, 2014.

⁶⁸ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

vinha fazer os contatos, mas voltava para São Paulo, para aqueles que ficam em São Paulo.⁶⁹

Criméia estava grávida de André Grabois, militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e desaparecido na Guerrilha do Araguaia em 14 de outubro de 1973, na localidade conhecida como “Fazenda Caçador”. Os dois se conheceram no Pará, e se casaram em 1969.⁷⁰

Em sua ida a São Paulo, Criméia ficou hospedada na casa da irmã, Maria Amélia de Almeida Teles, conhecida como Amelinha, também militante política. Maria Amélia morava com seu marido, César Augusto Teles, e seus dois filhos, Janaína Teles e Edson Teles, de 5 e 4 anos de idade, respectivamente.

Amelinha e César, responsáveis pela principal gráfica clandestina do PCdoB e pela produção do jornal “A Classe Operária”, foram presos em 28 de dezembro de 1972, juntamente com Carlos Nicolau Danielli, jornalista e um dos principais redatores do jornal produzido pelo casal Teles.⁷¹ Os três militantes foram encaminhados para o DOI-CODI de São Paulo, especificamente para a antiga sede da Operação Bandeirantes, a Casa da Vovó. Logo que chegaram ao endereço da Rua Tutóia, número 921, Bairro Vila Mariana, foram recebidos com intensa violência, conforme relato de Maria Amélia de Almeida Teles:

Fomos levados diretamente para a Oban. Tiraram o César e o [Carlos Nicolau] Danielli do carro dando coronhadas, batendo. Eu vi que quem comandava a operação do alto da escada era o Ustra [coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra]. Subi dois degraus e disse: “Isso que vocês estão fazendo é um absurdo”. Ele disse “Foda-se, sua terrorista”, e bateu no meu rosto. Eu rolei no pátio. Aí, fui agarrada e arrastada para dentro.⁷²

Sabendo da prisão de Amelinha, César e Danielli, Criméia resolveu fugir juntamente com os sobrinhos por medo de serem encontrados e presos. Para isso, passou a noite acumulando moedas dos cofres de Janaína e Edson, porém o dinheiro

⁶⁹ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de Testemunho (transcrição). **Criméia Schmidt de Almeida, Danilo Carneiro, Maria Eliane de Castro e Elizabeth Silveira e Silva** – 12/08/2014 – Completo. Brasília: CNV, 2014a, p. 15. Disponível em: <https://cnv.grauna.org.br/images/documentos/Capitulo14/ccrimeia.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

⁷⁰ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

⁷¹ CÉSAR Teles, Amelinha Teles e Criméia de Almeida. Publicado por resistirepreciso, [S. l.: s. n.], 2012 (12 min 25 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cLUViNNKVKk>. Acesso em: 07 mai. 2020.

⁷² MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (org.). **Direito à memória e à verdade**: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Caros Amigos, 2010, p. 162.

era insuficiente para qualquer possibilidade de fuga. No dia 29 de dezembro de 1972, Criméia, com a ajuda de sua sobrinha Janaína, queimou todos os documentos da imprensa clandestina que havia na casa, para evitar qualquer tipo de apreensão caso fossem encontrados pela polícia.⁷³

Nessa mesma manhã, as crianças estavam assistindo à Vila Sésamo na televisão da sala quando um casal de policiais tocou a campainha da casa. A mulher que estava na porta da residência da família Teles era a Tenente Bia, que, juntamente com outros agentes, levou Criméia, Edson e Janaína para uma C14 azul claro com muitas armas no chão, encaminhando-os para o DOI-CODI em seguida.⁷⁴

Chegando a Casa da Vovó, Janaína e Edson foram encaminhados por Miúda para a sala de tortura onde se encontravam seus pais, César e Maria Amélia. Amelinha narra o episódio em que reconheceu a Tenente que havia levado seus filhos para assistir à sua violência com os próprios olhos:

Esta policial foi uma das sequestradoras dos meus filhos de 5 e 4 anos de idade, Janaína e Edson Teles, juntamente com minha irmã que se encontrava grávida de 8 meses, Criméia de Almeida. Eu tinha visto no DOI-Codi/SP, no final de 1972, vésperas do ano novo, esta policial que circulava na parte superior daquele prédio, juntamente com o Comandante Carlos Alberto Brilhante Ustra. Foi ela que entregou meus filhos ao Ustra, que os levou até a sala onde eu estava na “cadeira de dragão”. Pude reconhecê-la por foto quando foi lançado o livro Casa da Vovó. Na foto, ela está sendo condecorada com “a medalha do Pacificador” pelo Comandante do 2º Exército, general Humberto de Souza Mello.⁷⁵

Além disso, na obra de Marcelo Godoy, como bem pontua Maria Amélia, há imagens da tenente Bia sendo condecorada com a Medalha do Pacificador:

⁷³ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

⁷⁴ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

⁷⁵ Cf. TELES, 2017, p. 257.

Figura 1: Neuza entre os agentes durante a cerimônia de recebimento da Medalha do Pacificador



Fonte: GODOY, 2014a.

Figura 2: Neuza recebendo a Medalha do Pacificador do general Humberto de Souza Mello



Fonte: GODOY, 2014a.

Além disso, na 25ª audiência pública realizada pela Comissão Nacional da Verdade, no dia 25 de março de 2013, Amelinha também menciona o fato de a Tenente ter participado do esquema de tortura:

Uma das policiais responsáveis pelo sequestro dos meus filhos que os levou até a Operação Bandeirante e ficou, porque meus filhos ficaram um pouco na Operação Bandeirante e um pouco fora, era uma mulher chamada Tenente, uma mulher que era chamada Tenente, depois um policial que trabalhou no DOI-CODI, o Marival Chaves, deu um depoimento aqui dizendo que o nome dela era Tenente Bia. Ela uma Tenente loira. Então, pelo menos essa eu vi, não praticando tortura, mas participando do esquema de tortura.⁷⁶

Assim, Edson e Janaína foram usados como instrumentos de tortura psicológica, pois a todo momento os agentes mencionavam para César e para Maria Amélia que as crianças também seriam torturadas e mortas. As crianças foram vítimas e testemunhas de gritos e padecimento dos presos políticos sendo torturados na Casa da Vovó, assim como da violência ocasionada aos seus próprios pais. Acerca da tortura psicológica ocorrida com os pais de Edson e de Janaína, César Teles assegura, em denúncia à Auditoria da Justiça Militar, em 4 de julho de 1973:

Na tarde desse dia, por volta das 7 horas, foram trazidos sequestrados, também para a OBAN (DOI-Codi/SP), meus dois filhos, Janaína de Almeida Teles, de 5 anos, e Edson Luiz de Almeida Teles, de 4 anos, quando fomos mostrados a eles com as vestes rasgadas, sujos, pálidos, cobertos de hematomas. [...] Sofremos ameaças por algumas horas de que nossos filhos seriam molestados.⁷⁷

Edson narra que ainda lembra claramente de corpos torturados, marcados, roxeados e machucados. Menciona, ainda, que a cena mais chocante e que ficou presente em sua memória foi o primeiro contato com a mãe quando foi levado para a sala de tortura pela Tenente Bia. Ele explica que reconheceu a voz da genitora quando ela o chamou, mas, quando se virou e viu a mãe sentada na “cadeira do dragão”, não conseguiu reconhecê-la devido à deformidade das violências provocadas. Edson explica o fato: “E me causou um forte estranhamento porque eu pensei: ‘Quem é esta

⁷⁶ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. [Testemunho de Maria Amélia de Almeida Teles em Audiência Pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva em parceria com a CNV, em 25 de março de 2013]. **COMISSÃO DA VERDADE. BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.** 25/03/2013. São Paulo: CNV, 2013a, p. 25. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2021%2030%20-%2000092.000600_2013-19%20%20Maria%20Amelia%20de%20Almeida%20Teles.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

⁷⁷ ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil Nunca Mais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 45.

pessoa que tem a voz da minha mãe? Mais do que voz, tem o jeito de se comunicar comigo que eu reconheço claramente, mas não é a minha mãe'.⁷⁸

Outrossim, Janaína menciona que, quando levada pela Tenente Neuza para encontrar sua mãe, recorda apenas de ficar muito chocada e de abraçá-la, beijá-la, e, mesmo assim, a mãe não retribuir o carinho em decorrência da quantidade de violência provocada em seu corpo. Além disso, narra que, depois de muitos anos, sentia-se culpada por não conseguir lembrar de muitos fatos da época do sequestro e da estadia no DOI-CODI de São Paulo, mas que, com o passar dos anos, foi entendendo que não havia como lembrar de fatos tão dolorosos.⁷⁹ No mais, relata Amelinha sobre o encontro com os filhos no DOI-CODI:

Inclusive eu sofri uma violência, ou várias violências sexuais. Toda nossa tortura era feita [em] nós nuas, as mulheres nuas, os homens também ficavam nus, com vários homens dentro da sala, levando choques pelo corpo todo, inclusive na vagina, no ânus, nos mamilos, na boca, nos ouvidos. E meus filhos me viram dessa forma. Eu urinada, com fezes, com, enfim, o meu filho chegou para mim e disse, mãe, por que é que você ficou azul e o pai ficou verde? Porque o pai estava saindo do estado de coma e eu estava azul de tanto apanhar, aí que eu me dei conta, de tantos hematomas no meu corpo.⁸⁰

Além de toda a agressão física e psicológica cometida contra os pais e as crianças nessa visita à sala de tortura, Edson e Janaína ficaram perambulando pelos corredores da Casa da Vovó durante vários dias, assistindo ao estado dos presos políticos em meio à sujeira, vendo animais caminhando sobre seus corpos e presenciando a violência, inclusive, contra os próprios pais. As crianças permaneceram confinadas dentro do presídio clandestino.⁸¹

Carlos Brilhante Ustra, em sua obra denominada “Rompendo o Silêncio”, narra e justifica o fato de levar as crianças para o DOI-CODI:

A propósito, convém citar o caso de um casal de uma Organização que foi preso porque ambos eram militantes. Neutralizado o “aparelho” onde eles residiam, que aliás era um “aparelho de imprensa”, seus filhos, bem pequenos, não tinham para onde ir. Para não mandar as crianças para o Juizado de Menores, uma moça, Sargento de Polícia Feminina do Estado de São Paulo, ofereceu-se para tomar conta dos menores em sua casa, enquanto aguardávamos a chegada dos familiares do casal, que se encarregariam da guarda deles. Diariamente, a meu pedido, as crianças eram levadas ao DOI para visitarem seus pais. Hoje, revoltado, vejo que este casal,

⁷⁸ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014, p. 257.

⁷⁹ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

⁸⁰ Cf. COMISSÃO..., 2013a, p. 2.

⁸¹ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

no livro *Brasil: Nunca Mais* nos acusa de levar os filhos até eles para que “vissem seus pais marcados pelas sevícias sofridas e pressioná-los, dizendo que as crianças seriam torturadas, se não confessassem o que queríamos saber.”⁸²

Ustra menciona a presença de uma sargento da Polícia Feminina do Estado de São Paulo, que só pode ser reconhecida como a Tenente Bia, única mulher mencionada durante todos os relatos pelas crianças, por Amelinha, por Criméia e por César. Além disso, alude que as crianças permaneceram no DOI-CODI de São Paulo aos cuidados de Miúda, que havia se oferecido para tomar conta dos menores em sua própria residência.

Não obstante, Janaína avulta: “Vale ressaltar que a casa onde me recorde ter pernoitado era bem grande e não poderia ser moradia de uma sargento da Polícia Feminina”⁸³. Já nos relatos de Edson, ele revela que eram acompanhados por uma policial nas idas ao DOI-CODI e, após, eram levados pela mesma mulher para uma casa onde dormiam na cozinha, num colchão no chão, retornando no dia seguinte novamente para a Casa da Vovó.⁸⁴

No mais, é notável que a casa não pertencia à policial militar mencionada, e, mesmo se pertencesse, a mulher responsável pelas crianças não demonstrava muitos cuidados e apego — deixando Edson e Janaína dormirem em um colchão na cozinha da casa. Pelos relatos, aparentava apenas estar cumprindo ordens de seus superiores em circular com as crianças sempre que solicitado. Assim, a Tenente Bia ficou responsável pelas crianças da família Teles em prol do seu trabalho com a pátria, expondo Edson e Janaína a situações degradantes de violências em busca do fim da militância de seus pais e da obtenção das informações necessárias para destruir os partidos de esquerda existentes na época.

Edson e Janaína permaneciam o dia todo no DOI-CODI, entrando e saindo das celas e, quando mandados eram encaminhados para o estacionamento da prisão clandestina, onde inventavam brincadeiras para passar o tempo. Dessa forma, passavam o dia brincando pela Casa da Vovó entre os corredores escuros. Quando ouviam gritos das violências exercidas nos presos políticos, algum agente colocava as crianças para fora do local para ficarem no estacionamento.⁸⁵

⁸² Cf. USTRA, 1987, p. 152.

⁸³ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014, p. 261.

⁸⁴ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

⁸⁵ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

Enquanto isso, Criméia ficou primeiramente em um alojamento de soldados na antiga sede da OBAN, pois ela se identificou como Alice Ferreira, empregada da família Teles e babá de Edson e Janaína. Nesse momento, era intensamente questionada sobre onde estava Criméia Teles e quem era Carlos Nicolau Danielli, mas sem sofrer nenhum tipo de violência.⁸⁶

Quando finalmente foi reconhecida, começaram as torturas e agressões, iniciadas por Carlos Alberto Brilhante Ustra. O militar chegou no DOI-CODI de São Paulo quando amanheceu o dia, encontrou Criméia e a agarrou pelos cabelos, espancando-a até a salinha da tortura no andar térreo, quando ela perdeu a consciência, tamanha a violência a que havia sido exposta.⁸⁷

Criméia menciona que andava sempre encapuzada nas imediações da Casa da Vovó e que todo interrogatório era feito com ela nua. Lembra que os soldados arrancavam suas vestes e lhe davam choques nos pés, nas mãos e que havia muito espancamento nas solas dos pés, além da palmatória nas mãos, nos pés e na cabeça. Ademais, sofreu diversas torturas psicológicas, por exemplo, quando era colocada no carro apreendido de seu cunhado, César Teles, sofrendo várias ameaças de morte.⁸⁸ Assim, menciona Criméia:

Eles me punham no carro do meu cunhado, que tinha sido apreendido. Você hoje vai morrer na Serra das Araras, você vai sofrer um acidente, o carro vai capotar e vai pegar fogo. Me punham no carro. Eu passava a noite sentada no carro, aí de manhã falavam assim: “não deu, vai para a cela que amanhã a gente te mata. Amanhã você morre”.

Aí eu ia para a cela e na manhã seguinte a mesma coisa, e diziam que não deu. É outra forma de tortura.⁸⁹

Além disso, Criméia narra que, durante essa época no DOI-CODI de São Paulo, quando sofria inúmeras violências grávida de sete meses, o feto apresentava soluços os quais ela tentava amenizar alisando a barriga e cantando baixinho. Porém, explica que até hoje, em momentos de tensão, seu filho, João Carlos de Almeida Grabois, apresenta soluços, resquícios da época violenta enquanto estava dentro da barriga de sua mãe.⁹⁰

⁸⁶ Cf. COMISSÃO..., 2014a.

⁸⁷ Cf. COMISSÃO..., 2014a.

⁸⁸ Cf. COMISSÃO..., [2014a].

⁸⁹ Cf. COMISSÃO..., 2014a, p. 17.

⁹⁰ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

Em janeiro de 1973, depois de um mês na Casa da Vovó, Criméia foi transferida para o Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército, em Brasília, conhecido como “Forte Apache”. Os Pelotões de Investigação Criminais da Polícia do Exército existem em todos os batalhões de polícia espalhados por todo país, sendo uma unidade de infantaria, cuja função original é cumprir missões policiais contra praças e oficiais dentro das demais unidades do exército, com o objetivo de assegurar o respeito à lei, bem como o cumprimento dos regulamentos militares. As atribuições desses pelotões incluem ainda prevenir o crime, efetuar investigações rotineiras no âmbito do exército, controlar o trânsito nas áreas militares, garantir a segurança de instalações militares e oficiais e escoltar altas autoridades e comboios militares.⁹¹

No período da Ditadura Civil-Militar brasileira, os Pelotões de Investigação Criminais da Polícia do Exército foram empregados na repressão política, fazendo parte do esquema que envolvia os aparelhos policiais das outras Forças Armadas, (a Polícia da Aeronáutica e a Polícia do Batalhão Naval), os serviços secretos das três forças (Centro de Informações do Exército, Centro de Informações da Marinha e Centro de Informações da Aeronáutica). Ademais, compunha também a estrutura repressiva no âmbito das Forças Armadas o Destacamento de Operações de Informação — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), subordinado ao exército.⁹²

Já transferida para o “Forte Apache”, Criméia entrou em trabalho de parto no dia 11 de fevereiro de 1973.⁹³ Às cinco horas da manhã, foi levada para o Hospital Base de Brasília. Quando finalmente foi atendida, um médico que dizia ser professor de obstetrícia da Universidade Nacional de Brasília lhe disse que não ia ficar com ela, pois presos davam muito trabalho. Orientou que a levassem de volta para o Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército e que a deixassem na enfermaria.⁹⁴

No retorno ao centro de repressão, Criméia foi levada para sua cela, que não possuía nenhum tipo de ventilação e estava infestada de baratas. Com o rompimento da bolsa amniótica e nenhum tipo de higiene disponibilizada no local onde estava, o número de baratas aumentou bastante, subindo pelo corpo de Criméia. Com o auxílio

⁹¹ NEGRÃO, João. Parte da história dos ex-presos do PIC, um dos maiores centros de repressão e tortura no Brasil. **Muvuca Popular**, Brasília, 03 jun. 2019. Disponível em: <https://www.muvucapopular.com.br/politica/parte-da-historia-dos-ex-presos-do-pic-um-dos-maiores-centros-de-repressao-e-tortura-do-brasil/27454>. Acesso em: 11 mai. 2020.

⁹² Cf. NEGRÃO, 2019.

⁹³ Cf. COMISSÃO..., 2014a.

⁹⁴ Cf. COMISSÃO..., 2014a.

dos presos nas demais celas perto da sua, que começaram a gritar e pedir que ela fosse levada a um hospital, Criméia foi encaminhada pelos militares para o Hospital do Exército.⁹⁵

No Hospital do Exército, foi atendida pelo capitão e médico Dr. Trindade, que confirmou que Criméia estava realmente em trabalho de parto, mas se recusou a fazer qualquer tipo de atendimento sob a justificativa de que não estava em seu horário de plantão, determinando a uma enfermeira que colocasse a paciente no soro para que o parto fosse retardado. Quando questionado acerca do risco de vida da mãe e do bebê caso o parto não fosse realizado naquele momento, o médico respondeu que não havia importância, pois seria um comunista a menos.⁹⁶

Criméia, então, rompeu o canal do soro com os dentes e, assim que a enfermeira chegou à conclusão de que o bebê realmente estava nascendo, chamou o médico.⁹⁷ A paciente sofreu violência obstétrica e vários traumas no corpo em decorrência dos abusos cometidos pela equipe médica, como conta:

Não me mostraram meu filho. E aí foram fazer a sutura daquele corte que eles fazem na vagina e fizeram sem anestesia. E mais tarde, eu descobri que fizeram com fio que não é comum, porque o fio comum é um fio mais fino, absorvível. Eles fizeram com um fio cromado e bem grosso. Então, eu andava e sentia como se eu tivesse alfinetes dentro da vagina. E quando ele começou a fazer a sutura sem anestesia, eu sentia muita dor, comecei a sentir tremores e o anestesista falou assim, ela vai chocar. Aí o ginecologista falou assim, então vamos fazer uma dolatina nela — dolatina é morfina sintética porque o desgraçado do obstetra não queria fazer anestesia local. E eu falei assim, não vou tomar isso. Porque eu não queria perder a consciência.⁹⁸

Então, por volta das duas e meia da madrugada do dia 13 de fevereiro de 1973, nascia João Carlos de Almeida Grabois de parto normal, pesando 3,15 quilos. O bebê foi isolado da mãe nos primeiros dias de vida, sendo entregue apenas para as mamadas, retornando após ao berçário do hospital.⁹⁹

Em decorrência da sutura mal feita e com um fio inadequado para ser utilizado nesse tipo de procedimento, pois não seria absorvido pelo corpo, os pontos secaram e não caíram como deveriam. Criméia narra que os pontos pareciam arames dentro de sua vagina e que acabou ficando um bom tempo com esse desconforto, até conseguir a ajuda de um homem que trabalhava na limpeza do hospital que lhe providenciou,

⁹⁵ Cf. COMISSÃO..., 2014a.

⁹⁶ Cf. COMISSÃO..., [2014a].

⁹⁷ Cf. COMISSÃO..., [2014a].

⁹⁸ Cf. COMISSÃO..., [2014a], p. 33.

⁹⁹ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

escondido, um espelho e uma gilete para ela utilizar para retirar os pontos que estavam incomodando.¹⁰⁰

Assim, João Carlos de Almeida Grabois já iniciou sua vida como preso político, sofrendo com a distância de sua mãe logo ao nascer. Com o passar dos dias, Criméia notou que o filho estava muito quieto e sonolento, sem forças para chorar ou mamar. Questionando a enfermeira sobre a situação de João Carlos, ela menciona que o pediatra havia prescrito “Luminaleta”, um tranquilizante infantil.¹⁰¹

Consequentemente, o filho de Criméia sofreu violação dos seus direitos. Já havia sofrido violência quando estava no ventre de sua mãe, e, após seu nascimento, seguiram as sevícias. João Carlos de Almeida Grabois recebeu o medicamento calmante sem possuir qualquer tipo de doença, além de permanecer longe de sua genitora, sem os cuidados necessários e sem acesso a um bom acompanhamento médico.

Além disso, Criméia sofreu fortes ameaças de perder seu filho pelo Tenente Moraes, que tinha acabado de ter uma filha mulher e dizia para presa política que “comunista que não faz distinção entre homem e mulher só tem filho homem, e eu que queria ter um filho homem para seguir a carreira militar”¹⁰², e prosseguiu “mas tudo bem, vou trocar minha filha com o seu filho”¹⁰³.

Após um mês, em 2 de abril de 1973, João Carlos, com 2,7 quilos, desnutrido e pesando menos do que o peso de seu nascimento, foi entregue aos cuidados de Célia, tia de Criméia, que morava em Belo Horizonte, com a presa política retornando para o Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército de Brasília. Novamente, retornaram as torturas e as violências física e psicológica. Criméia foi liberada apenas vinte dias depois, sendo levada para a casa da tia e ao encontro de seu filho.¹⁰⁴

Criméia menciona em audiência com a Comissão da Verdade que nunca sentiu como se tivesse sido presa, pois nunca foi apresentada formalmente à justiça, acreditando ter sido sequestrada pelos agentes da repressão — sendo um deles a Tenente Bia. Além disso, relata que, ao ser liberada, o general Bandeira fez uma série

¹⁰⁰ Cf. COMISSÃO..., 2014a.

¹⁰¹ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

¹⁰² Cf. COMISSÃO..., 2014a, p. 20.

¹⁰³ Cf. COMISSÃO..., 2014a, p. 20.

¹⁰⁴ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

de ameaças de que ela iria morrer, podendo ser de suicídio, atropelamento, assalto ou por acidente.¹⁰⁵

Para o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, o desaparecimento dos militantes foi um dos maiores atentados do regime militar em detrimento dos direitos humanos:

O crime de desaparecimento político é o mais degradante possível praticado contra o ser humano. A vítima é privada de toda a sua identidade pessoal, civil, política e social. Passa a não existir, existindo. Sendo vítima, não o é. Estando presa, é como se solta estivesse. O desaparecimento político, no plano jurídico não é qualificado em nossas leis; os familiares de desaparecidos, por sua vez, são lançados num verdadeiro calvário.¹⁰⁶

Enquanto isso, Edson e Janaína eram levados pela Tenente Neuza e outro agente da repressão para Belo Horizonte, onde deveriam ficar sob os cuidados do tio e delegado Edelson Bosco Alvarenga Machado, que era casado com uma irmã de César Teles. Acerca do presente fato, relata Janaína:

Nós vivemos na clandestinidade, não conhecíamos a nossa família, nem materna nem paterna. Muito menos a paterna porque ela morava toda em Minas. Então nós fomos levados para Belo Horizonte. Eu lembro bem do dia que esse casal de policiais nos prendeu em casa. Eles nos levaram de carro. Era um Opala, aquele azul claro que é a cor dos outros carros do DOI-CODI. E levaram para esse delegado. Não sei como descobriram o parentesco e nos entregaram para esse homem que é um... Não tenho adjetivos para classificá-lo. Lá, ficamos seis meses sem saber o que estava acontecendo.¹⁰⁷

Janaína explica que, na casa dos tios em Belo Horizonte, era tratada como empregada doméstica, servindo a mamadeira dos primos mais jovens na cama e sendo responsável por cuidar da casa e das crianças. Quando perguntava ao tio sobre seus pais, ele respondia, de forma agressiva e com a presença de uma arma, que não era para as crianças questionarem sobre César e Maria Amélia dentro da casa, pois eram comunistas.¹⁰⁸

Edson narra que um dia o tio Edelson Bosco Alvarenga Machado disse que o levaria ao zoológico, ficando animado com a ideia, pois ele e Janaína viviam em uma espécie de cárcere privado, não podendo se ausentar da casa dos tios e nem sair da rotina estabelecida por eles. Porém, no lugar de ir para o zoológico em um passeio

¹⁰⁵ Cf. COMISSÃO..., 2014a.

¹⁰⁶ GREENHALGH, Luiz Eduardo. Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh – ex-presidente do CBA/São Paulo. In: BRANCA, Eloisa (Org.). **I Seminário do grupo Tortura Nunca Mais** – Depoimentos e debates. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 110.

¹⁰⁷ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014, p. 258.

¹⁰⁸ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

com o tio, Edson foi levado para a delegacia em que Edelton trabalhava como delegado, para passear pelas celas dos presos. Assim, relata:

Me levou para passear no corredor onde estavam as celas. Parava em frente a uma cela, apontava para o preso e falava: “Esse aqui é um veado”. Apontava para outro: “Esse aqui é uma cobra” e esse aqui é não sei o quê. Era uma perversão sarcástica dele comigo e com os presos. Aquela era a mesma situação do DOI-CODI. Eu olhava nos olhos dessas pessoas que estavam presas. Eram olhares impactantes. Eles estavam assustadíssimos. Depois eu elaborei que eles estavam muito assustados com a figura daquele delegado porque provavelmente eles sofriam tortura naquele lugar. Fiz dois passeios a esse tal zoológico e não me lembro de ter saído nenhuma outra vez.¹⁰⁹

É perceptível que as violências físicas e psicológicas contra as crianças da família Teles se seguiram mesmo após a saída do DOI-CODI de São Paulo. A Ditadura Civil-Militar brasileira selou o futuro traumático das crianças filhas de militantes políticos, prendendo, banindo e fichando-as como subversivas, como indivíduos perigosos de acordo com a visão do governo ditatorial da época. No mais, discursa Maria Amélia de Almeida Teles em tomada de depoimento na Comissão Nacional da Verdade:

Essas crianças... E eu falo pelos meus filhos, meus sobrinhos, e aqui nessa Comissão se ouviu pelo menos 40 crianças, que eram crianças na época da Ditadura e que hoje são adultos. Mas que ressentem o não tempo de viver sua infância, são crianças que cobram sim que sua infância foi roubada.¹¹⁰

Quando Criméia foi solta da prisão, indo morar com a tia Célia em Belo Horizonte, Minas Gerais, ela procurou os sobrinhos e começou a fazer contato escondido com as crianças na casa do tio Edelton. Criméia levava Edson e Janaína para brincar na praça em frente à casa dos tios e conversava com as crianças sobre o que havia acontecido no DOI-CODI de São Paulo, na Casa da Vovó, explicando a situação dos pais, que seguiam presos e por isso não tinham ido encontrá-los.¹¹¹

Criméia havia tentado se comunicar com o tio de Edson e Janaína, o delegado Edelton, questionando se as crianças estavam na casa dele, e ele respondeu que não. Ela então ficou de prontidão vigiando a casa e, quando reconheceu a voz e a presença

¹⁰⁹ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014, p. 254.

¹¹⁰ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de depoimento (transcrição). **Audiência pública** – processos das famílias Teles e Merlino – 18/08/2013 – Completo. São Paulo: CNV, 2013b. Disponível em: https://cnv.grauna.org.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Angela_Mendes_de_Almeida_e_Maria_Amelia_de_Almeida_Teles_19.08.2013.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

¹¹¹ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

dos sobrinhos, bateu na porta da residência, referindo que seus sobrinhos estavam ali e que gostaria de vê-los. O delegado então respondeu que ela teria que entrar na Justiça, mas que não receberia a custódia das crianças por ser terrorista e mãe solteira.¹¹²

Enfurecida com a situação, entrou em contato com Rosa Cardoso, advogada de César e Maria Amélia Teles, pedindo que providenciasse a custódia das crianças. Assim, no dia em que Criméia recebeu a documentação de custódia dos sobrinhos, foi à casa onde Edson e Janaína estavam, comunicou as crianças da decisão e os levou embora do local onde mais uma vez haviam sofrido violências psicológicas, agora pelos tios.¹¹³

Assim, depois de Edson e Janaína passarem seis meses morando em Belo Horizonte na casa do tio e delegado, Criméia conseguiu retirar as crianças dos cuidados dos tios e, juntos, foram para o Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, onde ficaram na casa dos pais de Criméia e Maria Amélia. Nessa época, as crianças possuíam muitos problemas físicos e psicológicos, João Carlos, com apenas cinco meses na época, por exemplo, não dormia, comia compulsivamente e tinha convulsões.¹¹⁴ No mais, é possível notar o quanto o parto sem nenhum tipo de atenção e cuidado e todas as torturas por que a criança passou desde cedo no útero de sua mãe foram causadores de tamanhas disfunções.¹¹⁵

Por fim, as crianças conseguiram ficar em segurança com a tia, mesmo vivendo na clandestinidade. Em outubro do ano de 1973, César e Maria Amélia foram libertados por relaxamento da prisão preventiva, e todos se mudaram e voltaram a viver em São Paulo. Porém, a vida na clandestinidade e em prol da militância ainda gerou algumas prisões para César e Maria Amélia, mas, nessas ocasiões, as crianças permaneceram sempre sob os cuidados de Criméia.

Assim, a maternidade/paternidade foi utilizada como um meio de tortura para enlouquecer e aniquilar militantes políticos que se encontravam no cárcere, nas mãos dos agentes do Estado. Maria Amélia de Almeida Teles e Criméia Alice Schmidt de Almeida tiveram seus filhos retirados de seu acalento, sendo expostos a um sistema

¹¹² Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

¹¹³ Cf. COMISSÃO..., 2014a.

¹¹⁴ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

¹¹⁵ Cf. COMISSÃO..., 2014a.

repressivo e violento, no qual os corpos das crianças serviam como uma ferramenta de sevícias aos seus próprios pais.

Amelinha foi arduamente torturada dentro da Casa da Vovó por diversos agentes militares, foi violentada na “cadeira do dragão”, no “pau de arara”, sendo exposta a choques elétricos, abusos sexuais e físicos. Porém, dentre todos os tipos de violência aos quais foi submetida, a pior foi definitivamente estar na presença dos seus filhos machucada, nua e exposta. À vista disso, explana:

[...] com certeza a pior tortura foi ver meus filhos entrando na sala quando eu estava na cadeira do dragão. Eu estava nua, toda urinada por conta dos choques. Quando me viu, a Janaína perguntou: “Mãe, por que você está azul e o pai verde?”. O Edson disse: “Ah, mãe, aqui a gente fica azul, né?”. Eles também me diziam que iam matar as crianças. Chegaram a falar que a Janaína estava morta dentro de um caixão.¹¹⁶

Nessa perspectiva, a Tenente Bia atuou como uma facilitadora da violência, participando do sequestro de Criméia, Janaína e Edson e introduzindo os sujeitos em uma prisão clandestina. Na Casa da Vovó, como exposto anteriormente, todos sofreram torturas físicas e psicológicas, com as crianças sendo levadas para vislumbrar as sevícias na presença de Miúda, que ficou responsável pelos cuidados — ou falta deles — de Edson e Janaína enquanto estavam nesse ambiente.

Assim, apesar da falta de visibilidade das mulheres agentes da repressão, a Tenente Neuza se destacou entre elas, uma vez que atuou diretamente no campo da violência, agindo nas agressões, torturas e mortes. Essa mulher entrou em uma nova perspectiva na visualização do gênero feminino frente a polícia repressiva, pois atuou em equidade em relação aos homens com que se relacionava profissionalmente, indo contra o esperado por ela, ou seja, o comportamento terno e passivo de mulher-mãe.

2.3 O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS E A IMPORTÂNCIA DE FAUSTINA ELENIRA SEVERINO

Tão notável quanto o sequestro da família Teles foi o sequestro dos uruguaiois na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Nesse relato, também há à presença de uma figura feminina, profissional do DOPS porto-alegrense, que ficou

¹¹⁶ Cf. MERLINO; OJEDA, 2010, p. 162.

responsável — assim como a Tenente Neuza — pelos cuidados de duas crianças, Francesca e Camilo, de 3 e de 8 anos, respectivamente.

Porém, é claro o entendimento de que, nessa história, relatada por advogados e pelos próprios sequestrados, a mulher possui um papel que entra em choque com o apresentado anteriormente, ou seja, demonstra amparo e preocupação tanto com a família das crianças das quais ficou encarregada dos cuidados quanto com os próprios menores, Camilo e Francesca. É nessa perspectiva que o condicionamento do gênero feminino, esperado e reverenciado, aos cuidados maternos entra em discordância com o comportamento conjecturado pelas forças policiais da época.

Lilián Celiberti tinha 29 anos quando foi sequestrada em Porto Alegre pela polícia repressiva da capital gaúcha, juntamente com seus dois filhos e seu companheiro de partido. Era uruguaia, professora do nível primário, de estatura pequena, olhos grandes e castanhos. Mulher guerrilheira política que desde jovem militou em organizações como a *Federación Anarquista Uruguay* (FAU), a *Resistencia Obrero-Estudantil* (ROE) e o *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP)¹¹⁷.¹¹⁸

Foi presa pela primeira vez em 1972, no Uruguai, e, em 1974, ao ser libertada, foi transferida pelo *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP) para a Itália, onde ficaria com seu ex-marido exilado, Hugo Celiberti, e com a irmã, Mirtha. Após, Lilián viajou ao Brasil em outubro de 1978, na companhia dos dois filhos, Camilo e Francesca, e do companheiro de partido, Universindo Rodríguez Díaz, com a tarefa de canalizar informações sobre direitos humanos no Uruguai para as entidades internacionais na Europa e nos estados que denunciavam violência política no Cone Sul.¹¹⁹

Universindo nasceu em Artigas, cidade uruguaia que faz fronteira com o Brasil, e, assim como Lilián, participou desde jovem de movimentos políticos e da militância estudantil. Em 1975, devido às perseguições por parte da polícia repressiva uruguaia, deixou seu país com destino à Argentina, onde participou da fundação do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP). Em 1975, viajou para a Suécia na condição de refugiado político e, em 1978, veio ao Brasil para atuar juntamente com Lilián.¹²⁰

¹¹⁷ O *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP), partido político pelo qual Universindo e Lilián vieram ao Brasil, era um pequeno partido socialista, fundado na Argentina por exilados uruguaios. A ideia principal do partido, cujas lideranças eram os sindicalistas libertários Geraldo Gatti, León Duarte e Hugo Cores, era a denúncia internacional da ditadura instaurada no país.

¹¹⁸ PADRÓS, Enrique Serra; VIVAR, Jorge Eduardo Enriquez. **Memórias da resistência e da solidariedade**: o movimento de justiça e direitos humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva. Porto Alegre: ASF-Brasil, 2013.

¹¹⁹ Cf. CUNHA, 2008a.

¹²⁰ Cf. PADRÓS; VIVAR, 2013.

No final do ano de 1978, na tarde do dia 12 de novembro, houve um sequestro que agitou as ruas do bairro Menino Deus, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Universindo Diaz e Lilián Celiberti, uruguaios militantes do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP), juntamente com os filhos de Lilián, Camilo e Francesca, foram capturados por uma operação conjunta e clandestina que envolvia a polícia gaúcha e o exército uruguaio, chamada de Operação Condor.¹²¹

A Operação Condor, também conhecida como Plano ou Operativo Condor, foi um pacto clandestino exercido internacionalmente em coordenação entre os serviços de inteligência, polícias políticas e comandos militares das Forças Armadas do Brasil, do Chile, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia, com apoio dos Estados Unidos da América. O intuito da operação era organizar a elaboração antissubversiva contra a comunidade de exilados nos países do Cone Sul, com as autoridades dos países integrantes entrando em acordo para cooperar na implementação de um terrorismo de Estado extraterritorial.¹²²

Outrossim, a Operação Condor unificou a perseguição política das fronteiras territoriais de maneira coordenada, deixando de lado rivalidades históricas entre os países pertencentes à organização, no intuito de assegurar e conservar os interesses dos setores dominantes de cada país, ou seja, do sistema repressivo e ditatorial da época.¹²³ No Brasil, o caso mais emblemático relativo à Operação Condor foi o sequestro dos uruguaios, que teve, inclusive, repercussão nacional e internacional.¹²⁴

No dia doze de novembro de 1978, Universindo estava saindo com Camilo e Francesca do condomínio onde moravam no bairro Menino Deus, na rua Botafogo, número 621, bloco 3, apartamento 101, para assistir a uma partida do time do Internacional contra o time do Caxias pelo campeonato gaúcho de futebol, quando os

¹²¹ FRAGA, Gerson Wasen; MAHLKE, Helisane. A Operação Condor e os direitos humanos na América Latina. **Revista temática acadêmico-científica do Centro Universitário La Salle**, Canoas, n. 16, p. 89-105, jan/jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/72/90>. Acesso em: 02 jun. 2020.

¹²² DINGES, John. **Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

¹²³ REIS, Ramiro José dos. **Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um Porto não muito Alegre**. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

¹²⁴ KRISCHKE, Jair. O papel protagonista do Brasil na Operação Condor. In: RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul 2008**: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: Porto Alegre: CORAG, 2008.

três foram presos ilegalmente por agentes da repressão.¹²⁵ Assim pontua Universindo sobre o sequestro:

[...] pegam a Lilián na Rodoviária ao meio-dia de doze de novembro de 1978, e depois vão ao apartamento onde eu... da Rua Botafogo, que era um bloco, eram três blocos, estávamos no fundo, no piso térreo, apartamento muito simples, não tinha nem telefone, nem computador, nem nada. E que íamos assistir Internacional e Caxias com... De propósito, uma questão de ir ao futebol, tudo tranquilo... com Camilo e Francesca, quando os tipos aparecem aí, o apartamento não concedia para eles, diziam — Mas você não morava aqui? —, — Não, morávamos em tal lugar —, então, aí um deles é que fala — Seelig fala —: — Ah a rua das putas —, não sei como, não sei como me perguntava se era ou não era, ou seja, definitivamente essa era uma informação que os tipos tinham; então Lilián cai ao meio-dia, então a levam ao DOPS da rua Ipiranga, a partir dos papéis que os guris... Repara que a Lilián tinha matriculado as crianças em um colégio de... Em um jardim de infância, eram pequenos, então os tipos tiram os papéis e daí vão à casa, e aí os tipos me pegam e levam as crianças, que inclusive como eu não sabia que os tipos levavam as crianças [...].¹²⁶

O homem com as duas crianças acabou sendo sequestrado em consequência da prisão de Lilián, ocorrida algumas horas antes no mesmo dia — 12 de novembro de 1978. Lilián estava na Rodoviária de Porto Alegre aguardando um grupo de familiares desaparecidos e presos políticos no Uruguai quando foi abordada por um grupo de três homens — todos agentes repressivos da polícia brasileira e uruguaia.¹²⁷

De repente, um dos homens segura o braço da moça e é reconhecido por um bilheteiro que trabalhava na Rodoviária de Porto Alegre e estava acompanhando a cena.¹²⁸ Esse homem, amplamente conhecido no Rio Grande do Sul na época da Ditadura Civil-Militar brasileira e reconhecido pelo profissional na cena de prisão de Lilián Celiberti, era Pedro Carlos Seelig.

Seelig foi responsável pelo DOPS gaúcho e condecorado com a Medalha do Pacificador, além de ser amigo próximo de Carlos Alberto Brilhante Ustra, incumbido do bom andamento da Casa da Vóvó paulista, local onde a Tenente Neuza prestou seus serviços como operária da violência alguns anos antes do sequestro dos uruguaiois.¹²⁹ No mesmo desígnio, Carlos Brilhante Ustra pontua: “No Setor de

¹²⁵ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à Memória e à Verdade**: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

¹²⁶ Cf. PADRÓS; VIVAR, 2013, p. 243.

¹²⁷ Cf. CUNHA, 2008a.

¹²⁸ Cf. CUNHA, 2008a.

¹²⁹ SPERB, Paula. Operação Condor: ‘Sequestro dos Uruguaiois’ completa 40 anos. **Veja**, São Paulo, nov/2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/operacao-condor-sequestro-dos-uruguaiois-completa-40-anos/>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Operações, o Delegado Pedro Carlos Seelig, responsável pelas prisões e pelos interrogatórios, chefiava uma equipe que trabalhava com grande eficiência, sempre em consonância com as Diretrizes do III Exército”.¹³⁰

Junto com Pedro Carlos Seelig, abordando a uruguaia, estava Glauco Yannone, membro da secreta *Compañía de Contraintormaciones*, equivalente ao DOI-CODI brasileiro, executor de dezenas de sequestros e desaparecimentos de uruguaios em diversos países do Cone Sul, como o Brasil, através da Operação Condor. Yannone já era uma face conhecida para Lilián Celiberti, pois ele havia prendido Hugo, seu ex-marido, em um quartel em Montevideu alguns anos antes.¹³¹

Após, Lilián foi encaminhada para a sede do DOPS em Porto Alegre, onde se iniciaram as torturas, sendo totalmente despida, permanecendo apenas com um capuz em seu rosto e com presilhas de metal fixadas nos dedos de suas mãos e pés para iniciarem os choques elétricos.¹³² Em dado momento das torturas, Seelig retira o capuz do rosto de Lilián e mostra o boleto da escola maternal Cisne Branco, localizada a poucas quadras do apartamento onde os guerrilheiros e as crianças moravam na Rua Botafogo, contendo o endereço de sua habitação.¹³³ Lilián então declara que aquele era o endereço de sua residência e que possuía dois filhos — Camilo e Francesca. Assim, após a declaração da uruguaia, Seelig levou a mulher para a operação de captura de seus filhos e de Universindo. No mais, Luiz Cláudio Cunha aduz:

Quando estacionam em frente ao prédio, vê os dois filhos, Camilo e Francesca. Na calçada, o garoto de oito anos e a menina de três se surpreendem ao ver a mãe desembarcar de uma camionete, acompanhada de homens que não conhecem. Seelig sai na frente, entra no andar térreo do bloco 3 e vê um rapaz moreno, de costas, trancando a porta do apartamento 110. Quando se volta, dá de cara com a pistola de Seelig apontada para o seu peito. O delegado é seco:

— Tu tá preso!

O Internacional teria um torcedor a menos naquele domingo, entre os 17.735 pagantes no jogo contra o Caxias pelo Campeonato Gaúcho. Fã do Peñarol em Montevideu, Universindo em pouco tempo se apaixonara pelo vermelho

¹³⁰ Cf. USTRA, 1987, p. 121.

¹³¹ Cf. CUNHA, 2008a.

¹³² Cf. CUNHA, 2008a.

¹³³ Cf. REIS, 2012.

socialista da camiseta colorada. Estava saindo do apartamento para ir ao estádio Beira-Rio com as duas crianças.¹³⁴

Os uruguaiois foram levados por Seelig e Yannone para a delegacia do DOPS de Porto Alegre, que ficava na Avenida Ipiranga, em frente ao Arroio Dilúvio.¹³⁵ Logo na chegada à delegacia, Universindo foi separado de Lilián e das crianças e levado por um corredor, sozinho, enquanto a mulher e seus filhos foram encaminhados para uma sala ampla para preenchimento de documentos e retirada de fotografias.¹³⁶

Após, Lilián também foi afastada das crianças e encaminhada para uma sala na presença de Faustina Elenira Severino, uma policial do DOPS que era escritã e responsável pelas fotocópias do local. Nesse momento, Lilián, desesperada com a possibilidade de ficar longe de seus dois filhos, pede ajuda para a mulher que trabalhava no DOPS, relatando rapidamente os desaparecimentos de crianças na Argentina e implorando para que ela ligasse para seus pais em Montevideu e os avisasse sobre o sequestro. Além disso, a uruguaia pediu que Faustina cuidasse dos seus filhos caso fosse necessário.¹³⁷

A princípio, duas mulheres teriam ficado responsáveis pelos cuidados das crianças Celiberti. A de que mais se tem notícias é Faustina Elenira Severino, uma mulher negra, alta, com cabelos escuros, e uma mulher clara, alta, com cabelos loiros, que não foi identificada, havendo apenas suspeitas de que se tratava de outra agente do DOPS porto-alegrense, a escritã Laura Maria Chivittes.¹³⁸

De acordo com os relatos de Jair Krischke, Faustina teria sido intimada por Pedro Seelig para cuidar dos dois filhos de Lilián e, conforme os relatos de Camilo Celiberti, teria cuidado dele e da irmã com zelo e compreensão, contrariando os relatos das crianças Teles sobre a Tenente Neuza. O advogado mencionou diversas vezes que Faustina era uma mulher amedrontada, nervosa e preocupada com toda a situação do sequestro e do seu possível enquadramento como responsável pelo ocorrido.¹³⁹

Assim, enquanto Lilián e seus filhos, Camilo e Francesca, permaneceram em Porto Alegre, na sede do DOPS, as crianças ficaram sob os cuidados de Faustina. A

¹³⁴ Cf. CUNHA, 2008a, p. 61.

¹³⁵ Cf. SPERB, 2018.

¹³⁶ Cf. CUNHA, 2008a.

¹³⁷ Cf. PADRÓS; VIVAR, 2013.

¹³⁸ Cf. CUNHA, 2008a.

¹³⁹ Cf. KRISCHKE, 2020.

família Celiberti permaneceu durante dois dias na capital do Rio Grande do Sul sob os olhares dos agentes da repressão gaúcha e uruguaia, sendo após conduzidos para o Uruguai para serem devidamente entregues à polícia repressiva uruguaia.¹⁴⁰

A caminho do Uruguai, Lilián, por medo e preocupação do que poderia acontecer com seus filhos, resolveu agir, dizendo aos policiais que teria uma reunião do partido em sua casa na sexta-feira, dia 17 de novembro de 1978, e que ela estava aguardando a presença de uma figura importante em sua casa. Os policiais, acreditando que a reunião poderia ser com Hugo Cores, um dos responsáveis pela criação do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP), resolveram acreditar na mulher.¹⁴¹ Acerca do disposto, Lilián aclara:

E então aí é quando eu lhes digo que eu tenho que salvar meus filhos, e que para salvá-los vou lhes dizer uma coisa que sei que não deveria dizer para eles, porque de alguma maneira estou traindo meus companheiros com essa informação, porém tenho a obrigação de salvar meus filhos, blábláblá, e então lhes digo que na minha casa do... Na sexta-feira... Vai ocorrer uma reunião, que eu não sei quem, porém sei que alguém da direção vai vir a esta reunião, e que a reunião é às cinco da tarde na sexta-feira.¹⁴²

Isto posto, Lilián retorna a Porto Alegre, enquanto seus filhos e Universindo permanecem em Montevideu, no Uruguai. No DOPS porto-alegrense, ela permaneceu em uma cela, encapuzada. Ao ser retirada da cela, também lhe retiraram o capuz, e ela então percebeu que quem estava responsável pelos cuidados das celas era Faustina, a mulher que havia cuidado de seus filhos enquanto eles estavam na capital gaúcha.¹⁴³ A uruguaia aclara:

[...] a pessoa que cuida é Elenira, a mesma policial que cuidou dos meus filhos, a quem eu havia pedido que avisasse meus pais, que chamasse meus pais por telefone. Então, quando chegamos, ela me pergunta: — Onde estão as crianças? Então isso me possibilita, quando fico sozinha com ela, dizer-lhe, que eu lhe disse: — Lembra que te pedi; porque ficaram os militares... — Disse para ela: — Tu tens que me ajudar para avisar dessa situação, porque meus filhos estão com os militares no Uruguai, e eu estou aqui. Eu suponho que então ela sai e fala com alguém — eu suponho que ela fala com Pedro Seelig — porque quando ela volta me diz este, mas... Não lembro se me disse o capitão ou o... Não sei. Disse: — Se tu colaboras não vai acontecer nada com eles. Às crianças não vai acontecer nada, não vai acontecer nada. Porém eu vejo que essa mulher ficou muito abatida com a

¹⁴⁰ Cf. CUNHA, 2008a.

¹⁴¹ Cf. CUNHA, 2008a.

¹⁴² Cf. PADRÓS, VIVAR, 2013, p. 334.

¹⁴³ Cf. PADRÓS, VIVAR, 2013.

situação, se bem que tenha me dito: — Não, tu tens que ter confiança, tens que acreditar [...].¹⁴⁴

Após, Lilián é levada para a sua residência no bairro Menino Deus, na rua Botafogo, número 621, bloco 3, apartamento 101, juntamente com uma frota de policiais, para começarem a organizar o cerco para a suposta reunião que iria ocorrer na sexta-feira seguinte. Porém, o que os policiais não sabiam e não desconfiaram é que a uruguaia, na realidade, havia trocado a data da reunião de sexta-feira para sábado antes de ocorrer o sequestro. Além disso, Lilián recebera um telegrama codificado do partido na quinta-feira perguntando-lhe se ela estava bem, pois o combinado era que ela ligasse em determinados dias da semana e, por causa do sequestro, não havia ligado nenhum dia.¹⁴⁵

No telegrama, havia um número para o qual ela deveria ligar. A ligação foi feita do DOPS, juntamente com Pedro Seelig, que acompanhou a conversa. Lilián mencionou na ligação que dissessem ao companheiro de São Paulo que ela estaria na sexta-feira, às cinco da tarde, em sua casa. Seelig, satisfeito com a ligação, mal sabia que a uruguaia havia, através de um código, dado um sinal de alarme avisando ao partido que algo errado estava acontecendo com ela.¹⁴⁶

Na sexta-feira, dia 17 de novembro de 1978, o sequestro dos uruguaios foi finalmente descoberto por dois jornalistas que foram ao encontro do endereço onde Lilián, Universindo, Camilo e Francesca moravam. Acerca do fato, elucida Jair Krischke em depoimento:

[...] quando o Luiz Cláudio e o fotógrafo Scalco entram no prédio — o apartamento era no final do corredor, um apartamento térreo no final do corredor, e antes de chegar o apartamento havia a escada, que dava acesso aos pisos superiores. E eles notam que uma pessoa — eles entram no edifício —, que outra pessoa entra atrás deles. Esta pessoa sobe as escadas. Eles tocam a campainha, e justo abre a porta aquele senhor que tinha subido e já tinha descido, e apontava uma arma.¹⁴⁷

Luiz Cláudio Cunha era diretor da sucursal da revista Veja em Porto Alegre quando testemunhou, ao lado do fotógrafo João Batista Scalco, da revista Placar, o sequestro da uruguaia Lilián Celiberti. Em meio ao fechamento de uma edição da revista, o diretor da sucursal recebeu uma ligação anônima de São Paulo, que depois

¹⁴⁴ Cf. PADRÓS, VIVAR, 2013, p. 335.

¹⁴⁵ Cf. CUNHA, 2008a.

¹⁴⁶ Cf. CUNHA, 2008a.

¹⁴⁷ Cf. PADRÓS, VIVAR, 2013, p. 49.

descobriu ter sido feita por Hugo Cores, mencionando que os uruguaiois estavam desaparecidos há uma semana e informando o endereço na rua Botafogo.¹⁴⁸

Outro sujeito de extrema importância no sequestro dos uruguaiois e que entra em voga logo após a chegada dos jornalistas é Omar Ferri, advogado, que logo se tornaria o jurista responsável pelo famoso caso. Assim como Luiz Cláudio Cunha, Omar Ferri também recebeu uma ligação informando o desaparecimento de Lilián, Universindo, Camilo e Francesca, mencionando que os companheiros de partido não conseguiam se comunicar com eles há uns cinco dias, que isso nunca havia acontecido e que os colegas de partido estavam preocupados.¹⁴⁹

Ferri decidiu checar o que lhe fora mencionado na ligação e, na sexta-feira, dia 17 de novembro de 1978, foi ao apartamento dos uruguaiois, chegando, porém, após o horário em que supostamente aconteceria a reunião do partido. Assim, no momento da chegada de Omar Ferri, já não havia mais ninguém na residência dos uruguaiois, mas o apartamento estava todo bagunçado, deixando o advogado desconfiado. Ferri decidiu, então, deixar um recado em um pedaço de papel embaixo da porta do apartamento de Lilián e Universindo, mencionando seu endereço e seu telefone, caso eles precisassem de algum auxílio e retornassem ao apartamento.¹⁵⁰

Na primeira ida do advogado ao apartamento dos uruguaiois, o zelador do prédio havia lhe informado que achava que Lilián e Universindo tinham ido passar o final de semana fora. Em consequência disso, Ferri resolveu retornar ao apartamento no sábado e no domingo, mas não encontrou ninguém.¹⁵¹

Na segunda-feira, dia 20 de novembro de 1978, Omar Ferri participou de um julgamento na Vara do Júri, e seu cliente era Delaro Severino — que por coincidência era irmão de Faustina Elenira Severino, que, oito dias antes, estivera responsável pelos cuidados de Camilo e Francesca no DOPS de Porto Alegre. Após o término da audiência, o advogado foi procurado por dois jornalistas — José Mitchell e Erni Quaresma — que buscavam informações sobre o sequestro dos uruguaiois e portavam diversos documentos acerca da fatalidade ocorrida, sendo um deles o

¹⁴⁸ Cf. SPERB, 2018.

¹⁴⁹ FERRI, Omar. [Entrevista concedida a] Márcia de la Torre e Carine Medeiros Trindade. **Revista Justiça & História**, v. 4. Porto alegre: TJRS, 07 jun. 2004. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaicho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v4n8/doc/08_Omar_Ferri.pdf. Acesso em: 05 jun. 2020.

¹⁵⁰ Cf. PADRÓS, VIVAR, 2013.

¹⁵¹ FERRI, Omar. **Sequestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

bilhete que Omar Ferri havia deixado embaixo da porta do apartamento na Rua Botafogo quando fora procurar os desaparecidos.¹⁵²

A partir disso, o advogado, juntamente com o jornalista Luiz Cláudio Cunha e com o fotógrafo João Batista Scalco, começou a buscar informações acerca do desaparecimento dos quatro uruguaios. Inicialmente, Omar Ferri recebeu duas ligações anônimas de uma mulher, que posteriormente descobriu ser Faustina, que ligava para alertar o advogado sobre a situação das crianças, com medo de que elas ficassem desaparecidas, como Lilián Celiberti a havia alertado.¹⁵³

O primeiro desses telefonemas foi atendido pela filha de Ferri. Nessa ocasião, a mulher explicou que devia favores ao advogado e pediu que ele agisse depressa, pois as crianças uruguaias corriam perigo. Os favores que a mulher devia a Ferri estavam relacionados ao seu irmão, Delaro Severino, a quem o advogado auxiliou profissionalmente.¹⁵⁴ A partir disso, Ferri assevera:

Eu tinha sido advogado de Delaro Severino naquele Júri. A Faustina Elenira Severino telefona para minha casa e não diz quem é, mais tarde tivemos certeza que havia sido ela. A minha filha atende ao telefone, e ela diz “devo favores ao Dr, Ferri”. Ninguém me devia favores, a não ser ela, porque era irmã do Delaro. Fiz o Júri a pedido dos Oficiais de Justiça e não cobrei nada dele. Tenho uma placa de agradecimento dos Oficiais de Justiça por causa daquele Júri.¹⁵⁵

Já na segunda ligação, Faustina informa que os filhos de Lilián Celiberti já estavam no Uruguai e que haviam sido levados pelos policiais do DOPS junto com a mãe e Universindo. Relatou que estavam bem, mas que possivelmente seriam entregues a um asilo político.¹⁵⁶ A partir desses telefonemas, o advogado resolveu ir atrás da identidade da mulher que ligava pedindo ajuda e dando informações sobre Camilo e Francesca.

Posteriormente, na qualidade de advogado da família Celiberti no Brasil, Omar Ferri acompanhou dona Lilia, a mãe de Lilián, que veio a Porto Alegre para buscar informações sobre a filha e os netos e ir à imprensa brasileira pedir que seus netos fossem entregues aos seus cuidados. No dia 25 de novembro de 1978, depois de permanecerem 13 dias detidos pela repressão policial, Camilo e Francesca foram

¹⁵² Cf. FERRI, 1981.

¹⁵³ Cf. REIS, 2012.

¹⁵⁴ Cf. REIS, 2012.

¹⁵⁵ Cf. FERRI, 2004, p. 23.

¹⁵⁶ Cf. FERRI, 1981.

finalmente entregues ao avô, Homero Celiberti, em Montevideu. A partir daí, o advogado e os jornalistas conseguiram mais pistas sobre a mulher que cuidou das crianças através dos relatos de Camilo.¹⁵⁷

O menino Camilo, com apenas 8 anos na época da fatalidade, tornou-se o responsável pela descoberta dos agentes policiais envolvidos no sequestro. Em janeiro de 1979, Pedro Maciel, jornalista da revista *Veja*, conversou com Camilo em Montevideu. Nessa conversa, o menino descreveu duas mulheres que haviam cuidado dele e da irmã na seção de protocolo do DOPS durante dois dias: “*Una alta y rubia y outra oscura, de pelo redondo*”^{158, 159}

Em fevereiro, após o relato do menino Camilo sobre haver sido cuidado por uma mulher escura e de cabelos encaracolados, Omar Ferri recebe uma nova ligação anônima da mesma mulher que já havia ligado anteriormente. Dessa vez, quem atende o telefonema é a empregada do advogado. A mulher no outro lado da linha pede que a empregada diga a Omar Ferri que procure o irmão Ângelo, em um colégio religioso da capital porto-alegrense, pois esse homem saberia informar quem havia cuidado das crianças Celiberti.¹⁶⁰

Uma semana após a última ligação anônima, Ferri recebe a ligação do irmão Ângelo. Ambos combinaram de se encontrar para conversarem pessoalmente. Nesse encontro, o advogado ficou sabendo que a funcionária do DOPS citada por Camilo, que havia cuidado dele e de sua irmã no DOPS de Porto Alegre, era uma ex-religiosa, de nome Lenira, e que a mulher, nervosa com o sequestro, havia se refugiado no interior, na cidade de Candelária.¹⁶¹

Com essa nova informação — e com um nome em vista —, o advogado e os dois jornalistas resolveram ir atrás de pistas sobre Lenira. Através das cópias integrais das sindicâncias e inquéritos realizados pela suspeita na corporação policial e remetidos à Justiça sobre o sequestro dos uruguaios (em torno de oito volumes, totalizando mais de mil e quinhentas páginas), encontraram um nome que chamou a atenção — uma escrivã chamada Faustina Elenira Severino, que gastou duas páginas

¹⁵⁷ Cf. REIS, 2012.

¹⁵⁸ Cf. CUNHA, 2008a, p. 265.

¹⁵⁹ Cf. CUNHA, 2008a.

¹⁶⁰ Cf. CUNHA, 2008a.

¹⁶¹ Cf. PADRÓS, VIVAR, 2013.

e meia de depoimento relatando que não sabia de nada sobre o desaparecimento dos quatro uruguaios no DOPS de Porto Alegre.¹⁶²

Além disso, a mulher afirmava conhecer uma única pessoa relacionada ao caso, o advogado Omar Ferri. A partir da leitura das palavras ditas por Faustina, Ferri chega à conclusão de que ela era a mulher que realizava ligações anônimas para seu número de telefone e que fora a responsável pelos cuidados de Camilo e Francesca.¹⁶³ Outrossim, Ferri relata em depoimento acerca do disposto:

Começamos a examinar, examinar, e ver o nome de mulher, ver nome de mulher e ver nome de mulher... Aí ele fala: o Luiz Cláudio uma hora disse assim: — Está aqui o nome desta, cara, Faustina Elenira Severino —. — É essa aí! É essa aí, Luiz Cláudio! É essa mulher! —. — Mas como... —. — O nome é enganado, o nome é parecido! Eles tinham dado o nome um pouquinho diferente, mas encaixou. Aí nós começamos... Esta mulher me telefonou! Aí descobrimos que ela era irmã do Delaro Severino, que foi o oficial de justiça que eu defendi naquele júri nos dias do sequestro. E que era ela que telefonava aqui para casa, dizendo para eu agir com rapidez, porque senão matavam os pais e entregavam as crianças para militares sem filhos.¹⁶⁴

A partir das informações do irmão Ângelo de que Faustina, por medo de ser relacionada ao sequestro dos uruguaios, havia se refugiado em uma cidade no interior, Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco foram até Candelária. Na cidade, havia um convento, mas a escrivã do DOPS não se encontrava mais lá, ela havia retornado para sua casa em Porto Alegre, cujo endereço estava registrado no seu depoimento no inquérito feito pela Polícia Federal.¹⁶⁵

Assim, na quarta-feira, 21 de março de 1979, Luiz Cláudio Cunha, João Batista Scalco, o fotógrafo Olívio Lamas e o repórter Osmar Trindade foram ao apartamento de Faustina Elenira Severino, na rua Professor Freitas de Castro, bairro Azenha, número 517. Assim que Faustina viu Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco, que estavam na linha de frente na busca de informações sobre o sequestro dos uruguaios, entendeu o motivo da visita em sua residência.¹⁶⁶

A mulher estava muito nervosa, tremia muito e, quando questionada acerca dos cuidados as crianças uruguaias, respondeu que não havia cuidado de ninguém. O jornalista Luiz Cláudio Cunha perguntou à mulher se ela seria reconhecida por Camilo,

¹⁶² Cf. CUNHA, 2008a.

¹⁶³ Cf. CUNHA, 2008a.

¹⁶⁴ Cf. PADRÓS, VIVAR, 2013, p. 125.

¹⁶⁵ Cf. PADRÓS, VIVAR, 2013.

¹⁶⁶ Cf. CUNHA, 2008a.

caso fossem colocados frente a frente, ao que ela reagiu descontroladamente, dizendo que não, que o menino não a reconheceria.¹⁶⁷

Após, Luiz Cláudio solicita a Faustina que seja retirada uma fotografia dela para que Camilo tenha certeza de que não foi ela a responsável pelos cuidados dele e da irmã no DOPS porto-alegrense. A partir dessa solicitação, a mulher, que já estava nervosa, ficou ainda mais agitada com a presença dos homens em seu apartamento, dizendo que não queria ser fotografada, pois caso fosse, seria prejudicada em seu serviço.¹⁶⁸

Depois disso, os homens se retiraram do apartamento da escritã, mas permaneceram do lado de fora do prédio tentando, de alguma maneira, conseguir uma fotografia de qualidade para ser mostrada ao menino Camilo, até que João Carlos Scalco, também chamado de Kadão, conseguiu fotografar Faustina quando ela apareceu de relance na janela de seu apartamento¹⁶⁹, conforme imagem:

Figura 3: Faustina fotografada por João Carlos Scalco



Fonte: GARCIA, 2020.¹⁷⁰

¹⁶⁷ Cf. CUNHA, 2008a.

¹⁶⁸ Cf. CUNHA, 2008a.

¹⁶⁹ Cf. PADRÓS, VIVAR, 2013.

¹⁷⁰ GARCIA, Pedro. Elenira Severino: uma vítima esquecida da Operação Condor. **GAZ**, Santa Cruz do Sul, jul/2020. Disponível em: http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2020/07/26/168495-elenira_severino_uma_vitima_esquecida_da_operacao_condor.html.php. Acesso em 03 ago. 2020.

A fotografia da escrivã foi levada para Montevideu por Pedro Maciel, o jornalista que já havia entrevistado Camilo. Ao ver a imagem de Faustina Elenira Severino, o garoto apontou e afirmou que a conhecia, e, quando o jornalista questionou de onde ele conhecia a mulher da fotografia, Camilo respondeu que a conhecia do quartel perto do arroio — referindo-se à sede do DOPS porto-alegrense, às margens da avenida Ipiranga, em frente ao Arroio Dilúvio.¹⁷¹

No dia 17 de abril de 1979, em audiência na CPI sobre o sequestro de Lilián, Universindo, Camilo e Francesca, Faustina Elerina Severino entrou em cena. A mulher foi acompanhada por um médico da polícia para prestar depoimento, estava tensa, constrangida e com um forte hematoma no olho esquerdo, que, de acordo com o relato do médico que a acompanhava, era consequência de uma queda em que ela batera o rosto na quina do fogão, pois a mulher sofria de desmaios constantes. Assim, por conta do machucado, Faustina não iria prestar depoimento, devendo ser interrogada novamente na 3ª Vara Criminal de Porto Alegre, na qual seria inquirida pelo promotor Dirceu Pinto.¹⁷²

Figura 4: Faustina prestando depoimento na CPI sobre o sequestro dos uruguaios



Fonte: GARCIA, 2020.

Nas palavras de Luiz Eduardo Cunha, “Estava claro que Faustina era o elo fraco, a cabeça atormentada, o nervo exposto do sequestro. Sua resistência estava no limite e sua confissão poderia ser devastadora”¹⁷³. Cinco dias depois de aparecer

¹⁷¹ Cf. CUNHA, 2008a.

¹⁷² Cf. SPERB, 2018.

¹⁷³ Cf. CUNHA, 2008a, p. 275.

na CPI com um sério hematoma no olho esquerdo e com uma explicação médica nada convincente para o machucado, a escrivã estava morta.¹⁷⁴

A morte de Faustina Elenira Severino serviu para silenciar a agente, que durante todo o sequestro da família Celiberti e de Universindo procurou informar quem fosse possível, com medo do que poderia acontecer a Camilo e Francesca, pois havia sido alertada por Lilián a respeito dos horrores feitos a crianças desaparecidas no regime repressivo. Desse modo, Faustina havia sido descartada pela repressão para não poder prestar nenhum esclarecimento sobre o sequestro em audiência, consequentemente não incriminando os policiais responsáveis tanto pelas torturas feitas a Lilián e a Universindo quanto pela tortura psicológica feita às duas crianças por ficarem distantes da mãe em um local desconhecido e sem os cuidados adequados.

Como causa de morte da escrivã, o laudo médico alegou derrame cerebral. As circunstâncias da morte eram de se questionar, pois, no dia da morte de Faustina, ela foi vista caminhando com outra pessoa em uma avenida perto de sua casa, estava tranquila e parecia bem, de acordo com o relato de Delaro Severino para Omar Ferri. Além disso, a companheira de apartamento de Faustina, que a encontrou morta, a professora primária Maria Lisete Veloso, narra que a primeira ação da polícia ao chegar no endereço e ver sua colega de apartamento morta foi de isolar o quarteirão, provavelmente por medo da descoberta da mídia sobre a morte da escrivã.¹⁷⁵

Outrossim, no velório, ocorrido no IML, Delaro menciona que ele e os demais parentes perceberam que havia um corte na parte de trás da cabeça de Faustina, jamais registrado no laudo médico feito em função de sua morte.¹⁷⁶ No enterro, estavam presentes as maiores personalidades políticas e militares do estado do Rio Grande do Sul, figuras que normalmente não apareciam para prestar suas condolências para um funcionário que não era considerado do alto escalão policial.¹⁷⁷

Acerca do enterro da escrivã, esclarece Luiz Carlos Cunha em entrevista para o Jornal do Brasil:

Foi uma morte misteriosa e conveniente, dias antes do seu depoimento, o que poderia incriminar muita gente. No velório, apareceram o governador, o general Antônio Bandeira, comandante do 3º Exército, e seu Estado-Maior. O

¹⁷⁴ Cf. SPERB, 2018.

¹⁷⁵ Cf. CUNHA, 2008a.

¹⁷⁶ Cf. CUNHA, 2008a.

¹⁷⁷ Cf. PADRÓS, VIVAR, 2013.

velório da escrivã virou funeral de Estado, mostrando a cobertura da área militar aos sequestradores.¹⁷⁸

Similarmente, o enterro de Faustina ocorreu em um ambiente de medo e tensão, uma vez que os policiais presentes no local culpavam os repórteres pela morte da escrivã. Além disso, os policiais desfilavam com seus paletós abertos para exibir para quem quisesse ver a coronha da pistola que carregavam em sua cinta, enfatizando ainda mais o clima de terror e inquietação.¹⁷⁹

Esse foi o fim de Faustina Elenira Severino, a mulher compreensiva e atenciosa que cuidou de Francesca e Camilo no DOPS de Porto Alegre e que procurou auxiliar a família da forma que pode — entrando em contato com Omar Ferri, mesmo que de maneira anônima, para passar as informações que tinha sobre as crianças uruguaias. A escrivã, ao contrário da Tenente Bia, ajudou a romper com as amarras da repressão que cercavam Porto Alegre, além de prestar cuidados à família Celiberti.

Por fim, graças à ajuda do menino Camilo no reconhecimento dos agentes da repressão, juntamente com a força da mídia, que cobriu todo o sequestro dos uruguaios, trazendo à tona as torturas e violências ocorridas numa Ditadura Civil-Militar, o sequestro dos uruguaios no Brasil foi um dos primeiros casos a ser julgado com a criminalização de um agente da polícia — Didi Pedalada, reconhecido por Camilo em imagens apresentadas ao menino, além de ter sido identificado por Kadão. A prisão e tortura de Lilián, Universindo, Camilo e Francesca se tornou famosa no Cone Sul e mundialmente, graças à luta de sujeitos comprometidos com a resolução do caso, o que possibilitou o retorno das crianças para seus avós, assim como a soltura de Lilián e Universindo após cinco anos de prisão em Montevideu.

Como visto, a presença de Faustina Elenira Severino no presente caso foi de suma importância, uma vez que manteve sob seus cuidados as crianças Celiberti enquanto Lilián estava sendo torturada física e psicologicamente para conceder informações à polícia repressiva sobre sua participação como militante política, além de auxiliar o advogado Omar Ferri, de forma onipresente, dispondo de informações acerca dos uruguaios detidos em 17 de novembro de 1978. A escrivã, devido à sua preocupação e compreensão com a situação, conseguiu fazer diferença na

¹⁷⁸ CUNHA, Luiz Cláudio, 2008b. In: L&PM Editores. Entrevista com Luiz Cláudio Cunha no *Jornal do Brasil*. Entrevistas, **L&PM Editores**. Cerqueira César: L&PM, 28/01/2009. Disponível em: https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805133&SecaoID=816261&SubsecaoID=618848&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=483816. Acesso em: 03 ago. 2020.

¹⁷⁹ Cf. CUNHA, 2008a.

assistência às crianças, que poderiam ter sofrido mais traumas além dos que já carregavam por terem passado pelas mãos da repressão ditatorial da época.

Aqui, temos um exemplo antagônico ao da Tenente Neuza, uma vez que Faustina era uma mulher que não concordava com as ações de seus superiores e que procurou modificar a situação das vítimas que ficaram sob seus cuidados. Faustina foi uma mulher que sofreu diretamente as consequências de contrariar os pressupostos da polícia repressiva, sendo agredida, silenciada e morta.

Nesse entendimento, a Tenente Neuza atuou como uma operária da violência, ao contrário da escritã Faustina Elenira Severino. Em conclusão, apesar da falta de visibilidade das mulheres que atuavam como agentes policiais na repressão, a Tenente Neuza obteve destaque, pois atuou na Casa da Vovó participando das agressões, torturas e mortes — como, por exemplo, no sequestro da família Teles. Miúda atuou em equidade ao gênero masculino, com quem se relacionava profissionalmente, contrariando o esperado de uma mulher agente policial, ou seja, um comportamento passivo e feminino, de compreensão e de afeto, como o percebido e desempenhado por Faustina Elenira Severino.

3 A INCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA E DA TORTURA NAS FORÇAS POLICIAIS

Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem.¹⁸⁰

O presente capítulo possui a prerrogativa de explicar a incidência da violência e da tortura nas forças policiais. A partir disso, serão feitos breves apontamentos acerca do conceito de gênero, de suma importância para a discussão e entendimento dos papéis de gênero frente a uma sociedade patriarcal, principalmente diante do período ditatorial brasileiro. Outrossim, o capítulo apresenta a mulher como integrante das forças públicas, trazendo principalmente seu papel de gênero frente à instituição policial, à violência e à tortura, incidindo na polícia no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira. No mais, o capítulo traz o perfil do perpetrador, facilitador e/ou espectador da violência.

3.1 BREVES APONTAMENTOS ACERCA DO CONCEITO DE GÊNERO

De início, é pertinente frisar que o presente estudo, apesar de apresentar um entendimento da mulher como perpetradora, facilitadora e/ou espectadora da violência, como foi o caso da Tenente Neuza na sua passagem pelo DOI-CODI paulista nos anos da Ditadura Civil-Militar em nosso país, não pretende estigmatizar ou rotular o gênero feminino em nenhuma hipótese, principalmente quanto às denominações apresentadas. O presente trabalho abarca um estudo sobre papéis de gênero com ênfase nas mulheres que trabalharam para a repressão militar, cometendo ou participando do cometimento de delitos violentos, aprofundando o entendimento sobre as questões de gênero em nossa sociedade, procurando entender quais foram as condições necessárias para que uma mulher operária da violência na Ditadura Civil-Militar brasileira cumprisse o seu papel como agente pública, já que esse papel era prioritariamente masculino.

Diante disso, quando se trata de mulheres, é de suma necessidade diferenciar os conceitos de gênero e sexo, pois o conceito de gênero será utilizado no decorrer da dissertação para explicitar as problematizações referentes ao gênero feminino e

¹⁸⁰ SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras; 2017, p. 310.

aos papéis de gênero em uma sociedade. A noção de gênero foi introduzida primeiramente pelas feministas americanas, que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Assim, a palavra gênero indicaria uma rejeição ao determinismo biológico implícito em termos como sexo ou diferença sexual.¹⁸¹

Nesse entendimento, os estudos iniciais sobre gênero eram centrados nessa suposição binária entre sexo e gênero, ou seja, em um entendimento baseado na dicotomia. O conceito de gênero viria, então, para rejeitar o determinismo biológico implícito nos termos “sexo” ou “diferença sexual”, e demonstrar o caráter relacional nas definições acerca da feminilidade.¹⁸²

Outrossim, a partir de 1970, o termo gênero se tornou relevante devido à influência do movimento feminista e da revolução dos paradigmas da ciência. A palavra gênero passou a ser usada para descrever aquilo que é socialmente construído, em oposição à palavra sexo, que designa uma condição biologicamente determinada. Gênero, portanto, passou a denominar qualquer construção social que tenha relação com a distinção masculino/feminino.¹⁸³

A apropriação da palavra gênero deriva do livro de Robert Stoller, intitulado “*Sex and Gender*”, publicado em 1968, no qual o autor define gênero como algo presente na conduta humana, nos sentimentos, nos pensamentos e nas fantasias que se relacionam com o sexo, mas que não possui uma base biológica. Para Stoller, o sentimento de ser mulher e o sentimento de ser homem, ou seja, a identidade de gênero à qual um sujeito entende pertencer era mais importante do que as características biológicas e anatômicas.¹⁸⁴ O autor chegou a essa conclusão a partir de pesquisas realizadas com crianças às quais havia sido atribuído um sexo diferente do genético. Essas pesquisas o levaram a entender que o papel atribuído socialmente

¹⁸¹ SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Nova York: Columbia University Press, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 06 jul. 2020.

¹⁸² CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia feminista: teoria feminista e crítica às criminologias**. Porto Alegre: Lumen Juris, 2017.

¹⁸³ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>. Acesso em: 06 jul. 2020.

¹⁸⁴ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

era mais relevante para a aquisição da identidade do indivíduo do que efetivamente a biologia.¹⁸⁵

Porém, somente em 1975 Gayle Rubin veio a propor, em “*Women in traffic*”, a denominação do sistema sexo/gênero, contribuindo para a difusão do conceito e para o desenvolvimento dos estudos acerca dessa temática. A autora define o sistema sexo/gênero como um conjunto de disposições no qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, ou seja, a opressão sofrida na perspectiva da relação sexo/gênero seria produto de relações sociais, e não biológicas. Nesse primeiro momento, a autora entendeu que o sexo não era algo construído socialmente como o gênero, mas um conceito físico determinado a partir do aparato biológico do sujeito.¹⁸⁶

No mais, Joan Scott, historiadora feminista, utilizou o conceito de gênero a partir da historicidade e de seus componentes políticos, acreditando que o gênero se tornou, conseqüentemente, um meio de indicar as “construções sociais” relativas à perspectiva feminino/masculino, com uma criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. A utilização do conceito gênero põe ênfase sobre um amplo sistema de relações, que pode incluir o sexo ou não, mas que não é diretamente determinado pelo conceito de sexo, que por sua vez, não define diretamente a sexualidade de um sujeito.¹⁸⁷

Ademais, a pesquisadora propõe o uso da política como domínio de utilização do gênero para a análise histórica e justifica a ideia de política e de poder em seu sentido mais tradicional, ou seja, no que diz respeito ao governo e ao Estado-nação. Scott acredita que a história política foi a trincheira de resistência à inclusão das questões acerca das mulheres e do conceito de gênero, pois esses aspectos eram vistos como uma categoria antiética aos negócios sérios da denominada verdadeira política.¹⁸⁸

Logo, no entendimento de Scott, gênero seria a maneira de significar as relações de poder através de uma construção social. A partir dessa compreensão, o gênero indicaria os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres através de

¹⁸⁵ Cf. CAMPOS, 2017.

¹⁸⁶ Cf. CAMPOS, 2017.

¹⁸⁷ Cf. SCOTT, 1989.

¹⁸⁸ SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 77-87, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634464>. Acesso em: 18 out. 2020.

construções sociais, sendo uma categoria social imposta a um corpo sexuado. Nessa percepção, também pontua o gênero como uma primeira forma de significar as relações de poder perante a sociedade.¹⁸⁹

Nesse toar, segundo Scott, os estudos sobre gênero deveriam apontar para a necessidade de rejeição de uma ideia fixa e permanente da oposição binária entre masculino e feminino, além da importância da sua historicização e desconstrução. Assim, a análise da historiadora e pesquisadora é de máxima relevância para os estudos de gênero, uma vez que incorpora contribuições inovadoras no terreno teórico e no conhecimento histórico.¹⁹⁰

Outrossim, para Linda Nicholson, que buscou desconstruir as visões dominantes de sexo e gênero, “mulher” funcionaria como uma palavra cujo sentido não é encontrado na elucidação de uma característica específica, mas na elaboração de uma complexa rede de características, ou seja, um conceito em constante evolução e andamento. Para Nicholson, o conceito de gênero, inicialmente, foi utilizado para se referir à personalidade e ao comportamento de um sujeito, e não ao corpo, em oposição ao conceito de sexo, que seria algo biologicamente dado ao indivíduo.¹⁹¹

Além disso, a autora entende que, se o corpo também é uma interpretação social, o sexo não poderia se desprender do gênero, mas deveria ser algo a ser subsumido pelo conceito de gênero. Nicholson acredita que o feminismo, juntamente com o abarcado de conceitos que derivam dele, como o conceito de gênero, deve abandonar tanto o determinismo quanto o fundacionalismo biológico, uma vez que o corpo é mais uma variável e menos uma constante capaz de fundamentar noções relativas à diferença entre o masculino e o feminino.¹⁹²

Ademais, Linda Nicholson, ao desconstruir a visão predominante e engessada na dicotomia sexo/gênero, convida a pensar “mulher” como uma palavra cujo sentido, como dito anteriormente, não é encontrado na explanação de uma simples característica, mas no conjunto de uma enorme rede de características, preconizando o entendimento de gêneros plurais. Menciona também que se deve pensar o conceito da palavra “mulher” como capaz de ilustrar um mapa de semelhanças e diferenças com que se cruzam, ou seja, demonstrando a necessidade de abarcar diversos

¹⁸⁹ Cf. SCOTT, 1989.

¹⁹⁰ Cf. SOIHET, 1998.

¹⁹¹ Cf. NICHOLSON, 2000.

¹⁹² Cf. NICHOLSON, 2000.

sentidos e características para a denominação, abandonando a noção de que se possa definir apenas um conceito fechado e único para a palavra.¹⁹³

Por sua vez, a expressão “teoria *queer*”, trazida pela pesquisadora Teresa Lurtis, em seu artigo denominado “*Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities*”, publicado em 1991, traz uma nova visão para o conceito de gênero. A ideia promovida por Lurtis era reformular os termos da sexualidade a partir de um novo ponto, provindo de três pensamentos interligados: 1) a recusa da heterossexualidade como referência para todas as formações sexuais; 2) a atenção ao conceito de gênero sendo capaz de interrogar as suposições frequentes de que os estudos gays e lésbicos são um objeto homogêneo; 3) a busca por um entendimento a partir da ideia de que a raça molda as subjetividades sexuais dos sujeitos. No entanto, três anos após a publicação do artigo, a autora abandonou o conceito por considerar desprovido de significado.¹⁹⁴

Na busca por conceituar a palavra gênero, e abraçando a ideia da “teoria *queer*”, Judith Butler demonstrou, em sua revolucionária obra “*Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*”, que o que anteriormente era entendido como gênero deveria ser questionado, pois esse conceito implicava algo muito mais abrangente do que apenas uma construção social, sugerindo, inclusive, que o sexo era tão culturalmente construído quanto o gênero.¹⁹⁵ Acerca disso, Butler elucida:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.¹⁹⁶

Nessa perspectiva, o que Judith Butler aclarou foi que o gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, que não deveria ser entendido como algo estático, mas como algo fluído e em constante mudança. Além do mais, Butler problematiza o conceito de mulher, tentando abranger também aspectos como raça, etnia, idade, ou seja, a adesão ao plural, sugerindo uma política sem a necessidade da constituição

¹⁹³ Cf. NICHOLSON, 2000.

¹⁹⁴ Cf. CAMPOS, 2017.

¹⁹⁵ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

¹⁹⁶ Cf. BUTLER, 2017, p. 21.

de uma identidade fixa, de um sujeito previamente concebido a ser representado para que essa política se legitime.¹⁹⁷ À vista disso, expõe a autora:

Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de um conjunto de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga. As configurações culturais do sexo e do gênero poderiam então proliferar ou, melhor dizendo, sua proliferação atual poderia então tornar-se articulável nos discursos que criam a vida cultural inteligível, confundindo o próprio binarismo do sexo e denunciando sua não inaturalidade fundamental.¹⁹⁸

Ainda, a autora questiona a própria categoria de gênero como uma interpretação cultural de sexo. Além disso, acredita que o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza, questionando com isso a constituição do sexo como algo pré-discursivo, e, portanto, anterior à cultura e ao entendimento de gênero.¹⁹⁹

De acordo com Butler, a teoria feminista tradicional defende a identidade dada pelo gênero, e não pelo sexo, aceitando o sexo como algo natural e o gênero como algo constituído, determinado culturalmente, equivalendo a aceitar que o gênero expressaria uma essência do sujeito. A autora acredita que a dicotomia entre sexo/gênero não faz sentido, pois entende que o sexo seja algo tão culturalmente construído em sociedade quanto o gênero, e que, talvez, “o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal modo que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma”.²⁰⁰

Em vista disso, a autora propõe uma desnaturalização do gênero, ou seja, a libertação do conceito, que uma vez já foi tão engessado pela diferença sexo/gênero. Butler avança que o entendimento do conceito de gênero se dá a partir de uma ideia de inconstância, além de desconstruir a ideia de um indivíduo uno, pois a identidade de um sujeito é performativamente construída — novamente trabalhando com a ideia de fluidez.²⁰¹ Acerca do discutido, assevera Ana Cristina Santos: “no gênero e na sexualidade não existe nada de autêntico ou natural, sendo as identidades

¹⁹⁷ Cf. PEDRO, 2005.

¹⁹⁸ Cf. BUTLER, 2017, p. 256.

¹⁹⁹ Cf. PEDRO, 2005.

²⁰⁰ Cf. BUTLER, 2017, p. 25.

²⁰¹ Cf. BUTLER, 2017.

constituídas, decompostas e reelaboradas através da repetição de performatividades socialmente construídas e temporalmente contingentes”.²⁰²

Assim, a perspectiva da teoria *queer* acrescenta maior complexidade aos questionamentos e entendimentos do que seria o conceito de gênero a partir da desconstrução do sistema sexo/gênero proposto tradicionalmente pelo feminismo, reivindicando não apenas a sua descontinuidade, mas propondo refletir sobre a sexualidade — principalmente a heterossexualidade —, trazendo novos indivíduos que desestabilizam as categorias normativas anteriormente fixadas a partir da cultura e do sujeito ocidental.²⁰³ Nesse toar, reflete Santos:

[...] a teoria queer propunha-se a construir o espaço de desestabilização, subversão e emancipação para os fenômenos relacionados com sexualidade e gênero, não mais entendidos de forma linear e regular, mas antes instáveis, fluidos, tão reais quanto imaginados, e sempre politizados.²⁰⁴

Ainda, Butler entende que, para reinventar as normas acerca do conceito de gênero, seria necessário repensá-las a partir de situações performáticas, como, por exemplo, a transgressão feita por um corpo feminino imitando a masculinidade. Assim, na ressignificação aparentemente natural entre os corpos masculinos e o desejo heterossexual, as relações lésbicas, por exemplo, não meramente replicam de modo levemente diferenciado as relações heterossexuais de homens/mulheres. Ao contrário, essas relações são reconstituídas, misturando categorias e destruindo as relações casuais normalmente entendidas como base da cadeia heteronormativa, que procura alinhar os corpos masculinos com a masculinidade e os corpos femininos com a feminilidade, projetando o desejo de tais corpos.²⁰⁵

Indo ao encontro do que foi elucidado por Butler em relação à fluidez do conceito de gênero, Donna Haraway, outra representante do feminismo pós-moderno, quando trata acerca da discussão sobre o entendimento do feminismo, aduz que o feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos — ou seja, com indivíduos plurais, que se afastam da engessada dicotomia sexo/gênero —, com uma visão crítica, derivada de um posicionamento também crítico em um espaço social não

²⁰² SANTOS, Ana Cristina. Identidades, contextos e ação coletiva. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 76, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/813>. Acesso em: 29 set. 2020.

²⁰³ Cf. CAMPOS, 2017.

²⁰⁴ Cf. SANTOS, 2006, p. 7.

²⁰⁵ MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia Feminista: novos paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

homogêneo e marcado pelo gênero. Destarte, entende que a responsabilidade do feminismo requer um conhecimento afinado à ressonância, e não a dicotomias. Entende que o gênero se caracteriza por ser baseado na diferença estruturada e estruturante, no qual as tonalidades de localização extrema de um corpo intimamente pessoal e individualizado vibram em um mesmo campo com as emissões globais de tensão.²⁰⁶

Haraway aduz que os limites do humano desapareceram da experiência social contemporânea. Ou seja, entende que a ficção humanista baseada na ideia de “homem universal” já não se sustenta, tampouco pode sustentar uma categoria de “mulher”. Assim, embora as identidades dos sujeitos sejam impostas socialmente, estes mesmos indivíduos são capazes de subvertê-las, uma vez que a identidade de alguém não é única e não está fixada de maneira permanente.²⁰⁷

Deste modo, Raewyn Connell supõe que o conceito de gênero diz respeito ao modo como as sociedades lidam com os corpos humanos, sua continuidade e as consequências disso para a vida pessoal de um sujeito, assim como para o destino coletivo. Logo, para a autora, o gênero se caracteriza por ser uma estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que permeiam as distinções reprodutivas sobre os corpos para o entendimento dos processos sociais.²⁰⁸

Assim, Connell presume que não se pode pensar o ser mulher ou o ser homem como uma experiência fixa diante da natureza, porém também não se deve pensar como uma imposição externa realizada por meio de normas sociais ou de pressão de autoridades. É necessário entender que as pessoas constroem a si mesmas como masculinas ou femininas, assim, o indivíduo reivindica o lugar na ordem de gênero, ou responde ao local que lhe foi dado, na maneira como sua vida e suas escolhas são feitas.²⁰⁹

A partir desse entendimento, o gênero é uma questão de relações sociais dentro das quais sujeitos e grupos atuam. Dessa forma, ao abordar o conceito de gênero, não se fala apenas das simples diferenças ou categorias já fixadas, mas

²⁰⁶ HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 01 out. 2020.

²⁰⁷ Cf. MENDES, 2017.

²⁰⁸ CONNELL, Raewyn. **Gênero: uma perspectiva global**. 3. ed. São Paulo: nVersos, 2015.

²⁰⁹ Cf. CONNELL, 2015.

também de relações interpessoais, fronteiras, práticas, identidades e imagens ativamente criadas em processo sociais, ou seja, gênero como um conceito amplamente fluido e em constante construção e desconstrução.²¹⁰

Simone de Beauvoir tinha razão ao afirmar que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”²¹¹, uma vez que o corpo e a mente da mulher devem ser instrumentos de liberdade, e não uma essência definidora e limitadora, previamente concebida socialmente. As mudanças a partir da noção de gênero produziram novas formas de ver o mundo, desconstruindo a base biológica dos comportamentos femininos e masculinos, possibilitando uma nova dialética entre os gêneros. Porém, o entendimento da essência feminina como submissa perante a masculina segue permeando nossa sociedade.

Ademais, uma característica central da injustiça de gênero é o androcentrismo, que se caracteriza pela construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados à masculinidade. O androcentrismo e o sexismo predominantes nas relações interpessoais exigem a mudança dos valores culturais que privilegiam a masculinidade e negam respeito ao gênero feminino — ideia essa que o feminismo busca combater frente a uma sociedade patriarcal e essencialmente masculina.²¹²

Um exemplo no qual o androcentrismo pode ser percebido é nas carreiras policiais. A presença do gênero feminino na polícia ainda é vista e entendida como um tabu a ser vencido, uma vez que poucas mulheres conseguem visibilidade na profissão de policial, e uma fração ainda menor consegue efetivamente se destacar no cargo frente a um local prioritariamente masculino e machista.

Por fim, é de suma importância enfatizar que, no que tange à ideia de gênero, os conceitos utilizados dentro da polícia seguem arcaicos, com um entendimento baseado na dicotomia sexo/gênero já explicitada anteriormente, utilizada pelos primeiros autores que dialogaram e discutiram acerca do assunto. Logo, quando abordado o conceito de gênero e suas reflexões no presente trabalho, é necessário manter a ideia de que, apesar de ser fluído e em constante construção e mudança, dentro do aparato policial, e principalmente frente a um governo autoritário como o

²¹⁰ Cf. CONNELL, 2015.

²¹¹ BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 11.

²¹² FRASER, Nancy. A redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14, p. 1-382, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em: 06 jul. 2020.

presente no Brasil no contexto da Ditadura Civil-Militar, o entendimento tradicional do conceito é presente e utilizado.

A mulher, quando integrante das forças policiais, possui um papel de “guia do bem”, ou seja, deve conduzir, amparar e orientar os demais cidadãos, sempre abarcada dentro de um ideal de cuidado e de compreensão frente aos demais indivíduos e ao aparato policial. Já o homem exalta força e potência, devendo lutar contra o mal que assola a sociedade, sendo visto e entendido como o verdadeiro guerreiro e salvador da pátria.²¹³

Em suma, é clara a ideia de binarismo imposta e propagada dentro da força policial — também já entendida uma vez dentro do conceito de gênero. Os papéis de gênero dentro da polícia são bem delimitados e dificilmente alterados, devendo a mulher se manter a pessoa humana, apaziguadora e terna diante dos seus afazeres como profissional, sendo responsável principalmente pelos cuidados de vulneráveis, como idosos e crianças, e o homem, a pessoa responsável por encargos que demandam força, perigo e violência.

3.2 A MULHER COMO INTEGRANTE DAS FORÇAS PÚBLICAS

Desde o ingresso das primeiras mulheres na polícia, elas se deparam com um local de trabalho que, frequentemente, lembra-as de que não pertencem àquele lugar. O gênero feminino adentrou na polícia como uma forma de humanizar e trazer a presença feminina para dentro de uma corporação tradicional e com imposições fortemente machistas. A presença do gênero feminino na polícia é vista como um tabu a ser vencido diante das forças públicas, uma vez que poucas mulheres conseguem visibilidade na polícia, e uma fração ainda menor consegue efetivamente se destacar no cargo frente a um local prioritariamente masculino.

Nesse entendimento, a polícia brasileira adotou uma postura de agressividade e violência no seu regramento, estando sempre pronta para o combate. Os heróis e as instituições militares ganharam destaque frente à sociedade e ficaram marcados por características identificadoras de uma masculinidade hegemônica. Assim, o aparato simbólico constituído pelo Estado e por suas instituições de poder — sejam

²¹³ SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

elas a polícia civil ou a militar — tende a afirmar o masculino enquanto poder dominante diante do corpo social.²¹⁴

No Brasil, a filosofia tradicional da polícia é movida pelo espírito belicoso do Exército Nacional e por ideologias machistas. Dessa forma, o tratamento para a inserção de mulheres nos quadros das polícias ocorre de uma maneira muito limitada e com pouca visibilidade. Atualmente, na maioria dos estados brasileiros, o efetivo de mulheres não pode ultrapassar 10% do total de policiais, e a participação feminina nas polícias militares, por exemplo, corresponde a aproximadamente 5% de todo o efetivo.²¹⁵

Desde 1891, a Constituição previa que os cargos públicos, civis ou militares, fossem acessíveis a todos os cidadãos, contanto que observadas as condições de capacidade especial previstas, inexistindo, assim, restrições quanto ao gênero. Porém, a primeira nomeação de uma mulher ocorreu somente em 1922, quando Maria Bernadete Fernandes passou a ocupar um cargo público junto ao Almoxarifado da Secretaria da Segurança Pública paulista.²¹⁶

Em 1940, as discussões sobre a introdução das mulheres na polícia se tornaram mais presentes, uma vez que o cenário de violência e criminalidade da cidade de São Paulo crescia, e a introdução de mulheres no policiamento seria uma forma de regenerar o espaço público através da humanização.²¹⁷ A missão do gênero feminino seria agir como uma espécie de cartão de visitas, com a sua incorporação na polícia visando a uma reforma cosmética, que, sem alterar nenhum paradigma já estabelecido, sinalizasse mudança e modernização aos olhos da sociedade.²¹⁸

Assim, em 1951, foi aprovada a Lei n. 1542, que permitiu, oficialmente, a ocupação de diversos cargos por mulheres, como, por exemplo, os de carcereira, telegrafista e escrivã, uma vez que muitas já trabalhavam no cargo, mas eram consideradas “auxiliares” da profissão, subestimando e limitando o valor da

²¹⁴ SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Farda e batom, arma e saia: a construção da polícia militar feminina no Paraná (1977-2000)**. 2011. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná: Paraná, 2011.

²¹⁵ CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100017&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 07 jul. 2020.

²¹⁶ Cf. SOARES; MUSUMECI, 2005.

²¹⁷ MOREIRA, Rosemeri. **Sobre mulheres e polícias: a construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964)**. 2011. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2011.

²¹⁸ Cf. SOARES; MUSUMECI, 2005.

profissional do gênero feminino. A partir da ocupação desses cargos, a defesa da criação de um policiamento feminino se tornou mais forte.²¹⁹

Em 1955, no estado de São Paulo, foram incorporadas treze mulheres à Guarda Civil, criando o Corpo de Policiamento Especial Feminino, que se tornou o primeiro grupamento policial feminino brasileiro, anexo à antiga Guarda Civil de São Paulo. A iniciativa de introduzir mulheres na Guarda Civil surgiu em uma proposta feita por assistentes sociais no I Congresso Brasileiro de Medicina-Legal e Criminologia, realizado em 1953, sob o argumento de que a formação psicológica feminina iria trazer vantagens para a atuação policial em determinadas áreas, como, por exemplo, no trabalho feito junto a idosos, mulheres em situação de criminalidade, menores delinquentes e abandonados — ou seja, com pessoas em situação de vulnerabilidade.²²⁰

Porém, foi somente em 1970 que diversos setores da polícia de outros estados, como a polícia civil e a militar, aderiram ao ingresso de mulheres na corporação, a partir da portaria do Estado-Maior do Exército, que aprovou as normas de organização das Polícias Militares (PMs) e dos Corpos de Bombeiros Militares, assinalando-as em adendo ao capítulo III.²²¹ Assim dispõe a portaria:

Nas atividades normais de policiamento ostensivo, verificam-se acentuadas dificuldades para a efetiva ação no trato com menores delinquentes ou abandonados e com mulheres envolvidas em ilícitos penais. Para atender a esse campo de atividade policial e também a certos tipos de relações com determinado público, no interesse da Corporação, caso seja julgado conveniente, é possível dotar as Polícias Militares de elementos de Polícia Feminina. Após a adoção de instrumentos legais, poderão ser criadas organizações de Polícia Feminina com determinados graus hierárquicos, assemelhados ao da hierarquia militar.²²²

A incorporação do gênero feminino às Polícias Militares brasileiras ocorreu ao longo de 1980, a partir do estabelecimento de cotas para as ingressantes femininas, que dificilmente ultrapassavam 10%. A justificativa utilizada para tal percentual era a diferença biológica entre homens e mulheres, o que tornaria as atividades desempenhadas pelo gênero feminino algo de natureza distinta do masculino. A partir

²¹⁹ Cf. MOREIRA, 2011.

²²⁰ Cf. SOARES; MUSUMECI, 2005.

²²¹ RIBEIRO, Ludmila. Polícia Militar é lugar de mulher? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/43413>. Disponível em: 06 jul. 2020.

²²² Cf. SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 28. [Portaria do Estado-Maior do Estado (EME), de 16 de junho de 1977, capítulo III, item 22].

disso, as atividades a serem exercidas pelas mulheres eram as de secretárias, telefonistas, recepcionistas, datiloscopistas e datilógrafas — cargos administrativos e de zelo às pessoas.²²³

A partir do Decreto-Lei Federal n. 1.072, de 30 de dezembro de 1969, em plena Ditadura Civil-Militar, a Guarda Civil de São Paulo — juntamente com outras dezesseis Guardas Civas, pertencentes às demais unidades da Federação — foi extinta. Assim, seu contingente foi incluído no da Força Pública paulista, resultando na atual Polícia Militar. Isto posto, não houve tempo hábil para o preenchimento de novos cargos criados, e as então policiais civis femininas — agora militares — passaram a ser assim denominadas: 1) tenente-coronel; 2) major; 3) capitã; 4) tenente; 5) sargento.²²⁴

Ademais, é durante o período da Ditadura Civil-Militar brasileira que as mulheres passam a ter permissão para entrar nas Polícias Militares Femininas brasileiras (PMFems), devido à necessidade de cobrir determinados campos nos quais o policiamento masculino — fundamentalmente repressivo — estaria encontrando dificuldades de adesão. Todavia, a efetiva incorporação das policiais militares femininas nos estados brasileiros ocorreu somente a partir do início dos anos 1980, após a redemocratização do país, com a participação feminina buscando modernizar e humanizar a imagem do pelotão masculino, fortemente marcado pelo envolvimento com o período de repressão política.²²⁵

Assim, a Ditadura Civil-Militar brasileira abre as portas para o aparato policial feminino na instituição militar, no qual muitas mulheres atuavam como perpetradoras e/ou facilitadoras da violência juntamente com os colegas do gênero masculino. É nesse momento que teremos a participação da Tenente Bia como uma operária da violência, assassinando e praticando sevícias no DOI-CODI paulista, ao lado, principalmente, dos colegas de equipe Melancia e Alemão.²²⁶

Além disso, é necessário enfatizar que a participação feminina no policiamento repressivo entra em voga no período da Ditadura Civil-Militar em nosso país, mesmo que a participação de mulheres na polícia não seja exclusiva desse período. É no período ditatorial que temos a intensidade da participação feminina na polícia, principalmente nas equipes de Investigação — como é o caso da Tenente Bia —, além

²²³ Cf. RIBEIRO, 2018.

²²⁴ Cf. SOARES; MUSUMECI, 2005.

²²⁵ Cf. SOARES; MUSUMECI, 2005.

²²⁶ Cf. GODOY, 2014a.

do expressivo aumento da violência contra a mulher, principalmente de jovens militantes, que eram mortas, presas e torturadas.

Nesse toar, explana uma oficial feminina da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), em uma palestra proferida no Rio de Janeiro em 1983:

O que é a polícia feminina? É um grupo constituído de senhoras e moças de elevada instrução e educação, de bons costumes, que, após frequentarem curso especializado no Centro de Formação e Aperfeiçoamento e serem nele diplomadas, entram em ação, usando um uniforme simples, confortável e discreto. É uma unidade militarmente disciplinada, cujas componentes não andam ostensivamente armadas, mas aprendem meios de defesa pessoal, manejo de armas e exercícios de tiro para os casos de emergência. É um corpo de policiais que se destinam a agir em todos os casos que estejam envolvidos mulheres, menores e anciãos, especialmente quando não seja aconselhável a interferência de policiais masculinos. É um grupo de defensoras da Lei que se destina muito mais ao policiamento preventivo do que ao policiamento repressivo. (...) O que não é a polícia feminina? Não é um grupo policial constituído de mulheres masculinizadas, fisicamente superdesenvolvidas e agressivas.²²⁷

A partir da fala da oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo, podemos notar a necessidade de pontuar o local de fala das mulheres dentro da instituição. Ou seja, mulheres de bons costumes, discretas, prontas para agir em um policiamento preventivo e de preferência com sujeitos considerados vulneráveis na sociedade — idosos, crianças e mulheres. Além disso, tal oficial procura deixar claro que a polícia feminina não é constituída por mulheres masculinizadas, agressivas e fisicamente desenvolvidas, assim mantendo o *status quo* de mulher-moça frente ao gênero masculino.

Dessa maneira, a análise da temática de gênero frente às instituições policiais é de suma importância, pois a polícia é um espaço que historicamente tem se configurado um local permanentemente masculino, marcado pelo uso da força. E é nesse espaço que as mulheres se inserem e passam a dividir o cotidiano, no qual a própria identidade do trabalho se constitui uma referência para a violência física e psicológica.²²⁸

Ademais, ainda que o gênero feminino seja identificado como profissional dentro da polícia, a instituição — tanto civil quanto militar — entrou no processo de

²²⁷. Cf. SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 33. [Palestra proferida no Rio de Janeiro por uma oficial feminina da PMESP em 25 de maio de 1983].

²²⁸ BRASIL, Glaucíria Mota; FACHINETTO, Rochele Fellini. As polícias não tem rosto de mulher: a invisibilidade e a luta por reconhecimento. **O público e o privado**, n. 28, dez/2016. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=2426>. Acesso em: 07 jul. 2020.

feminização sem promover nenhum tipo de construção ou discussão sobre a introdução das mulheres no policiamento, apenas aderindo à tendência que surgiu no mundo. Logo, a instituição não estava preparada para receber as mulheres, tampouco havia um contexto de estratégias para uma eventual mudança.²²⁹

Assim, o aparelho de segurança pública do Brasil não passou por nenhum tipo de transformação profunda em sua estrutura, ou até mesmo em sua cultura institucional. A introdução do gênero feminino na instituição policial foi apenas mais uma tentativa de adicionar uma novidade dentro de uma velha instituição, sendo as policiais inseridas em um campo marcado por uma cultura patriarcal hegemônica, repleta de práticas tradicionais de policiais que exaltavam a cultura da violência e da utilização da força.²³⁰

Inclusive, ainda nos dias atuais, todo aparato utilizado para o bom andamento da atividade policial é predominantemente masculino. As mulheres são introduzidas em um espaço no qual não há numeração correta de uniformes, coletes e sapatos, utilizando os mesmos trajes que os homens, que são de uma numeração bem maior. Os uniformes, em sua maioria, são de corte masculino, precisando ser ajustados pela própria policial para que possam ser utilizados.²³¹

Por sua vez, os coletes femininos quando, em raras vezes, são disponibilizados, geralmente são de modelo único, não se adaptando a todos os tamanhos de seios. Quando a mulher precisa utilizar um colete masculino, parte do seu corpo fica exposta, incidindo em sua segurança pessoal. Além disso, quando mulheres utilizam um colete masculino maior do que o seu tamanho, muitas relatam o desenvolvimento de problemas de coluna, devido ao peso do colete, ou mesmo calosidades geradas por coletes que não se adaptam ao corpo feminino.²³²

Dessarte, o processo de entrada e permanência de mulheres nas carreiras policiais revela o aparelho policial como uma máquina de produção de subjetividade, impedindo qualquer forma de singularização, tanto para os policiais masculinos como para as policiais femininas, mas principalmente para o gênero feminino. O aparelho

²²⁹ Cf. CALAZANS, 2004.

²³⁰ CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. **Revista Administração Mackenzie (RAM)**, v. 11, n. 3, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712010000300006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 jul. 2020.

²³¹ Cf. BRASIL; FACHINETTO, 2016.

²³² Cf. BRASIL; FACHINETTO, 2016.

policial busca, especialmente, um espaço hegemônico, com a violência como o dispositivo principal para reger a instituição.²³³

Nesse toar, o discurso da igualdade é acionado para justificar o tratamento homogêneo entre os gêneros, ainda que se torne prejudicial e arbitrário para as mulheres. O mecanismo de reivindicação das especificidades femininas acaba por reforçar os estereótipos de que a polícia não é um lugar para mulheres.²³⁴

Como já pontuado, desde que as primeiras mulheres ingressaram na instituição policial, o gênero feminino se depara com essa estrutura, que, constantemente, o lembra de que mulheres não pertencem a esse lugar.²³⁵ A presença de mulheres na polícia ainda reproduz os padrões de dominação vigentes em nossa sociedade, seja por meio da ocupação de cargos de menor importância, seja pelo acesso limitado das mulheres aos postos de comando, exercendo funções desvalorizadas e tipicamente relacionadas ao mundo doméstico e à esfera privada e sendo constantemente controladas pelos homens — como, por exemplo, foi o caso da posição de escrivã de Faustina Elenira Severino no DOPS gaúcho.²³⁶

Além disso, as mulheres são tratadas com excessiva proteção pelo gênero masculino.²³⁷ Existe uma tendência dentro da corporação a proteger o gênero feminino a todo custo, deixando o suposto “sexo frágil” somente no trabalho interno, reproduzindo, dessa forma, o padrão de gênero que reserva aos homens o espaço público e às mulheres o ambiente privado.²³⁸ Nesse sentido, menciona um policial militar do Espírito Santo:

Primeiramente, nunca vi uma viatura composta por duas mulheres no atendimento operacional. Também nunca vi mulheres policiais subirem morros para atender ou prender bandidos. Penso que a extrema minoria é dotada de coragem e força física. [...] O trabalho deveria ser inteiro, para protegê-las.²³⁹

Logo, a alocação de mulheres dentro da polícia é normalmente em serviços entendidos como tipicamente femininos. As mulheres são o dobro dos homens em funções subalternas, além de atuarem ativamente na gestão das polícias e em cargos

²³³ Cf. CALAZANS, 2004.

²³⁴ Cf. BRASIL; FACHINETTO, 2016.

²³⁵ Cf. BRASIL; FACHINETTO, 2016.

²³⁶ Cf. CAPPELLE; MELO, 2010.

²³⁷ Cf. SOARES; MUSUMECI, 2005.

²³⁸ Cf. RIBEIRO, 2018.

²³⁹ Cf. RIBEIRO, 2018.

administrativos, pois são atividades que não são consideradas centrais na instituição.²⁴⁰ Em consonância com o disposto, refere Mônica Cappelletti:

Os trabalhos considerados mais centrais, estáveis e com laços empregatícios formais, muitas vezes, vinculados a cargos de chefia, são usualmente ocupados por homens, enquanto os trabalhos periféricos, precarizados e com menor atribuição de responsabilidades, ou destinados a funções de atendimento, são legados às mulheres. Trata-se da segregação vertical, a qual também é conhecida como “teto de vidro” quando se manifesta de forma disfarçada e imperceptível.²⁴¹

No mais, no ambiente de trabalho, é possível a incidência da segregação vertical e da segregação horizontal. A segregação horizontal ocorre quando há uma concentração de mulheres e/ou homens em diferentes tipos de atividade, sendo as mulheres confinadas a uma variedade menor de setores ou profissões; já a segregação vertical ocorre quando essa concentração se dá em níveis mais baixos da hierarquia profissional, impedindo as mulheres de ascenderem a cargos de chefia.²⁴²

O conceito de “teto de vidro”, derivado da segregação vertical, caracteriza-se por uma barreira sutil e transparente, mas capaz de bloquear a ascensão do gênero feminino a níveis hierárquicos. Para ultrapassar tal barreira, a mulher deve se adaptar a exigências organizacionais específicas, bem como ao ambiente de trabalho que as próprias organizações irão lhe propiciar.²⁴³

Por conseguinte, é através da segregação vertical que as mulheres são privadas de cargos de chefia e cargos renomados. O gênero feminino é muitas vezes descartado pelos dirigentes para um cargo de maior potencialidade em decorrência de estereótipos e preconceitos, além do comportamento antiprodutivo de colegas do gênero masculino como meio de boicote à liderança feminina.²⁴⁴

Quando o gênero feminino alcança carreira altamente hierarquizada, os esforços e o tempo para se chegar nesse status são adicionais ao do gênero masculino. Contudo, uma vez que comecem a ter acesso aos cargos de comando,

²⁴⁰ Cf. RIBEIRO, 2018.

²⁴¹ CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. **O trabalho feminino no trabalho operacional: Subjetividade, Relações de Poder e Gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2006. Tese (Doutorado em Administração). Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração – CEPEAD, Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2006, p. 79-80.

²⁴² Cf. CAPPELLE, 2006.

²⁴³ Cf. CAPPELLE, 2006.

²⁴⁴ Cf. CAPPELLE; MELO, 2010.

acredita-se que essas mulheres podem ascender a um lugar e a um perfil de policial feminina que verdadeiramente valorize as diferenças de estilo, habilidade, postura e perspectiva — ou seja, a um local de singularização.²⁴⁵

Como estratégia desenvolvida pelas policiais para serem reconhecidas dentro do espaço profissional, existe a ideia de que a mulher precisa provar que é capaz e apta a estar ali, enquanto a mesma máxima não é imposta para os homens. Existe um esforço por parte do gênero feminino para provar que as mulheres são tão capacitadas quanto os homens, possuindo o mesmo direito de serem policiais, de toda e qualquer função, inclusive nas operacionais — perseguição, abordagens, comando de operações, entre outros.²⁴⁶

Logo, a legitimidade da mulher nesse espaço profissional, moldado prioritariamente por e para homens, não está dada. A mulher precisa constantemente provar que é capaz e que pode estar ali. Para isso, o gênero feminino acaba tomando para si diversas tarefas para além de suas atribuições, produzindo uma sobrecarga no trabalho, que se soma à sobrecarga das funções domésticas e de cuidados com os filhos — que são essencialmente suas.²⁴⁷

Quando se trata de conciliar a vida profissional e o lar, surge o termo “dupla” ou “tripla” jornada de trabalho para o gênero feminino. Essa expressão demonstra que, mesmo possuindo uma profissão e trabalhando fora de casa, ainda serão atribuídos à mulher os ofícios do lar e o zelo com os filhos. Assim, a compatibilização entre maternidade e profissão é um dos aspectos mais observados quando o assunto é trabalho feminino.²⁴⁸ Nesse seguimento, pontua Connell:

Em todas as sociedades contemporâneas sobre as quais temos estatísticas, as mulheres realizam a maioria das tarefas domésticas de limpeza, cozinha, costura, cuidado com crianças e praticamente todo o trabalho de cuidado com bebês (se lhe parece que o cuidado com as crianças e bebês não é um trabalho, é porque você nunca o fez). Esses tipos de trabalho são frequentemente associados a uma definição cultural das mulheres como pessoas cuidadosas, gentis, diligentes, estando sempre prontas para se sacrificarem pelos outros, por exemplo, como “boas mães”.²⁴⁹

A supremacia do homem se encontra em todas as classes sociais de uma sociedade e, mesmo que o gênero feminino assuma uma posição superior à do gênero

²⁴⁵ Cf. CAPPELLE; MELO, 2010.

²⁴⁶ Cf. BRASIL; FACHINETTO, 2016.

²⁴⁷ Cf. BRASIL; FACHINETTO, 2016.

²⁴⁸ Cf. CAPPELLE, 2006.

²⁴⁹ Cf. CONNELL, 2015, p. 33.

masculino, a mulher não será eximida de se sujeitar ao julgamento de outro homem — seja ele pai ou companheiro, por exemplo. A mulher, apesar de estar encontrando cada dia mais autonomia perante a questão de gênero, segue submissa, sendo taxada como mãe e responsável pelo bom andamento das atividades que ocorrem no lar, de acordo com o entendimento de uma sociedade patriarcal, não podendo se ausentar por completo dessas questões.²⁵⁰

Os valores e as características que definem os homens que atuam como policiais e as instituições armadas são construções simbólicas, que se adaptam às necessidades demonstradas pelo presente, reproduzindo o ideal masculino. Por outro lado, para as mulheres, é construído um modelo de feminilidade que está vinculado à maternidade e à santidade, ou seja, à esfera privada, enquanto o modelo masculino está ligado à esfera pública, à agressividade e à violência.²⁵¹

Outrossim, historicamente, o gênero feminino é ensinado a apresentar um padrão de interação com o gênero oposto regulado por constrictões que incluem desde o seu vestuário até o seu linguajar. Já no ambiente profissional, a mulher deve seguir reproduzindo esse padrão, apresentando-se, desta maneira, de acordo com os preceitos femininos socialmente aceitos, o que significa fazer uso de roupas, linguagem e interações adequadas ao seu gênero. Ao saírem do estereótipo proposto, são prontamente punidas, pelo menos do ponto de vista simbólico, com piadas e comentários machistas, por exemplo.²⁵²

No mais, de acordo com Glaurícia Mota Brasil e Rochele Fellini Fachinetto, “[...] são as mulheres que, cotidianamente, precisam se adaptar à instituição e não o contrário”²⁵³, evidenciando a necessidade de demonstração diária do gênero feminino de querer pertencer à polícia, mesmo que para isso seja necessária uma submissão aos mandos de um sistema altamente machista e misógino. Para as mulheres se adequarem ao rigor policial, devem suportar uma longa e árdua aprendizagem, encontrando, nessa suportabilidade, a garantia de então se tornarem legítimas ao cargo, ainda que tal legitimação seja limitada, principalmente quanto à autonomia do

²⁵⁰ OLIVEIRA, Camila Belinaso de. **A mulher em situação de cárcere: uma análise à luz da criminologia feminista ao papel social da mulher condicionada pelo patriarcado**. Porto Alegre: Fi, 2017.

²⁵¹ Cf. SCHAETAE, 2011.

²⁵² Cf. RIBEIRO, 2018.

²⁵³ Cf. BRASIL; FACHINETTO, 2016.

ambiente de trabalho, uma vez que se encontram em um local de submissão ao autoritarismo.²⁵⁴

Por fim, ao analisar a presença das mulheres nas instituições policiais, evidenciam-se as tensões e as contradições entre os gêneros. A introdução das mulheres nas carreiras policiais não é um processo dado e acabado, ao contrário, trata-se de um processo de inserção contínuo, repleto de avanços e retrocessos, e que necessita ser constantemente reforçado e atualizado pelas mulheres através de suas condutas, práticas e estratégias para garantir apoio e reconhecimento social e institucional.²⁵⁵

Apesar de as mulheres possuírem, em sua maioria, cargos administrativos e de gestão dentro da instituição policial — funções vistas como secundárias pelos profissionais que trabalham no local —, excepcionalmente algumas conseguem chegar aos cargos de chefia, ou até mesmo àqueles bem quistos dentro da polícia, como é o caso da Tenente Neuza dentro da Casa da Vovó. Essas mulheres se destacam frente à corporação, uma vez que não se encontram no status em que normalmente deveriam estar.

Essa mulher é aceita dentro da polícia em cargos que normalmente não seriam pertencentes a ela, como o de perseguição, uma vez que conseguiu se adequar ao ambiente tradicional e masculino, além de aceitar todas as normas estipuladas no local de trabalho. Porém, apesar da aceitação, é válido ressaltar que segue sendo submissa ao gênero masculino, pois a dominação do homem perante a mulher se mantém.

Em suma, o gênero feminino dentro do aparato policial possui um perfil traçado e aceito, ou seja, o de submissão, encontrando-se em cargos administrativos e de gestão, tipicamente femininos. Uma vez que são introduzidas dentro de locais violentos e masculinos e conseguem se manter neles, ascendem dentro da instituição. Porém, a ascensão possui o limite de não ultrapassar o brilho masculino, permanecendo sempre rodeadas de homens e, quando necessário, esquecidas e silenciadas.

²⁵⁴ Cf. CALAZANS, 2004.

²⁵⁵ Cf. BRASIL; FACHINETTO, 2016.

3.3 A VIOLÊNCIA E A TORTURA INCIDINDO NA POLÍCIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Em primeiro de abril de 1964, desencadeado pelo general Olympio Mourão Filho, triunfou o golpe militar que instaurou uma ditadura que regeu o Brasil durante 21 anos, deixando marcas profundas e ainda não cicatrizadas na história do país. Com o golpe militar, foi introduzida a Doutrina da Segurança Nacional, derivada da Guerra Fria, na qual brasileiros frequentavam cursos militares norte-americanos, retornando ao país influenciados por uma concepção de busca pela defesa nacional a qualquer custo. Assim, inaugurou-se um trágico período, pontuado pela repressão, pela violência e pela tortura, chamado de “Anos de Chumbo”.

A partir da introdução da Ditadura Civil-Militar, os direitos civis e políticos foram fragilizados, deixando a população brasileira à mercê do arbítrio estatal e da perversa repressão política que assolava o país, os quais, revestidos por uma capa de legalidade, faziam-se conhecer através dos famosos Atos Institucionais (AIs) emitidos pelos presidentes militares que estiveram no comando da nação. Através desses mecanismos, por um longo período foram cassados os direitos políticos de líderes, ativistas, intelectuais e militantes contrários ao regime. Além disso, foi abolida a eleição direta para a presidência da República, dissolvido o multipartidarismo, bem como foi concedida ao presidente imposto a prerrogativa de dissolver o parlamento, decretar estado de sítio no país, intervir nos estados, restringir o direito de opinião e nomear magistrados aos tribunais superiores com o intuito de garantir a convergência ideológica entre os julgadores e os militares no poder.²⁵⁶

Durante esse período de incertezas e de instauração generalizada do medo, os órgãos de repressão utilizaram inúmeros métodos de tortura contra seus opositores. Para chegar ao resultado das práticas violentas, o DOI-CODI contava com interrogadores selecionados, além de uma tecnologia de produção de dor orientada para a submissão dos presos políticos em locais clandestinos, como, por exemplo, a Casa da Vovó.²⁵⁷

Parte da estratégia de manutenção do poder nas mãos da polícia repressiva era de não reconhecer ou oficializar a tortura e a morte disseminadas pelo governo,

²⁵⁶ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à verdade e à memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

²⁵⁷ Cf. GODOY, 2014a.

criando uma ambiguidade entre o discurso glorioso do governo militar e a prática de sevícias pelos órgãos repressivos. Essa dicotomia entre discurso e prática por parte dos policiais ampliava a tirania dos torturadores e assassinos, pela clandestinidade de uma ação da qual não precisavam prestar contas à sociedade e pela cumplicidade criada entre os agentes públicos e o governo.²⁵⁸

A vítima das torturas, tomada como um potencial inimigo, tornava-se um mero depositário de informações, que serviam de subsídio para o combate das organizações inimigas. Tinha razão Stéphane Audoin-Rozeau ao sustentar que: “Toda experiência de guerra é antes de tudo, experiência do corpo. Na guerra são os corpos que infligem a violência, mas também são os corpos que sofrem a violência”²⁵⁹, pois o trabalho a ser executado e a obrigação da demonstração de rapidez e eficiência do profissional da repressão resultavam na instrumentalização do outro — ou seja, da vítima —, entendido como um não igual, como um elemento do qual é necessário extrair o máximo de informações no mínimo de tempo e a qualquer custo.²⁶⁰

Se um indivíduo ou um povo são considerados perigosos, e nenhum ato perigoso precisa ser comprovado para que essa crença seja estabelecida como verdadeira, então o Estado constitui a população detida de maneira unilateral, retirando dela a jurisdição da lei, privando esses sujeitos das proteções legais às quais os indivíduos sob lei interna e internacional têm direito. Desse modo, esses indivíduos não são considerados sujeitos, são seres humanos que não são entendidos dentro do quadro de uma cultura política na qual vidas humanas são subscritas por direitos legais — ou seja, um humano não humano.²⁶¹

A tortura foi definida, inicialmente, pela Associação Médica Mundial, em uma assembleia realizada na cidade de Tóquio, no dia 10 de outubro de 1975, como:

A imposição deliberada, sistemática e desconsiderada de sofrimento físico ou mental por parte de uma ou mais pessoas, atuando por própria conta ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder, com o fim de forçar uma outra pessoa a dar informações, confessar, ou qualquer outra razão.²⁶²

²⁵⁸ Cf. JOFFILY, 2008.

²⁵⁹ AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Massacres: o corpo e a guerra. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (dir.). **História do corpo: as mutações do olhar: o século XX**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 365.

²⁶⁰ Cf. JOFFILY, 2008.

²⁶¹ BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

²⁶² Cf. PROJETO..., 1985b.

Outrossim, a tortura busca o avesso à liberdade, através da negação absoluta da condição da vítima como um sujeito livre. É a partir da intimidação e da violência que a palavra do sujeito torturado, nas mãos do torturador, transforma-se em uma arma frente a um sistema repressivo e autoritário. Logo, a tortura é tudo aquilo que deliberadamente um indivíduo possa fazer a outro através de dor, pânico, desgaste moral ou desequilíbrio psicológico, lesões, contusões, utilização das faculdades mentais ou prejuízo à moral.²⁶³

De outra banda, compreende-se a violência como um fenômeno plural e dialético, que pode assumir diversas formas, determinando de inúmeras maneiras a vida cotidiana dos sujeitos e os próprios mecanismos de governança, através da sua utilização.²⁶⁴ Segundo Hannah Arendt, “a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder”²⁶⁵, demonstrando a ligação valiosa existente entre o poder — podendo ele ser estatal, por exemplo — e a violência promovida a um determinado indivíduo.

A violência corresponde ao uso arbitrário e discricionário da força e do poder pessoal, com o intuito de ferir e causar danos a um determinado indivíduo — podendo ser danos físicos, morais e/ou psicológicos —, retirando sua liberdade e impossibilitando a igualdade de decisão sobre sua vida pessoal, cultural e política perante a sociedade. Deste modo, a violência pode assumir diversas formas, como física, psicológica, moral e sexual, incidindo sobre a integridade da dignidade da pessoa humana, que se encontra tanto no corpo físico quanto no mental.²⁶⁶

Nesse entendimento, a violência é uma maneira de expor, da forma mais aterrorizante, a vulnerabilidade primária humana dos indivíduos. A violência é a forma pela qual somos entregues, sem controle, à vontade de outro sujeito, ou seja, um modo em que a vida pode ser expurgada pelo ato de outro indivíduo. Na medida em

²⁶³ Cf. PROJETO..., 1985b.

²⁶⁴ RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; OLIVEIRA, Valéria Cristina. Quando o Estado é o perpetrador da violência: Uma análise das vitimizações pela Polícia Militar. **Revista Latitude**, v. 7, n. 2, p. 219-243, 2013. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1295/pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

²⁶⁵ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 22.

²⁶⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, v. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Capitulo%2010.pdf>. Acesso em 03 ago. 2020.

que alguém comete a violência, está agindo no outro, deixando o outro em risco, violando esse sujeito.²⁶⁷

Logo, poder, força, autoridade e violência nada mais são do que conceitos utilizados para indicar os meios pelos quais o homem governa o homem. O poder e a violência, embora sejam distintos conceitos, geralmente ocorrem juntos, ou seja, independentemente da forma como se combinem, o poder é o fator fundamental e predominante para a incorporação da violência e da tortura.²⁶⁸

Assim, quando a violência, a tortura e a Ditadura Civil-Militar brasileira se fazem presentes, todos os cidadãos perdem uma parte de suas prerrogativas, e os indivíduos que chegam aos porões do DOI-CODI e às prisões clandestinas acabam perdendo todas as suas garantias. Acerca das sevícias produzidas nas vítimas logo na chegada ao local do interrogatório, Marcelo Paixão de Araújo, tenente torturador do 12º Regimento Interno de Belo Horizonte de 1968-1971 descreve:

A primeira coisa era jogar o sujeito no meio de uma sala, tirar a roupa dele e começar a gritar para ele entregar o ponto (lugar marcado para encontros), os militantes do grupo. Era o primeiro estágio. Se ele resistisse, tinha um segundo estágio, que era, vamos dizer assim, mais porrada. Um dava tapa na cara. Outro, soco na boca do estômago. Um terceiro, soco no rim. Tudo para ver se ele falava. Se não falava, tinha dois caminhos. Dependia muito de quem aplicava a tortura. Eu gostava muito de aplicar a palmatória. É muito doloroso, mas faz o sujeito falar. Eu era muito bom na palmatória. [...] Você manda o sujeito abrir a mão. O pior é que, de tão desmoralizado, ele abre. Aí se aplicam dez, quinze bolos na mão dele com força. A mão fica roxa. Ele fala. A etapa seguinte era o famoso telefone das Forças Armadas. [...] Não tem perigo de fazer mal. Eu gostava muito de ligar nas duas pontas dos dedos. Pode ligar numa mão e na orelha, mas sempre do mesmo lado do corpo. O sujeito fica arrasado. O que não se pode fazer é deixar a corrente passar pelo coração. Aí mata. [...] O último estágio em que eu cheguei foi o pau-de-arara com choque.²⁶⁹

A tortura consistia na peça-chave da teatralização do poder dos agentes repressivos, tanto nos ritos de sevícias que acompanhavam a vítima na chegada ao órgão — como despir o preso e encapuzá-lo, por exemplo — quanto naqueles que antecediam o rito de violência que viria a seguir — como o barulho das chaves abrindo a cela da vítima.²⁷⁰

No mais, a tortura implementada pelos agentes brasileiros empregava técnicas bárbaras com crueldades requintadas, como a utilização de máquinas que

²⁶⁷ Cf. BUTLER, 2019.

²⁶⁸ Cf. ARENDT, 2009.

²⁶⁹ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 185.

²⁷⁰ Cf. JOFFILY, 2008.

provocavam dor intensa, a manipulação de animais e o uso de conhecimentos de clínica médica e psiquiátrica.²⁷¹ Durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, os órgãos de repressão utilizaram diversos métodos de tortura para promover dor e violência nos opositores políticos do governo repressivo, e, dentre os mais conhecidos meios de perpetração da violência, estavam o “pau de arara”, a “cadeira do dragão” e a “coroa de cristo”.²⁷²

O pau de arara consistia em uma barra de ferro presa a dois cavaletes, sendo a vítima amarrada nua, tendo a barra de ferro atravessada entre seus punhos e joelhos. Normalmente, esse método de tortura era utilizado juntamente com outros, como, por exemplo, os choques elétricos, as queimaduras e os afogamentos. A coroa de cristo era um torniquete de aço que ia sendo gradativamente apertado na cabeça do sujeito, esmagando o crânio do preso na região frontal e temporal.²⁷³

Além das sevícias físicas, o período ditatorial brasileiro foi amplamente reconhecido pela tortura psicológica das vítimas do sistema repressivo. Para além das sevícias físicas, a tortura psicológica se instala no âmago do sujeito, que acaba sofrendo sérias consequências que possivelmente se estendem para o decorrer de sua vida, como ocorreu com o filho de Criméia Teles, João Carlos, que, com apenas cinco meses, não dormia, comia compulsivamente e tinha convulsões, consequências decorrentes das inúmeras violências que sofreu desde antes do seu nascimento até sua estadia no hospital cercado por agentes repressivos, e com a própria Criméia, que foi torturada de diversas formas, incluindo a psicológica por não saber o que estava acontecendo com seus familiares que também haviam sido presos e, principalmente, com seu filho e seus sobrinhos quando não estavam em sua presença durante o cárcere.²⁷⁴

De acordo com Hannah Arendt, é necessário a compreensão da alma humana quando se trata da “domesticidade” adquirida, como no caso das vítimas dos campos de concentração da Alemanha nazista. Conforme a filósofa, o aparato psicológico do indivíduo pode ruir mesmo sem a destruição do corpo físico:

²⁷¹ FERNANDES, Analu. **Ditadura e tortura sexual: a visão das ex-presas políticas nas ditaduras civil-militar do Brasil (1964-1985)**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, Departamento de Estudos Latino-Americanos, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília: Brasília, 2019.

²⁷² Cf. MERLINO; OJEDA, 2010.

²⁷³ Cf. MERLINO; OJEDA, 2010.

²⁷⁴ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

Tentamos compreender psicologicamente a conduta dos presos dos campos de concentração e dos homens da SS, quando o que é preciso compreender é que a psique humana pode ser destruída mesmo sem a destruição física do homem: que, na verdade, a psique, o caráter e a individualidade parecem, em certas circunstâncias, manifestar-se apenas pela rapidez ou lentidão com que se desintegram.²⁷⁵

Assim, depois de destruída a psique do ser humano vitimizado, a sua totalidade é bem mais difícil de ser restabelecida. Desta maneira, entende-se o porquê de a alma passar a ser o elemento a ser aniquilado em determinadas formas de punição e controle através da tortura e da violência. Acerca da tortura psicológica vivenciada nas prisões ditatoriais, Helena Pignatari Werner, presa política que estava grávida e foi levada para um quartel em Osasco, São Paulo, relata:

Eu comecei a pensar nos meus alunos, eu sabia que eu tinha muitos alunos envolvidos em movimentos socialistas, sindicalistas. [...] tudo isso na minha cabeça foi dando um pânico grande, um medo de falar o nome de um aluno, o medo foi tão grande, foi uma coisa assim... tão inumana, que eu tenho a impressão que com aquele pavor, aquela coisa toda, que eu só pensava nos alunos, que eles iam me torturar, e que eu não ia falar o nome de nenhum aluno, eu não podia falar um nome, eu não queria falar um nome, eu não ia falar um nome, essa coisa tão apavorante, e eles sempre naquela mesma rotina “a senhora vai ser chamada”, passava outra noite, “a senhora vai ser chamada”, olha, vai aumentando o pavor [...] foi aí que eu abortei.²⁷⁶

Ao analisar o relato dado da vítima, é possível perceber as sevícias e anseios passados por Helena com medo de ser torturada e entregar os nomes de seus alunos e conhecidos. A sevícia psicológica estabelecida no fato de todos os dias, algum agente mencionar que a mulher em breve seria chamada para prestar depoimento e, conseqüentemente, torturada, desencadeou tamanho medo que gerou um aborto. Como já mencionado anteriormente, a violência e a tortura psicológica imperam no consciente da vítima, criando traumas sem dimensões para quem as sofre.

De acordo com esse entendimento, durante a repressão militar brasileira, tivemos como vítimas do sistema de torturas e violências diversas mulheres militantes — como Maria de Almeida Teles, Criméia Teles e Lilián Celiberti. As militantes presas sofreram métodos que combinavam formas tradicionais com manipulação sexual através dos seios e dos órgãos genitais. Assim, o gênero feminino

²⁷⁵ ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 491.

²⁷⁶ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de testemunho (transcrição). **Helena Pignatari Werner** – 10/07/2014 – Completo. Praia Grande: CNV, 2014b, p. 10. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2037%20-%2000092.001619_2014-63%20%E2%80%93%20Helena%20Pignatari%20Werner.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

foi sujeito à penetração com diversos objetos, ou mesmo o pênis, em diferentes partes do corpo, como, por exemplo, boca, vagina e ânus. Essa era a essência da tortura contra a mulher nos porões e nas prisões clandestinas no Brasil.²⁷⁷

No mais, é importante salientar que, para além da discussão de gênero, também houve violências pautadas na questão racial. Maria Diva de Faria, enfermeira presa em setembro de 1973, sofreu diversas violações em relação ao fato de ser uma mulher preta, como narra:

Ele me pôs para marchar na frente dele, para lá e para cá durante um bom tempo. E os homens falando: “Ô negra feia. Isso aí devia estar no fogão. Negra horrorosa, com esse barrigão. Isso aí não serve nem para cozinhar. Isso aí não precisava nem comer com essa banhona, negra horrorosa”. E eu tendo que marchar. Imagine só, rebaixar o ser humano a esse ponto.²⁷⁸

Além das mulheres militantes vítimas da violência, é importante ressaltar a utilização do corpo como objeto de tortura dos demais indivíduos vulneráveis a esse sistema repressivo, como a comunidade LGBTQI+. No Brasil, na época da repressão, diversos foram os tipos de violações de direitos cometidos contra esses indivíduos, principalmente a violência sexual. Através da criação da figura do “inimigo interno”, esses sujeitos foram amplamente violados física e emocionalmente.²⁷⁹

Uma vez considerados invisíveis pela sociedade da época e, até mesmo, como vítimas do Estado, houve ampla perseguição de travestis que trabalhavam como prostitutas, por exemplo, que eram enquadradas no crime de vadiagem por não possuírem um emprego com registro, ou no delito de perturbação à ordem pública. Assim, as profissionais do sexo eram levadas pela polícia para o DOI-CODI de sua respectiva cidade, sendo torturadas e violentadas.²⁸⁰

Nesse toar, tendo em mente a participação do gênero feminino na militância, rapidamente os agentes repressivos — em sua grande maioria homens — passaram a enxergar nas mulheres militantes uma ameaça potencial e, com isso, a utilizar todos os meios de perpetração de violência possíveis para a desestabilização e esmagamento da contraposição existente. Em decorrência disso, tivemos o uso da

²⁷⁷ Cf. FERNANDES, 2019.

²⁷⁸ Cf. MERLINO; OJEDA, 2010, p. 57.

²⁷⁹ QUINALHA, Renan Honório. Uma ditadura contra a liberdade sexual: a necessidade de uma Justiça de Transição com recorte LGBT no Brasil. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; PAIXÃO, Cristiano; FONSECA, Livia Gimenes Dias da; RAMPIN, Talita Tatiana Dias (org.). **Direito achado na rua**: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. Brasília: UnB, 2015.

²⁸⁰ Cf. QUINALHA, 2015.

maternidade e de elementos sociais demarcadores da condição feminina como mecanismos de dominação e violência dos corpos femininos nos espaços repressivos.²⁸¹

No mais, um caso emblemático de tortura física, sexual e psicológica foi o de Gilse Cosenza, ex-militante vítima de agentes policiais de Belo Horizonte, Minas Gerais. Ao relembrar o fato, ela evidencia:

Fomos colocadas na solitária, onde ficamos por três meses, sendo tiradas apenas para sermos interrogadas sob tortura. Era choque elétrico, pau de arara, espancamento, telefone, tortura sexual. Eles usavam e abusavam. Só nos interrogavam totalmente nuas, juntando a dor da tortura física à humilhação da tortura sexual. Eles aproveitavam para manusear o corpo da gente, apagar ponta de cigarro nos seios. No meu caso, quando perceberam que nem a tortura física nem a tortura sexual me faziam falar, me entregaram para uns policiais que me levavam, à noite, de olhos vendados, para um posto policial afastado, no meio de uma estrada. Lá, eu fui torturada das sete da noite até o amanhecer, sem parar. Pau de arara até não conseguir respirar, choque elétrico, espancamento, manuseio sexual. Eles tinham um cassete cheio de pontinhos que usavam para espancar os pés e as nádegas enquanto a gente estava naquela posição, de cabeça para baixo. Quando eu já estava muito arrebatada, um torturador me tirou do pau de arara. Eu não me aguentava em pé e caí no chão. Nesse momento, nessa situação, eu fui estuprada. Eu estava um trapo. Não parava em pé, e fui estuprada assim pelo sargento Leo da Polícia Militar.²⁸²

Desde a infância, os homens costumam ter mais familiaridade com o fato de olhar e terem seus genitais vistos — desde o urinar até o masturbar-se —, permitindo aceitar mais facilmente seu corpo como algo “olhável”. Entretanto, isso não ocorre com o gênero feminino, sobre o qual ainda hoje segue se impondo a proibição social de mostrar determinadas partes do seu corpo. As mulheres costumam ter mais cuidado em não expor seu corpo nu, por isso a nudez forçada, principalmente em situação de violência, era um tipo de tortura para o gênero feminino quando tinham que mostrar seu corpo àqueles que estavam lhe torturando e oprimindo.²⁸³

Nesse entendimento, a tortura sexual praticada nos espaços repressivos contra as presas políticas era usada não só com o objetivo de se obter informações, mas

²⁸¹ LINS, Selly Laryssa de Fonsêca. Espaços de repressão: o uso da maternidade e do feminino enquanto instrumento de tortura no DOPS-SP, OBAN e Presídio Tiradentes (1969-1974). **Revista Especialidades**, v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/19188>. Acesso em: 31 jul. 2020.

²⁸² Cf. MERLINO; OJEDA, 2010, p. 192.

²⁸³ ZURUTUZA, Cristina. *Crímenes sexuales em contextos concentracionários: violência, género, subjetividade*. In: AUCÍA, Analía et al. *Grietas en el silencio. Una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado*. Rosario: Cladem, 2011.

principalmente a fim de desfrutar do domínio dos corpos femininos.²⁸⁴ Através da intimidação, da vergonha e da submissão, os agentes militares demonstravam sua superioridade perante o gênero feminino, que foi aprisionado e violentado de formas degradantes e perversas, centradas na misoginia do sistema repressivo.

Em conformidade com o disposto, assevera Dulce Maia, ex-presa e vítima da Ditadura Civil-Militar brasileira:

[...] lá estava eu, uma mulher franzina no meio daqueles homens alucinados, que quase babavam. Hoje, eu ainda vejo a cara dessas pessoas, são lembranças muito fortes. Eu vejo a cara do estuprador. Era uma cara redonda. Era um homem gordo, que me dava choques na vagina e dizia: “Você vai parir eletricidade”. Depois disso, me estuprou ali mesmo.²⁸⁵

Nesse cenário, explana Maria Dalva Leite Castro de Bonet, submetida à tortura sexual no DOI-CODI do Rio de Janeiro:

[...] e eu estava ali estava vulnerável, completamente vulnerável. Aí o cara entrou com a mão dentro da minha roupa e aí, bom, como qualquer outro abuso sexual, eu não vou ficar descrevendo detalhes, mas foi isso que aconteceu. A mão dele passou por tudo e não sei o quê. Ele dizia assim: “Não, ela vai gozar, comigo ela vai gozar e ela vai falar”. Eu entrei num pânico tão grande que eu dizia assim: “Me bota no pau de arara”. Olha se isso é coisa de gente normal. Aí foi uma burrice minha, mas eu acho que é a reação natural de qualquer pessoa nessa situação. “Não faz isso comigo! Me bate, me põe no pau de arara”, quer dizer, o cara percebeu que se ele fizesse isso aquilo, aquilo que ia me desestruturar. Não era o pau de arara ou sei lá, porque eu não tinha tido a experiência. Aí ficou naquela história e ele vinha e beijava o meu pescoço.²⁸⁶

Outro tipo de tortura amplamente utilizada no gênero feminino na repressão brasileira, além da sexual, foi a violência física e psicológica com as mulheres-mães e com os seus filhos. Há depoimentos que demonstram torturas em grávidas, com a utilização de técnicas e cuidados particulares quando se pretendia evitar que as mulheres abortassem, quando se pretendia efetivar o aborto ou quando o propósito era esterilizar uma mulher. Não importava a vida que estava sendo gerada no ventre feminino, tampouco o impacto que tamanha violência iria causar ao feto.²⁸⁷ Rose Nogueira, ex-militante, presa e levada ao DOI-CODI paulista com apenas quarenta dias de puerpério, relata sua passagem nas prisões clandestinas do regime militar:

²⁸⁴ Cf. LINS, 2019.

²⁸⁵ Cf. MERLINO; OJEDA, 2010, p. 70.

²⁸⁶ Cf. BRASIL, 2014, p. 406.

²⁸⁷ TELES, Maria Amélia de Almeida. Mulheres e Ditadura Militar (1964-1985). In: PROJETO Brasil.

[...] ele me pegou à força e deu a injeção na frente da coxa. E eu ainda gritava assim com ele: “Vocês aqui devem estar tudo infectado, eu vou ter hepatite, eu não vou tomar injeção nada, eu não vou...”. Aí depois é que ele me falou: “Cortar esse leitinho aí, tirar o leitinho”. Realmente acabou o leite, o meu médico disse que essas injeções são... uma injeção só que eu tomei é uma descarga de estrógeno para cortar.²⁸⁸

Assim, além de não poder mais amamentar seu filho recém-nascido, Rose acabou ficando estéril em decorrência da violência sofrida e o descaso com sua situação pós-gravidez, como menciona:

[...] Não engravidei mais, nunca mais, tentei, tentei, realmente não engravidei mais, por causa da infecção puerperal. Porque também foram muitos dias sem tomar banho, e eles aproveitavam aquele meu estado, o leite escorrendo sangue, para me humilhar, como mulher mesmo: “E essa sangueira aí vem de onde? [trecho incompreensível] essa xoxota aí”. Porque eles raspam a gente quando vai ter bebê: “Então, essa xoxota sem pelo aí?”.²⁸⁹

De outra banda, um exemplo de tortura com mãe e filha foi o que ocorreu com Eleonora Menicucci Oliveira e sua filha Maria, de menos de dois anos, nas mãos de Lourival Gaeta, torturador no DOI-CODI de São Paulo:

Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando e chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão da polícia de nome Gaeta] e, junto dele tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha. Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha para a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade.²⁹⁰

Nesse toar, os agentes responsáveis pelas torturas efetivadas dentro das prisões clandestinas do DOI-CODI foram treinados para agir com brutalidade e misoginia, incapazes de reconhecer liberdades civis básicas. Nos depoimentos das mulheres vítimas, há sistematicamente relatos de humilhações, maus-tratos e torturas sofridas, acompanhados de referências explícitas ao fato de que haviam se afastado dos seus lugares de esposa e mãe, ousando participar do mundo político,

²⁸⁸ Cf. BRASIL, 2014, p. 408.

²⁸⁹ Cf. BRASIL, 2014, p. 408.

²⁹⁰ Cf. MERLINO; OJEDA, 2010, p. 149.

tradicionalmente visto e entendido como masculino, além de constantemente serem nomeadas como “prostitutas”.²⁹¹

A maternidade foi utilizada das mais diversas formas pela polícia repressiva como meio de tortura para enlouquecer e aniquilar militantes, o que acarretou uma sobrecarga emocional e física, de forma especial, às mulheres. O gênero feminino, ao ser violentado, foi submetido às mais vis torturas, tanto psicológicas quanto físicas, principalmente pelo fato de serem mães e temerem por seus filhos, sendo a maternidade utilizada pela repressão como forma de violentar ainda mais os corpos femininos.²⁹²

A partir disso, Judith Butler aclara que somos corpos socialmente constituídos, apegados a outros, correndo o risco de violência por causa de tal exposição. Além disso, aduz que o corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, e que nossa pele e nossa carne nos expõem ao olhar alheio, ao toque e à violência, uma vez que os corpos ameaçam nos transformar na agência e no instrumento da brutalidade.²⁹³

O corpo da mulher também foi alvo de abusos sexuais na presença de seus companheiros. A tortura servia para desmerecer os homens e as mulheres, empregando-se violências em um, em ambos, ou forçando o emprego da violência um no outro. Torturada dessa forma, Antônia Ribeiro Magalhães, presa pelo DOI-CODI paulista juntamente com seu marido, refere: “Mandaram eu tirar, tirar a minha roupa. “Tira a roupa aí.” Aí tirei a roupa, aí me colocaram igual carrega uma galinha, sabe, com a cabeça para baixo ainda, um tempão, [trecho incompreensível]. Puseram ele [o marido] para me dar choque”.²⁹⁴

Outrossim, juntamente com o corpo feminino, os homens foram torturados e manipulados em sua masculinidade. Nas prisões da repressão militar, procurava-se destruir a hombridade do gênero masculino. Acerca do disposto, relata Miguel Gonçalves Trujillo Filho, preso e torturado no DOI-CODI paulista, sobre um episódio contado por um amigo que sofreu tais sevícias:

O empalamento era um cassete de borracha com fio elétrico dentro que se introduzia na vagina das mulheres ou no ânus das mulheres, dos homens. Eu

²⁹¹ Cf. BRASIL, 2014.

²⁹² Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

²⁹³ Cf. BUTLER, 2019.

²⁹⁴ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de testemunho (transcrição). **Antônia Ribeiro de Magalhães** – 21/11/2013 – Completo. São Paulo: CNV, 2013c, p. 3. Disponível em: https://cnv.grauna.org.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Antonia_Ribeiro_de_Magalhaes_-_21.11.2013_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

não passei por essa coisa [...]. Um conhecido meu, ele sofreu esse empalamento e os caras deram choque nele, e acontece que pelo cassetete, a posição e tal afetou a próstata e ele teve uma ejaculação. Esse torturador, ele viu aquilo, levantou — isso meu amigo me contou — viu aquilo, levantou, passou a mão no esperma no chão, passou a mão no rosto, tal... lambeu.²⁹⁵

Nesse mesmo entendimento, Manoel Conceição Santos relata a tortura sexual que ocorreu no DOI-CODI do Rio de Janeiro:

Eu, quando fui preso, eu passei nove meses desaparecido [...]. Eles pegaram meus testículos, puseram fivelas de agulha e costuraram meus testículos, virou um ralo pá pá pá furando. E o meu pênis também. Eles furaram todinho, virou um ralo. Era como se fosse só uma coisa morta, eu quase morri de dor, companheiro, era uma dor! Sabe o que é isso? Sabe o que é pegar o pênis de uma pessoa e furar com uma fivela o tempo todo? Costurar?²⁹⁶

Nessa perspectiva, fica clara a imposição de um sistema machista e misógino frente às vítimas do sistema repressivo militar brasileiro — com homens e mulheres, mas principalmente com o gênero feminino. Os agentes públicos, responsáveis pelas sevícias impostas, agiam de forma agressiva, violenta e androcêntrica, típico comportamento cultuado dentro das polícias — sejam elas civis ou militares. A polícia tende a afirmar a hegemonia masculina como poder dominante diante do corpo social, principalmente frente a um governo violento e autoritário, como o proposto pela Ditadura Civil-Militar brasileira.

A tortura, por ser um método rápido e eficaz de investigação, foi adotada como recurso privilegiado de apuração de atividades alçadas à condição de crime político. A escolha pela utilização de um sistema de aplicação de sevícias nas vítimas não representou nenhuma inovação, uma vez que a tortura já vinha sendo utilizada como uma tradição inquisitorial nas práticas policiais, apoiando-se em um paradigma investigativo baseado na confissão do sujeito e no tratamento de informações fornecidas sob coação física, moral e psicológica. A técnica produz resultados eficazes, com baixos custos financeiros, ainda que, a longo prazo, apresente um elevado custo moral e político para quem praticou tal ato, assim como para o governo que acatou a prática.²⁹⁷

²⁹⁵ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de testemunho (transcrição). **Miguel Gonçalves Trujillo Filho** – 31/7/2014 – Completo. Sorocaba: CNV, 2014c, p. 19. Disponível em: https://cnv.grauna.org.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Miguel_Golcalves_Trujillo_Filho_31.07.2014.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

²⁹⁶ Cf. BRASIL, 2014, p. 16.

²⁹⁷ Cf. JOFFILY, 2008.

No Brasil, a partir de 1964, os métodos de interrogatório utilizados nas sessões do DOI-CODI e o sistema processual da época, baseado na Doutrina de Segurança Nacional, pareciam advir da Inquisição Medieval — de profunda violência e sem amparo aos direitos básicos dos cidadãos. Nessa perspectiva, a tortura e a violência foram regra, e não exceção, na indagação dos suspeitos de atividades contrárias aos interesses do regime militar.²⁹⁸

Outrossim, é necessário falar sobre a tortura, a violência e as mortes perpetradas na época da Ditadura Civil-Militar brasileira para que se pare de calar algo que machucou inúmeros indivíduos. Esse período faz parte de uma memória coletiva, porém restrita apenas aos sujeitos que sofreram com a repressão, aqueles cujos ressentimentos ressoam a cada momento em que a sua memória é revivida. No mais, discutir sobre o período ditatorial é de suma importância para a construção da memória da história brasileira, logo, não falar sobre esses acontecimentos é perpetrar ainda mais a violência.²⁹⁹

Nesse toar, essa violência, tanto física quanto psicológica, perpetrada através de torturas e de assassinatos pelos agentes públicos, só foi possível de ser revelada graças aos eventos angustiantes terem permanecido na memória das vítimas. Assim, foi através do ato das vítimas de lembrar e narrar suas experiências traumáticas que essas memórias não foram esquecidas pela sociedade.³⁰⁰

A violência, a tortura e a morte são memórias que sempre seguirão vivas na mente e nas lembranças das vítimas da Ditadura Civil-Militar brasileira. Os danos e as violações dos direitos humanos cometidos contra as mulheres pela repressão política da época devem ser dimensionados sob a perspectiva do gênero, para que se alcance com profundidade os atos ocorridos, registrando que as militantes políticas, ao se recusarem a reproduzir o papel social de submissão e dependência ao gênero masculino, contribuíram para a busca e construção de uma democracia em um

²⁹⁸ Cf. PROJETO..., 1985b.

²⁹⁹ CORREA, Ana Paula Alves; FERNANDES, Andressa Brenner. Ecos de um passado/presente: a tortura feminina e as posições no discurso sobre a ditadura brasileira. **Cadernos Discursivos**, Catalão – GO, v. 1, n. 1, 2017, p. 21-34. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/595/o/2Ana_P_A_Correa.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

³⁰⁰ FURTADO, Ana Cristina Rodrigues. Testemunhos de mulheres: uma reflexão sobre os traumas, torturas e ressentimentos sofridos durante a ditadura militar no Brasil. **XV Encontro Estadual de História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2016. Disponível em: http://uece.br/eventos/eehce2016/anais/trabalhos_completos/249-39939-20122016-160239.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

período autoritário, misógino e preconceituoso, não devendo ser esquecidas ou silenciadas.³⁰¹

Assim, as desigualdades enraizadas e sedimentadas entre o gênero feminino e o masculino foram reelaboradas e aprofundadas pela Ditadura Civil-Militar brasileira, que não admitia que mulheres militantes desenvolvessem ações não condizentes com os estereótipos femininos de submissão e de dependência. As mulheres militantes da época subverteram a ordem patriarcal — tão solidamente acomodada na ideologia ditatorial — ao ingressarem para a luta da oposição política, armadas ou não, atuando em papéis primordiais para a manutenção da democracia e pelo fim do regime autoritário no país.³⁰²

Em suma, as mulheres que atuaram como militantes políticas tiveram que romper com o estereótipo feminino imposto por uma sociedade patriarcal, empenhando-se em ações que sempre foram essencialmente masculinas, como, por exemplo, a luta armada. Foram aprisionadas, torturadas, violentadas e mortas das mais perversas formas por agentes públicos que buscavam confissões através da dor e que manuseavam seus corpos retratando a misoginia propagada pelos locais onde se encontravam.

Os corpos — masculinos ou femininos — foram utilizados pelos perpetradores da violência da forma mais cruel imaginada. A tortura e a violência, utilizadas amplamente no sistema ditatorial brasileiro, foram acompanhadas sempre de uma carga sexual para potencializar a dor, utilizando os estereótipos impostos em uma sociedade machista e patriarcal, para abarcar as vulnerabilidades do ser humano em sua forma mais vil.

3.4 O PERFIL DO PERPETRADOR, FACILITADOR E/OU ESPECTADOR DA VIOLÊNCIA

A partir da tortura amplamente disseminada na Ditadura Civil-Militar brasileira, é possível a análise do perfil do perpetrador, facilitador ou espectador da violência atuante nesse período. Diante de um sistema baseado na autoridade, na violência sem freios e na imposição da masculinidade sobre as vítimas do regime militar, os perpetradores e/ou facilitadores da violência — em sua maioria homens —

³⁰¹ Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

³⁰² Cf. SÃO PAULO (Estado), 2014.

acreditavam que a apreensão e a retirada das informações necessárias dos militantes deveriam ocorrer de forma rápida e próspera, sem atenção à integridade física e psicológica da vítima.

Em relação a quem pode vir a ser um operário da violência, é necessário pontuar a existência de três grandes grupos que promovem, participam ou aceitam a utilização da violência em uma determinada situação. O primeiro grande grupo são os perpetradores da violência, os agentes ativos na propagação de determinado ato, como, por exemplo, torturar um sujeito. Em seguida, o segundo grupo são os facilitadores da violência, os agentes passivos em uma ação na qual há envolvimento da violência, como, por exemplo, alguém que sequestra um sujeito e leva essa vítima para o local onde ela será efetivamente torturada por outros agentes. E, por fim, os espectadores, também denominados de comunidades circundantes, indivíduos que ficam no entorno do sistema de violência, omitindo o que enxergam e escutam, como, por exemplo, cidadãos em um sistema repressivo que apoiam determinado governo, mesmo sabendo das sevícias amplamente propagadas.³⁰³

Quando se discute sobre os perpetradores e/ou facilitadores da violência de um determinado período histórico, há um silenciamento acerca do tema. Nesse toar, em pesquisas feitas sobre o holocausto, por exemplo, existiu um pressuposto de que apenas tentar compreender os nazistas era se arriscar a ser contaminado por eles. Outrossim, Howard Becker pontuou que estudar grupos rotulados como “desviantes” pode levantar a suspeita de que o pesquisador aceita o ponto de vista “ilegítimo”, colocando-o em posição de ser rotulado como “enviesado” ou, até mesmo, um propenso desviante.³⁰⁴

Igualmente, o silêncio acadêmico e a exclusão da violência de Estado têm sido também possibilitados pelo poder dos perpetradores de atrocidades e seus associados de nível mais elevado, vinculados ao poder estatal. Os pesquisadores que procuram contar suas histórias são muitas vezes ameaçados — e até mesmo assassinados — em decorrência da visibilidade de nomes e de histórias de violência trazidos à tona por eles. Logo, a construção da memória acerca da violência

³⁰³ HUGGINS, Martha K. Torture 101. **Jornal of Psychology**, v. 219, p. 193-194, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238499929_Torture_101. Acesso em: 16 set. 2020.

³⁰⁴ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

perpetrada e facilitada por agentes públicos pode ser dificultada pela resistência dos torturadores e dos assassinos em revelar seus segredos sobre essa violência.³⁰⁵

No caso do Brasil, a anistia concedida aos operários da violência permitiu que eles mantivessem seus cargos na polícia e nas demais instituições estatais. Assim sendo, não havia razão para que os nomes e histórias de horror ocorridos nas prisões clandestinas fossem partilhados e tornados públicos após a obtenção do reingresso na sociedade civil pelos perpetradores e facilitadores de tais sevícias.³⁰⁶

Desse modo, essas questões têm impedido o estudo acerca dos perpetradores e facilitadores da violência, como, por exemplo, os autores de torturas e de assassinatos da Ditadura Civil-Militar brasileira. A exclusão dos agentes públicos nas pesquisas acerca desse período histórico demonstra a necessidade de se falar sobre a violência patrocinada pelo Estado, reconhecendo e contestando as formas de violência, viabilizando o entendimento e o conhecimento da história desses agentes.

Como já referendado no capítulo anterior desse trabalho, a grande maioria dos perpetradores e facilitadores da violência eram homens, o que traduz o poder patriarcal e machista sobre os sujeitos subjugados. O estupro e a violência de gênero, práticas de tortura utilizadas durante o período repressivo essencialmente de homens sobre mulheres, estão vinculados à necessidade de domínio do agressor sobre a vítima e fazem parte de uma lógica em que o exercício da sexualidade não consentida está associado a um exercício de poder.³⁰⁷

Nesse toar, a presença da tortura nos interrogatórios representou uma dupla significação no jogo da submissão e do poder: por um lado, a do opressor sobre o oprimido, do militar sobre o militante; e, por outro lado, do homem sobre a mulher, sustentando a hierarquia de gênero e a misoginia sempre presentes em períodos autoritários e repressivos. Assim, é no contexto da tortura que as relações de opressão de gênero encontram a sua expressão máxima, demonstrando a dominação do homem perante a mulher que ousava questioná-lo tanto em sua autoridade de militar quanto de homem.³⁰⁸

Destarte, durante a prática de tortura, a vulnerabilidade do sujeito é posta à prova. O corpo que existe em sua exposição e proximidade em relação aos demais

³⁰⁵ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

³⁰⁶ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

³⁰⁷ Cf. FERNANDES, 2019.

³⁰⁸ Cf. FERNANDES, 2019.

indivíduos, às forças externas, a tudo e a todos que podem subjugar-lo ou dominá-lo é vulnerável aos maus-tratos, ou seja, à exploração dessa vulnerabilidade.³⁰⁹

Na medida em que podemos ver a diferença de gênero enraizada historicamente como produto de um sistema de crenças — feito por um grupo de indivíduos para outro, especificamente —, podemos também apreciar a diversidade profunda das formas pelas quais a distinção entre masculino/feminino pôde e ainda pode ser entendida.³¹⁰ A consideração do gênero feminino como objeto de exploração ou subordinação, e não como agente ativo, consciente de si e de sua realidade, confere, assim, ao feminismo uma missão civilizadora da sociedade em questão.³¹¹

O patriarcado, ideia central que o feminismo busca combater, é um sistema que justifica a dominação masculina sobre uma suposta inferioridade biológica do gênero feminino, que possui origem na família, cujo comando, por milênios, foi exercido pelo pai — soberano do lar —, e isso se projeta em toda ordem social. Esse poder vindo do homem é sustentado por um conjunto de instituições da sociedade, articulado para manter e reforçar o consenso expresso pela organização social, que determina que o gênero feminino esteja sempre subordinado aos homens, ainda que uma ou várias mulheres possuam algum poder, ou mesmo muito poder, ou que todas as mulheres exerçam determinado tipo de poder.³¹²

As atividades relacionadas à aplicação da lei são vistas e entendidas como ocupações essencialmente masculinas. A partir desse entendimento, funções de vigilância, proteção e repressão demandariam características como força física e desprendimento emocional, ou seja, atributos que, de acordo com uma sociedade patriarcal, não estariam presentes nas mulheres. A construção do feminino ocasiona uma ideia pautada na exclusão da noção de força, de ação e de virilidade frente a uma situação de perigo.³¹³

O sistema de violência disseminado na Ditadura Civil-Militar brasileira era construído por homens e estruturado para promover formas masculinas de poder — enfatizando a competição, a dominação e o controle excessivo. A atrocidade era incentivada através da competição entre o gênero masculino, que era

³⁰⁹ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

³¹⁰ Cf. NICHOLSON, 2000.

³¹¹ Cf. MENDES, 2017.

³¹² Cf. MENDES, 2017.

³¹³ Cf. RIBEIRO, 2018.

potencializada por seu funcionamento em uma burocracia em meio a um clima de guerra. Assim, a violência e a atrocidade são resultados inevitáveis da operação diária de um sistema mantido por homens.³¹⁴

Desse modo, o governo e as instituições policiais atuavam através de recompensas, criando torturadores competentes, capazes de demonstrar as virtudes de seus métodos através da qualidade de seu desempenho e de suas investigações. Nesse toar, quando a tortura é introduzida em instituições hierarquizadas e fortemente disciplinadas, é produzida uma burocracia da violência, com a disseminação de sevícias amplamente protegidas por leis.³¹⁵

As sevícias frente a uma sociedade repressiva são nutridas por organizações sociopolíticas normais e racionais, cujos facilitadores e espectadores da violência auxiliam e apoiam a questão da tortura. Logo, enquanto poderosos espectadores e facilitadores da violência existirem, juntamente com os arranjos organizacionais para nutrir, esconder e justificar as torturas, novos perpetradores da violência serão sempre encontrados e encorajados a seguirem nessa propagação de sevícias.³¹⁶

O policial “macho”, referenciado diante de uma sociedade e de um governo misógino, possui um “ar masculino de dureza”, demonstrando segurança e autoconfiança, assim como uma aura de agressividade e ousadia nas suas relações. Para receber as recompensas de seus iguais ou superiores no âmbito profissional e permanecer no seu status, o policial “macho” tem que ser agressivo, atacar primeiro e agir com vigor e violência para desbancar o inimigo. Desta forma, agir com dureza e ser um homem enérgico nas situações certas aumenta o status do sujeito como um bom agente público perante os demais policiais, principalmente se esse comportamento refletir nas torturas contra mulheres vítimas.³¹⁷ Nessa conjuntura, Maria Dalva Leite de Castro de Bonet revela:

É nessa cela que eles vêm, obviamente continuava com o capuz, e a tortura era a seguinte, também, além de todas as outras: “Você sabe onde você está?” Voz bem cava, “Você sabe onde você está?”, “Você está tendo prazer com o seu torturador?” E começava a bolinar o teu corpo todo. “E você sabe que o que seus companheiros vão dizer, que você gozou com um torturador?”, “Você não vai poder sair da prisão, você vai ter que ficar do

³¹⁴ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

³¹⁵ Cf. GASPARI, 2002.

³¹⁶ Cf. HUGGINS, 2011.

³¹⁷ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

nosso lado porque se não nós vamos contar para os seus companheiros o que você fez aqui. Aí você vai ser justificada” e continuava a bolinar.³¹⁸

Em consonância com esse relato, Áurea Moretti Pires assinala:

Uma bagunça, uma confusão, foram arrebatando os ferrolhos, foram entrando, né, assim, e eu não entendia o que era aquilo, cada um falando uma coisa: “Não, eu que vou casar com ela”; “Não, vamo dá um banho nela aqui”, assim né. Até a hora que um deles, um que era o comandante falou: “Nada disso. Quem vai casar com ela sou eu”. E me agarrou e foi me levando lá pra cima com todo mundo junto, pra sala de tortura, que eles tinham montado no quartel, que não existia antes. A OBAN veio e montou a sala de tortura, né. E aí este cara me agarrando e falando que era meu noivo e subindo, eu não tava subindo, eu tava sendo arrastada pela escada e aí aquele corredor grande, cheio de policial cantando a marcha nupcial, bem: “Lá, lá, lá”. E eu passando com o meu noivo. É isto que o Macrufe fala: “A noiva do torturador”. É a questão do gênero, violento, naquela sociedade que a gente tava vivendo.³¹⁹

Nessa perspectiva, não há espaço para emoções como compaixão, ternura ou empatia para com os apelos das vítimas de torturas e violências. A obediência se torna o princípio operacional primordial frente ao sistema repressivo da época, e os agentes públicos aprendem a se submeter às ordens de seus superiores.³²⁰

Além disso, há uma desumanização do sujeito torturado, o que é uma forma de rotular as vítimas do sistema repressivo como algo a ser temido e abominado, sendo denominadas de “subversivos”, “terroristas” e “guerrilheiros comunistas”. Essa imagem socialmente constituída pelo governo da época ajudava a explicar a capacidade dos agentes públicos de perpetrar as violências. Assim, não se devia ao inimigo do governo repressivo respeito e dignidade, pressupostos básicos nas relações humanas.³²¹ Nesse mesmo entendimento, Mário Fonseca Ventura, coronel da Polícia Militar, destaca:

Esses excessos cometidos são normais dentro de um contexto. Eles passam a ser necessários até, apesar de indesejáveis, como você falou. Mas no momento ele é necessário. Você vê, por exemplo, no Dops pessoas que

³¹⁸ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de testemunho (transcrição). **Maria Dalva de Castro de Bonet** – 08/05/2014. Rio de Janeiro: CNV, 2014d, p. 33. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/10-Nota%2016%2054%20-%2000092.001123_2014-90%20-%20Maria%20Dalva%20Leite%20de%20Castro%20de%20Bonet%20-%2008.05.2014.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020.

³¹⁹ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de testemunho (transcrição). **Áurea Moretti Pires** – 25/02/2014. São Paulo: CNV, 2014e. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2018%20-%2000092.000430_2014-53%20%20Aurea%20Moretti%20Pires.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

³²⁰ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

³²¹ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

ficaram despidas de cabeça para baixo, submetidas a um intenso interrogatório. Isso aí na época era necessário. Como é que você vai tirar do camarada o que ele tem na cabeça, ele não vai contar pra você se você usar os meios normais: “Você pode contar pra mim o que aconteceu?” Ele não vai falar nunca. Ele tem de ser submetido à tortura.³²²

Em uma cartilha preparada pelo DOPS paulista em 1973, o termo “torturadores” tinha a seguinte definição: “Expressão utilizada pela subversão para designar todos aqueles que se empenham ou colaboram na prisão de subversivos e terroristas”. A partir desse entendimento, fica claro que a cartilha se preocupava em demonstrar que os perpetradores da violência não eram aqueles que torturavam e violentavam os presos políticos, mas todos os indivíduos que colaboravam para o combate da subversão no país.³²³

Ademais, o termo “torturador” sugere uma versão extrema da agressividade masculina normalmente entendida, em que a frieza, a força bruta e o prazer da agressão dominam o comportamento do papel do gênero masculino. Os rótulos são tão específicos quanto ao gênero que quase nunca evocam uma imagem feminina, embora exista a indicação de que houve mulheres envolvidas em torturas, ainda que muito menos frequentes que homens. Nesse entendimento, Elie Cohen em sua obra *“Human Behavior in the Concentration Camp”*, assevera que as mulheres que trabalhavam como guardas dos campos de concentração nazistas, por exemplo, eram tão violentas quanto os homens — tão violentas, mas pouco conhecidas.³²⁴

Nessa conjuntura, acreditou-se que o gênero feminino não atuou diretamente na prática de tortura dentro do DOI-CODI brasileiro, excepcionando a presença da mulher como possível assassina ou torturadora de militantes políticos. O gênero feminino, quando cometedor de delitos, inicialmente era visto e entendido como acompanhante do gênero masculino em ações de investigação de possíveis indivíduos que iam contra o sistema repressivo da época, mas dificilmente percebido como violento.

Assim, a mulher permanecia na posição de condução e de orientação dentro das agências policiais, atuando ao lado do gênero masculino quando necessário, mas jamais incidindo de forma violenta ou agressiva em uma ação, uma vez que tal comportamento era essencialmente masculino.³²⁵ Nesse sentido, assevera a Tenente

³²² Cf. GODOY, 2014a, p. 229.

³²³ Cf. GASPARI, 2002.

³²⁴ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

³²⁵ Cf. SOARES; MUSUMECI, 2005.

Bia sobre a presença feminina logo que entrou na polícia paulista: “Tanto é que, na época, seria impensável uma mulher assumir um comando. Nem tanto pelos praças, mas pelos oficiais. E tinha que andar fardada. Quando você passava na rua você era como uma girafa num zoológico: todo mundo olhava”.³²⁶

Excepcional frente ao regramento policial, a Tenente Neuza, juntamente com as demais mulheres citadas no Capítulo 2 deste trabalho, participou ativamente da repressão política militar, no primeiro momento, ao lado do agente repressivo Melancia, como um possível casal disfarçado para acompanhar um sujeito que poderia ser contra o sistema ditatorial. Porém, após esse evento, a Tenente Neuza entrou na equipe de Investigação, atuando ao lado dos colegas homens, pegando em armas, assassinando e torturando vítimas, envolvendo-se arduamente na violência propagada na época.³²⁷

Neuza deixa claro em seus relatos que não se envolveu efetivamente na tortura física de vítimas do regime militar, porém, é importante frisar que ela participou diversas vezes de tiroteios, assassinatos, sequestros e violência. Além disso, esteve envolvida na tortura psicológica exercida com a família Teles, uma vez que ficou responsável pelas crianças na Casa da Vovó, negligenciando os cuidados de Janaína e Edson e levando as crianças, sempre que solicitada, para a sala de tortura onde estavam Amelinha e César sendo brutalmente torturados.³²⁸

Nessa perspectiva, a Tenente Neuza, em relação ao cometimento de tortura física, pode ser considerada uma facilitadora da violência, pois, através da sua participação no sequestro de Criméia, Janaína e Edson, facilitou as sevícias que logo mais seriam exercidas nas vítimas na Casa da Vovó pela equipe de Interrogatório. Assim, evidencia-se que os policiais que atuaram como facilitadores da violência foram (pelo menos) participantes tácitos das atrocidades — entregando vítimas aos torturadores, assistindo a torturas ou a assassinatos, tomando conta de prisioneiros e ficando quietos enquanto as sevícias ocorriam.³²⁹

Seguindo a lógica imposta aos policiais na época da Ditadura Civil-Militar brasileira, buscava-se destruir o inimigo, desarmá-lo e obter sua submissão através da neutralização de sua ação política, protegendo seus companheiros de ação e

³²⁶ Cf. GODOY, 2014a, p. 147.

³²⁷ Cf. GODOY, 2014a.

³²⁸ Cf. TELES, 2017.

³²⁹ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

defendendo sua pátria. Nesse toar, a Tenente Bia ressalta sua motivação para seguir na sua carreira como agente do DOI-CODI paulista: “Era uma guerra e eu estava defendendo a minha pátria. Era um patriotismo, um amor à pátria que eu sinto até hoje. Se não fosse nosso trabalho, o Brasil hoje seria uma Cuba. Era o que eles queriam”.³³⁰

De acordo com o pensamento compartilhado por Carlos Alberto Brilhante Ustra, não era possível o combate do terrorismo amparado nas leis comuns, eficientes para um cidadão comum, pois os terroristas não eram cidadãos que viviam de acordo com a conformidade imposta pela sociedade da época. Assim, Ustra não nega a violência propagada nas vítimas do regime militar, mas constantemente pontua que obedecia às regras e aos limites de funcionalidade do governo, além de servir às necessidades do Exército brasileiro e do seu país.³³¹ Por esse ângulo, Miúda alude:

Se eles pegassem a gente, eles também faziam como fizeram com o tenente Mendes. Era uma guerra e eu estava defendendo minha pátria. [...] Você viu o que eles fizeram com Mendes? Quebraram ele inteiro. Você vai tratar eles a pão de ló? Eu não. Quando eu vejo esses bandidos que fazem essas barbaridades, por mim, eu matava todos eles. Eu já estou velhinha, mas ainda dá pra matar.³³²

Toda a perspectiva de governo estava centralizada na Doutrina de Segurança Nacional, que acreditava que todo gesto humano é um gesto de guerra, a favor ou contra ela. Ou seja, a doutrina aceitava a utilização da violência para a eliminação de inimigos internos como meio de garantir a segurança nacional, havendo uma justificação na utilização da tortura, da violência e das mortes ocorridas pelas mãos dos agentes públicos em favor de manter a paz e o seguimento das regras impostas no país.³³³ Absalon Moreira Luz, agente da repressão que, assim com a Tenente Neuza, recebeu a Medalha do Pacificador, ressalva:

Era um serviço que precisava ser feito, se não virava uma baderna. Já estava virando, tinha de ter uma repressão. Qual o governo que não vai reagir numa situação daquela? O negócio estava tomando um rumo esquisito: bombas, atentados, muitos assaltos e mortes [...]. Chegou um ponto que não dava mais...³³⁴

³³⁰ Cf. GODOY, 2014a, p. 150.

³³¹ Cf. USTRA, 1987.

³³² Cf. GODOY, 2014a, p. 167.

³³³ Cf. KRISCHKE, 2008.

³³⁴ Cf. GODOY, 2014a, p. 186.

Ademais, Antônio Carlos Fon, ex-preso político, pontua:

“Em um interrogatório”, conta um delegado paulista, cujo nome figura na lista dos 233 torturadores denunciados por presos políticos, “o essencial é quebrar a moral, o espírito de resistência do interrogado. Você vai pressionando até o momento em que ele se decompõe e começa a falar”. Para ele, tudo resume-se a uma questão técnica: “É importante que você afirme sua autoridade aos olhos do interrogado. Para um cidadão honesto, cumpridor das leis, que cometeu um pequeno deslize, basta um tom de voz mais firme, um grito ou uma careta e ele fala; o marginal exige um pouco mais de rispidez, mas ele tem consciência que desrespeitou a lei e, de certa forma, espera ser punido”, explica ele.³³⁵

A ideologia dominante foi codificada através da Doutrina de Segurança Nacional, formulada na Escola Superior de Guerra (ESG), criada nos Estados Unidos em 1948, com o objetivo de preparar elites em busca da resolução dos problemas do país, sob forte influência do clima da Guerra Fria pós 2ª Guerra Mundial. Alguns dos conceitos fundamentais dispostos na doutrina eram: os objetivos nacionais buscados por uma política nacional através dos recursos disponíveis e o poder nacional.³³⁶

Através desses conceitos básicos, chegava-se à concepção de Segurança Nacional, entendida como o grau de garantia que o governo proporcionava à nação por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares para manter ou adquirir os objetivos nacionais permanentes através do poder. Esses objetivos se apoiavam na ideia prioritária de manutenção do sistema capitalista sob a intervenção do governo, responsável por controlar os desequilíbrios e as ameaças dos terroristas.³³⁷

A Doutrina da Segurança Nacional se baseava na ideia de que o inimigo da pátria não era mais apenas externo, mas também interno. Assim, o inimigo do governo poderia estar em qualquer parte e, para enfrentar esse novo desafio, era necessário estruturar um novo aparato repressivo no país. Em consequência disso, no final de 1969, estava instalado no Brasil um aparelho repressivo no qual seus agentes podiam se utilizar dos mais diversos métodos de sevícias, contando com o manto protetor representado pelo AI-5 e pela autoridade absoluta, os agentes militares, além da suspensão do direito do *habeas corpus*, a formalização de decretos secretos e a edição de uma terceira Lei de Segurança Nacional (DL 898), que introduziu a prisão

³³⁵ Cf. FON, 1979, p. 39.

³³⁶ GARCIA, Nelson Jahr. **Sadismo, Sedução e Silêncio**. São Paulo: Loyola, 2005.

³³⁷ Cf. GARCIA, 2005.

perpétua e, até mesmo, a pena de morte para opositores em ações armadas que ocasionassem a morte.³³⁸

De outra banda, parafraseando Philip Zimbardo, o poder se encontra no sistema, ou seja, o sistema cria a situação que corrompe os sujeitos a partir de um envolvimento legal, político, econômico e cultural.³³⁹ Nessa perspectiva, todas as atrocidades cometidas durante a Ditadura Civil-Militar brasileira estavam ressaltadas se fossem em favor da pátria brasileira. Os agentes públicos que trabalhavam em favor do governo ditatorial acreditavam que seus atos seriam justificados se fossem em prol da proteção do país porque cumpriam ordens superiores que estavam de acordo com a doutrina seguida e disseminada, ou seja, a Doutrina de Segurança Nacional. À vista disso, enfatiza a Tenente Dyarsi Teixeira Ferraz:

Era uma missão, uma ordem, quando você é subordinado você tem de trabalhar onde mandam, então tinha de trabalhar. Eu também fiz, com todo bom gosto, todo o trabalho, eu acho que o que eu fiz foi perfeito. Eu estava ali cumprindo uma ordem, uma missão. [...] Se você é subordinado você recebe uma ordem mesmo que ela seja absurda. Você tem de fazer e depois reclamar para não ser punido.³⁴⁰

Nesse cenário, ressalva o Coronel Brilhante Ustra:

Éramos militares que, com muita honra, pertencíamos ao Exército de Caxias, e, eram os policiais civis e militares que, também, com muita honra, serviam ao Governo do Estado. Lutávamos por um ideal, o de extirpar o terrorismo que queria subjugar o Brasil.³⁴¹

Logo, a busca de um perpetrador e/ou facilitador da violência era pela racionalidade desapaixonada e pelo instrumentalismo operacional, não havendo lugar para emotividade. Assim, os agentes públicos deveriam fugir da suavidade feminina tradicional e irracional — uma vez que a mulher é taxada por comportamentos passionais —, sendo, através de afetividade com as vítimas ou através de atos agressivos e brutais com os presos políticos, levados pela sua intensa emoção.³⁴²

Nesse clima de segurança nacional, os policiais justificavam seus atos de tortura e violência em prol da proteção social. Caso algum agente público se

³³⁸ Cf. BRASIL, 2007.

³³⁹ ZIMBARDO, Philip. *The Lucifer effect: understanding how good people turn evil*. 1. ed. Ebook Kindle. Nova York: Random House, 2007.

³⁴⁰ Cf. GODOY, 2014a, p. 153.

³⁴¹ Cf. USTRA, 1987, p. 131.

³⁴² Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

excedesse em seu comportamento frente à uma vítima, a justificação era de que eles deviam dar conta de um demasiado trabalho e, como não possuíam recursos necessários para o trabalho de investigação de um preso, o caminho mais curto para obtenção da informação necessária era a tortura, a violência e, até mesmo, a morte.³⁴³ Nessa lógica, Pedro Antonio Mira Grancieri, ex-policial, investigado pela morte do jornalista Vladimig Herzog, relata que, em uma situação de guerra, “o que vale é a obtenção de informações”³⁴⁴, justificando as sevícias utilizadas nas vítimas pela dificuldade na obtenção dos esclarecimentos, dizendo: “a gente só partia para os conformes com os terroristas, porque também sem pressão não se tira nada de ninguém”.³⁴⁵

Ademais, os relatos de uma luta por uma causa justa legitimaram a violência dos agentes públicos, seja para salvar a vida de um “cidadão do bem”, ou para salvar o país de um “inimigo interno”. Nesse toar, menciona um policial que atuou como agente repressivo no DOPS na época da repressão política:

Trabalhávamos como se estivéssemos em guerra. Éramos patriotas, estávamos defendendo nosso país, tínhamos orgulho disso, então eles eram adversários, o inimigo. Tínhamos orgulho do que fazíamos (...) trabalhando no Dops (...) aquele orgulho de limpar o país de uma ameaça, de um regime comunista. (...) [Éramos] pessoas fazendo um serviço patriótico, um grande serviço, um serviço importante. (...) Éramos um povo religioso, um povo cristão.³⁴⁶

Por conseguinte, os integrantes do aparato repressivo procuravam a defesa de valores tradicionais para a sociedade brasileira: a religião cristã, a família, a democracia e a liberdade. A geração dos jovens, que compunha grande parte das vítimas que vieram a ser torturadas e violentadas nos porões do DOI-CODI, vivia um momento de mudanças, transgressões e questionamentos principalmente frente ao governo repressivo, preconceituoso e misógino que se encontrava no poder.³⁴⁷

Ainda, ligada à ideia da Doutrina de Segurança Nacional, a Escola Superior de Guerra conceituou o que seria uma “Guerra Revolucionária”, cujas características apontadas eram, por exemplo, a subversão, a destruição dos valores morais em que se institui uma sociedade, o terrorismo e a guerrilha. Essa visão adquire enorme

³⁴³ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

³⁴⁴ PRADO, Antônio Carlos; SÁ, Luiz Fernando. Eu, Capitão Ramiro, interroguei Herzog. *IstoÉ*, São Paulo, 25 mar. 1992, p. 23.

³⁴⁵ Cf. PRADO; SÁ, 1992, p. 23.

³⁴⁶ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 362.

³⁴⁷ Cf. JOFFILY, 2008.

importância quando se verifica a justificação da imposição do autoritarismo repressivo instaurado no Brasil na época da Ditadura Civil-Militar.³⁴⁸

Nesse toar, Antônio Carlos Fon, ex-presos político, descreveu o comportamento de Roberto Pontuschka, pastor e capelão do Exército, que, no decorrer do dia, torturava as vítimas e, à noite, tentava salvar suas almas distribuindo bíblias. Quando o pastor foi questionado por Antônio Carlos sobre como podia um homem tão religioso torturar seus semelhantes, o capelão respondeu: “Eu trago a palavra de Deus, mas, para quem se recusa a ouvi-la, eu uso essa outra linguagem”, completando sua explicação com um gesto apontando para uma pistola calibre 45 que trazia consigo.³⁴⁹

A concepção ideológica dos agentes repressivos se resumiu a uma sociedade ordenada e autoritária, na qual cada sujeito deveria se ater às suas funções sociais, ou seja, o estudante deveria se ocupar com a sua carreira e seus estudos, a mulher com seus filhos e sua família — e se adequar aos limites da classe social à qual pertencia, sem se ocupar de questões que não lhe diziam respeito — pensamento que vai ao encontro do ensinado dentro das instituições policiais. Tratava-se, sobretudo, de preservar os princípios tradicionais de uma sociedade machista e preconceituosa.³⁵⁰

Assim, fica clara a justificação dos perpetradores e/ou facilitadores de sevícias na hora de torturar uma vítima. É importante frisar que os agentes repressivos não eram loucos, psicopatas (ou algum adjetivo similar) que cominavam as torturas por serem portadores de algum distúrbio mental. Esses indivíduos eram homens e mulheres que aderiram a uma ideologia cuja proposta era aniquilar sujeitos que pensassem diferente do governo ditatorial da época.³⁵¹ Nessa perspectiva, tinha razão Elio Gaspari ao enfatizar que: “O torturador maluco, vítima de uma perversão, é em geral um produto de fantasia política”.³⁵²

Ademais, os perpetradores e/ou facilitadores da violência simplesmente se esmeraram na tarefa de eliminação, fosse ela física, emocional ou mental, das vítimas que pensavam de forma diferente deles. De acordo com esse entendimento, reflete o Sargento Irineu, também conhecido como agente Márcio:

³⁴⁸ Cf. GARCIA, 2005.

³⁴⁹ Cf. FON, 1979, p. 12.

³⁵⁰ Cf. JOFFILY, 2008.

³⁵¹ Cf. FERNANDES, 2019.

³⁵² Cf. GASPARI, 2002, p. 21.

Mas, pra mim, quando a gente era militar, a gente tava cumprindo ordens, trabalhando. Não era um negócio diferente. Tem uma disciplina. A que eu tinha fora, tinha lá dentro. Eu via como um serviço normal policial, como tem hoje. Não combate bandido e traficante na rua?³⁵³

Nessa lógica, os operários da violência nada mais eram do que sujeitos comuns, sem predisposições sádicas, o que muitas vezes se pressupõe acerca desses indivíduos. Como percebido por Hannah Arendt na personalidade de Adolf Eichmann, perpetrador da violência nos campos nazistas, “O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais”³⁵⁴. Os instrutores, responsáveis pelo ensinamento das sevícias, procuravam modelar seus recrutas como indivíduos de “cabeça fria”, ou seja, que não deveriam se envolver emocionalmente com a vítima, obedecendo assim a ordens superiores de forma desapaixonada.³⁵⁵

Os agentes repressivos que não obedeciam às ordens e não podiam ser controlados por seus superiores, aqueles que permitiam que seus impulsos mais hostis atropelassem o distanciamento necessário com os presos, não eram designados para essa tarefa, sendo transferidos e realocados a outras unidades de trabalho. Nessa perspectiva, a ideia era prezar por perpetradores e/ou facilitadores da violência racionais, dispostos a aderir ao sistema e aos ensinamentos dados, sem demonstração de passionalidade.³⁵⁶

Outrossim, indivíduos comuns se tornaram assassinos e torturadores quando foram ideologicamente convencidos de ter razão, ou, ainda, quando taxados de serem os próprios detentores da razão.³⁵⁷ A repressão política no Brasil não foi apenas ideologicamente justificada, como também legalmente sancionada e apoiada por organizações especializadas na segurança interna.³⁵⁸

Assim, uma vez imposta a ideologia da segurança nacional, ela passou a ser a fonte das justificativas utilizadas pelos proprietários da violência para motivar, defender e ocultar o fato de que ordenavam e autorizavam que fosse cometida tamanha atrocidade às vítimas do regime militar. A ideologia política, a burocracia e

³⁵³ Cf. GODOY, 2014a, p. 136.

³⁵⁴ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letas, 1999, p. 299.

³⁵⁵ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

³⁵⁶ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

³⁵⁷ Cf. JOFFILY, 2008.

³⁵⁸ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

os recursos para conceder punições foram formas de legitimação para que os taxados “cidadãos de bem” pelo sistema governamental da época tivessem condições de praticar também suas perversidades sem se preocupar com as avaliações morais perante a sociedade.³⁵⁹

No mais, diante de uma situação de guerra, como foi a Ditadura Civil-Militar brasileira, o corpo da vítima do sistema repressivo se encontra fora de si mesmo, no mundo dos outros, em um tempo e espaço que não pode e não consegue controlar.³⁶⁰ A partir desse entendimento, o corpo dos presos políticos não pertence a eles, mas à repressão política, que, através de suas leis e ideologias, abafa as violências propagadas, tomando conta do corpo alheio como uma forma de demonstração de poder e de força.

Os torturadores, seguindo esse entendimento, são os angariadores da violência, responsáveis pelas sevícias estipuladas aos presos, vítimas do sistema repressivo e ditatorial da época. Esses sujeitos — normalmente homens, mas com a presença do gênero feminino como exceção à regra — não mediram esforços para a manutenção do sistema autoritário, para a obtenção das informações necessárias ao bom andamento do governo e para a caça aos chamados subversivos e terroristas, por meio de atos baseados na violência.

Em suma, os indivíduos que promoveram torturas abarcados pelos dizeres da Doutrina da Segurança Nacional buscavam a defesa da pátria em prol da ideologia imposta pelo governo repressivo. Esses sujeitos, perpetradores e/ou facilitadores da violência, tiveram papel primordial frente às torturas cometidas às vítimas do aparelho repressivo e no seguimento do aperfeiçoamento e da continuidade dos ensinamentos promovidos pela Ditadura Civil-Militar brasileira, como, por exemplo, a Tenente Neuza e as mulheres que participaram da época repressiva, denominada “Anos de Chumbo” do DOI-CODI.

³⁵⁹ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

³⁶⁰ Cf. BUTLER, 2018.

4 OS PAPÉIS DE GÊNERO FRENTE ÀS OPERÁRIAS DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Homens que matam mulheres é coisa de todos os dias, matando-o tu talvez inaugurassem uma nova época, Outras que o façam, eu sou lilit, a louca, a desvairada, mas os meus erros e os meus crimes por aí se ficam.³⁶¹

Este capítulo aborda os papéis de gênero frente as operárias da violência no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira, iniciando pela discussão do papel do gênero feminino em uma sociedade patriarcal, relacionando, em ato contínuo, esse entendimento ao papel do gênero feminino na Ditadura Civil-Militar brasileira. Finalmente, enfatiza-se que as mulheres foram operárias da violência no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira, demonstrando a importância do gênero feminino na conjuntura ditatorial de tal período histórico, assim como o que foi necessário existir para que essas mulheres permanecessem como agentes públicas, principalmente ocupando cargos de enfrentamento direto com a violência, já que o ambiente era predominantemente masculino.

4.1 O PAPEL DO GÊNERO FEMININO EM UMA SOCIEDADE PATRIARCAL

Vislumbrando o decorrer da história acerca dos papéis de gênero exercidos em sociedade, é possível perceber o embate travado pelas mulheres na busca por se libertar da opressão e dos estereótipos de mãe e de dona de casa, responsáveis por manter a ordem e a organização da família e do lar. Em diversos momentos ímpares da história, o gênero feminino tenta manifestar sua necessidade de ser visto e entendido frente a uma sociedade machista, misógina e patriarcal, em busca, principalmente, de equidade e de visibilidade frente ao gênero masculino.

De acordo com a historiadora Gerda Lerner, assim como os homens, as mulheres sempre foram agentes da história, logo, foram e são peças centrais para a criação da sociedade e a construção da civilização. Porém, a existência da história das mulheres foi ignorada e omitida por uma sociedade dominada pelo pensamento patriarcal — fato que afetou e segue afetando as relações interpessoais —, uma vez que o gênero feminino é visto como coadjuvante e companheiro do gênero masculino,

³⁶¹ SARAMAGO, José. **Caím**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 70.

e não como protagonista da sua própria história.³⁶² Nessa perspectiva, pondera Luciano Figueiredo sobre a historiografia no Brasil referente à presença do gênero feminino:

Os caminhos da história da mulher não se contam de modo claro e definido. São percursos sinuosos, intrincados, ao longo dos quais o historiador precisa dispensar cargas de muito preconceito presente nas fontes, desconfiar de suas lacunas, duvidar de suas verdades.³⁶³

Ademais, ninguém é oprimido, explorado e discriminado por escolha. Uma ideologia patriarcal e machista, na qual se tange a sociedade, principalmente em períodos autoritários como a Ditadura Civil-Militar brasileira, nega às mulheres o seu desenvolvimento pleno, omitindo, assim, a sua contribuição histórica. O gênero feminino não é apenas a metade da população e a grande mãe de toda a humanidade, mas também um ser social, criativo e inovador, que busca representatividade.³⁶⁴

O poder se exerce prioritariamente sobre o gênero através do domínio político. Nesse toar, na base dos regimes totalitários ou ditatoriais, as relações de gênero são estreitamente codificadas e vigiadas.³⁶⁵ De acordo com o entendimento de Butler, “A guerra é precisamente um esforço para minimizar a precariedade para alguns e maximizá-la para outros”³⁶⁶, pois, a partir de momentos de guerra e de autoritarismo — como, por exemplo, a Ditadura Civil-Militar brasileira —, podemos perceber de forma mais latente a relação entre o aumento do poder de determinados indivíduos e o controle dos corpos de outros.

Logo, estar protegido da violência do Estado-nação é consequentemente encontrar-se exposto à violência exercida por ele; assim, depender do Estado-nação para a proteção contra a violência significa justamente trocar uma violência potencial por outra em momentos de repressão. Nessa perspectiva, se determinadas vidas são consideradas merecedoras de existir e de ter o poder, e outras não, então essa maneira de diferenciar vidas não pode ser entendida como um problema de

³⁶² LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

³⁶³ FIGUEIREDO, Luciano. **Mulheres nas minas gerais**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 142.

³⁶⁴ Cf. TELES, 2017.

³⁶⁵ TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Caderno Pagu**, n. 24, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

³⁶⁶ Cf. BUTLER, 2018, p. 86.

identidade. Trata-se de uma questão de como o poder configura o campo dos sujeitos, e do pertencimento do poder nas mãos de alguns e a falta dele nas mãos de outros.³⁶⁷

A exclusão do gênero feminino da construção dos registros durante a história, principalmente em momentos de repressão, reforça a imposição da ideologia patriarcal, consequência de tantos anos em que as mulheres estiveram privadas de voz e de visibilidade, havendo um acúmulo de poder nas mãos do gênero masculino. A diferenciação entre o gênero feminino e o masculino pressupõe uma definição do que são as características que formam os papéis de gênero. Não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas — e são controladas pelo gênero masculino por causa disso —, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade.³⁶⁸

Assim, a crítica presente nas teorias feministas, em sua grande maioria, é exatamente questionar o conhecimento totalizante, masculino e universal dos homens frente às relações interpessoais. Nesse entendimento, a crítica feminista explica, incorpora e assume a tomada de consciência individual e coletiva, através de uma luta para transformar as relações e os papéis de gênero frente a uma sociedade heteronormativa.³⁶⁹

A categoria de gênero se perpetra nas identidades dos sujeitos que se encontram constituídos por seu pertencimento a coletividades socioculturais distintas, as quais se definem não apenas pela biologia, história ou geografia, mas também por categorias culturais, como raça, classe social e religiosidade. A crítica feminista, ao disseminar o conceito de gênero como um conhecimento situado nas relações históricas e sociais, e, principalmente, nas relações desiguais de poder, oferece um novo olhar sobre a realidade, possibilitando localizar as distinções entre características consideradas e sedimentadas como masculinas e femininas presentes no cerne das hierarquias das relações interpessoais.³⁷⁰

No mais, evidencia Linda Nicholson que não se trata apenas de estipular papéis para determinados sujeitos, como o de cuidadora e protetora para a mulher e o de agressivo e combativo para o homem, mas também do equívoco causado pela

³⁶⁷ Cf. BUTLER, 2018.

³⁶⁸ Cf. TORRÃO FILHO, 2005.

³⁶⁹ HARDING, Sandra. **Ciência y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

³⁷⁰ BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, v.1, n. 16, p. 207-230, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a20v16n1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

disseminação errônea de características pontuais de determinados sujeitos. A partir disso, há uma generalização acerca do caráter do indivíduo, com papéis extremamente delimitados dentro das relações em uma sociedade.³⁷¹

Nesse entendimento, as mulheres são vistas como representantes de um gênero que é subordinado a outro (o masculino), na medida em que determinadas características, bem como o acesso a certos papéis em sociedade, são entendidas como naturalmente ligadas a um sujeito em detrimento de outro.³⁷² Logo, os papéis de gênero são responsáveis pela consolidação de um discurso que constrói a identidade do gênero feminino e do masculino e acabam encarcerando ambos em seus limites.³⁷³

Novamente, existe uma dicotomia em relação à perspectiva dos papéis de gênero frente à sociedade. A partir disso, há uma bipolarização entre as qualidades estabelecidas como masculinas e femininas, formando dicotomias como racional/emocional, objetivo/subjetivo, concreto/abstrato, ativo/passivo, força/fragilidade, virilidade/recato, trabalho na rua/trabalho no lar, público/privado. Assim, enquanto o polo positivo é representado pelo homem racional, viril, forte e trabalhador, o polo negativo é representado pela mulher emocional, passiva, fraca, recatada e doméstica.³⁷⁴

Ademais, a intenção é manter os papéis de gênero extremamente definidos em uma sociedade patriarcal para maior controle de quem detém o poder. Os homens não devem se “rebaixar” à condição de mulher — vista como subjugada —, não podendo chorar ou evitando qualquer demonstração de sentimentos, pois isso faz com que seu lado feminino seja expresso, e eles não devem colocar em risco sua heterossexualidade ou a possível confusão do seu ofício de macho.³⁷⁵

A manutenção dos papéis de gênero frente a uma sociedade está baseada numa identidade binária. Essa visão dual das relações de gênero entende o masculino e o feminino como termos opostos, ainda que complementares, podendo conviver um com o outro, mas nunca um no outro. As características consideradas pertencentes ao gênero feminino são positivas se encontradas nas mulheres, mas desqualificam os

³⁷¹ Cf. NICHOLSON, 2000.

³⁷² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sexo e gênero: a mulher e o feminino na criminologia e no sistema de justiça criminal. Boletim do IBCCrim. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, n. 138, mai/2004.

³⁷³ Cf. TORRÃO FILHO, 2005.

³⁷⁴ Cf. ANDRADE, 2004.

³⁷⁵ Cf. TORRÃO FILHO, 2005.

homens que as possuem, e o mesmo ocorre com a masculinidade em relação ao gênero feminino.³⁷⁶

Nessa perspectiva, em geral, os meninos são preparados desde pequenos para participar da esfera pública, enquanto as meninas devem se identificar com a mãe, mantendo uma relação próxima à genitora, nutrindo, em consequência disso, um vínculo com a esfera privada, ou seja, o ambiente do lar. Connell desfruta do mesmo entendimento ao mencionar que “Toda a esfera econômica é culturalmente definida como um universo dos homens (apesar da presença das mulheres ali), enquanto a vida doméstica é definida como um universo das mulheres (apesar da presença dos homens ali)”³⁷⁷, pois tanto os filhos do gênero masculino quanto as filhas do gênero feminino são preparados para assumir os devidos papéis de gênero quando adultos, que, em grande parte, situam as mulheres dentro de uma esfera doméstica e de reprodução, e os homens como provedores da família.³⁷⁸

Isto posto, a esfera pública normalmente refletirá os papéis impostos ao gênero masculino, enquanto a esfera privada, ao gênero feminino. A esfera privada configura, por sua vez, um local de relações familiares reservado à mulher por meio do aprisionamento de sua sexualidade na função reprodutora e de seu trabalho nos cuidados do lar e da sua prole. É precisamente este o eixo central da dominação patriarcal.³⁷⁹ Desta forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e bem quistas em relação às femininas, com a esfera privada sendo considerada de menor importância frente à esfera pública.

As mulheres iniciaram a saída do âmbito doméstico, consequentemente da esfera privada do lar, com o processo de industrialização, tornando mais relevante o seu trabalho na esfera pública em meados do século XIX. A consolidação do sistema capitalista tem como consequência a utilização em larga escala de mão de obra feminina no processo produtivo das fábricas. Assim, o desenvolvimento tecnológico e a introdução das máquinas afetaram o trabalho feminino, transferindo para as fábricas

³⁷⁶ SWAIN, Tania Navarro. Para além do binário: os queers e o heterogêneo. **Revista Niterói**, v. 2, n. 1, p. 87-98, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/30991-106260-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

³⁷⁷ Cf. CONNELL, 2015, p. 165.

³⁷⁸ Cf. LERNER, 2019.

³⁷⁹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista Sequência**, v. 26, n. 50, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15185/13811>. Acesso em: 20 out. 2020.

tarefas antes executadas no domicílio, aumentando o contingente de mulheres que trabalhavam como profissionais.³⁸⁰

Porém, a ideia foi limitar a presença das mulheres na esfera pública no mundo do trabalho, fortalecendo o papel de mãe como o mais importante e essencial para o desenvolvimento da família. Nessa perspectiva, essa era a função a ser preservada para as mulheres. Assim, o gênero feminino poderia participar da esfera pública, atuando ao lado dos homens no campo profissional, porém, sempre entendendo que seu papel principal em sociedade era o de mãe, responsável pela esfera privada, gerando um acúmulo de trabalho e um desgaste exacerbado com inúmeras funções para as mulheres.³⁸¹

Em relação ao envolvimento do gênero feminino e do masculino no ambiente de trabalho, as mulheres, em uma sociedade machista e patriarcal, encaixam-se normalmente em empregos menos valorizados, ficando envolvidas com o trabalho administrativo, relativo à limpeza, à merenda, ou seja, com empregos relacionados ao cuidado com o próximo —, como já tratado anteriormente em relação à entrada das mulheres na polícia. Por outro lado, os homens predominam na chamada indústria pesada, ou seja, em qualquer trabalho que envolva máquinas e uso da força, excepcionando a costura, além de empregos que enalteçam sua inteligência e liderança.³⁸²

Assim, em todas as sociedades contemporâneas sobre as quais existem estatísticas, as mulheres realizam a maioria das tarefas domésticas de limpeza, de cozinha, de costura e de cuidados com os vulneráveis — principalmente crianças e idosos. Esse tipo de emprego é frequentemente associado a uma definição cultural preestabelecida, segundo a qual as mulheres possuem o estereótipo de cuidado e de gentileza, por exemplo, estando sempre prontas para se sacrificarem em prol do bem comum, inclusive, em detrimento do seu próprio bem estar quando necessário.³⁸³

Desde o nascimento, as mulheres acabam recebendo um treinamento específico e minucioso para conviver com a impotência desde a tenra idade. Isto é, o gênero feminino aprende a suportar a violência específica que lhe é dirigida, principalmente no âmbito do lar, sendo as mulheres educadas para desempenharem

³⁸⁰ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

³⁸¹ Cf. FARIA, 2019.

³⁸² Cf. CONNELL, 2015.

³⁸³ Cf. CONNELL, 2015.

o papel essencial de manutenção da vida familiar, esquecendo de si e cuidando constantemente do outro.³⁸⁴

Logo, fica claro que, no caso do gênero feminino, o papel de mãe sempre foi destacado e visto como prioritário, ou seja, como uma forma de garantir a mulher na sua função de cuidadora e responsável por zelar pelo futuro de sua família — cargo essencialmente seu —, mesmo que adentrasse na esfera pública como profissional. Dessa maneira, as mulheres que não cumprissem esse papel eram rechaçadas em sociedade e, algumas vezes, criminalizadas.³⁸⁵

A estudiosa e criminóloga Carol Smart, em sua obra *“Women, Crime and Criminology: a feminist critic”*, verifica o tratamento dado às mulheres no sistema de justiça criminal e nos estudiosos da criminologia — ou seja, nas escolas criminológicas anteriores ao estudo da criminologia feminista —, e identifica que as pesquisas acerca de mulheres criminosas são de dois tipos: o primeiro faz referência explícita a elas, e o segundo as menciona implicitamente. O primeiro grupo, identificado, por exemplo, nos estudos de Lombroso, demarca e distingue os comportamentos de mulheres e de homens criminosos e perpetram a ideia da mulher diabólica. De outra banda, o segundo grupo apresenta o gênero feminino como cometedor de crimes de forma implícita, ou seja, invisibiliza a mulher frente ao cometimento de delitos, uma vez que crimes são essencialmente praticados por homens.³⁸⁶

Em ambas as visões definidas por Carol Smart, a criminalidade do gênero feminino aparece como um sintoma físico ou um problema psíquico, que demandaria tratamento, pois fugiria da normalidade do comportamento feminino determinado em sociedade através dos papéis de gênero perpetrados. Nessa perspectiva, as mulheres cometeriam crimes por terem se desviado do seu comportamento natural feminino ou por sofrerem de distúrbios de personalidade, necessitando de medicamentos.³⁸⁷

Na obra *“The Female Offender”*, Cesare Lombroso define, a partir de uma pesquisa sobre mulheres presas na Itália, a classificação da mulher criminosa como: criminosa nata, criminosa ocasional, criminosa de paixão, suicida, prostituta nata, prostituta ocasional, ofensora histérica, mulher lunática, epilética e moralmente

³⁸⁴ Cf. MENDES, 2017.

³⁸⁵ FARIA, Thaís Dumê. **História de um silêncio eloquente**: construção do estereótipo feminino e a criminalização das mulheres no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

³⁸⁶ SMART, Carol. **Women, Crime and Criminology: a feminist critic**. London: Routledge & Kegan Paul, 1976.

³⁸⁷ Cf. SMART, 1976.

insana. Da mesma maneira que pesquisou os criminosos do gênero masculino, Lombroso fez a medição dos crânios das mulheres criminosas, além de estudar as características faciais e os cérebros das mulheres entendidas como delinquentes.³⁸⁸

Após a análise biológica, Lombroso concluiu que as criminosas natas se aproximavam mais fisicamente do homem do que da mulher normal, com exceções das prostitutas, que possuíam mais traços característicos de atavismo (nesse caso, a criminalidade seria baseada nos genes de antepassados longínquos que se encontram na subconsciência do criminoso) do que as chamadas criminosas natas. A partir disso, o estudioso e criminólogo conclui que a mulher criminosa nata é muito mais rara que o homem criminoso nato, porém, apesar de ser mais rara, supera o gênero masculino na crueldade com que comete seus crimes.³⁸⁹

Lombroso pontuou as características biológicas da mulher criminosa, mencionando a estatura baixa e o comprimento pequeno dos membros, peso maior que o das mulheres consideradas não criminosas, cabelos e olhos negros, assimetria craniana, estrabismo, mandíbula acentuada, fisionomia masculina e viril, anomalia nos dentes, clitóris pequenos e grandes lábios vaginas, além da sexualidade exacerbada e dotada de perversão.³⁹⁰ Neste momento, é clara a ideia de que, uma vez que as mulheres são definidas como delinquentes, possuem normalmente as características masculinizadas, intituladas como perversas e agressivas, novamente indo contra a imagem da mulher rotulada em uma sociedade patriarcal.

Ademais, as discussões acerca da mulher delincente eram normalmente direcionadas a comportamentos sexuais. As consideradas criminosas eram, usualmente, mulheres masculinizadas, lésbicas, ou aquelas que exerciam seu poder através da beleza e da sedução, com a utilização da sexualidade (sendo as prostitutas o principal exemplo).³⁹¹ Nessa perspectiva, quando a mulher é entendida e taxada como criminosa, ela possui, geralmente, a característica de ser perversa ou sexualizada.

Para os estudiosos que entravam em acordo com o disposto por Lombroso, enquanto, em uma mulher considerada “normal”, a sexualidade se encontrava subordinada à maternidade, o que faz com que a mãe entendida como “normal” tenha

³⁸⁸ Cf. FARIA, 2019.

³⁸⁹ LOMBROSO, Cesare. *The Female Offender*. Colorado: Fred B. Rothman & Co, 1980.

³⁹⁰ Cf. LOMBROSO, 1980.

³⁹¹ Cf. FARIA, 2019.

seus filhos como prioridade absoluta, entre as delinquentes ocorre justamente o contrário. Nesse entendimento, as mulheres delinquentes não hesitariam em abandonar seus filhos ou induzir suas filhas à prostituição. Assim, a prostituta torna-se o melhor exemplo de delinquência feminina, uma vez que, para Lombroso, a prostituição decorre de uma predisposição orgânica à loucura moral, decorrente de processos degenerativos nas linhas hereditárias antecedentes da prostituta, ou seja, a partir do atavismo.³⁹²

Ao delinquir, o gênero feminino rompe não só com a lei penal, mas também com o seu papel de gênero — ou seja, de mulher honesta e passiva —, violando duplamente a norma, razão pela qual é também duplamente punida quando adentra as esferas formais de controle do sistema penal. O sistema jurídico criminal é um subsistema de controle seletivo e desigual, tanto para homens quanto para mulheres, mas principalmente em relação ao gênero feminino, pois é, ele próprio, um sistema de violência institucional.³⁹³

Nesse entendimento, a falta de atenção aos delitos cometidos pelo gênero feminino se deve ao fato de que as expectativas sociais sobre os papéis desempenhados pelas mulheres acabaram legitimando-as como vítimas, e não como operárias da violência, pois, segundo o papel de gênero e o rótulo construído de acordo com o entendimento patriarcal, a essência feminina possui características passivas, o que afasta a hipótese do cometimento de crimes, principalmente de delitos mais violentos.³⁹⁴ Assim, o mais grave no gênero feminino não era o delito cometido, mas a não aptidão ao papel doméstico que deveria ser exercido, logo, o que estava por trás do encarceramento não era o crime em si, mas a necessidade de domesticação dessas mulheres que se desviavam dos papéis de gênero impostos em sociedade.³⁹⁵

Logo, toda a mecânica de controle enraizada nas estruturas de uma sociedade é reprodutora das profundas diferenças das quais se alimentam os rótulos, os preconceitos e as discriminações, sacralizando as hierarquias sociais e de gênero. Os indivíduos interagem cotidianamente nessa mecânica, particularmente, na dimensão

³⁹² Cf. MENDES, 2017.

³⁹³ Cf. ANDRADE, 2005.

³⁹⁴ HELPES, Sintia Soares. Mulheres na prisão: uma reflexão sobre a relação do Estado brasileiro com a criminalidade feminina. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 2, n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/19015>. Acesso em: 09 nov. 2020.

³⁹⁵ Cf. FARIA, 2019.

simbólica da construção social da criminalidade e da vitimização, ao associar (e criminalizar), por exemplo, homens a operários da violência e cometedores de delitos, principalmente de crimes violentos, e mulheres a vítimas.³⁹⁶

De outra banda, quando não cabe mais a consideração do estado da mulher como vítima, e, sendo estigmatizada como criminosa, sua invisibilização também já não é mais possível, essa mulher é entendida como uma rebelde, sendo a mulher delinquente aquela que não consegue cumprir o seu papel previamente estipulado pela sociedade, recorrendo ao mundo do crime, praticando, por exemplo, um ato masculinizante e não pertencente a si. Nesse entendimento, Simone Martins pondera:

Na busca por identificações físicas das criminosas natas para melhor proteger a sociedade delas, a figura da mulher masculinizada, viril, tão agressiva quanto o homem, também é condenada. A atávica, tão semelhante ao selvagem, que não apresentaria amor materno, seria capaz de matar o próprio filho, também é considerada perigosa. Mas essas figuras de mulher criminosa que são enunciadas pelo discurso criminológico positivista não o são por oferecerem um perigo às outras pessoas, mas por oferecerem risco à sociedade em sua moralidade e costumes. Desta forma, a neutralização desses sujeitos se fez, também historicamente, necessária.³⁹⁷

No mais, Smart critica a construção do masculino e do feminino como categorias binárias — não tanto por serem opostas, rígidas e reciprocamente excludentes —, mas, principalmente, por se embasarem em um ideal indivisível e impedirem que as diferenças internas dos gêneros se revelem. A partir disso, pontua que o direito, assim como o sistema jurídico e, principalmente, o sistema criminal, é masculino e embasado nessa dicotomia dos rótulos sociais.³⁹⁸

Tamar Pitch argumenta que “o direito se concebe de dois modos — segundo um modelo masculino e um feminino, este último originado nas percepções masculinas acerca de como são as mulheres ou como deveriam ser”³⁹⁹, outra vez demonstrando a presença dos preceitos heteronormativos em sociedade, mas agora no âmbito jurídico. Indubitavelmente, o gênero feminino é o elo mais fraco, seja quando é parte ofendida, ré, ou efetivamente condenada. Assim, os papéis de gênero

³⁹⁶ Cf. ANDRADE, 2005.

³⁹⁷ MARTINS, Simone. A mulher junto às criminologias: de degenerada à vítima, sempre sob controle sociopenal. **Revista de Psicologia**, v. 21, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v21n1/09.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

³⁹⁸ Cf. SMART, 1976.

³⁹⁹ PITCH, Tamar. **Un derecho para dos: la construcción jurídica de género, sexo y sexualidade**. Madri: Trotta, 2003, p. 62.

da mulher são extremamente delimitados e reforçados, sejam eles da mulher como criminosa ou da mulher como mãe de família e responsável pelos ofícios do lar.

Outrossim, Nicholson propõe que, ao pensarmos no sentido dos conceitos de homem e de mulher, devemos entendê-los como palavras nas quais o sentido não seria encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características.⁴⁰⁰ Logo, o entendimento da conceituação dos gêneros — tanto do feminino quanto do masculino — não deve se basear em um conceito fechado e binário, guiado pelo entendimento de que as mulheres devem ser, por exemplo, taxadas como mães e provedoras do bem estar da sua família.

No mais, Connell pontua que “Ser um homem ou uma mulher, então, não é um estado predeterminado. É um tornar-se; é uma condição ativamente em construção”⁴⁰¹, uma vez que, assim como o conceito de gênero abordado no capítulo anterior, a ideia dos papéis de gênero estabelecidos a um determinado indivíduo deve ser fluída e em constante mudança, não devendo se fixar ou se determinar em uma ideia fechada e cíclica.

Em suma, se o estudo sobre o gênero se preocupa em escrever uma história das mulheres, deve, igualmente, questionar-se sobre a possível escrita de uma história dos homens, que também nunca existiu, uma vez que ambos os gêneros se encontram fixados e engessados em uma ideia presa de rótulos sociais preestabelecidos. Logo, as mulheres, frente à perspectiva de gênero, são um novo sujeito histórico, que traz consigo a capacidade de agregar novas maneiras de entender a natureza e a vida social. A condição de ser mulher é o resultado de uma criação histórica que define o gênero feminino como um ser social e cultural e o reveste de circunstâncias, qualidades e características essenciais e peculiares, assim como acontece com o gênero masculino, e que devem ser visibilizadas, rompendo com a cultura patriarcal.⁴⁰² Ademais, assevera Michelle Perrot que a história das mulheres

Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma

⁴⁰⁰ Cf. NICHOLSON, 2000.

⁴⁰¹ Cf. CONNELL, 2015, p. 38.

⁴⁰² Cf. MENDES, 2017.

história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas especiais, religiosas e culturais.⁴⁰³

O patriarcado se mantém e se reproduz em suas mais diferentes manifestações históricas através de múltiplas instituições, cuja prática, relação ou organização, a par de outras instituições, operam através de pilares estreitamente ligados entre si para a propagação de desigualdades entre os gêneros e a convalidação da discriminação do gênero feminino. O que estas instituições possuem em comum é o fato de contribuírem para a manutenção do sistema de gênero e para a reprodução dos mecanismos de dominação masculina que oprimem as mulheres, como, por exemplo, o sistema jurídico, e principalmente, o sistema criminal.⁴⁰⁴

Nesse toar, é de suma importância a manutenção dos papéis de gênero frente às relações interpessoais em uma sociedade, desnudando os rótulos impostos e tão propagados frente aos sujeitos. O binarismo derivado do poder e da cultura patriarcal, encontrado em vários embates, deve ser revisto e desmistificado, retirando-se os preconceitos estabelecidos, principalmente perante o gênero feminino em todos os seus ambientes. Outrossim, ao encontro do que foi explanado, Regina Célia Lima Caleiro complementa:

Desmistificar estereótipos femininos de docilidade, submissão, mãe exemplar e esposa dedicada permitiu o reconhecimento das mulheres como sujeitos históricos capazes de adequar comportamentos idealizados com atitudes alternativas e estratégias de sobrevivência, resistência e rebeldia, sem, contudo, eximi-las de seu papel de criminosas.⁴⁰⁵

Em suma, é primordial dar lugar às diferentes histórias que refletem as realidades e experiências vividas pelo gênero feminino. A partir dessas vivências, é necessário apresentar novas concepções, que entrem em embate com o referenciado por uma sociedade pautada num ensinamento preconceituoso, misógino, patriarcal e heteronormativo, regido por dicotomias em todas as suas formas de poder.

⁴⁰³ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 14-15.

⁴⁰⁴ Cf. MENDES, 2017.

⁴⁰⁵ CALEIRO, Regina Célia Lima. **História e Crime: quando a mulher é ré**. Montes Claros: Unimontes, 2002, p. 67.

4.2 O PAPEL DO GÊNERO FEMININO NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Uma vez apresentados os papéis de gênero estabelecidos para o gênero feminino em uma perspectiva histórica e a partir da criminologia feminista, nesse momento, é pertinente a discussão acerca dos papéis de gênero em relação à Ditadura Civil-Militar brasileira. Como amplamente discutido anteriormente, o período de ditadura e de repressão no Brasil foi pautado por demasiada violência, pelo culto à moral e aos bons costumes e baseado na heteronormatividade e em papéis de gênero firmemente demarcados.

No que tange às mulheres na perspectiva da Ditadura Civil-Militar brasileira, três papéis serão abordados nesta seção. A mulher como apoiadora do regime político imposto, como militante e como operária da violência. As duas primeiras sofrem um embate, e, novamente, uma dicotomia fortemente reiterada ao longo dos anos, ou seja, de que, no sistema repressivo, havia a mulher a favor sistema ditatorial — mãe, religiosa, esposa e do lar — *versus* a mulher contra o sistema repressivo — a mulher militante —, e a exceção à regra, as operárias da violência, que entrariam em conflito com os papéis anteriores delimitados.

Inicialmente, o sistema repressivo imposto no Brasil com a conjuntura militar operava atuando de maneira misógina, utilizando-se da discriminação de gênero para reforçar os estereótipos femininos de submissão e de dependência emocional, afetiva e política, além de engrandecer o papel dos homens, principalmente daqueles que participavam arduamente como operários da violência. A censura acerca do livre arbítrio feminino e dos assuntos referentes às mulheres ocorreram sob a alegação da defesa da família, da moral e dos bons costumes.

Assim, baseado no entendimento difundido pelos apoiadores das Forças Armadas e do conservadorismo, havia um grupo de mulheres católicas que, angustiadas com a possibilidade de o país se tornar comunista, iniciou um movimento em prol do governo militar. Mulheres cristãs de classe média alta criaram organizações como a Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE), no Rio de Janeiro, a Liga Democrática de Mulheres pela Democracia (LIMDE), em Belo Horizonte e a União Cívica Feminina (UCF), em São Paulo. Essas organizações serviram como base fundamental para a mobilização de uma grande massa feminina, que veio a criar

um movimento chamado “Marcha com Deus Pela Família e Pela Liberdade”, considerado uma das causas para a ocorrência do golpe de 1964.⁴⁰⁶

Nessa perspectiva, é de fundamental importância a participação das mulheres apoiadoras desses movimentos para o entendimento do clima de radicalização anticomunista pré-golpe de 1964. Principalmente a partir de 1962, esse grupo de mulheres dominou o cenário político da época com demonstrações de repúdio ao comunismo e franca oposição às políticas reformistas do governo do então presidente João Goulart, atuando em ações de caridade, com o auxílio do empresariado, de grupos políticos conservadores e de setores da Igreja Católica, facilitando a efetivação do golpe em 1964.⁴⁰⁷

As marchas que ocorreram no país organizadas por essas entidades tinham caráter ideológico antiesquerda e anticomunista e, ao colocarem milhares de mulheres nas ruas, deixavam claro os seus objetivos por meio de cartazes com os dizeres: “Não à foice e martelo, pelo verde e amarelo!”, “Vermelho só é bom no batom!”.⁴⁰⁸ Nesse sentido, segue o trecho do manifesto publicado em 22 de março de 1964, no jornal “Diário de Notícias”, convidando as mulheres cariocas a se unirem às paulistas em uma manifestação contra a suposta infiltração comunista:

Convidamos às mulheres cariocas para uma manifestação cívica de fidelidade às liberdades democráticas que o comunismo tenta destruir em nosso país [...]. A hora da reação é nossa, pois temos ainda, graças à democracia, o direito de falar e o respeito dos homens. [...] Defendamos nossos lares, defendamos nossa Pátria. Já começamos a luta. Vamos lutar por um saneamento no Brasil, por uma vigilância cívica, pois a nós é dada a grande responsabilidade de povoar com bons brasileiros a nossa querida Pátria. Que cada Mulher seja um baluarte da Democracia, uma defensora da liberdade e uma agente de Deus.⁴⁰⁹

A partir dessa fala é possível notar a ênfase na defesa do lar e da pátria brasileira, responsabilidades também dadas às mulheres frente à introdução da cultura do “inimigo interno” pela Doutrina da Segurança Nacional no período pré-golpe

⁴⁰⁶ Cf. TELES, 2017.

⁴⁰⁷ PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Simone (org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁴⁰⁸ Cf. TELES, 2017.

⁴⁰⁹ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 38. Pasta 1. Recorte de jornal: “Mulheres vão às ruas lutar pelo Regime”. Diário de Notícias. 22/04/1964. In: CORDEIRO, Janaína Martins. **“A Nação que se salvou de si mesma”**: Entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974). 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008, p. 45.

de 1964. Além disso, essas mulheres difundiam as crenças em seus ideais através de telegramas, por exemplo, alertando outras mulheres do país inteiro acerca da ameaça do comunismo com Jango na presidência. A CAMDE, organização de mulheres no Rio de Janeiro, transmitiu sua fala por meio de folhetos e de discursos na rádio, fazendo um pedido às ouvintes para que cada uma delas transmitisse o conteúdo do pronunciamento para pelo menos outras cinco mulheres.⁴¹⁰

O constante esforço de setores conservadores e nacionalistas — como os grupos de mulheres católicas da CAMDE, da LIMDE e da UCF — contrários ao governo de João Goulart, presidente do Brasil no pré-golpe de 1964, levaria ao fim do seu governo. Os setores de direita temiam a suposta tendência “esquerdista” de Jango. No mais, o Comício pelas Reformas realizado no Rio de Janeiro consistiu em uma tentativa de reaproximação das massas, que se encontravam cada vez mais descrentes do seu governo. Porém, essa foi sua última manobra política em busca de apoio dos cidadãos brasileiros.⁴¹¹

Os indivíduos contrários ao governo de João Goulart utilizavam referências simbólicas para caracterizar o denominado “inimigo comunista”, relacionando o comunismo à sombra, às trevas, ao medo e ao horror, mencionando que a doutrina comunista seria capaz de destruir os três pilares da sociedade livre: Deus, pátria e família. Esses grupos de mulheres acreditavam nessa crença disseminada na sociedade no período pré-golpe militar e, por esses motivos, não coadunavam com as propostas do atual presidente na época⁴¹², como exemplifica Daniel Aarão Reis: “A ideia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu invadiu o processo político, assombrando as consciências”.⁴¹³

Nesse diapasão, enquanto Jango selava o compromisso definitivo com as reformas que pretendia efetuar, muitas famílias da Zona Sul do Rio de Janeiro respondiam a esse ato através de uma convocação para acender uma vela pelo afastamento do país das propostas comunistas. Assim, as mulheres de São Paulo,

⁴¹⁰ Cf. PRESOT, 2011.

⁴¹¹ PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964**. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2004.

⁴¹² Cf. PRESOT, 2011.

⁴¹³ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 16.

seguindo o exemplo das mulheres do Rio de Janeiro, reuniram-se para rezarem o terço juntas na Catedral da Sé.⁴¹⁴

A resposta do presidente Jango a esses ataques viria através da crítica aos sujeitos que exploravam os sentimentos cristãos do povo na manifestação de um anticomunismo, declarando que não poderiam ser levantados rosários contra o povo que possui fé na justiça social e na dignidade de suas esperanças. As mulheres apoiadoras das manifestações contra o governo do presidente distorceram a sua fala, afirmando que ele teria dito que os terços e a macumba da Zona Sul não teriam poder sobre ele. Nesse cenário, segue um trecho do discurso de João Goulart, motivo do conflito anteriormente mencionado:

Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro, é explorar os seus sentimentos cristãos, na manifestação de uma indústria do anticomunismo [...]. O Cristianismo nunca foi o escudo para privilégios condenados para o Santo Padre, nem também, brasileiros, os rosários podem ser levantados contra a vontade do povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria.⁴¹⁵

A suposta ofensa do presidente ao terço motivou os grupos femininos, inicialmente em São Paulo e depois em todo país, a se organizarem em um movimento denominado “movimento de desagravo ao Rosário”. A partir dessa organização, nasceu a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que entraria para a história do nosso país como uma das maiores manifestações de um pedido da sociedade às Forças Armadas para que realizassem a intervenção moralizadora das instituições na busca do afastamento do perigo comunista do Brasil.⁴¹⁶ No mais, assevera irmã Ana de Lurdes, participante dos movimentos, sobre a participação das mulheres nas marchas pelo país:

Se apelarmos para a mulher brasileira, ela virá para a rua com o terço na mão, e provocará uma demonstração irresponsável de que o nosso povo não quer o comunismo. O Brasil e o mundo poderão ver o que é autenticamente este povo, que se pretende fazer passar por comunista. O que há a fazer é

⁴¹⁴ Cf. CORDEIRO, 2008.

⁴¹⁵ Discurso do presidente João Goulart no comício da Central de 13 de março de 1964. In: FICO, Carlos. **Além do golpe**. Versões controversas sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 384.

⁴¹⁶ Cf. PRESOT, 2004.

convidar a mulher brasileira a manifestar-se, começando pela mulher paulista, que é a mãe do operário a quem por aí se chama de comunista.⁴¹⁷

Em consequência, no dia 19 de março de 1964, no dia de São José, santo padroeiro da família, uma multidão de 500 mil pessoas saiu às ruas de São Paulo em protesto ao Comício da Central e às intenções do presidente João Goulart de aderir ao comunismo no Brasil. A marcha organizada prioritariamente pelas mulheres membras da União Cívica Feminina (UCF), reuniu 112 entidades civis do estado, além de delegações políticas de outros estados do país em prol da manifestação.⁴¹⁸

Já no Rio de Janeiro, ocorreu a organização de uma manifestação no dia 10 de março de 1964, na qual as mulheres pretendiam protestar contra a legalização do Partido Comunista e contra o comício das reformas propostas por Jango. As manifestantes sugeriram às mulheres que quisessem aderir à manifestação que, no dia 13 de março de 1964, acendessem velas e estendessem toalhas brancas em suas janelas como uma maneira de protesto contra o Comício da Central — comício feito pelo presidente na Praça da República, no Rio de Janeiro, juntamente com o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola —, tendo 2 mil pessoas atendido ao solicitado.⁴¹⁹

Após o ato, a CAMDE organizou efetivamente a marcha na cidade carioca, marcando para a data de 2 de abril de 1964. O que as mulheres dessa organização não previam é que a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, a ser realizada na Guanabara, teria uma grande diferença da ocorrida no estado paulista, pois, com a antecipação das tropas de Mourão Filho e a deposição de Jango da presidência do país no dia 01 de abril de 1964, a marcha programada para um dia depois teria um novo sentido.⁴²⁰

Com o golpe militar e a introdução da ditadura no país, a marcha ocorreu com o intuito de comemorar a intervenção militar, responsável por “salvar” do comunismo a pátria brasileira, a família e a religião. Amélia Bastos, uma das diretoras da CAMDE, em seu discurso na chamada “Marcha da Vitória” do dia 02 de abril de 1964, aduz:

⁴¹⁷ MATIAS, Rodrigues. *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Publicação da União Cívica Feminina (UCF) de São Paulo, sem data e paginação disponíveis, do arquivo particular de Gisella Guisard Milliet. In: CORDEIRO, 2008, p. 47.

⁴¹⁸ Cf. PRESOT, 2004.

⁴¹⁹ Cf. CORDEIRO, 2008.

⁴²⁰ Cf. CORDEIRO, 2008.

Hoje a palavra da mulher brasileira não pode ser a mesma de ontem, quando era súplica, advertência e apelo. Súplica a Deus para que [...] sobre nós estendesse a graça da resistência ao egoísmo, ao desanimo e à desesperança. [...] Advertência aos enganados para não mais se deixarem enganar; aos cegos para que vissem a tempestade ensombrando os horizontes; aos surdos para que ouvissem o tropel da horda que se avizinhava da cidadela onde guardamos as nossas tradições e os puros sentimentos da cordialidade, tolerância e justiça, que singularizavam essa grande e soberana Nação. [...] Apelo ao sentimento de brasilidade autêntica e não ao nacionalismo soviético, para acordar diante do perigo que nos deformaria a face ao mundo ocidental, arrastando-nos à barbárie do mesmo cativeiro onde agoniza o povo cubano. [...] A súplica, foi ouvida por Deus: a advertência, pelos homens e mulheres desta Pátria livre e soberana; o apelo, atendido pela maioria dos cidadãos responsáveis e, acima de tudo e de todos, pelas Classes Armadas. Honra e glória aos nossos soldados. [...] Esta é, pois, a hora da Oração a Deus por haver inspirado as forças da terra, mar e ar, guardiãs do regime, da ordem e da paz nacional, ao cumprimento dos deveres, que a Constituição lhes assinala.⁴²¹

Destarte, o sucesso das marchas pelo país, mas principalmente da “Marcha pela Vitória”, marcaria a capacidade de mobilização social das mulheres, além de sua importância para a perpetração do golpe de 1964 e, conseqüentemente, para a instituição do sistema repressivo no Brasil. Assim, uma vez que as forças militares estavam no poder, a nova iniciativa da CAMDE foi a indicação de Castello Branco como presidente do país, ou seja, era necessário legitimar o golpe e tornar o chefe da nação aquele que havia sido o chefe militar do movimento.⁴²² No mais, segue manifesto da CAMDE em favor da indicação de Castello Branco para o cargo de presidente:

As mulheres cariocas [...] vêm manifestar ao Congresso Nacional e às nossas gloriosas Forças Armadas o firme propósito de não se conformarem com uma reconstrução do Governo em bases que não representem, de fato, a cara e inofensível vontade de limpar nossas instituições de todo e qualquer vestígio de camarilha comuno-carreirista que nos vinha entregando ao credo vermelho. [...] Desejamos e exigimos, em nome de todo esforço despendido e, mais que isso, em nome de nossos ideais democráticos, que não se façam transigências de qualquer espécie com nomes que já são bastante conhecidos de todo o Brasil como comunistas ou simpatizantes. Queremos agora uma liderança apartidária, segura, enérgica e de confiança que dirija os nossos destinos da mesma forma como nos conduziu ao desfecho glorioso do movimento, sem derramamento de sangue, permitindo a

⁴²¹ MATIAS, Rodrigues. **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. Publicação da União Cívica Feminina (UCF) de São Paulo, sem data e paginação disponíveis, do arquivo particular de Gisella Guisard Milliet. In: CORDEIRO, 2008, p. 50-51.

⁴²² Cf. PRESOT, 2011.

redemocratização do Governo da Nação. Queremos na presidência da República o General Humberto Castello Branco.⁴²³

Em síntese, junto com as manifestações, veio o golpe militar de 1964, que implantou no Brasil uma das ditaduras mais longas da América Latina. Instalou-se um estado ditatorial baseado na Doutrina de Segurança Nacional, que definiu o “inimigo interno” — aquele que deveria ser procurado entre o próprio povo — como o principal alvo a ser combatido.⁴²⁴ A legitimação desse sistema repressivo, baseado em preceitos misóginos e autoritários, veio através de movimentos propostos pelos cidadãos, como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, promovida por mulheres, com o aceite e o apoio do gênero masculino e, principalmente, dos maridos e companheiros dessas mulheres.

Por outro lado, com a entrada do sistema repressivo no país, os movimentos contrários à imposição da Ditadura Civil-Militar começaram a se organizar e realizar manifestações e ações contra o governo. É nesse momento que temos a figura das mulheres militantes, que entram em choque com a figura das mulheres anteriormente mencionadas, uma vez que eram consideradas pelo sistema repressivo como subversivas, agressivas e piores que os homens militantes por serem dissimuladas, necessitando de maior cuidado nos momentos nos quais ocorriam interrogatórios e torturas.

Outrossim, no que tange às mulheres militantes, a repressão política procurou explorar a condição do gênero feminino para desmoralizar a militância de esquerda e reforçar os ideais retrógrados.⁴²⁵ A utilização da misoginia diante dos corpos femininos foi usada em excesso por operários da violência responsáveis por causar constrangimento durante a busca de informações em prol do sistema ditatorial. Nesse toar, menciona Izabel Fávero, em depoimento para a Comissão Nacional da Verdade:

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um carma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara,

⁴²³ FUNDO DE CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 38. Pasta 1. Recorte de jornal: “Mulheres cariocas querem Castello Branco na presidência”. O Globo, 04/04/1964. In: CORDEIRO, 2008, p. 54-55.

⁴²⁴ Cf. TELES, 2017.

⁴²⁵ Cf. TELES, 2017.

com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”.⁴²⁶

As mulheres militantes integraram as guerrilhas urbanas e rurais, participando de ações políticas, como, por exemplo, a organização e a manutenção da imprensa clandestina — como ocorreu com Amelinha Teles —, distribuindo material impresso e cuidando das casas conhecidas como “aparelhos”, que serviam de base para estruturar as organizações e as atividades da militância. Além disso, muitas mulheres participaram ativamente da luta armada, como ocorreu na Guerrilha do Araguaia, com diversas integrantes da militância sendo brutalmente torturadas e assassinadas e com outras tantas desaparecidas, como Dinalva Oliveira Teixeira, de codinome “Dina”, única mulher que chegou ao cargo de vice-governante da guerrilha.⁴²⁷

A geóloga e vice-governante da guerrilha estava na região do Araguaia desde 1970, atuando como professora, como dentista e como parteira. Ademais, era conhecida por ir para o combate direto na luta armada, fazendo fama por ser uma exímia atiradora. Dina sobreviveu a três enfrentamentos, escapou de uma emboscada na qual atirou no ombro do capitão Álvaro Pinheiro, porém, há informações de que a mulher foi assassinada grávida quando estava sob o controle da equipe de interrogatório do Major Curió, e seu corpo não foi encontrado.⁴²⁸

O Projeto Brasil Nunca Mais analisou em torno de 7.367 militantes processados pela justiça militar. Desses sujeitos, 12% eram mulheres. Em torno de 1970, o Estado Maior do Exército realizou um levantamento dos presos políticos que se encontravam nos quartéis e chegou ao número de acerca de 500 militantes, sendo, desse total, 26% mulheres. No mais, entre 1972 e 1975, na Guerrilha do Araguaia, ocorrida no sul do estado do Pará, dos 70 guerrilheiros desaparecidos, 17% eram do gênero feminino.⁴²⁹

Nesse toar, fica clara a presença das mulheres militantes nas ações contra o sistema repressivo imposto pela Ditadura Civil-Militar brasileira. Essas mulheres iam contra o papel estipulado pela repressão, uma vez que não concordavam com o sistema repressivo imposto, e muitas participavam ativamente da militância política,

⁴²⁶ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de testemunho (transcrição). **Izabel Fávero** – 27/04/2013. Foz do Iguaçu: CNV, 2013d, p. 5. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo15/Nota%2063,%2064%20-%202000092.000088_2014-91.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

⁴²⁷ Cf. TELES, 2017.

⁴²⁸ Cf. GASPARI, 2002.

⁴²⁹ Cf. TELES, 2017.

sendo fundamentalmente jovens mulheres universitárias. A grande maioria, quando presa ou sequestrada, era brutalmente torturada, atuando como arma de guerra para intimidar seus parceiros, que, normalmente, também faziam parte da militância política contra a ditadura imposta.⁴³⁰

Assim, os marcadores de gênero que acompanham a constituição desses momentos — ou seja, dos momentos de violência em um período autoritário — são bem claros. Significados da maternidade, das feminilidades, do corpo da mulher, da sua resiliência e resignação foram utilizados contra o gênero feminino, baseados na misoginia, no sexismo, no patriarcado e no machismo, opressões baseadas no gênero que operaram explícita e implicitamente no referido período.⁴³¹

Diversas revistas, como, por exemplo, a revista Realidade, n. 10, de janeiro de 1967, foram vetadas pela censura por abordar assuntos referentes à feminilidade, sob a alegação de que não estavam dentro dos preceitos dispostos pelos adeptos da Ditadura Civil-Militar brasileira. Além disso, as profissionais do sexo também foram alvo das mais diversas violências dos policiais militares e dos agentes públicos vinculados ao aparato repressivo, sendo vítimas de sequestros, de prisões, de torturas, e, até mesmo, de assassinatos. Safira Bengell, travesti e prostituta na época da repressão, relatou que foi perseguida, presa e torturada e que tinha que fazer sexo com os carcereiros e policiais para receber um pouco de água.⁴³²

Outrossim, tinha razão Fernando da Silva Cardoso ao afirmar que, “para as mulheres, o testemunho é vivência, corpo, dor, voz e experiência”⁴³³, uma vez que é na fala que há a memória explícita dessas militantes, por meio do que conseguimos entender e vivenciar as violências ocorridas. No mais, Rose Nogueira narra sua experiência como presa política e as atrocidades ocorridas dias após seu parto:

“Sobe depressa, Miss Brasil”, dizia o torturador enquanto me empurrava e beliscava minhas nádegas escada acima no Dops. Eu sangrava e não tinha absorvente. Eram os “40 dias” do parto. Na sala do delegado Fleury, um papelão, uma caveira desenhada e, embaixo, as letras EM, de Esquadrão da Morte. Todos deram risada quando entrei. “Olha aí a Miss Brasil. Pariu noutro dia e já está magra, mas tem um quadril de vaca”, disse ele. Um outro: “Só pode ser uma vaca terrorista”. Mostrou uma página de jornal com a matéria

⁴³⁰ Cf. TELES, 2015.

⁴³¹ CARDOSO, Fernando da Silva. **É isto uma mulher?** Disputadas narrativas sobre a memória, testemunho e justiça a partir de experiências de mulheres-militantes conta a ditadura militar no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2019.

⁴³² Cf. TELES, 2017.

⁴³³ Cf. CARDOSO, 2019, p. 178.

sobre o prêmio da vaca leiteira Miss Brasil numa exposição de gado. Riram mais ainda quando ele veio para cima de mim e abriu meu vestido. Picou a página do jornal e atirou em mim. Segurei os seios, o leite escorreu. Ele ficou olhando um momento e fechou o vestido. Me virou de costas, com o vestido levantado. Um outro segurava meus braços, minha cabeça, me dobrando sobre a mesa. Eu chorava, gritava, e eles riam muito, gritavam palavrões. Só pararam quando viram o sangue escorrendo nas minhas pernas. Aí me deram muitas palmadas e um empurrão.⁴³⁴

Nessa perspectiva, é possível vislumbrar a mulher como objeto para uso da satisfação sexual e pessoal do gênero masculino. As mulheres militantes, ao contrário das anteriormente abordadas, eram menosprezadas e subjugadas na sua integridade, principalmente através de comparações e de adjetivações pejorativas e maldosas, como, por exemplo, “vaca terrorista”. Ademais, assevera Dulce Maia: “Eles tiveram muito ódio de mim porque diziam que eu era macho de aguentar [...]. Me tratavam de ‘puta’, ‘ordinária’. Me tratavam como uma pessoa completamente desumana”⁴³⁵, acentuando a utilização de palavras agressivas na condução da tortura para diminuir a mulher militante.

Assim, fica claro que as mulheres assumiram o papel histórico de protagonistas de ações libertárias, tornando-se indivíduos políticos, atuando na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, apesar da subjugação seguir ocorrendo, principalmente se torturadas nos porões do DOI-CODI. A grande maioria dessas mulheres exerceu de forma destemida o direito de escolha nos mais diversos campos da vida, aprendendo e assumindo o pensar de forma autônoma e fazendo suas próprias escolhas frente a um sistema repressivo que acreditava que o papel da mulher em sociedade era de mãe, devota ao marido e aos ofícios domésticos e baseado em um pensamento retrógrado e machista.⁴³⁶

Nesse toar, pontua Mércia Albuquerque Ferreira, sobrevivente das violências ocorridas nos interrogatórios do sistema ditatorial brasileiro:

O golpe de 1964 escreveu a sua história desumana com o sangue dos inocentes. Quem determinava a tortura, ou pelo menos se omitia e calava diante dela, como o General Presidente Garrastazu Médici, não conhece com detalhes a sessão de horrores, cheiro de sangue, o odor das fezes e urina, o estertor de corpos mutilados, os gritos lancinantes dos eletrocutados, o

⁴³⁴ Cf. MERLINO; OJEDA, 2010, p. 45.

⁴³⁵ Cf. MERLINO; OJEDA, 2010, p. 70.

⁴³⁶ Cf. TELES, 2015.

alarido dos torturadores — verdadeiras bestas humanas, os gritos das vítimas de estupro, os gemidos dos patriotas.⁴³⁷

De outra banda, fugindo da dicotomia normalmente abordada e aprofundada nos estudos acerca da Ditadura Civil-Militar brasileira, ou seja, sendo o papel de gênero baseado entre as mulheres que apoiaram o regime ditatorial *versus* as mulheres militantes, temos como exceção à regra as mulheres operárias da violência, que atuaram como facilitadoras e/ou perpetradoras da violência. É importante salientar que, baseadas na perspectiva dos agentes da violência, as apoiadoras do governo repressivo, principalmente aquelas participantes ativas dos movimentos, como, por exemplo, as mulheres que atuaram na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, podem ser consideradas espectadoras da violência, uma vez que permanecem no entorno do sistema de violência, não atuando ativamente, mas apoiando os sujeitos que exercem papel ativo no sistema repressivo.⁴³⁸

A Tenente Neuza, juntamente com outras mulheres policiais militares na época da Ditadura Civil-Militar brasileira, atuou de forma violenta e progressiva no governo repressivo enquanto agente pública. Desde sua entrada na equipe Cúria, em 1970, quando iniciou seus trabalhos no DOI-CODI paulista, ao lado de Melancia e de Alemão, foi considerada uma exímia assassina e atiradora, sem medo de ir para a linha de frente na busca dos militantes que deveriam ser entregues na Casa da Vovó para a equipe de Interrogatório efetuar a tortura propriamente dita.⁴³⁹

Miúda permaneceu na equipe de Investigação até 1976, quando decidiu retornar à Polícia Militar por estar descontente com o novo comando do órgão. Logo após seu retorno à Polícia Militar, foi para a reserva. Outrossim, menciona que, no dia em que se aposentou, desfez-se de todos os seus relógios, uma vez que passara anos sem ter horário para chegar em sua casa por ser escrava das escalas noturnas

⁴³⁷ Trecho retirado do discurso proferido por Mércia Albuquerque Ferreira, em 05 de dezembro de 2001, em decorrência do recebimento do título estadual de “Defensor dos Direitos Humanos Emanuel Bezerra”, conferido pelo Centro de Direito Humanos e Memória popular e pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, além do título de cidadã natalense, homenagem prestada pela Câmara Municipal do Rio Grande do Norte em reconhecimento à sua luta e defesa de presos políticos do estado. *In*. COMISSÃO DE ANISTIA. **Requerimento de Anistia nº 2002.01.09122 de autoria de Mércia de Albuquerque Ferreira**, p. 83.

⁴³⁸ HUGGINS, Martha K. Tortura: Cadê a Criminologia? *In*. SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; PAIXÃO, Cristiano; FONSECA, Livia Gimenes Dias da; RAMPIN, Talita Tatiana Dias (org.). **Direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina**. Brasília: UnB, 2015.

⁴³⁹ Cf. GODOY, 2014a.

quando precisava ficar investigando algum suspeito do regime político.⁴⁴⁰ Neuza esclarece: “No meu caso, o médico falava que eu tinha neurose de guerra”⁴⁴¹, demonstrando a vivência exacerbada da ex-militar como agente pública no DOI-CODI de São Paulo.

Beatriz Martins foi a primeira mulher a receber, em 1973, a “Medalha do Pacificador”, condecoração dada aos grandes operários da violência da época da repressão. Neuza adentrou no DOI-CODI e, três anos depois, já recebeu a medalha das mãos do general Humberto de Souza Mello, demonstrando sua maestria como facilitadora e/ou perpetradora da violência na Ditadura Civil-Militar brasileira e seu respeito frente aos demais pertencentes ao DOI-CODI e ao sistema repressivo.⁴⁴² No mais, esclarece Marival Chaves de Dias do Canto acerca do envolvimento de Neuza no DOI-CODI e do comprometimento do órgão com a tenente:

[...] a Bia, o DOI tinha um comprometimento danado com ela em função que ela era uma pessoa que empunhava uma metralhadora e não tinha conversa. Então, ela, possivelmente pelo envolvimento dela nas atividades do DOI e ter conhecimento de uma série de atividades clandestinas e etc., ela não sofreu punição, não foi afastada.⁴⁴³

A Tenente Neuza viveu até 2015, quando faleceu em decorrência de um ataque cardíaco. No entanto, mesmo debilitada no final dos seus anos de vida, a ex-militar permanecia com o mesmo pensamento da época em que atuou no DOI-CODI paulista, ou seja, o de matar os subversivos de esquerda se necessário fosse, já que dizia que, mesmo velhinha, ainda podia matar. Em suas próprias palavras: “Enquanto eu não matasse todos eu não ia dar sossego”.⁴⁴⁴

Assim, a partir dos relatos de Neuza, fica clara a importância dessa mulher dentro do DOI-CODI brasileiro, principalmente na Casa da Vovó, uma vez que atuou diretamente nos sequestros e assassinatos de militantes políticos, além de ser responsável pela “paquera” — investigação de suspeitos para ter certeza de que se tratavam efetivamente de militantes que conspiravam contra o governo repressivo —, juntamente com os colegas de equipe, Melancia e Alemão. Em todos os relatos de Neuza e dos demais agentes que conviveram com ela, não houve nenhuma menção

⁴⁴⁰ Cf. GODOY, 2014a.

⁴⁴¹ Cf. GODOY, 2014a, p. 157.

⁴⁴² Cf. GODOY, 2014c.

⁴⁴³ Cf. COMISSÃO..., 2012, p. 90.

⁴⁴⁴ Cf. GODOY, 2014a, p. 348.

a outra mulher que tenha atuado nesse momento juntamente com a Tenente, atestando que ela provavelmente era a única do gênero feminino em seu ambiente de trabalho nos anos que permaneceu no DOI-CODI paulista, trabalhando ao lado de Ustra e de Dr. Ney.⁴⁴⁵

Logo, Beatriz Martins, assim como as demais agentes que também participaram como agentes públicas do governo repressivo na Ditadura Civil-Militar brasileira, entra em uma nova perspectiva na análise dos papéis de gênero, uma vez que um papel normalmente pertencente a um sujeito do gênero masculino, principalmente em um ambiente autoritário e misógino, foi dado e sustentando por mulheres. O gênero feminino, quando atuante nas Forças Armadas, possui um papel de submissão frente aos homens, dificilmente operando no plano da equidade e, normalmente, permanecendo em cargos administrativos e de cuidados a vulneráveis, fugindo de situações violentas ou que demandem a utilização de armas e agressividade.⁴⁴⁶

Além disso, Miúda participou de algumas operações famosas dentro do DOI-CODI, como o sequestro da família Teles, sendo responsável pelos cuidados de Janaína e Edson, como deixa claro Amelinha Teles em seu relato sobre o acontecido:

Ela integrou a ação que culminou com o sequestro dos meus filhos: Janaína Teles e Edson Teles, além da minha irmã, Criméia de Almeida, grávida de 8 meses, no dia 29 de dezembro de 1972, e os levou, juntamente com outros policiais, sob o comando do então Major Ustra, para o DOI-Codi/SP, onde eu já me encontrava sequestrada e torturada.⁴⁴⁷

Novamente, é nítida uma quebra da dicotomia imposta em períodos de repressão e de violência, uma vez que o papel de gênero preestabelecido para as mulheres cai por terra quando temos a presença de operárias da violência atuando em grandes órgãos do governo, como o DOI-CODI paulista, e principalmente ao lado de figuras conhecidas por serem famosos torturadores, como Brilhante Ustra e Dr. Ney. Beatriz Martins, exceção à regra, é um exemplo da participação e da permanência do gênero feminino nos órgãos de repressão da Ditadura Civil-Militar brasileira, altamente violenta e sagaz, condecorada com titulações e respeitada pelos seus colegas de trabalho.

⁴⁴⁵ Cf. GODOY, 2014a.

⁴⁴⁶ Cf. SOARES; MUSUMECI, 2005.

⁴⁴⁷ Cf. TELES, 2015, p. 235.

Em suma, os papéis de gênero na Ditadura Civil-Militar brasileira, apesar de pouco discutidos, quando efetivamente o são, normalmente, não englobam a presença das mulheres operárias da violência. Essa brecha pode ser explicada a partir da invisibilidade do gênero feminino frente à sociedade patriarcal, uma vez que a presença do gênero feminino na memória e nos discursos históricos é banalizada e esquecida, e mesmo quando é trazida para pauta, em geral, permanece com a visão da mulher vítima e submissa ao gênero masculino.

4.3 AS MULHERES COMO OPERÁRIAS DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Com base nos papéis de gênero na perspectiva da Ditadura Civil-Militar brasileira, é possível entender a excepcionalidade na qual se encontram as mulheres operárias da violência no sistema ditatorial e, conseqüentemente, na memória acerca desse período. A presença do gênero feminino frente ao contexto repressivo da época, quando é pautada, é bem delimitada, baseada na dicotomia entre as mulheres que apoiavam o governo ditatorial *versus* as mulheres que eram contra o propagado pelos militares no poder.

Nessa perspectiva e a partir do abordado nos demais capítulos da presente dissertação, é perceptível a forte influência de um caráter dicotômico que perpassa vários momentos da nossa sociedade, principalmente, a Ditadura Civil-Militar brasileira, a partir de um pensamento autoritário que dominou os vinte e um anos de ditadura no país. Essa relação baseada em binômios, como o bem *versus* o mal, acabou sedimentando diversas relações narradas através da historiografia.

No mais, parafraseando o historiador e pesquisador Daniel Aarão dos Reis, é necessário tentar evitar os maniqueísmos simples e os binarismos que encurtam a visão do todo a partir da observação dos comportamentos sociais através de sua complexidade. O historiador traz a ideia da dicotomia encontrada na Ditadura Civil-Militar a partir do entendimento de um Estado opressor *versus* uma sociedade vitimizada, entendendo que os papéis estabelecidos não devem se reduzir a esse rótulo. Além disso, menciona que é importante prestar atenção na passividade e na indiferença encontradas nos cidadãos que apoiavam o regime, que sabiam das

violências ocorridas, mas que, apesar disso, coadunavam com o disposto pelo governo.⁴⁴⁸

Nessa perspectiva, há a cristalização de uma imagem na qual toda a sociedade sempre resistiu à ditadura, baseada na ideia do binarismo pautada na visão de sociedade vítima.⁴⁴⁹ Contudo, o binarismo não faz jus a essa situação quando trazemos em voga os espectadores, sujeitos que apoiam as torturas e violências ocorridas em um sistema ditatorial, que fazem parte da categoria dos operários da violência, como, por exemplo, as mulheres que participaram das organizações religiosas buscando a queda de Jango da presidência do Brasil no período pré-golpe de 1964. Essas mulheres não faziam parte das Forças Armadas e nem do governo ditatorial, sendo cidadãos que coadunavam e apoiavam o regime repressivo da época e protegiam um modelo patriarcal de sociedade, não se encaixando, por isso, em um conceito fechado de sociedade vítima no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira.⁴⁵⁰

Essa relação pautada por Daniel Aarão Reis é denominada de “zona cinzenta”, ou seja, dentro de um binarismo em um contexto historiográfico, é necessário entender que os comportamentos sociais são complexos e fogem de um rótulo fechado, principalmente frente a um governo autoritário e repressivo.⁴⁵¹ Nesse diapasão, é possível fazer uma relação entre a perspectiva de gênero já mencionada e o conceito trazido pelo historiador e pesquisador, uma vez que, dentro da possibilidade de análise dos papéis de gênero frente à Ditadura Civil-Militar brasileira, não devemos nos embasar em uma dicotomia entre mulheres apoiadoras do regime *versus* mulheres militantes, pois a participação do gênero feminino dentro da conjuntura ditatorial da época é complexa, não devendo ser rotulada. As relações de gênero frente a um contexto histórico, principalmente de uma parte da história baseada em um governo autoritário, são profundas e, muitas vezes, de difícil compreensão.

Baseado nisso, o conceito trazido por Daniel Aarão Reis é pautado pelo entendimento de Pierre Laborie das relações interpessoais na França de 1940, que

⁴⁴⁸ Cf. REIS, 2000.

⁴⁴⁹ CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médico. **Estudos Históricos**, v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a05.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

⁴⁵⁰ Cf. CORDEIRO, 2008.

⁴⁵¹ Cf. REIS, 2000.

leva em consideração a relação entre os franceses e a memória construída sobre a resistência de Vichy, quando houve a ocupação nazista em território francês. Durante a 2ª Guerra Mundial, com a invasão nazista na França, o Marechal Pétain, herói francês que lutou na 1ª Guerra Mundial, foi um dos principais defensores do armamento e de se manter ao lado dos soldados nazistas e acabou se tornando uma figura conhecida e reverenciada frente ao governo francês estabelecido na parte sul da França metropolitana. Com isso, foi estabelecida a “Milícia Francesa”, organização militar que visava à eliminação dos chamados “terroristas”, franceses que não coadunavam com o pensamento introduzido pela Alemanha nazista e aceito pelo governo de Vichy.⁴⁵²

A partir disso, Pierre Laborie pontua um pensar-duplo frente à situação francesa na região de Vichy, uma vez que os cidadãos franceses não coadunavam em pensamento, e muitos foram incertos diante de suas escolhas, não podendo ser colocados em um patamar de algoz ou de vítima frente ao autoritarismo do governo alemão disseminado na região francesa durante aquela época. Ou seja, a maioria dos franceses vivia diante de uma zona cinzenta, pois suas convicções eram frágeis, incertas e de difícil compreensão, não podendo eles serem estereotipados com um papel de vítima ou de perpetrador da violência.⁴⁵³ Ademais, Laborie enfatiza a necessidade de entender as relações frente a um período autoritário de forma complexa, “evolutiva, multiforme, portadora de ritmos diferentes e marcada por situações que se fundem ou/e que são conflituosas, segundo as culturas, o contexto, os lugares, os momentos”.⁴⁵⁴

Assim, as mulheres que atuaram como agentes públicas na Polícia Militar na Ditadura Civil-Militar brasileira entram nessa perspectiva proposta por Daniel Aarão Reis, ou seja, de que, apesar de serem exceção frente ao regramento, uma vez que as Forças Armadas não abrangem, normalmente, mulheres em seu contingente, principalmente na linha de frente pegando em armas, há uma zona cinzenta existente nas relações interpessoais, não devendo os sujeitos que se encontram nela serem esquecidos e não mencionados por fugirem do padrão. Essas agentes, exceções à regra, devem ser trazidas à luz das discussões do período repressivo militar, a partir

⁴⁵² ROLLEMBERG, Denise; VAINFAS, Ronaldo. Historiadores na zona cinzenta: lembranças de guerra. **Revista História (São Paulo)**, n. 176, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121976/136418>. Acesso em: 19 dez. 2020.

⁴⁵³ Cf. ROLLEMBERG; VAINFAS, 2017.

⁴⁵⁴ LABORIE, Pierre. Sur la relation entre les Français et la Résistance. In: CORDEIRO, 2008, p. 13.

de uma análise acerca da complexidade da sua relação frente aos papéis femininos sob uma perspectiva de gênero.⁴⁵⁵

De princípio, a Tenente Neuza participou do DOI-CODI de São Paulo atuando na equipe Cúria para fazer par com um agente policial na busca por informações sobre eventuais sujeitos que não coadunavam com o governo e que eram vistos e entendidos como subversivos e inimigos do Estado, a partir da Doutrina de Segurança Nacional, amplamente disseminada no nosso país. Miúda deveria exercer seu papel naquele momento, auxiliando no que fosse necessário para a resolução da investigação, retornando, após, ao seu posto na Polícia Militar, local onde possuía como encargo o auxílio de vulneráveis, trabalhando, inclusive, em uma estação de trem onde deveria prestar auxílio a mulheres e crianças quando necessário.⁴⁵⁶

Porém, a tenente não retornou ao seu antigo posto, uma vez que se destacou no seu estágio no DOI-CODI paulista, quando atuou juntamente com Melancia, formando um casal que deveria se infiltrar nos encontros de casais de uma igreja, enquanto Alemão ficava com a vigilância externa do local. A partir dessa “paquera”, Neuza iniciou sua caminhada como operária da violência na Casa da Vovó, participando da equipe Cúria ao lado de seus dois colegas, Melancia e Alemão, em uma das equipes de Investigação que Ustra e Dr. Ney chefiavam.⁴⁵⁷

Nesse toar, as condições necessárias para que uma mulher operária da violência frente ao contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira cumprisse o seu papel como agente pública, já que este era um papel essencialmente masculino, encontrasse na sua adesão à Doutrina de Segurança Nacional e a todos os mecanismos de violência legitimados por ela e pelo governo repressivo da época, baseados na ideia de aniquilação do denominado “inimigo interno”. De acordo com o disposto por Tadeu Antonio Dix Silva, “Nas leis de segurança promulgadas pelo Regime, o *inimigo interno* tem seu papel exacerbado a um limite tal que se converte em *principal inimigo da nação*”.⁴⁵⁸ As poucas mulheres documentadas como agentes da repressão e, principalmente as ouvidas pelo jornalista Marcelo Godoy em seu livro “A Casa da Vovó”, das quais se tratou no Capítulo 2 da presente dissertação, compartilham de

⁴⁵⁵ Cf. REIS, 2000.

⁴⁵⁶ Cf. GODOY, 2014c.

⁴⁵⁷ Cf. GODOY, 2014c.

⁴⁵⁸ SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala Vermelha:** revolução, autocrítica, e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974). 2007. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007, p. 269.

um discurso de profissionalismo frente ao imposto pelo governo repressivo e, principalmente, de aceitação e concordância com o disposto pela doutrina.⁴⁵⁹

Faustina, escritã e responsável pelas fotocópias no DOPS porto-alegrense, quando incumbida dos cuidados dos filhos de Lilián e ao presenciar efetivamente as torturas impostas pelos agentes repressivos à mãe das crianças, que estavam sob sua responsabilidade, não concordou com as violências. A mulher, mesmo que de uma forma silenciosa, não mediu esforços para buscar ajuda para salvar as crianças Celiberti, após os pedidos fervorosos de Lilián, que procurou alertar Faustina sobre o que efetivamente acontecia com crianças que eram sequestradas e separadas de sua família pela Operação Condor.⁴⁶⁰

Em consequência disso, Faustina acabou sendo morta pelo governo repressivo, uma vez que não visualizou aquela família como alvo de violências, principalmente perante a ideia de “inimigo interno”, estipulada pela Doutrina de Segurança Nacional, amplamente disseminada e acordada pelo governo. De acordo com os relatos de Camilo, que, até hoje, lembra dela com carinho, Faustina, ao contrário de Neuza, foi carinhosa com ele e sua irmã Francesca, além de ter feito o possível para salvar as crianças do sistema violento e ditatorial da época.⁴⁶¹

De outra banda, Miúda sempre deixou claro que sua visão ia ao encontro da estabelecida pela Doutrina de Segurança Nacional, ou seja, de extermínio dos indivíduos taxados de inimigos internos, quando mencionou, por exemplo: “Eu queria matar todos e eu conhecia a maioria dos que mataram”⁴⁶², enfatizando sua vontade de assassinar os sujeitos que entravam em conflito com os agentes públicos que atuavam na repressão militar. Neuza constantemente traz em suas falas a necessidade de aniquilação do “inimigo interno”, além de que todos os seus atos de violência se justificavam pela busca do bem comum da pátria brasileira e em prol do fim do comunismo no país.⁴⁶³ Acerca da motivação dos operários da violência, Maria Aparecida Costa, ex-militante política, enfatiza: “Um ódio tão grande, visceral. Não estavam cumprindo ordens. Faziam aquilo porque nós representávamos uma grande ameaça. Tinham convicção do que estavam fazendo”.⁴⁶⁴

⁴⁵⁹ Cf. GODOY, 2014a.

⁴⁶⁰ Cf. CUNHA, 2008a.

⁴⁶¹ Cf. PADRÓS, VIVAR, 2013.

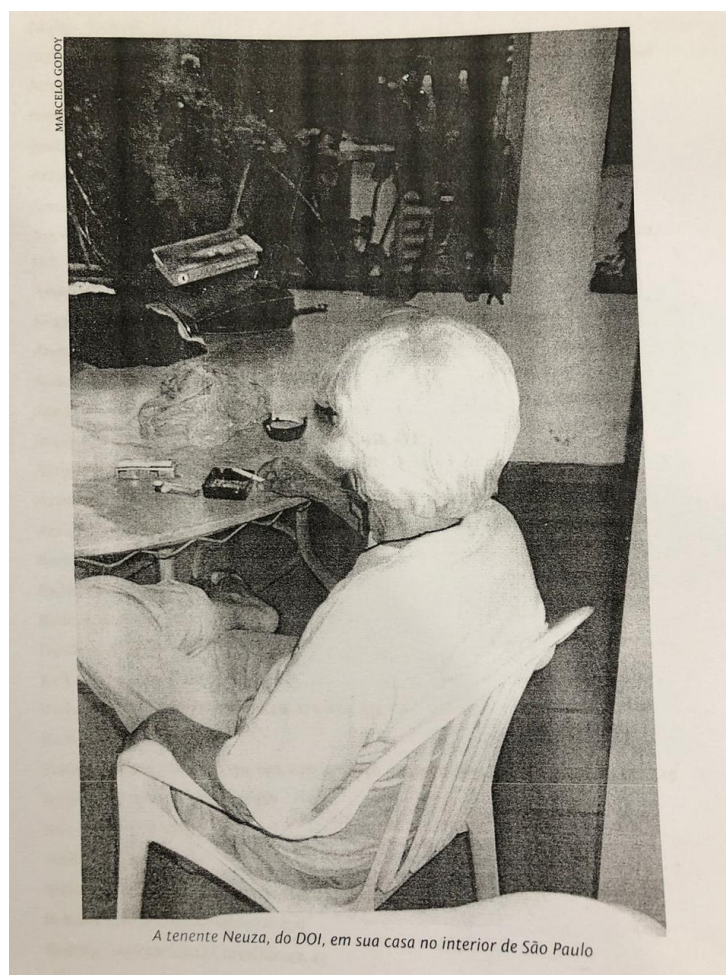
⁴⁶² Cf. GODOY, 2014a, p. 347.

⁴⁶³ Cf. GODOY, 2014a.

⁴⁶⁴ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p. 223.

A imagem a seguir mostra Beatriz Martins em sua casa no interior de São Paulo, local onde prestou seus depoimentos acerca da sua carreira como operária da violência no DOI-CODI paulista:

Figura 5: Neuza em sua casa no interior de São Paulo



Fonte: GODOY, 2014a.

No mais, no seu modelo *“Torture 101”*, Martha Huggins propõe as condições possíveis para a promoção e encorajamento da tortura frente a uma sociedade, pautada em condições políticas, sociais e culturais. Simplificando, essas condições são:⁴⁶⁵

1) Rotulação enganosa: a denominação “tortura” utilizada de uma forma equivocada. Os torturadores brasileiros entrevistados pela autora não mencionavam a utilização da tortura em seus atos, mas chamavam de “levantamento de dados” ou

⁴⁶⁵ Cf. HUGGINS, 2011.

de “excessos menores”, por exemplo. Quando a tortura havia ido longe demais, os operários da violência mencionavam que tinham “cometido um erro”;

2) Ideologia: o ato de torturar se torna justificado por ideologias que criam a categoria de inimigos do governo, segundo as quais pessoas boas — o governo — são ameaçados por pessoas más — sujeitos que não coadunam com os governantes que se encontram no poder da nação. Quando se menciona que uma ameaça ao poder opera fora da lei civilizada, a resposta do Estado pode ser imediata e legitimada a partir dessa perspectiva;

3) Legalismo *ad hoc*: uma cultura baseada na propagação da tortura é justificada e permitida por decisões oficiais em nível executivo. Através da legitimação da tortura, há uma justificação para que ela ocorra de forma ampla;

4) Tortura sistêmica: a tortura é parte de um sistema. Em consequência disso, a violência é persistente e amparada por estruturas legais e ideológicas incorporadas em uma agência oficial, alimentadas e protegidas pela ausência de qualquer ação oficial contra ela;

5) Atores múltiplos: a violência sistêmica é promovida e perpetrada por atores e organizações dentro e fora do ambiente no qual ocorrem as torturas. Ou seja, os operários da violência não são apenas os perpetradores dela, mas também os facilitadores e os espectadores que fazem parte do mecanismo de tortura;

6) Divisão do trabalho e difusão das responsabilidades: é importante que exista uma divisão do trabalho entre os diferentes níveis de hierarquia dentro de um sistema de violência, para melhor organização e consistência;

7) Competição: a aceleração do sistema de inteligência provocada por uma guerra preventiva contra uma categoria em expansão — os inimigos do governo — cria uma competição interna pela busca de informações, desencadeando a propagação de torturas;

8) Evidência ignorada: as evidências de torturas são escondidas e negadas. Essa negação da violência ocorre através da censura da imprensa, por exemplo, evitando o conhecimento da disseminação da tortura;

9) Insularidade e segredo: trata-se da manutenção do silêncio dentro do sistema repressivo. De acordo com os operários da violência que atuaram no sistema ditatorial brasileiro, era possível, por exemplo, tirar fotografias dos presos políticos sendo torturados, uma vez que a polícia nunca mencionava que ocorria tal violência;

10) Impunidade: as violências propagadas pela tortura se tornam sistêmicas quando os envolvidos não são punidos.

Nessa perspectiva, a partir do modelo proposto por Martha Huggins para a justificação da ocorrência disseminada de violências, principalmente da tortura, pelos operários da violência, podemos perceber a familiaridade com a vivência da Tenente Neuza dentro do DOI-CODI paulista. Beatriz Martins se encaixa em basicamente todos os itens propostos anteriormente quando vista e entendida como uma participante dos mecanismos de violência, mas o segundo e o terceiro item — a ideologia e o legalismo *ad hoc* — justificam efetivamente as condições necessárias para a sua perpetração como operária da violência e o cumprimento do seu papel como agente pública, juntamente com a adesão à Doutrina de Segurança Nacional.⁴⁶⁶

A Polícia Militar brasileira, local onde Neuza e diversas outras mulheres operárias da violência atuaram no contexto da Ditadura Civil-Militar, é masculina. No Brasil, a filosofia da instituição policial é regrada por um espírito belicoso e por ideologias machistas, pautadas pela manutenção do poder e do seguimento de ordens através de uma hierarquia bem estruturada, como, por exemplo, o disposto pela Doutrina de Segurança Nacional. Assim, a inserção do gênero feminino na polícia sempre foi — e continua sendo — muito limitada e de pouca visibilidade.⁴⁶⁷

Ademais, as mulheres agentes públicas da polícia foram introduzidas no aparato policial, estruturado para o gênero masculino, como uma forma de humanizar o local. Logo, a condição do gênero feminino dentro da polícia foi pautada na tentativa de se reduzir o estigma de um local violento e agressivo, características rotuladas como masculinas, procurando trazer cuidado e afago aos sujeitos reconhecidos como vulneráveis — sejam estes mulheres, crianças ou idosos.⁴⁶⁸

Nesse toar, o papel do gênero feminino frente ao aparato policial nada mais foi do que o já previamente estipulado e sedimentado através dos tempos, ou seja, o de gentileza e de atenção. As policiais deveriam estar dispostas a atuar e permanecer no ambiente administrativo, operando como secretárias, primordialmente. Quando eram locadas em algum trabalho fora da sede policial, normalmente atuavam nas ruas informando e cuidando de sujeitos vulneráveis.⁴⁶⁹

⁴⁶⁶ Cf. HUGGINS, 2011.

⁴⁶⁷ Cf. CALAZANS, 2004.

⁴⁶⁸ Cf. BRASIL; FACHINETTO, 2016.

⁴⁶⁹ Cf. SOARES; MUSUMECI, 2005.

Outrossim, as mulheres que se destacam como agentes públicas entram em uma nova perspectiva frente à polícia, adentrando em locais de poder e de status frente ao aparato policial. Quando o gênero feminino alcança uma carreira bem quista, os esforços e o tempo investidos para que isso ocorra, normalmente, são adicionais aos dos homens. Porém, logo que possuem acesso aos cargos de comando, entram em um local de singularização, pois não é corriqueiro haver a ascensão de mulheres a posições de poder.⁴⁷⁰

A partir disso, a policial que chega a um cargo de poder, ou que acaba por pegar em armas, cometendo assassinatos ou qualquer outro tipo de violência, como ocorreu com a Tenente Bia, acaba quebrando o rótulo previamente estipulado para o gênero feminino no âmbito da sociedade, mas, principalmente, frente a um contexto repressivo. Neuza, assim como as demais agentes públicas que atuaram na Ditadura Civil-Militar brasileira, trazem a nós a reflexão acerca da dicotomia frente ao gênero e dos papéis tão engessados e propagados no decorrer da historiografia brasileira.⁴⁷¹

Assim, é nítido que o papel dado ao gênero feminino de mãe e responsável pelos ócios do lar e da família foi consolidado. Em consequência disso, sempre foi prioritária a manutenção desse papel de mulher-mãe, ainda que as mulheres adentrassem na esfera profissional. Mesmo atuando como profissionais, seus encargos sempre foram baseados em cuidados, devoção e gentileza. Logo, as mulheres que não cumprissem seus papéis eram vítimas de repulsa, vistas, muitas vezes, como masculinizadas, podendo ou devendo ser até mesmo criminalizadas.⁴⁷²

A Tenente Neuza, entretanto, não é uma mulher masculinizada ou que abnegou de seus sentimentos embasados no papel de gênero proposto às mulheres durante todos esses anos baseados em um pensamento patriarcal, principalmente na conjuntura da repressão ditatorial brasileira, ou seja, de mãe, amável e devota à sua família, mas sim alguém que seguiu sem questionar uma doutrina estipulada e proposta pelo governo ditatorial e acreditou fielmente que deveria lutar e defender sua pátria da melhor forma possível. Ademais, Beatriz Martins foi uma operária da violência a partir de todas as suas façanhas como perpetradora e/ou facilitadora da

⁴⁷⁰ Cf. CAPPELLE; MELO, 2010.

⁴⁷¹ Cf. GODOY, 2014a.

⁴⁷² Cf. FARIA, 2019.

violência, como os inúmeros assassinatos de presos políticos, assim como o sequestro da Família Teles, e deve ser notada por isso.⁴⁷³

No mais, a construção da memória da tortura embasada na violência estatal e, nesse caso, no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira, demanda a desconstrução dos rótulos de vítima *versus* perpetrador, ou seja, necessita da quebra de mais um binarismo. Ao abandonar a rigorosa dicotomia entre vítimas *versus* perpetradores, há uma condição melhor de investigação da gama de papéis associados a esses sujeitos e, a partir disso, de reconstrução desses mesmos papéis que sempre foram tão dicotômicos.⁴⁷⁴

Encarados como motivados, muitas vezes, por fatores psicológicos e biológicos internos, os sujeitos taxados como torturadores são vistos e entendidos como sádicos e descontrolados, sendo estigmatizados como “monstros”. Em contraponto a esses sujeitos, temos uma sociedade vitimizada, debilitada frente ao sadismo desses indivíduos, tomados como mártires frente a esse papel previamente concebido.⁴⁷⁵ É nesse momento que voltamos a invocar o disposto por Daniel Aarão Reis, de que um período tão complexo como o que passamos durante os vinte e um anos de ditadura em nosso país não deve ser encarado de forma rasa e sem profundidade.⁴⁷⁶ No mais, Arendt enfatiza acerca do comportamento de Eichmann:

A acusação deixava implícito que ele não só agira conscientemente, coisa que ele não negava, como também agira por motivos baixos e plenamente consciente da natureza criminoso de seus feitos. [...] e quanto à sua consciência, ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam — embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais meticuloso cuidado.⁴⁷⁷

Assim como o papel de sociedade vitimizada é quebrado quando analisamos as mulheres integrantes da CAMDE, da LIMDE e da UCF⁴⁷⁸, por exemplo, o papel de perpetradores também deve ser revisto e analisado, uma vez que esses indivíduos eram agentes públicos que seguiam um regramento estipulado por um governo baseado na violência e no autoritarismo.⁴⁷⁹ É importante enfatizar que nem por isso

⁴⁷³ Cf. TELES, 2017.

⁴⁷⁴ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

⁴⁷⁵ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

⁴⁷⁶ Cf. REIS, 2000.

⁴⁷⁷ Cf. ARENDT, 1999, p. 23-24.

⁴⁷⁸ Cf. REIS, 2000.

⁴⁷⁹ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

suas violências são justificadas, mas é necessário desmistificar o rótulo de torturador como alguém sádico e sedento por poder, uma vez que, dentro do âmbito dos operários da violência, possuímos uma gama muito ampla de sujeitos participantes dos mecanismos necessários para que essa violência ocorra. O torturador sádico é apenas um deles, não sendo o único que deve ser visto e trazido em voga.

Nessa mesma conjuntura, o sujeito entendido como um operário da violência não deve ser visto apenas como o policial “macho”, aquele com um ar masculinizado e que demonstra toda sua agressividade sempre que necessário.⁴⁸⁰ Como já amplamente discutido no corpo da presente dissertação, existiram mulheres operárias da violência, tanto perpetradoras como facilitadoras e/ou espectadoras da violência e, a partir disso, devem ser colocadas em cena na conjuntura da Ditadura Civil-Militar brasileira. No relatório proposto pela Comissão Nacional da Verdade, efetuado no governo da Presidenta Dilma Rousseff, houve a publicação de uma lista que trouxe o nome de 377 torturadores, agentes públicos que atuaram no período ditatorial brasileiro. O documento, porém, não faz menção a nenhuma mulher.⁴⁸¹

Assim, é clara a excepcionalidade das mulheres atuantes como operárias da violência na Ditadura Civil-Militar brasileira, uma vez que a menção dessas mulheres é escassa e pouco divulgada. Porém, é de suma importância a visibilidade do gênero feminino, principalmente, em um período histórico sensível, em que constantemente se procura reiterar a necessidade da justiça de transição e do direito à verdade para reduzir a cegueira social frente a uma conjuntura de autoritarismo e repressão e para que a memória das vítimas desse sistema repressivo seja sempre ouvida. Nesse sentido, reforça Daniel Aarão Reis: “As sociedades têm sempre dificuldades em exercitar a memória sobre as suas ditaduras, sobretudo a partir do momento em que assumem códigos de valores opostos aos princípios do estado de exceção”.⁴⁸²

Em suma, é necessário aclarar a participação do gênero feminino na conjuntura repressiva da Ditadura Civil-Militar brasileira, seja como militante política, como adepta ao governo repressor, ou como operária da violência, por exemplo. Ademais, é imprescindível que se reconheça a importância da visibilidade das mulheres nesse período autoritário, fugindo de binômios e de rótulos previamente estipulados frente a uma sociedade patriarcal e entendendo a complexidade da presença feminina em tal

⁴⁸⁰ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006.

⁴⁸¹ Cf. TELES, 2017.

⁴⁸² Cf. REIS, 2000, p. 45.

momento histórico, principalmente das operárias da violência, excepcionais e muitas vezes esquecidas na conjuntura histórica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como escopo compreender as condições necessárias para que uma mulher operária da violência frente ao contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) cumprisse o seu papel como agente pública, já que esse papel sempre foi prioritariamente masculino, a partir da sua adesão à Doutrina de Segurança Nacional e a todos os mecanismos de violência legitimados pela doutrina e pelo governo repressivo da época, baseados na ideia de aniquilação do “inimigo interno”. Para a concretização da presente pesquisa, foi realizada a revisão bibliográfica e documental, com foco na época da Ditadura Civil-Militar brasileira bem como na análise concreta dos papéis de gênero e nas mulheres operárias da violência que atuaram como agentes públicas no contexto ditatorial da época, com ênfase na análise do caso concreto da Tenente Neuza.

O Capítulo 2 teve o intuito de tecer breves considerações gerais sobre a participação da Tenente Neuza no DOI-CODI paulista, assim como no sequestro da família Teles, que contou com a presença ativa de Neuza para a sua concretização, além de toda a conjuntura de tortura e violência que as vítimas sofreram durante a sua passagem pela Casa da Vovó. Ademais, foi também trazido à tona o sequestro dos uruguaios pela Operação Condor, com a participação do DOPS gaúcho, destacando-se a importância da agente pública Faustina Elenira Severino nesse caso, já que ela foi essencial para o desmantelamento do sequestro, entrando em choque com a figura da Tenente Neuza.

Na sequência, o Capítulo 3 teve o condão de explicar a incidência da violência e da tortura na conjuntura policial. A partir disso, foram feitos breves apontamentos acerca do conceito de gênero — de grande importância para a discussão e entendimento dos papéis de gênero frente a uma sociedade patriarcal — sobretudo diante do período repressivo iniciado com o golpe de 1964. Ainda, foi apresentada a mulher como integrante das forças públicas, principalmente seu papel de gênero frente à polícia, além da violência e da tortura incidindo na conjuntura policial no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira e, ao final, o perfil do perpetrador, facilitador e/ou espectador da violência.

O Capítulo 4 abordou os papéis de gênero frente às operárias da violência no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira, iniciando pela discussão do papel do gênero feminino em uma sociedade patriarcal e machista, relacionando, na sequência,

esse entendimento ao papel do gênero feminino na Ditadura Civil-Militar brasileira. Por último, demonstrou-se que as mulheres foram também operárias da violência no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira, enfatizando-se a importância do gênero feminino na conjuntura repressiva de tal período histórico, assim como o que foi necessário existir para que essas mulheres permanecessem como agentes públicas, principalmente ocupando cargos de enfrentamento direto com a violência, já que o ambiente era predominantemente masculino.

A partir do contexto repressivo perpetrado pela Ditadura Civil-Militar brasileira, é clara a excepcionalidade do gênero feminino como participante dos mecanismos de violência, pois até mesmo a menção dessas mulheres é escassa e pouco divulgada na bibliografia e nos documentos da época. Todavia, a visibilidade do gênero feminino é necessária, principalmente, frente a um período histórico como o enfrentado no Brasil a partir do golpe de 1964, que perdurou vinte e um anos, uma vez que houve diversas mulheres que atuaram na linha de frente na luta armada, fosse como militantes ou como agentes públicas e operárias da violência, a favor ou contra o Estado repressivo, como se demonstrou ao longo desse trabalho.

Em suma, os papéis de gênero amplamente estabelecidos para o gênero feminino, principalmente embasado em dicotomias, devem ser repensados e analisados, uma vez que a atuação das mulheres em sociedade, principalmente em ambientes nem sempre pertencentes a elas, como, por exemplo, as Forças Armadas, não se baseia unicamente em tarefas de cuidado e de atenção, não podendo o gênero feminino ser considerado, assim, apenas o sexo frágil — muito pelo contrário. A conjuntura ditatorial militar que teve seu início em 1964 serviu para demonstrar a presença das mulheres como agentes públicas na linha de frente dos aparelhos repressivos e dos mecanismos de violência —, ressignificando o ideal ultrapassado de que as mulheres não possuem capacidades para além das tarefas domésticas costumeiras.

O que se pretendeu, bem em verdade, foi demonstrar que as mulheres também tiveram um papel ostensivo durante o período ditatorial brasileiro. A Tenente Neuza, juntamente com as mulheres já mencionadas e trazidas em voga na presente pesquisa, são exceções à regra, e, principalmente, exceções frente aos papéis de gênero estabelecidos em uma sociedade patriarcal e machista, uma vez que trazem à baila uma nova perspectiva sobre quem são os operários da violência no período da Ditadura Civil-Militar brasileira. A complexidade existente no período repressivo

brasileiro não deve ser vista de forma rasa e apenas com base no breve entendimento de uma sociedade vítima *versus* Estado opressor, além de todas as dicotomias impostas ao gênero feminino. Ao abandonar a rigorosa dicotomia entre vítimas *versus* perpetradores, há uma melhor condição de investigação da gama de papéis associados a determinados indivíduos e, a partir disso, de reconstrução desses mesmos papéis, que sempre foram tão dicotômicos.

Por fim, esse trabalho, apesar de ter sido deveras denso, teve o intuito de mostrar uma outra face da história da Ditadura Civil-Militar no Brasil, aclarando alguns semblantes escondidos desse período opressor, com o intuito de demonstrar que as mulheres também tiveram a sua participação durante o período nebuloso, truculento e sombrio da ditadura. Por óbvio, não se pode mudar o que foi feito no passado, tampouco transformar as páginas da história do Brasil, mas o que se pretende, bem em verdade, no que se refere às perspectivas futuras do tratamento do presente tema, é lutar para que o período ditatorial jamais seja esquecido e para que nunca mais aconteça novamente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista Sequência**, v. 26, n. 50, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15185/13811>. Acesso em: 20 out. 2020.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sexo e gênero: a mulher e o feminino na criminologia e no sistema de justiça criminal. Boletim do IBCCrim. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, n. 138, mai/ 2004.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letas, 1999.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil Nunca Mais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AUCÍA, Analía et al. **Grietas en el silencio**. *Una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado*. Rosario: Cladem, 2011.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, v.1, n. 16, p. 207-230, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a20v16n1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: A Experiência Viva**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRANCA, Eloya (Org.). **I Seminário do grupo Tortura Nunca Mais – Depoimentos e debates**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BRASIL, Glaucíria Mota; FACHINETTO, Rochele Fellini. As polícias não tem rosto de mulher: a invisibilidade e a luta por reconhecimento. **O público e o privado**, n. 28, dez/2016. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=2426>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, v. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Capitulo%2010.pdf>. Acesso em 03 ago. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. **Crimes da Ditadura Militar**. Brasília: MPF, 2017. Disponível em: <http://www.memorial.mpf.mp.br/nacional/vitrine-virtual/publicacoes/crimes-da-ditadura-militar>. Acesso em: 03 mai. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à Memória e à Verdade**: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100017&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 07 jul. 2020.

CALEIRO, Regina Célia Lima. **História e Crime**: quando a mulher é ré. Montes Claros: Unimontes, 2002.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia feminista**: teoria feminista e crítica às criminologias. Porto Alegre: Lumen Juris, 2017.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. **O trabalho feminino no trabalho operacional**: Subjetividade, Relações de Poder e Gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais. 2006. Tese (Doutorado em Administração). Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração – CEPEAD, Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2006.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. **Revista Administração Mackenzie (RAM)**, v. 11, n. 3, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712010000300006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 jul. 2020.

CARDOSO, Fernando da Silva. **É isto uma mulher?** Disputadas narrativas sobre a memória, testemunho e justiça a partir de experiências de mulheres-militantes conta a ditadura militar no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2019.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CÉSAR Teles, Amelinha Teles e Criméia de Almeida. Publicado por resistirepreciso, [S. l.: s. n.], 2012 (12 min 25 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cLUViNNKVKk>. Acesso em: 07 mai. 2020.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA – verdade aberta. **Relatório** – Tomo I – Parte II – Verdade e Gênero. São Paulo, [2014?]. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Verdade-e-genero.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

COMISSÃO DE ANISTIA. **Requerimento de Anistia nº 2002.01.09122 de autoria de Mércia de Albuquerque Ferreira**.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. [Testemunho de Maria Amélia de Almeida Teles em Audiência Pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva em parceria com a CNV, em 25 de março de 2013].

COMISSÃO DA VERDADE. BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. 25/03/2013. São Paulo: CNV, 2013a. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2021%2030%20-%2000092.000600_2013-19%20%20Maria%20Amelia%20de%20Almeida%20Teles.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de depoimento (transcrição). **Marival Chaves Dias do Canto** – 21/11/2012 – Completo. Local não informado: CNV, 2012. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo15/Nota%20130%20137%20139%20-%2000092.000664_2013-10%20-%20Marival.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de depoimento (transcrição). **Audiência pública** - processos das famílias Teles e Merlino – 18/08/2013 – Completo. São Paulo: CNV, 2013b. Disponível em: https://cnv.grauna.org.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Angela_Mendes_de_Almeida_e_Maria_Amelia_de_Almeida_Teles_19.08.2013.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de Testemunho (transcrição). **Criméia Schmidt de Almeida, Danilo Carneiro, Maria Eliane de Castro e Elizabeth Silveira e Silva** – 12/08/2014 – Completo. Brasília: CNV, 2014a. Disponível em: <https://cnv.grauna.org.br/images/documentos/Capitulo14/ccrimeia.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de testemunho (transcrição). **Helena Pignatari Werner** – 10/07/2014 – Completo. Praia Grande: CNV, 2014b. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2037%200-%2000092.001619_2014-

63%20%E2%80%93%20Helena%20Pignatari%20Werner.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de testemunho (transcrição).

Antônia Ribeiro de Magalhães – 21/11/2013 – Completo. São Paulo: CNV, 2013c. Disponível em:

https://cnv.grauna.org.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Antonia_Ribeiro_de_Magalhaes_-_21.11.2013_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de testemunho (transcrição).

Miguel Gonçalves Trujillo Filho – 31/7/2014 – Completo. Sorocaba: CNV, 2014c. Disponível em:

https://cnv.grauna.org.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Miguel_Golcalves_Trujillo_Filho_31.07.2014.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de testemunho (transcrição). **Maria**

Dalva de Castro de Bonet – 08/05/2014. Rio de Janeiro: CNV, 2014d. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/10-](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/10-Nota%2016%2054%20-%2000092.001123_2014-90%20-%20Maria%20Dalva%20Leite%20de%20Castro%20de%20Bonet%20-%2008.05.2014.pdf)

[Nota%2016%2054%20-%2000092.001123_2014-90%20-%20Maria%20Dalva%20Leite%20de%20Castro%20de%20Bonet%20-%2008.05.2014.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/10-Nota%2016%2054%20-%2000092.001123_2014-90%20-%20Maria%20Dalva%20Leite%20de%20Castro%20de%20Bonet%20-%2008.05.2014.pdf). Acesso em: 05 ago. 2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de testemunho (transcrição).

Áurea Moretti Pires – 25/02/2014. São Paulo: CNV, 2014e. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2018%20-%2000092.000430_2014-53%20%20Aurea%20Moretti%20Pires.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de testemunho (transcrição).

Izabel Fávero – 27/04/2013. Foz do Iguaçu: CNV, 2013d. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo15/Nota%2063,%2064%20-%2000092.000088_2014-91.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

CONNELL, Raewyn. **Gênero: uma perspectiva global**. 3. ed. São Paulo: nVersos, 2015.

CORBIN, A.; COURTINE, J. J; VIGARELLO, G. (dir.). **História do corpo: as mutações do olhar: o século XX**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CORDEIRO, Janaína Martins. **“A Nação que se salvou de si mesma”**: Entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974). 2008.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médico. **Estudos Históricos**, v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a05.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

CORREA, Ana Paula Alves; FERNANDES, Andressa Brenner. Ecos de um passado/presente: a tortura feminina e as posições no discurso sobre a ditadura brasileira. **Cadernos Discursivos**, Catalão – GO, v. 1, n. 1, 2017, p. 21-34.

Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/595/o/2Ana_P_A_Correa.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

CUNHA, Luiz Cláudio. **O sequestro dos uruguaios**: uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2008a.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DINGES, John. **Os anos do Condor**: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

FARIA, Thaís Dumê. **História de um silêncio eloquente**: construção do estereótipo feminino e a criminalização das mulheres no Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

FERNANDES, Analu. **Ditadura e tortura sexual**: a visão das ex-presas políticas nas ditaduras civil-militar do Brasil (1964-1985). 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, Departamento de Estudos Latino-Americanos, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília: Brasília, 2019.

FERRI, Omar. [Entrevista concedida a] Márcia de la Torre e Carine Medeiros Trindade. **Revista Justiça & História**, v. 4. Porto alegre: TJRS, 07 jun. 2004. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v4n8/doc/08_Omar_Ferri.pdf. Acesso em: 05 jun. 2020.

FERRI, Omar. **Sequestro no Cone Sul**: o caso Lilián e Universindo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

FICO, Carlos. **Além do golpe**. Versões controversas sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano. **Mulheres nas minas gerais**. São Paulo: Contexto, 2006.

FON, Antonio Carlos. **Tortura**: a história da repressão política no Brasil. São Paulo: Global, 1979.

FRAGA, Gerson Wasen; MAHLKE, Helisane. A Operação Condor e os direitos humanos na América Latina. **Revista temática acadêmico-científica do Centro Universitário La Salle**, Canoas, n. 16, p. 89-105, jan/jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/72/90>. Acesso em: 02 jun. 2020.

FRASER, Nancy. A redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14, p. 1-382, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em: 06 jul. 2020.

FURTADO, Ana Cristina Rodrigues. Testemunhos de mulheres: uma reflexão sobre os traumas, torturas e ressentimentos sofridos durante a ditadura militar no Brasil.

XV Encontro Estadual de História do Ceará. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2016. Disponível em:

http://uece.br/eventos/eehce2016/anais/trabalhos_completos/249-39939-20122016-160239.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

GARCIA, Nelson Jahr. **Sadismo, Sedução e Silêncio.** São Paulo: Loyola, 2005.

GARCIA, Pedro. Elenira Severino: uma vítima esquecida da Operação Condor. **GAZ**, Santa Cruz do Sul, jul/2020. Disponível em:

http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2020/07/26/168495-elenira_severino_uma_vitima_esquecida_da_operacao_condor.html.php. Acesso em 03 ago. 2020.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GODOY, Marcelo. **A Casa da Vovó.** 1. ed. São Paulo: Alameda, 2014a.

GODOY, Marcelo. As confissões do DOI-CODI. **Estado**, São Paulo, dez/2014b.

Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,as-confissoes-do-doi-codi-imp-,1603291>. Acesso em: 03 mai. 2020.

GODOY, Marcelo. Condecorada faria de novo. **Estado**, São Paulo, dez/2014c.

Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,condecorada-faria-de-novo-imp-,1603293>. Acesso em: 03 mai. 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 01 out. 2020.

HARDING, Sandra. **Ciência y feminismo.** Madrid: Ediciones Morata, 1996.

HELPE, SINTIA SOARES. Mulheres na prisão: uma reflexão sobre a relação do Estado brasileiro com a criminalidade feminina. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 2, n. 3, 2013. Disponível em:

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/19015>. Acesso em: 09 nov. 2020.

HUGGINS, Martha K. Torture 101. **Jornal of Psychology**, v. 219, p. 193-194, 2011.

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238499929_Torture_101. Acesso em: 16 set. 2020.

HUGGINS, Martha K; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G.

Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

JOFFILY, Mariana. **No Centro da Engrenagem:** Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 2008. Tese (Doutorado em

História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03062008-152541/publico/TESE_MARIANA_JOFFILY.pdf. Acesso em: 03 mai. 2020.

L&PM Editores. Entrevista com Luiz Cláudio Cunha no *Jornal do Brasil*. Entrevistas, **L&PM Editores**. Cerqueira César: L&PM, 28/01/2009. Disponível em: https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805133&SecaoID=816261&SubsecaoID=618848&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=483816. Acesso em: 03 ago. 2020.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LINS, Selly Laryssa de Fonsêca. Espaços de repressão: o uso da maternidade e do feminino enquanto instrumento de tortura no DOPS-SP, OBAN e Presídio Tiradentes (1969-1974). **Revista Especialidades**, v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/19188>. Acesso em: 31 jul. 2020.

LOMBROSO, Cesare. **The Female Offender**. Colorado: Fred B. Rothman & Co, 1980.

MARTINS, Simone. A mulher junto às criminologias: de degenerada à vítima, sempre sob controle sociopenal. **Revista de Psicologia**, v. 21, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v21n1/09.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

MEMORIAL da resistência de São Paulo. Departamento de Operações Internas do Centro de Operações para a Defesa Interna (DOI-Codi/SP). **Programa Lugares da Memória**. São Paulo: Pinacoteca, 2014. Disponível em: http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/131445151974714000_FICHA_REVISADA_DOICODI-SP.pdf. Acesso em 03 mai. 2020.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia Feminista**: novos paradigmas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (org.). **Direito à memória e à verdade**: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

MOREIRA, Rosemeri. **Sobre mulheres e polícias**: a construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964). 2011. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2011.

NEGRÃO, João. Parte da história dos ex-presos do PIC, um dos maiores centros de repressão e tortura no Brasil. **Muvuca Popular**, Brasília, 03 jun. 2019. Disponível em: <https://www.muvucapopular.com.br/politica/parte-da-historia-dos-ex-presos-do-pic-um-dos-maiores-centros-de-repressao-e-tortura-do-brasil/27454>. Acesso em: 11 mai. 2020.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>. Acesso em: 06 jul. 2020.

OLIVEIRA, Camila Belinaso de. **A mulher em situação de cárcere: uma análise à luz da criminologia feminista ao papel social da mulher condicionada pelo patriarcado**. Porto Alegre: Fi, 2017.

PADRÓS, Enrique Serra; VIVAR, Jorge Eduardo Enriquez. **Memórias da resistência e da solidariedade: o movimento de justiça e direitos humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva**. Porto Alegre: ASF-Brasil, 2013.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PITCH, Tamar. **Un derecho para dos: la construcción jurídica de género, sexo y sexualidade**. Madri: Trotta, 2003, p. 62.

PRADO, Antônio Carlos; SÁ, Luiz Fernando. Eu, Capitão Ramiro, interroguei Herzog. **IstoÉ**, São Paulo, 25 mar. 1992.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964**. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2004.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Tomo III: Perfil dos Atingidos. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985a.

PROJETO Brasil: Nunca Mais. Tomo V: A Tortura, v. 1. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985b.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, Ramiro José dos. **Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um Porto não muito Alegre**. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; OLIVEIRA, Valéria Cristina. Quando o Estado é o perpetrador da violência: Uma análise das vitimizações pela Polícia Militar. **Revista Latitude**, v. 7, n. 2, p. 219-243, 2013. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1295/pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

RIBEIRO, Ludmila. Polícia Militar é lugar de mulher? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/43413>. Disponível em: 06 jul. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul 2008**: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: Porto Alegre: CORAG, 2008.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Simone (org.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ROLLEMBERG, Denise; VAINFAS, Ronaldo. Historiadores na zona cinzenta: lembranças de guerra. **Revista História (São Paulo)**, n. 176, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121976/136418>. Acesso em: 19 dez. 2020.

SANTOS, Ana Cristina. Identidades, contextos e acção coletiva. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 76, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/813>. Acesso em: 29 set. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" **Infância Roubada**, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: ALESP, 2014.

SARAMAGO, José. **As intermitências da morte**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SARAMAGO, José. **Caim**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras; 2017.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Farda e batom, arma e saia**: a construção da polícia militar feminina no Paraná (1977-2000). 2011. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná: Paraná, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Nova York: Columbia University Press, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 06 jul. 2020.

SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala Vermelha**: revolução, autocrítica, e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974). 2007. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

SMART, Carol. **Women, Crime and Criminology: a feminist critic**. London: Routledge & Kegan Paul, 1976.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 77-87, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634464>. Acesso em: 18 out. 2020.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; PAIXÃO, Cristiano; FONSECA, Livia Gimenes Dias da; RAMPIN, Talita Tatiana Dias (org.). **Direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina**. Brasília: UnB, 2015.

SPERB, Paula. Operação Condor: 'Sequestro dos Uruguaios' completa 40 anos. **Veja**, São Paulo, nov/2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/operacao-condor-sequestro-dos-uruguaio-completa-40-anos/>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SWAIN, Tania Navarro. Para além do binário: os queers e o heterogêneo. **Revista Niterói**, v. 2, n. 1, p. 87-98, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/30991-106260-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2017.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Caderno Pagu**, n. 24, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o Silêncio**. Brasília: Editerra, 1987.

ZIMBARDO, Philip. **The Lucifer effect: understanding how good people turn evil**. 1. ed. Ebook Kindle. Nova York: Random House, 2007.

ANEXO A

Lista dos 377 indivíduos apontados como responsáveis por crimes na Ditadura Civil-Militar, de acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Humberto de Alencar Castello Branco (1897-1967)	Marechal de Exército, foi o primeiro presidente da República após o golpe militar, entre 15 de abril de 1964 e 15 de março de 1967. Criou o Serviço Nacional de Informações (SNI).
Arthur da Costa e Silva (1899-1969)	Marechal de Exército e presidente da República entre 15 de março de 1967 e 31 de agosto de 1969. Editou o ato institucional número 5 (AI-5), considerado o mais duro decreto do período militar.
Aurélio de Lyra Tavares (1905-1998)	General de Exército, integrou a junta militar que governou o país entre 31 de agosto e 30 de outubro de 1969, durante a doença do então presidente Arthur da Costa e Silva. Foi ministro do Exército de março de 1967 a outubro de 1969.
Augusto Hamann Rademaker Grunewald (1905-1985)	Almirante de esquadra, integrou a junta militar que governou o país entre 31 de agosto e 30 de outubro de 1969. Foi ministro da Marinha em duas ocasiões e vice-presidente da República no governo do presidente Emílio Garrastazú Medici, entre 1969 e 1974.
Márcio de Souza e Mello (1906-1991)	Marechal do ar, integrou a junta militar que governou o país entre 31 de agosto e 30 de outubro de 1969. Foi ministro da Aeronáutica.
Emílio Garrastazú Medici (1905-1985)	General de exército e presidente da República de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974. Durante seu governo, foram criados os Destacamentos de Operações de Informações-Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Também chefiou o Sistema Nacional de Informações (SNI).
Ernesto Beckmann Geisel (1907-1996)	General de exército e presidente da República entre 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979.
João Baptista de Oliveira Figueiredo (1918-99)	General de Exército e presidente da República de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985. Foi chefe do gabinete militar durante o governo Medici e dirigiu o Sistema Nacional de Informações (SNI).
Adhemar de Queirós (1899-1984)	Marechal e ministro do Exército de julho de 1966 a março de 1967.
Orlando Beckmann Geisel (1905-1979)	General, ocupou o posto de ministro do Exército de novembro de 1969 a março de 1974.
Vicente de Paulo Dale Coutinho (1910-1974)	General e ministro do Exército de março a maio de 1974.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Sylvio Couto Coelho da Frota (1910-1996)	General e ministro do Exército de maio de 1974 a outubro de 1977. Foi chefe do gabinete do ministro do Exército e participou, em 1967, da criação do Centro de Informações do Exército (CIE). Comandou o I Exército de janeiro de 1972 a abril de 1974.
Fernando Belfort Bethlem (1914-2001)	General e ministro do Exército de outubro de 1977 a março de 1979.
Walter Pires de Carvalho e Albuquerque (1915-90)	General e ministro do Exército de março de 1979 a março de 1985.
Ernesto de Melo Batista (1907-1985)	Almirante de esquadra, foi ministro da Marinha de abril de 1964 a janeiro de 1965.
Paulo Bosísio (1900-1985)	Almirante de esquadra e ministro da Marinha de janeiro a dezembro de 1965.
Zilmar Campos de Araripe Macedo (1908-2001)	Almirante de esquadra e ministro da Marinha de dezembro de 1965 a março de 1967.
Adalberto de Barros Nunes (1905-1984)	Almirante de esquadra e ministro da Marinha de outubro de 1969 a março de 1974.
Geraldo Azevedo Henning (1917-1995)	Almirante de esquadra e ministro da Marinha de março de 1974 a março de 1979.
Maximiano Eduardo da Silva Fonseca (1919-98)	Almirante de esquadra e ministro da Marinha de março de 1979 a março de 1984.
Alfredo Karam (1924-)	Almirante de esquadra e ministro da Marinha de março de 1984 a março de 1985.
Francisco de Assis Corrêa de Mello (1903-1971)	Tenente-brigadeiro do ar, foi ministro da Aeronáutica em abril de 1964. Exercera a mesma função de julho de 1957 a janeiro de 1961, no governo do presidente Juscelino Kubitschek.
Nelson Freire Lavenère Wanderley (1909-1985)	Tenente-brigadeiro do ar e ministro da Aeronáutica de abril a dezembro de 1964.
Eduardo Gomes (1896-1981)	Marechal do ar e ministro da Aeronáutica de abril de 1965 a março de 1967.
Joelmir Campos de Araripe Macedo (1909-1993)	Tenente-brigadeiro do ar, foi ministro da Aeronáutica de novembro de 1971 a março de 1979.
Délio Jardim de Mattos (1916-1990)	Tenente-brigadeiro do ar, foi ministro da Aeronáutica de março de 1979 a março de 1985.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Golbery do Couto e Silva (1911-1987)	Chefe do SNI de junho de 1964 a março de 1967. Exerceu a chefia do gabinete civil de 1974 a 1981, nos governos dos presidentes Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo.
Carlos Alberto da Fontoura (1912-1997)	General de brigada, foi chefe do SNI de abril de 1969 a outubro de 1974. Também Foi chefe do Estado-Maior do III Exército de 1966 a 1969. Após deixar o SNI, foi nomeado embaixador brasileiro em Portugal, cargo que exerceu de 1974 a 1978.
Octávio Aguiar de Medeiros (1922-2005)	General de brigada, chefiou o SNI de junho de 1978 a março de 1985. Dirigiu a Escola Nacional de Informações (ESNI) e foi o responsável pelo treinamento de militares em métodos psicológicos de interrogatório.
Adyr Fiuza de Castro (1920-2009)	General de brigada, foi chefe do Centro de Informações do Exército (CIE) em 1968 e 1969, e da Divisão de Informações do gabinete do ministro da Guerra, entre 1967 e 1969. Comandou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do I Exército de 1972 a 1974.
Milton Tavares de Souza (1917-1981)	General de exército, foi chefe do CIE de novembro de 1969 a março de 1974. Dirigiu a Operação Marajoara, na fase final de extermínio da Guerrilha do Araguaia, quando houve o desaparecimento forçado e a ocultação dos cadáveres dos últimos membros das forças guerrilheiras.
Confúcio Danton de Paula Avelino (1916-2000)	General de brigada, foi chefe do CIE de março de 1974 a fevereiro de 1976; do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) do II Exército, em São Paulo, em 1970 e 1971; e do CODI do IV Exército, em Recife, em 1971 e 1972.
Antônio da Silva Campos (*)	General de divisão, foi chefe do CIE de fevereiro de 1976 a outubro de 1977.
Edison Boscacci Guedes (1923-2006)	General de exército, foi chefe do CIE de outubro de 1977 a março de 1979.
Geraldo de Araújo Ferreira Braga (1922-)	General de divisão, foi chefe do CIE de março de 1979 a novembro de 1981. Chefiou a agência central do SNI entre agosto de 1983 e novembro de 1985.
Mário Orlando Ribeiro Sampaio (1924-)	General de divisão, foi chefe do CIE entre novembro de 1981 e novembro de 1983. Chefiou a secretaria do SNI em dois períodos: de 1964 a 1968 e de 1973 a 1975.
Iris Lustosa de Oliveira (1926-)	General de exército, foi chefe do CIE de novembro de 1983 a março de 1985.
Roberto Ferreira Teixeira de Freitas (1917-2014)	Contra-almirante, foi chefe do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) entre abril de 1964 e novembro de 1965 e entre junho de 1967 e abril de 1968.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Álvaro de Rezende Rocha (1916-1997)	Almirante de esquadra, foi chefe do Cenimar de setembro de 1966 a fevereiro de 1967.
Fernando Pessoa da Rocha Paranhos (1925-)	Capitão de mar e guerra, chefiou o Cenimar de abril de 1968 a maio de 1971.
Joaquim Januário de Araújo Coutinho Netto (1917-)	Contra-almirante, foi chefe do Cenimar de maio de 1971 a março de 1973.
Dilmar de Vasconcelos Rosa (1923-)	Contra-almirante, foi chefe do Cenimar de agosto de 1974 a janeiro de 1975.
Carlos Eduardo Jordão Montenegro (1925-1983)	Ocupou interinamente a chefia do Cenimar em agosto de 1975, cargo que voltou a ocupar nos anos de 1977 e 1978.
Odilon Lima Cardoso (1926-)	Contra-almirante, chefiou o Cenimar de dezembro de 1978 a fevereiro de 1979.
Renato de Miranda Monteiro (1929-)	Almirante de esquadra, foi chefe do Cenimar de março de 1979 a fevereiro de 1980.
Luiz Augusto Paraguassu de Sá (1930-2007)	Contra-almirante, foi chefe do Cenimar de fevereiro de 1980 a fevereiro de 1983.
Antônio Frederico Motta Arentz (1934-)	Contra-almirante, foi chefe do Cenimar de fevereiro de 1983 a janeiro de 1984.
Sérgio Tavares Doherty (1936-)	Vice-almirante, foi chefe do Cenimar de abril de 1984 a março de 1987.
João Paulo Moreira Burnier (1919-2000)	Brigadeiro do ar, foi chefe do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) de julho de 1968 a março de 1970. Em abril de 1970, assumiu o comando da 3ª Zona Aérea, também no Rio de Janeiro, e em dezembro desse ano, em razão da repercussão das denúncias relativas à morte de Stuart Angel Jones na Base Aérea do Galeão, foi exonerado do cargo e transferido para a reserva remunerada.
Carlos Afonso Dellamora (1920-2007)	Tenente-brigadeiro do ar, foi chefe do CISA de março de 1970 a dezembro de 1971.
Newton Vassalo da Silva (1920-1981)	Major-brigadeiro do ar, foi chefe do CISA de dezembro 1971 a março de 1979.
Luís Felipe Carneiro de Lacerda Netto (1925-2000)	Tenente-brigadeiro do ar, foi chefe do CISA de março de 1979 a agosto de 1982.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Dilson Lyra Branco Verçosa (1930-2007)	Major-brigadeiro do ar, foi chefe do CISA de agosto de 1982 a fevereiro de 1985.
Adolpho Corrêa de Sá e Benevides (1936-)	Diplomata, foi diretor da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) de 1971 a 1980.
Alcides Cintra Bueno Filho (1922-1978)	Delegado do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/ SP). Foi responsável pela emissão de documentos oficiais fraudulentos e por colaboração no encobrimento de casos de tortura, execução e ocultação de cadáver, segundo a CNV.
Amadeu Martire (1914-)	General de brigada, foi comandante do 12º Regimento de Infantaria e da Infantaria Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria na segunda metade da década de 1960. Também foi chefe do Estado-Maior do IV Exército de 1969 a 1971.
Amaury Kruel (1901-1996)	General de exército, foi chefe do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), responsável pelo policiamento do antigo Distrito Federal. Criou uma unidade especial de polícia, o Esquadrão Motorizado, cujas iniciais (EM) estão associadas ao “Esquadrão da Morte”. Foi comandante do II Exército.
Antônio Bandeira (1916-2003)	General de exército, foi comandante da 3ª Brigada de Infantaria de dezembro de 1971 a abril de 1973. Nessa função, comandou as tropas do Exército empregadas na repressão à Guerrilha do Araguaia. Em maio de 1973 foi nomeado diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF).
Antônio Carlos da Silva Muricy (1906-2000)	General, foi chefe do Estado-Maior do Exército em 1969 e 1970.
Antônio Ferreira Marques (1916-2004)	General de divisão, foi chefe do Estado-Maior do II Exército de 1974 a 1976. Comandante da 1ª Região Militar de 1978 a 1980, comandante do III Exército em 1980 e 1981. Chefe do Estado-Maior do Exército, entre 1981 e 1982.
Antônio Jorge Correa (1912-2007)	General de exército. Chefe de gabinete do Estado-Maior das Forças Armadas, em 1964 e de 1974 a 1976. Foi chefe do Estado-Maior do III Exército, em 1965 e 1966, e secretário-geral do Ministério do Exército, de 1967 a 1969.
Argus Lima (1913-2000)	General de exército. Comandante da 6ª Região Militar, em Salvador, em 1971. Comandante militar da Amazônia e da 12ª Região Militar de 1972 a 1974. Comandante do IV Exército de 1976 a 1979.
Armando Patrício (1927-)	General de divisão, foi chefe do Estado-Maior do I Exército de março a julho de 1981, período em que ocorreu o atentado do Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro, em 30 de abril.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Arnaldo Siqueira (*)	Médico-legista e diretor do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP) de 1956 a 1976.
Ary Casaes Bezerra Cavalcanti (1928-)	Coronel-aviador. Comandante da Base Aérea de Santa Cruz de fevereiro de 1971 a junho de 1972, época do desaparecimento de Stuart Angel Jones (maio de 1971). Convocado pela CNV, alegou razões de saúde para não comparecer ao depoimento.
Audir Santos Maciel (1932-)	Coronel do Exército. Chefe do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército de 1974 a 1976. Sob seu comando foi realizada a Operação Radar, que resultou em prisões, tortura, mortes e desaparecimentos forçados de dirigentes e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB).
Augusto Fernandes Maia (1933-2000)	Coronel do Exército. Chefe do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do IV Exército, de maio de 1974 até o início de 1975, após ter exercido, desde maio de 1973, a função de adjunto da 2ª seção do Estado-Maior da 7ª Região Militar do IV Exército.
Aylton Siano Baeta (1928-1992)	Coronel-aviador. Comandante da Base Aérea do Galeão em 1980, à época em que ocorreu o sequestro e desaparecimento forçado dos cidadãos argentinos Mónica Susana Pinus de Binstock e Horacio Domingo Campiglia.
Bento José Bandeira de Mello (1917-2005)	General de divisão. Chefe do Estado-Maior do I Exército de maio a agosto de 1971. Deixou a função para assumir a chefia do Estado-Maior do IV Exército, cargo que exerceu até agosto de 1972, quando voltou a chefiar o Estado-Maior do I Exército. Foi chefe do gabinete do ministro do Exército Sylvio Frota, de agosto de 1974 a outubro de 1977.
Breno Borges Fortes (1908-1982)	General de exército. Comandante do III Exército de 1969 a 1972. Chefe do Estado-Maior do Exército em 1972 e 1973.
Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-)	Coronel do Exército. Comandante do DOI-Codi do II Exército de setembro de 1970 a janeiro de 1974. Foi instrutor da Escola Nacional de Informações em 1974 e, do final desse ano a novembro de 1977, serviu no Centro de Informações do Exército (CIE).
Carlos Alberto Cabral Ribeiro (1915-1984)	General de exército. Comandante da 7ª Região Militar em 1973, época do massacre da Chácara São Bento, no Recife. Chefe do Estado-Maior do I Exército de abril de 1969 a janeiro de 1971.
Carlos Alberto Ponzi (1925-)	Coronel do Exército. Chefiou a agência do SNI em Porto Alegre no final da década de 1970 e início da de 1980. Em 2007, foi denunciado pelo procurador de Justiça italiano Giancarlo Capaldo como um dos responsáveis pelo sequestro e desaparecimento do cidadão argentino Lorenzo Ismael Viñas, ocorrido em Uruguaiana (RS), em junho de 1980.
Carlos Sergio Torres (1930-1998)	Tenente-coronel do Exército. Comandou a Operação Sucuri, realizada de maio a outubro de 1973 com o objetivo de obter informações sobre os

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
	guerrilheiros participantes na Guerrilha do Araguaia e sua “rede de apoio”. Foi elemento de ligação entre as operações desencadeadas na região do Araguaia e o chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), Milton Tavares de Souza. As informações levantadas durante a Operação Sucuri foram utilizadas na Operação Marajoara, desencadeada a partir de outubro de 1973, quando ao menos 49 guerrilheiros foram vítimas de desaparecimento forçado.
Carlos Xavier de Miranda (1920-)	General de divisão. Chefe do Estado-Maior do II Exército de janeiro de 1976 a novembro de 1978.
Cecil de Macedo Borer (1913-2003)	Delegado de polícia. Diretor do Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB) em 1964.
Clemente José Monteiro Filho (1925-1977)	Capitão de mar e guerra. Comandou a unidade da Marinha localizada na ilha das Flores (RJ), de 1968 a 1970.
Cyro Guedes Etchegoyen (1929-2012)	Coronel do Exército. Chefe da seção de contrainformações do Centro de Informações do Exército (CIE) de 1971 a 1974. Segundo depoimento do coronel Paulo Malhões à CNV, Etchegoyen era a autoridade do CIE responsável pela Casa da Morte, em Petrópolis (RJ).
Darcy Jardim de Matos (1918-)	General de brigada. Comandante da 8ª Região Militar, com sede em Belém, de 11 de agosto de 1971 a 17 de janeiro de 1973. Atuou durante todas as fases repressivas da Guerrilha do Araguaia.
Edmundo Drummond Bittencourt Herculano (1912-)	Vice-almirante. Foi comandante-geral do corpo de fuzileiros navais e comandante da força de fuzileiros da esquadra durante o período da atuação dessa unidade na Operação Papagaio, realizada contra a Guerrilha do Araguaia em setembro e outubro de 1972.
Ednardo D’Avila Mello (1911-1984)	General de exército. Comandante do II Exército, em São Paulo, de 1974 a 1976. Durante esse período, foram mortos em decorrência de tortura, nas dependências do DOI-Codi, o tenente da Polícia Militar José Ferreira de Almeida, o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho.
Eni de Oliveira Castro (*)	Coronel do Exército. Comandante do 10º Batalhão de Caçadores em Goiânia (GO), atual 42º Batalhão de Infantaria motorizada. Participou da repressão à Guerrilha do Araguaia.
Ênio de Albuquerque Lacerda (1929-1998)	Foi comandante da 1ª companhia de Polícia do Exército, na Vila Militar do Rio de Janeiro, de maio de 1968 a julho de 1971, período em que ocorreram na unidade os casos de morte sob tortura de Severino Viana Colou e Chael Charles Schreier. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de abril de 1972 a junho de 1974.
Ernani Ayrosa da Silva (1915-1987)	General de divisão. Foi chefe do Estado-Maior do II Exército, em São Paulo, de abril de 1969 a janeiro de 1971; comandante militar da Amazônia e da 12ª Região Militar, de abril de 1976 a dezembro de 1977; e chefe do Estado-Maior do Exército, de junho de 1979 a maio de 1981.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Everaldo José da Silva (*)	General de Brigada. Na segunda metade da década de 1960, serviu no Estado-Maior do Exército e no quartel-general do Comando Militar do Planalto e da 11ª Região Militar. Exerceu a chefia do Estado-Maior do IV Exército, em Recife, de agosto de 1972 a outubro de 1973.
Fernando Ayres da Motta (*)	Ex-comandante da companhia aérea Panair. Interventor em Petrópolis (RJ) em 1965 e 1966. No início da década de 1970, foi o intermediário da cessão de imóvel de propriedade de Mário e Madalena Lodders ao Centro de Informações do Exército (CIE), no qual funcionou a Casa da Morte. Segundo testemunho colhido pela CNV, frequentava o local, tendo conhecimento, portanto, de sua utilização como centro de tortura. De acordo com o mesmo testemunho, encontrou detido na Casa da Morte seu concunhado Aluizio Palhano Pedreira Ferreira, desaparecido desde maio de 1971.
Firmino Peres Rodrigues (1931-)	Delegado de polícia no estado do Rio Grande do Sul. Foi chefe do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) na década de 1970, quando o órgão esteve vinculado a casos de detenção ilegal, tortura e execução.
Flávio de Marco (1929-1981)	Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE). Esteve presente, como observador, na reunião de fundação da Operação Condor, no Chile, em novembro de 1975. Participou ativamente das atividades de repressão à Guerrilha do Araguaia entre 1973 e 1974, atuando sob o codinome “Tio Caco” e chefiando a Casa Azul, centro clandestino de detenção e tortura localizado na antiga sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) em Marabá (PA).
Flávio Hugo de Lima Rocha (1921-1983)	Coronel do Exército. Chefiou a 2ª seção do II Exército, na primeira metade da década de 1970, durante parte do tempo em que o major Carlos Alberto Brilhante Ustra esteve à frente do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).
Francisco Demiurgo Santos Cardoso (1930-)	Coronel do Exército. Comandante do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de setembro de 1971 a fevereiro de 1972, quando houve intensa atividade repressiva.
Francisco Homem de Carvalho (1924-1990)	Coronel do Exército. Serviu na agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro, de setembro de 1964 a fevereiro de 1967. Comandou o 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, de março de 1971 a abril de 1974. Memorando oficial de março de 1983, do chefe do SNI para a agência central do órgão, indica a vinculação de Francisco Homem de Carvalho à Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Foi secretário de Segurança do estado do Rio de Janeiro (1967-1971).
Gastão Barbosa Fernandes (1924-)	Major do Exército. Diretor do Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB).

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Gastão Batista de Carvalho (1924-98)	Tenente-coronel do Exército. Comandante do 2º Batalhão de Infantaria de Selva e comandante em campo de tropas empregadas na repressão à Guerrilha do Araguaia, entre março e maio de 1972.
Gentil Marcondes Filho (1916-1983)	General de exército. Chefe do Estado-Maior do II Exército, em São Paulo, em 1974. Comandante do I Exército de 1979 a 1981, período em que ocorreu o atentado do Riocentro, no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1981.
Gentil Nogueira Paes (1914-)	General de brigada. Comandante do 2º grupamento de engenharia e construção do Exército no ano de 1974.
Gilberto Airtton Zenkner (1934-)	Coronel do Exército. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, em 1974 e 1975. Atuou como coordenador-geral da Operação Sucuri, realizada na região do Araguaia entre maio e outubro de 1973.
Gustavo Eugênio de Oliveira Borges (1922-)	Coronel-aviador. Secretário de Segurança do estado da Guanabara no governo Carlos Lacerda, responsável pela prisão ilegal dos membros de delegação da República Popular da China, em 3 de abril de 1964. Foi investigado por comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa da Guanabara sobre tortura na Invernada de Olaria e sobre a morte por afogamento de mendigos no rio da Guarda. Convocado pela CNV em outubro de 2014, alegou razões de saúde para não prestar depoimento.
Harry Shibata (1927-)	Médico-legista. Diretor do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP) de 1976 a 1983, período em que o órgão foi responsável pela emissão de laudos necroscópicos fraudulentos, com a finalidade de encobrir graves violações de direitos humanos.
Hélio Ibiapina Lima (1919-2010)	General de brigada. Presidiu o inquérito policial militar (IPM) instaurado em abril de 1964 para “apurar ações subversivas na área do IV Exército”, no Recife, cuja jurisdição abarcava a região Nordeste. É considerado um dos principais responsáveis pelas graves violações aos direitos humanos perpetradas, após o golpe de Estado, contra grande número de presos políticos em Pernambuco.
Hélio da Mata Resende (*)	Tenente do Exército. Lotado na 5ª companhia de guarda do Exército. Foi membro da equipe nº 1 de interrogatório, sediada em Marabá, durante a repressão à Guerrilha do Araguaia, entre março e maio de 1972.
Herculano Pedro de Simas Mayer (1925-)	Capitão de mar e guerra. Atuou como chefe da seção de operações da Força de Fuzileiros Navais durante a Operação Papagaio, realizada contra a Guerrilha do Araguaia em setembro e outubro de 1972.
Hugo de Andrade Abreu (1916-1979)	General de divisão. Comandante da paraquedista e integrante do Centro de Informações do Exército (CIE). Comandou diretamente a tropa de paraquedistas enviada ao Araguaia durante a Operação Marajoara, iniciada em outubro de 1973. O objetivo dessa fase das operações, que se estendeu até o ano seguinte, era o extermínio dos guerrilheiros remanescentes na região. No período, pelo menos 49 pessoas foram vítimas de desaparecimento forçado.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Joalbo Rodrigues de Figueiredo Barbosa (1918-)	Secretário de Segurança Pública do estado da Bahia. Participou de ações de perseguição a Carlos Lamarca, que, em 1971, levaram à morte de Iara Lavelberg.
João de Alvarenga Soutto Mayor (1917-)	General de brigada. Exerceu a chefia do Estado-Maior do IV Exército de janeiro de 1971 a agosto de 1971. Ao deixar o cargo, assumiu a chefia do Estado-Maior do I Exército por cerca de um ano.
João Dutra de Castilho (1907-1987)	General de exército. Chefe do Estado-Maior do IV Exército de setembro a novembro de 1964. Comandou a 1ª Divisão de Infantaria da Vila Militar, do Rio de Janeiro, em 1969, época em que a unidade foi utilizada como centro para a prática de tortura e execução de presos políticos.
João Oswaldo Leivas Job (1927-)	Coronel do Exército. Agente da Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul no início da década de 1970. Chefe do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército em 1974 e 1975. Secretário de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul de 1979 a 1982. Teve participação no sequestro dos cidadãos uruguaios Universindo Rodríguez Díaz e Lilián Celiberti, em 1978.
João Pinto Pacca (1919-)	General de brigada. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE), no Rio de Janeiro, de maio de 1968 a abril de 1969. Chefiou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de maio de 1971 a setembro de 1971, sucedendo o então major José Antônio Nogueira Belham.
João Tarcísio Cartaxo Arruda (1930-1996)	Coronel do Exército. Em 1975, comandou o 6º Batalhão de Engenharia e Construção, que participou da construção da rodovia BR-174. A realização dessa obra resultou, no período de 1972 a 1975, na morte e no desaparecimento de número expressivo de indígenas da etnia Waimiri Atroari.
Jonas Braga (*)	Tenente do Exército. Chefe da agência do Distrito Federal do Centro de Informações do Exército (CIE) em 1972, durante as operações repressivas realizadas contra a Guerrilha do Araguaia, entre julho e setembro daquele ano.
Jorge José de Carvalho (1927-)	Tenente-brigadeiro. Comandante da Base Aérea do Galeão no ano de 1971, quando Stuart Angel foi vítima de detenção ilegal, tortura e execução, tendo seu corpo desaparecido. Durante o comando de Carvalho, esteve em funcionamento presídio clandestino nas dependências da Base Aérea do Galeão, que serviu para detenção de presos políticos e realização de sessões de tortura.
Jorge José Marques Sobrinho (1935-1990)	Delegado da Polícia Civil. Diretor do Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB) no início da década de 1970.
José Antônio Nogueira Belham (1934-)	General de divisão. Chefe do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de novembro de 1970 a maio de 1971, onde permaneceu como adido até

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
	setembro de 1971. Esteve no Centro de Informações do Exército (CIE), de abril de 1977 a novembro de 1981, período no qual chefiou a seção de operações. Serviu no SNI, de abril de 1984 a abril de 1987. Foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014 pelo homicídio e ocultação de cadáver do ex-deputado Rubens Paiva. Convocado pela CNV, compareceu à audiência em setembro de 2014, mas optou por permanecer em silêncio.
José Ferreira da Silva (*)	Tenente-coronel do Exército. Comandante do destacamento do Exército em Marabá e comandante de tropas na região do Araguaia, entre junho e julho de 1972.
José Luiz Coelho Netto (1921-1986)	General de divisão. Subchefe do Centro de Informações do Exército (CIE) à época da criação e funcionamento da Casa da Morte, em Petrópolis (RJ) (1971-74) e um dos responsáveis por sua concepção, segundo depoimento prestado pelo coronel Paulo Malhões à CNV. Chefe do Estado-Maior do I Exército em 1979, e chefe de gabinete do ministro do Exército de 1981 a 1983.
José Ney Fernandes Antunes (1926-)	Tenente-coronel do Exército. Comandante do 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, entre novembro de 1968 e fevereiro de 1971.
Leo Guedes Etchegoyen (1925-2003).	General de brigada. Secretário de Estado de Segurança Pública do Rio Grande do Sul de novembro de 1964 a fevereiro de 1965. Foi chefe do Estado-Maior do II Exército de agosto de 1979 a julho de 1981. Assumiu a chefia do Estado-Maior do III Exército em agosto de 1982.
Leônidas Pires Gonçalves (1921-)	General de exército. Chefe do Estado-Maior do I Exército de 1974 a 1976, período em que foi responsável pela chefia do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e por ações no âmbito da Operação Radar, contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e do episódio conhecido como Massacre da Lapa, contra a cúpula dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).
Luiz Macksen de Castro Rodrigues (1924-2004)	Superintendente da Polícia Federal do Rio Grande do Sul em 1978, à época do sequestro de Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, em Porto Alegre, para o qual a Polícia Federal foi acusada de fornecer veículos que transportaram os agentes que participaram da operação. Em 2007, foi denunciado pelo procurador italiano Giancarlo Capaldo em razão de suas responsabilidades no sequestro do argentino Lorenzo Ismael Viñas, ocorrido em Uruguaiana (RS), em 26 de junho de 1980.
Manoel Pio Corrêa Júnior (1918-2013)	Diplomata e empresário. Embaixador do Brasil no Uruguai de setembro de 1964 a janeiro de 1966, conduziu severa política de monitoramento dos brasileiros exilados, conseguindo o internamento de Leonel Brizola. Secretário-geral do Ministério de Relações Exteriores (MRE) de janeiro de 1966 a março de 1967, criou em 1966 o Centro de Informações do Exterior (Ciex). Embaixador na Argentina, de outubro de 1967 a janeiro de 1969.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Marcos Henrique Camillo Cortes (1935-)	Diplomata. Primeiro chefe do Centro de Informações do Exterior (Ciex), de 1966 a setembro de 1968. Serviu como ministro-conselheiro na Embaixada do Brasil em Buenos Aires de 1974 a 1978. Em 1986, foi acusado de envolvimento na morte e desaparecimento, em 1976, do pianista brasileiro Francisco Tenório Cerqueira Jr. À época, rebateu as acusações. Ouvido pela CNV em fevereiro de 2014, negou que a Embaixada em Buenos Aires mantivesse contatos de qualquer natureza com a estrutura da repressão política argentina.
Marcus Antônio Brito de Fleury (1936-2012)	Capitão do Exército. Comandou a 2ª seção do 10º Batalhão de Caçadores, em Goiânia (GO) (atual 42º Batalhão de Infantaria Motorizada). Foi superintendente regional do Departamento de Polícia Federal em Goiás. Entre dezembro de 1968 e abril de 1974, chefiou núcleo da agência de Goiânia do Serviço Nacional de Informações (SNI).
Mário de Souza Pinto (*)	General de brigada. Foi chefe do Estado-Maior do II Exército de abril de 1973 a janeiro de 1974.
Melillo Moreira de Mello (1920-1984)	Diplomata. Em 1971 e 1972, quando exerceu o cargo de cônsul-geral do Brasil em Santiago, participou do monitoramento dos brasileiros exilados no Chile. Em 15 de junho de 1971, informou o MRE sobre os dados de viagem ao Uruguai do banido Edmur Pérciles Camargo. Edmur foi sequestrado no dia seguinte, numa escala em Buenos Aires, e entregue clandestinamente pelas autoridades argentinas ao governo brasileiro e, desde então, se encontra desaparecido.
Newton Araújo de Oliveira e Cruz (1924-)	General de divisão. Chefe da agência central do SNI à época do atentado no Riocentro, no Rio de Janeiro, em 1981, tendo sido denunciado pelo Ministério Público Federal em 2014, por sua participação no evento.
Nilton de Albuquerque Cerqueira (1930-)	Coronel de Exército. Chefiou a 2ª seção (informações) do Estado-Maior da 6ª Região Militar de 1971 a 1973, período no qual teve atuação na Operação Pajussara, desencadeada contra Carlos Lamarca no estado da Bahia, e, também, na região do Araguaia. Em 1981, assumiu o comando da Polícia Militar fluminense e esteve envolvido com a preparação do atentado no Riocentro.
Olavo Vianna Moog (1912-1989)	General de divisão. Comandante do 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE) em 1964 e 1965. Em 1971, assumiu o Comando Militar do Planalto e a 11ª Região Militar, onde permaneceu até 1974. No exercício dessa última função, esteve diretamente envolvido na repressão à Guerrilha do Araguaia, sendo o responsável pelo comando das operações realizadas entre julho e setembro de 1972 e, ainda, da Operação Papagaio, levada a cabo entre setembro e outubro de 1972. Nesse período, treze pessoas tornaram-se vítimas de desaparecimento forçado, das quais três já tiveram seus locais de sepultamento identificados.
Olinto Ferraz (1911-)	Coronel da Polícia Militar do estado de Pernambuco. Diretor da Casa de Detenção do Recife à época da morte de Amaro Luiz de Carvalho, em 22 de agosto de 1971.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Oscar Geronymo Bandeira de Mello (1910-)	General de divisão. Presidente da Funai de junho de 1970 a março de 1974. Responsável pela criação do Reformatório Krenak, no estado de Minas Gerais, utilizado como instalação prisional pela Funai e local de tortura, morte e desaparecimento forçado de indígenas.
Paulo Rufino Alves (1934-1986)	Coronel do Exército. Comandante do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo, em 1976.
Romeu Tuma (1931-2010)	Delegado da Polícia Civil do estado de São Paulo. Atuou no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) de 1969 a 1982, período em que o órgão teve grande envolvimento com atividades de repressão política. Foi seu diretor de 1977 a 1982. Em 1982, assumiu a superintendência da Polícia Federal em São Paulo e, em 1985, tornou-se diretor-geral.
Ruy de Paula Couto (1916-)	General de exército. Chefe do Estado-Maior do III Exército de dezembro de 1969 a maio de 1972, período em que houve número expressivo de casos de detenção ilegal, tortura, morte e desaparecimento forçado na região Sul do país.
Ruy Lisbôa Dourado (1917-1986)	Delegado da Polícia Civil do antigo estado da Guanabara. Em abril de 1965, foi cedido ao Ministério das Relações Exteriores para servir na Embaixada do Brasil em Montevideu. No Uruguai, participou do monitoramento dos brasileiros exilados, como elo de ligação com a polícia local. Em 1979, como delegado distrital da Barra da Tijuca, conduziu o inquérito policial sobre a morte do embaixador José Jobim, corroborando a tese de suicídio. Suas conclusões foram posteriormente desfeitas em investigação do Ministério Público estadual, com a qualificação do caso como homicídio de autoria desconhecida.
Samuel Augusto Alves Correa (1917-)	Chefe do Estado-Maior do IV Exército no final da década de 1960, comandou a 5ª Região Militar, sediada em Curitiba, de julho de 1974 a janeiro de 1977, período em que foi deflagrada a Operação Marumbi, que resultou em expressivo número de casos de detenção ilegal e tortura.
Syzeno Ramos Sarmiento (1907-1983)	General de exército. Comandante do II Exército em 1967 e 1968, e do I Exército de 1968 a 1971. Durante sua gestão à frente do I Exército, criou o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), que funcionaram de forma integrada, no sistema conhecido como DOI-CODI, difundido nacionalmente.
Uriburu Lobo da Cruz (1931-)	Capitão de mar e guerra. Vinculado ao Comando de Operações Navais – Divisão Anfíbia/GB. Atuou na força de fuzileiros de esquadra enviada à região do Araguaia para participação na Operação Papagaio, em 1972. Nessa operação, ocupou o posto de comandante do grupamento operativo, formado por 229 homens, sendo o responsável direto pelo comando da tropa.
Waldir Coelho (*)	Coronel do Exército. Chefe da Operação Bandeirante (Oban), do I Exército, em 1969 e 1970.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Wilson Brandi Romão (1930-)	Coronel do Exército. Foi secretário de Segurança Pública do estado do Pará de maio de 1974 a março de 1975, período em que as Forças Armadas levaram a cabo a Operação Marajoara, no sudeste paraense. Durante a operação, pelo menos 49 guerrilheiros foram vítimas de desaparecimento forçado.
Abeylard de Queiroz Orsini (1927-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP), teve seu registro profissional cassado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em 10 de abril de 2002, por violação da ética médica, fraude e conivência com a tortura, ao assinar laudos de presos políticos executados pela repressão. Convocado pela CNV em fevereiro de 2014 para prestar depoimento, não atendeu à convocação, deixando de apresentar justificativa formal.
Abílio Correa de Souza (1923-2001)	Suboficial da Aeronáutica. Fez curso na Escola das Américas, no Panamá. Atuou no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) de janeiro de 1969 (então Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica, NSISA) a setembro de 1973, quando foi nomeado chefe do posto do Correio Aéreo Nacional em Buenos Aires. Segundo depoimentos de ex-presos políticos, foi o responsável pelo sequestro de Stuart Angel Jones e participou da tortura a que este foi submetido. Foi também identificada sua participação na tortura de Jefferson Cardim de Alencar Osório e seu filho Jefferson Lopetegui de Alencar Osório, na Base Aérea do Galeão, em dezembro de 1970 e janeiro de 1971.
Ademar Augusto de Oliveira (*)	Investigador de polícia. Serviu no Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo (DEIC/SP). Foi integrante da equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury e do Esquadrão da Morte de São Paulo. Foi identificado seu envolvimento com a prática de detenção ilegal e execução.
Ailton Guimarães Jorge (1941-)	Ex-militar. Serviu na 1ª companhia de Polícia do Exército da Vila Militar do Rio de Janeiro de novembro de 1966 a março de 1972. Esteve à disposição do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de maio de 1972 a novembro de 1972. Pediu demissão do Exército em março de 1981, após ser condenado pela prática de contrabando. Foi preso em 1993 e 2007 por envolvimento com o jogo do bicho. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução.
Ailton Joaquim (1942-2007)	Capitão do Exército. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro. Acusado pela prática de tortura, execução e ocultação de cadáver, foi apontado como um dos mais violentos torturadores do DOI-CODI. Esteve também envolvido com a prática de contrabando quando serviu na Polícia do Exército do Rio de Janeiro.
Alberi Vieira dos Santos (1937-1979)	Sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, foi colaborador do Centro de Informações do Exército (CIE). Assassinado em 1979. Teve participação em detenções ilegais, execuções, desaparecimento forçado de pessoas e ocultação de cadáveres.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Alberto Octávio Conrado Avegno (1927-2013)	Agente do Centro de Informações do Exterior (Ciex), com o codinome “Altair”, entre outros, atuou também como agente do Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Teve participação em detenções ilegais e desaparecimentos forçados.
Alcides Singillo (1932-)	Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) na primeira metade da década de 1970. Teve participação em casos de tortura, sequestro e ocultação de cadáver. É réu em processo criminal em andamento em razão de crimes cometidos durante a ditadura militar.
Alfredo Magalhães (1913-1996)	Capitão de mar e guerra. Serviu no Centro de Informações da Marinha (Cenimar) entre 1970 e 1971, onde atuou sob o codinome de “capitão Mike”; também era chamado de “Alemão”. Participou de tortura na unidade da Marinha da Ilha das Flores, em Niterói. De acordo com relatos contidos no livro <i>Tirando o capuz</i> , de Álvaro Caldas, teria participado das torturas de Stuart Edgar Angel.
Aloísio Fernandes (1930-2014)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento, para ocultação da causa da morte.
Altair Casadei (1941-)	Sargento da Polícia Militar. Serviu na Operação Bandeirante (Oban) e no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo, de 1970 a 1976, onde integrou a equipe de buscas e atuou como carcereiro. Teve participação na prática de tortura.
Aluísio Madruga de Moura (1938-)	Coronel do Exército. Comandou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Comando Militar do Planalto. Serviu no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) do Exército em Brasília e, ainda, no Serviço Nacional de Informações (SNI) e no Centro de Informações do Exército (CIE). Participou de operações militares relacionadas à Guerrilha do Araguaia, com especial destaque para suas passagens pela região do sudeste do Pará e do norte de Goiás.
Amílcar Lobo Moreira da Silva (1939-1997)	Médico do Exército. Designado em 1970 para atuar como médico no 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro. Atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de 1970 a 1974, onde era conhecido como “doutor Carneiro”. Em 1981, foi denunciado publicamente pela ex-prisioneira política Inês Etienne Romeu por ter atuado no centro clandestino de tortura e extermínio do Centro de Informações do Exército (CIE) conhecido como Casa da Morte, localizado em Petrópolis (RJ). Em 1986, o Conselho Regional de Medicina do estado do Rio de Janeiro cassou seu registro profissional. A decisão foi ratificada em 1989 pelo Conselho Federal de Medicina. Teve participação em casos de tortura, execução e ocultação de cadáver.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
André Leite Pereira Filho (1936-2003)	Coronel do Exército. Chefe da seção de informações do 2o Batalhão de Polícia do Exército (BPE) em São Paulo no ano de 1970. Atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército de fevereiro de 1971 a fevereiro de 1977. Serviu nos batalhões de infantaria de selva de Imperatriz (MA) e de Manaus, de 1977 a 1980. Esteve no Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, de maio de 1980 a maio de 1985. Foi identificado como responsável pela Casa de Itapevi, centro clandestino de tortura e morte no estado de São Paulo. Segundo depoimento do ex-sargento Marival Chaves à CNV, Pereira Filho, enquanto servia no CIE, participou em julho de 1980 da chamada “Operação Limpeza” realizada com o objetivo de ocultar os restos mortais de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado, mortos em Rio Verde (GO).
Aníbal de Carvalho Coutinho (1931-)	Coronel do Exército. Comandante-geral da Polícia Militar no estado de Goiás de agosto de 1978 a março de 1983. Teve participação em casos de execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Antônio Cúrcio Neto (1926-)	Coronel do Exército. Assumiu em abril de 1973 a chefia da 2ª Seção (informações) do Estado-Maior do IV Exército, no Recife. Desempenhou funções de direção no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do IV Exército de abril de 1973 a maio de 1974. Em depoimento prestado à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), em 16 de maio de 2013, o ex-preso político José Nivaldo Júnior apontou Antônio Cúrcio Neto como responsável por seu sequestro no Recife, ocorrido em agosto de 1973. Da mesma forma, em depoimento concedido à CEMVDHC em 3 de outubro de 2013, o jornalista Carlos Garcia identificou o militar como responsável por sua detenção, em março de 1974.
Antônio Dácio Franco Amaral (1905-2001)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento, identificando a vítima com nome falso, de modo a favorecer a ocultação de seu cadáver.
Antônio Fernando Hughes de Carvalho (1942-2005)	Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro, em 1970 e 1971. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultações de cadáver, entre eles o caso do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, a quem teria torturado e executado pessoalmente. Atuou na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), de 1971 a 1974.
Antônio Valentini (1945-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Antônio Vilela (*)	Delegado de polícia. Atuou na Operação Bandeirante (Oban) e no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, tendo integrado equipes de busca do órgão. Teve participação em casos de detenção ilegal, execução e desaparecimento forçado.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Antônio Waneir Pinheiro Lima (1943-)	Soldado do Exército. Atuou na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), com o codinome “Camarão”. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Aparecido Laertes Calandra (1940-)	Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) e atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo, usando o codinome “doutor Ubirajara”. A partir de 1983, quando o delegado Romeu Tuma assumiu a função de superintendente da Polícia Federal, transferiu-se para esse órgão. Teve participação em casos de tortura e execução. Convocado pela CNV em novembro de 2013, prestou depoimento em que sustentou que cumpria funções burocráticas no DOI-CODI de São Paulo.
Aramis Ramos Pedrosa (1950-)	Ex-tenente do Exército. Serviu no Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu (PR), em 1974, tendo atuado na seção de informações. Em 1977, foi condenado pela Justiça do estado do Mato Grosso do Sul à prisão e à perda da função pública em razão de participação em crime de extorsão mediante sequestro, sem conotações políticas. Teve participação em casos de detenção ilegal, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Areski de Assis Pinto Abarca (1938-)	Capitão do Exército. Chefe da 2ª Seção do Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu (PR), de março de 1974 a fevereiro de 1975. Teve participação em casos de detenção ilegal, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Arildo de Toledo Viana (1939-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento. Assinou com Harry Shibata e Armando Cânger Rodrigues o laudo de falso suicídio do jornalista Vladimir Herzog.
Armando Avólio Filho (1945-)	Coronel do Exército. Serviu no 1o batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, de janeiro de 1970 a dezembro de 1971, usando o codinome “Apolo”. Teve participação na prática de tortura.
Armando Canger Rodrigues (1921-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento. Dentre outros casos, assinou com Harry Shibata e Arildo de Toledo Viana o laudo de falso suicídio do jornalista Vladimir Herzog.
Arthur de Britto Pereira (1918-2002)	Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB). Teve participação em caso de tortura e execução.
Artur Falcão Dizeu (*)	Policia civil. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE). Carcereiro responsável pela custódia de Anália de Souza Melo Alves no DOPS/PE quando de sua morte, sob tortura, em 1973; na ocasião, foi oficialmente divulgada a falsa versão de suicídio.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Ary Casagrande (1935-)	Delegado de polícia. Serviu na 3ª Delegacia Seccional de Polícia Civil, em Campos Elísios, em São Paulo. Teve participação em execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Ary Pereira de Carvalho (1927-2006)	Coronel do Exército. Serviu na 1ª Divisão de Infantaria da Vila Militar, no Rio de Janeiro, em 1969 e 1970. Encarregado da condução de inquéritos policiais militares (IPM) nos quais ocorreram interrogatórios violentos e mortes sob tortura. Teve participação em casos de tortura, execução e ocultação de cadáver. Esteve vinculado ao atentado ocorrido no Riocentro, no Rio de Janeiro, em 1981.
Átila Rohrsetzer (1931-)	Coronel do Exército. Chefiou o serviço de informações do comando do III Exército desde sua criação, em 1967, até 1969. Em 1970 e 1971, chefiou a Divisão Central de Informações (DCI), órgão com funções equivalentes aos Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Organizou o DOI-CODI do III Exército em 1974 e 1975. Foi um dos mentores do “Dopinha” – local clandestino de tortura instalado no centro de Porto Alegre. Em 1967 foi denunciado na comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul que investigou o “caso do sargento das mãos amarradas”. Está na lista dos 13 agentes do Estado brasileiro citados pelo procurador Giancarlo Capaldo, responsáveis pelo desaparecimento forçado dos ítalo-argentinos Horacio Domingo Campiglia Pedamonti (1980), no Rio de Janeiro, e Lorenzo Ismael Viñas Gigli (1980), na fronteira de Paso de los Libres (Argentina) e Uruguiana (Brasil). Teve participação em casos de sequestro, tortura e execução.
Attila Carmelo (1936-)	Capitão do Exército. Atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo, sob o codinome de “doutor Jorge”, tendo participação em casos de tortura.
Argentino Teodoro Tavares (1937-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
Astorige Correa de Paula e Silva (1941-)	Investigador de polícia. Atuou no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). Teve participação em caso de tortura e execução. Convocado pela CNV, não compareceu ao depoimento.
Benoni de Arruda Albernaz (1933-1993)	Capitão do Exército. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo. Teve participação em casos de tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Carlos Alberto Augusto (1944-)	Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), sendo conhecido como “Carteira Preta” e “Carlinhos Metralha”. Integrou a equipe do delegado Sérgio Paranhos

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
	Fleury. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução. Convocado para prestar depoimento à CNV, não foi localizado.
Carlos de Brito (*)	Delegado da Polícia. Atuou no Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE) entre 1971 e 1972. Identificado por testemunhas, entre elas o ex-preso político Mário Miranda de Albuquerque, como um dos torturadores e executores do estudante pernambucano Odijas Carvalho de Souza.
Carlos Teixeira Marra (1940-)	Segundo-sargento da Polícia Militar do estado de Goiás. Participou da repressão à Guerrilha do Araguaia, sendo responsável pela tortura do barqueiro Lourival de Moura Paulino, encontrado sem vida em sua cela na delegacia da cidade de Xambioá (TO).
Carlos Victor Mondaine Maia (*)	Coronel-médico do Exército. Foi chefe de equipe de interrogatório do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército no período de 1971 a 1974. Usava o codinome “doutor José” e teve participação em casos de tortura.
Celso Lauria (1936-)	Coronel do Exército. Serviu no quartel-general do I Exército, onde esteve encarregado, a partir do segundo semestre de 1969, da condução de inquéritos policiais militares (IPM). Participou diretamente, em 1969 e 1970, de operações de repressão política a organizações políticas de oposição ao regime militar. Vinculou-se ao Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, de julho a dezembro de 1974, período em que participou de ações de repressão política na região do Araguaia. Serviu no Serviço Nacional de Informações (SNI), em Brasília, de 1975 a 1978. Teve participação em casos de tortura e morte.
Cláudio Antônio Guerra (1940-)	Delegado de polícia no estado do Espírito Santo. Serviu no DOPS desse estado. Teve participação em casos de execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Reconheceu essa atuação criminosa em três depoimentos que prestou à CNV, ocorridos em 25 de junho de 2012, 16 de agosto de 2013 e 23 de julho de 2014. Em agosto de 2014, participou da diligência da CNV na Usina Cambahyba, em região próxima à cidade de Campos dos Goytacases (RJ); a Usina foi identificada por Guerra como local onde, em 1973 e 1974, incinerou corpos de presos políticos levados da Casa da Morte, em Petrópolis (RJ).
Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo (1934-2002)	Coronel do Exército. Foi subcomandante da Operação Bandeirante (Oban) e atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército de setembro de 1969 a fevereiro de 1976. Chefiou uma das equipes de interrogatório da Oban e foi chefe do Setor de Buscas do DOI-CODI em 1971. Usava os codinomes “major Hermenegildo” e “Garcia”. Teve participação em casos de tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Darcy Ursmar Villocq Vianna (1919-2012)	Coronel do Exército. Comandante da Companhia de Motomecanização da 7ª Região Militar, no Recife, em 1964 participou da tortura do líder político Gregório Lourenço Bezerra, que se encontrava sob sua custódia. Ordenou que fosse amarrada uma corda ao pescoço de Gregório Bezerra, que foi espancado e arrastado pelas ruas de Recife.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
David dos Santos Araújo (1938-)	Delegado de polícia do estado de São Paulo. Atuou de abril a outubro de 1971 no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, onde era conhecido como “capitão Lisboa”. Teve participação em casos de tortura, execução e desaparecimento forçado. Convocado pela CNV, foi ouvido em março de 2013, negando as acusações contra ele formuladas.
Décio Brandão Camargo (1911-1976)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento, para ocultação da causa da morte.
Deoclécio Paulo (1933-)	Capitão do Exército. Auxiliar do adido da Aeronáutica e do Exército na Embaixada do Brasil no Chile, de 1972 a 1974. Foi visto no Estádio Nacional, em Santiago, em outubro e novembro de 1973, acompanhando os agentes brasileiros que lá estiveram para interrogar detidos brasileiros e ensinar técnicas de tortura. Anteriormente, havia servido na área de informação (2ª Seção) da Divisão Blindada do I Exército. Foi ouvido pela CNV em julho de 2014, em Brasília.
Dirceu Gravina (1948-)	Delegado de polícia. À época investigador de polícia, integrou equipe de interrogatório do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército em 1971 e 1972. Teve participação em casos de tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Foi ouvido pela CNV em abril de 2014 e negou sua participação.
Dulene Aleixo Garcez dos Reis (1942-)	Capitão do Exército. Serviu no 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, a partir de novembro de 1969, tendo assumido, em abril e maio de 1970, o comando do Pelotão de Investigações Criminais (PIC). Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e desaparecimento forçado. Foi ouvido pela CNV em 2 de outubro de 2013, permanecendo em silêncio durante praticamente todo o depoimento.
Edevarde José (1931-)	Delegado de polícia. Foi denunciado pelo Ministério Público Federal por sua participação na tortura e homicídio de Manoel Fiel Filho.
Edmilson Almeida Cruz (*)	Soldado da Polícia Militar do estado de Goiás. Atuou na Delegacia de Polícia da localidade de Paraíso do Norte (GO) em 1972, quando teve participação em caso de prisão ilegal, tortura, execução e ocultação de cadáver.
Edsel Magnotti (1928-)	Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução.
Edson Sá Rocha (1941-)	General de brigada. Chefe de operações do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército em 1980 e no início de 1981. Denunciado pelo Ministério Público Federal por participação no atentado do Riocentro, no Rio de Janeiro, em 1981.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Eduardo Rodrigues (*)	Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB). Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução.
Elias Freitas (1926-2008)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento e de desaparecimento forçado.
Elson Valeriano (1940-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
Ênio Pimentel da Silva (1936-1986)	Coronel do Exército. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército de maio de 1970 a fevereiro de 1976. Teve participação em casos de tortura, execução e desaparecimento forçado.
Enir Barcelos da Silva (1935-2010)	Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) entre 1965 e 1967. Teve participação em caso de tortura e execução (o caso do “sargento das mãos amarradas”).
Epaminondas Pereira do Nascimento (1927-)	Capitão da Polícia Militar do estado de Goiás. Delegado de polícia de Rio Verde (GO), conhecido como “Capinondas”. Foi denunciado pelo Ministério Público Federal por sua participação em crime de ocultação de cadáver.
Erar de Campos Vasconcelos (1925-1997)	Coronel do Exército. Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército. Teve participação em caso de tortura e execução.
Ernani Jorge Correa (1924-)	General de brigada. Adido do Exército na Embaixada do Brasil no Paraguai de 1974 a 1976, período em que participou de reuniões e iniciativas de intercâmbio de informação relacionadas à Operação Condor. Teve participação na prisão ilegal de cidadãos paraguaios ocorrida em Foz do Iguaçu (PR), em dezembro de 1974. Serviu na 2ª seção do Estado-Maior do Exército de 1976 a 1978.
Ernesto Eleutério (1941-)	Perito criminal do Instituto de Criminalística de São Paulo. Teve participação na emissão de laudos fraudulentos e, por essa conduta, foi denunciado pelo Ministério Público Federal pela morte de Manoel Fiel Filho.
Ernesto Milton Dias (1936-)	Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). Teve participação em caso de execução.
Euro Barbosa de Barros (1934-)	Coronel da Polícia Militar do estado do Mato Grosso. Em 1o de junho de 1973, comandou a invasão da sede da prelaia de São Félix do Araguaia

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
	(MT), como forma de intimidação ao bispo dom Pedro Casaldáliga e à agente da prelazia Thereza Salles. Na operação, foram detidas ilegalmente e torturadas pessoas ligadas à prelazia.
Ewaldo Miranda (*)	Delegado de polícia. Atuou no Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) em 1950. Participou de ação repressiva de manifestação social em que o uso de armas de fogo veio a causar a morte da operária Angelina Gonçalves (1950).
Ezy Ramalho Feitosa (*)	Soldado da Polícia Militar do estado de Mato Grosso. Teve participação em caso de execução.
Félix Freire Dias (1949-)	Ex-cabo do Exército. Foi agente do Centro de Informações do Exército (CIE), com atuação no Rio de Janeiro e em Brasília, tendo também cumprido missões na região de Xambioá (PA), sob o comando do major do CIE José Brant Teixeira. Atuava na Casa de Petrópolis (RJ), um dos principais locais de tortura do país, onde era conhecido como “doutor Magro” ou “doutor Magno”. Segundo depoimentos de Marival Chaves à CNV, Dias teve participação em casos de execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Ferdinando Muniz de Farias (1922-)	Coronel-aviador. Ingressou no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) em maio de 1969, tendo sido nomeado, em janeiro de 1971, chefe da divisão de operações. Teve participação em casos de tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Firmiano Pacheco Netto (1934-2008)	Delegado de polícia no estado de São Paulo. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). Teve participação em caso de execução. Convocado pela CNV em março de 2013 para prestar depoimento, deixou de comparecer injustificadamente.
Floriano Aguilar Chagas (1926-2012)	General de divisão. Foi adido do Exército na Embaixada do Brasil em Buenos Aires de 1973 a 1975, mantendo contato frequente com agentes argentinos e chilenos da área de informações.
Florcio Fornaciari (1934-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
Francisco Moacyr Meyer Fontenelle (1929-1993)	Coronel do Exército. Serviu no 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, sendo também conhecido à época como major Fontenelle. Seu nome consta na denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal como um dos responsáveis pelo sequestro, tortura e execução de Mário Alves de Souza Vieira (1970). Teve participação em outros casos de tortura.
Francisco Torres Dutra (1935-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
	Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
Freddie Perdigão Pereira (1936-1996)	Coronel do Exército. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE), vinculado aos gabinetes dos ministros do Exército Lyra Tavares e Orlando Geisel, de julho de 1968 a março de 1972. Sob o codinome “doutor Roberto”, atuou no centro clandestino conhecido como Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Entre fevereiro de 1973 e janeiro de 1975, serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo, sob o comando de Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Maciel. Esteve na agência do SNI no Rio de Janeiro de novembro de 1974 a fevereiro de 1977. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Frederico Ildefonso Marri Amaral (1932-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em emissão de laudo necroscópico fraudulento, que se prestou ao acobertamento de execução.
Geraldo Rebello (*)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em emissão de laudos necroscópicos fraudulentos, que se prestaram ao acobertamento de execuções.
Gonçalino Curio de Carvalho (*)	Coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Foi comandante do Destacamento Volante da Brigada Militar. Teve participação na detenção ilegal e tortura que, em 21 de maio de 1965, na cidade de Erechim (RS), levou à morte o agricultor Leopoldo Chiapetti (1965).
Graccho Guimarães Silveira (1936-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em casos de emissão de laudos necroscópicos fraudulentos.
Harim de Sampaio d’Oliveira (1934-2007)	Delegado de polícia no estado de São Paulo. Integrante de equipe de interrogatório do DOI-CODI do II Exército em 1976, quando teve participação em caso de tortura e execução.
Haydn Prates Saraiva (1931-2002)	Investigador de polícia. Atuou em interrogatórios de presos políticos na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte e também em missões em conjunto com o delegado Cláudio Guerra. Teve participação em casos de tortura, execução e ocultação de cadáver.
Herbert de Bastos Curado (1929-)	Coronel do Exército. Foi secretário de Segurança Pública do estado de Goiás. Teve participação em casos de ocultação de cadáver.
Herculano Leonel (1942-)	Soldado da Polícia Militar do estado de São Paulo. Foi condenado a seis anos de prisão pela justiça militar em 1982, como autor do disparo que matou o líder sindical Santo Dias. Recorreu da decisão e logrou que o processo fosse arquivado. Teve participação em execução.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Hilário José Corralis (1913-1982)	Marceneiro e pequeno empresário, especialista em explosivos, ligado a oficiais do Exército e da Polícia Militar. Em maio de 1962, esteve envolvido na tentativa de atentado a bomba contra a Exposição Comercial Soviética no Pavilhão de São Cristovão, na cidade do Rio de Janeiro. Participava do chamado Grupo Secreto, organização paramilitar de direita que desencadeou uma série de atos terroristas na tentativa de deter a abertura política. Teve participação no atentado do Riocentro, no Rio de Janeiro, tendo sido denunciado pelo Ministério Público Federal no ano de 2014.
Hilton Fernandes da Silva (1920-1986)	Policial civil. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE). Teve participação em caso de morte sob tortura para o qual foi apresentada a falsa versão de suicídio.
Homero César Machado (1940-)	Coronel do Exército. Foi chefe de equipe de interrogatório da Operação Bandeirante (Oban) em 1969 e 1970. Teve participação em casos de prisão, tortura, execução e desaparecimentos forçado. Foi convocado e ouvido pela Comissão Nacional da Verdade em agosto de 2014.
Hugo Caetano Coelho de Almeida (1926-)	Coronel do Exército. Era major do IV Exército, servindo no Recife, em 1964, quando participou da repressão às manifestações que se seguiram ao golpe militar. Nessa ocasião, ao atirar contra manifestantes, teve participação direta na morte de dois estudantes.
Humberto Ribeiro Quintas (1942-)	Policial civil. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ) em 1970. Teve participação em casos de detenção ilegal e tortura.
Humberto Serrano de Souza (*)	Investigador de polícia. Serviu na Polícia Civil do estado de Pernambuco. Teve participação em caso de detenção ilegal, tortura e execução.
Hygino de Carvalho Hércules (1939-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Innocêncio Fabrício de Mattos Beltrão (1931-)	Major do Exército. Atuou na Operação Bandeirante (Oban) e no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército em 1969 e 1970. Teve participação em casos de tortura e desaparecimento forçado.
Isaac Abramovitch (1936-2012)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de laudos necroscópicos fraudulentos, tortura e ocultação de cadáver.
Ivahir Freitas Garcia (1926-94)	Delegado de polícia. Atuou no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). Teve participação em caso de detenção ilegal e execução.
Jacy Ochsendorf e Souza (1945-)	Capitão do Exército. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro, e na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Foi

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
	agente do Centro de Informações do Exército (CIE). Denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, acusado do homicídio e da ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Paiva, em 1971. Em depoimento à CNV, o ex-analista do CIE e do DOI Marival Chaves acusou Jacy Ochsendorf de ser o responsável em Brasília pelos agentes infiltrados entre os montoneros exilados no Brasil. Prestou depoimento à CNV em julho de 2014, negando-se a responder às perguntas.
Jáder de Jesus Coutinho (1932-2013)	Capitão de mar e guerra. Foi subcomandante da unidade da Marinha na ilha das Flores (RJ), em 1969. Teve participação em casos de tortura, que autorizava e cuja execução acompanhava.
Jayr Gonçalves da Motta (1935-1982)	Policia federal, atuou no Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB) de 1966 ao início da década de 1970. Atuava também no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e tinha livre trânsito no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro. Teve participação em casos de detenção ilegal e tortura.
Jair Romeu (1926-2000)	Auxiliar de necropsia do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento e de ocultação de cadáver.
Jamil Jomar de Paula (1951-)	Tenente do Exército. Atuou no serviço de informações do Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu. Teve participação em casos de detenção ilegal, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Jeovah Silva (*)	Escrivão do DOPS-GB. Teve participação em caso de tortura no DOPS-GB e no Hospital Central do Exército (HCE).
João Alves de Souza (*)	Segundo-tenente da Polícia Militar de Goiás. Teve participação em casos de execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
João André Dias Paredes (1918-1987)	Coronel da Polícia Militar do estado do Paraná, que comandou em 1959 e 1960. Ainda tenente da corporação, foi responsável pela tropa de 22 soldados armados que, em 10 de outubro de 1950, participou da execução de posseiros na repressão à Guerrilha de Porecatu (1947-52), no norte do Paraná.
João Câmara Gomes Carneiro (1938-)	Capitão do Exército. Serviu no 12o Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, em 1968, e no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro, em 1970 e 1971. Teve participação em casos de tortura.
João Carlos Tralli (1932-2007)	Investigador da Polícia Civil. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução. Entre 1973 e 1974, chegou a passar seis meses preso, sob a acusação de integrar grupos de extermínio em São Paulo.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
João Clementino Silva (1939-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
João Grigorian (*)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento, para ocultação de morte sob tortura.
João Guilherme Figueiredo (1936-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em caso de emissão de certidão de óbito fraudulenta.
João Henrique Ferreira de Carvalho (1950-)	Médico. Atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, a partir de 1972. Conhecido pelo codinome “Jota” e tendo atuado como agente infiltrado, foi indicado como modelo de infiltração pela Escola Nacional de Informações (ESNI). Como informante, colaborou para a prática de tortura, execuções e desaparecimentos forçados. Convocado pela CNV, prestou depoimento em fevereiro de 2013, confirmando sua colaboração com a repressão, sem admitir, todavia, responsabilidade por graves violações.
João Lucena Leal (1939-)	Delegado da Polícia Federal. Responsável pela ação que capturou e executou Antônio Bem Cardoso. Em depoimento prestado em 13 de dezembro de 2012 à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), de Pernambuco, José Calistrato Cardoso Filho confirmou seu relato sobre as circunstâncias de morte de Antônio Bem Cardoso e a indicação de autoria do delegado João Lucena Leal.
João Medeiros (1933-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
João Pagenotto (1927-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de laudos necroscópicos fraudulentos.
João Pedro do Rego (1925-)	Subtenente do Exército. Vinculado ao Centro de Informações do Exército (CIE), atuou no sudeste do estado do Pará, integrando a estrutura de repressão à Guerrilha do Araguaia. De acordo com depoimentos do sargento José Conegundes do Nascimento e do tenente-coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel, o subtenente João Pedro do Rego, referido como “Javali Solitário”, participou diretamente da execução da guerrilheira Lúcia Maria de Souza, conhecida também como Sônia, cujo corpo foi deixado insepulto na mata e nunca foi encontrado.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
João Rodrigues Pinheiro (*)	Coronel da Polícia Militar do estado de Goiás. Foi delegado de polícia de Jataí (GO). Teve participação em casos de ocultação de cadáver.
João Santa Cruz Sacramento (1931-)	Sargento do Exército. Atuou na região do Araguaia em todas as fases do combate à guerrilha, tendo permanecido na área de 1972 a 1975. Ouvido pela CNV em novembro de 2013, reconheceu em seu depoimento ter tido participação na detenção ilegal e no desaparecimento forçado de pessoa não identificada, que foi entregue por ele aos responsáveis pela Casa Azul, centro clandestino de detenção e tortura localizado na antiga sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER, hoje Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT) em Marabá (PA).
Joaquim Felix de Carvalho (1938-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
Josecir Cuoco (1940-)	Delegado da Polícia Federal. Atuou no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), onde chefiou equipe de interrogatório. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução.
Jonas Fontinelli (*)	Major do Exército, também identificado como Jonas Gomes Fontenelle. Foi chefe do gabinete da Secretaria de Segurança Pública do estado de Pernambuco, em 1972, e atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do IV Exército. Teve participação em caso de tortura e desaparecimento forçado.
Jorge Francisco Inácio (1939-1985)	Policial civil no estado de Pernambuco. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE). Autor do disparo de arma de fogo que matou Manoel Aleixo, lavrou auto de resistência em que oficializou a versão de que teria reagido à agressão da vítima no momento da detenção.
Jorge Nunes Amorim (1932-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação na emissão de laudo necroscópico fraudulento.
José Alves Assunção Menezes (1914-1977)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em casos de emissão de laudos necroscópicos fraudulentos.
José Anselmo dos Santos (1942-)	Marinheiro. Agente infiltrado em organizações de oposição ao regime militar, conhecido como “cabo Anselmo”. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução e desaparecimento forçado.
José Antônio de Mello (1924-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação na emissão de laudo necroscópico fraudulento, fato pelo qual foi denunciado pelo Ministério Público Federal.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
José Bartolomeu Lemos Gibson (1923-1991)	Promotor de Justiça. Exerceu cargo em comissão no Departamento de Investigações da Secretaria de Segurança Pública do estado de Pernambuco, em 1969, quando teve participação em caso de detenção ilegal, tortura e execução.
José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro (1923-)	Major do Exército. Comandante do 15º regimento de infantaria, em João Pessoa, foi responsável pelo inquérito policial militar (IPM) relativo ao Grupo dos Onze. Teve participação em detenções ilegais, tortura, execução e desaparecimento forçado. Convocado pela CNV em julho de 2014, não compareceu para prestar depoimento, sendo alegado quadro de doença, idade avançada e confusão mental.
José Brant Teixeira (1934-)	Tenente-coronel do Exército. Esteve vinculado ao Centro de Informações do Exército (CIE) de 1971 a 1979, quando passou a prestar serviços ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Chefiou equipe do CIE que atuava na Casa da Morte, centro clandestino localizado em Petrópolis (RJ). Atuou na repressão da Guerrilha do Araguaia e participou da “Operação Limpeza” realizada em janeiro 1975, que se destinou à ocultação dos corpos dos guerrilheiros e camponeses executados e ao encobrimento dos vestígios da atuação das forças repressivas.
José Carlos Campos Filho (*)	Investigador de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). Teve participação em caso de tortura e execução.
José Cirilo Borges (1938-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
José Conegundes do Nascimento (1933-)	Tenente do Exército. As folhas de alteração do então sargento José Conegundes do Nascimento comprovam sua presença na região da Guerrilha do Araguaia entre os anos de 1972 e 1974, a serviço do Centro de Informações do Exército (CIE). Comprova, também, sua presença na região especificamente em 24 de outubro 1973, quando foi executada Lúcia Maria de Souza. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
José de Ribamar Santos (1931-)	Sargento da Polícia Militar do estado de Goiás. Serviu na Delegacia de Polícia de Paraíso do Norte (GO) em 1972, quando teve participação em casos de execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
José do Bonfim Pinto (1941-)	Segundo-sargento da Polícia Militar do estado de Goiás. Exerceu o cargo de delegado de polícia. Teve participação em caso de desaparecimento forçado.
José Felix Gaspar (1938-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
	indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
José Geraldo Ciscato (1930-)	(1930-) Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de certidão de óbito fraudulenta.
José Gomes Vidal (1941-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
José Gonçalves Dias (*)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve envolvimento em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
José Guilherme Figueiredo (1943-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
José Henrique da Fonseca (1917-2008)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento e de ocultação de cadáver.
José Lino Coutinho da França Netto (1940-)	Médico. Prestou serviço militar na unidade da Marinha na Ilha das Flores (RJ), em 1969 e 1970, atuando como tenente-médico. Teve participação em casos de tortura, acompanhando-a e colaborando com sua execução por meio da ocultação do delito, da promoção de tortura psicológica, buscando diminuir a resistência voluntária e a capacidade de decidir dos torturados e agindo junto aos presos políticos após as sessões de tortura física, já em suas celas, na tentativa de ganhar sua confiança e obter novas informações. Essas conclusões foram produzidas pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) e pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), em 1993 e 2000, respectivamente, em decisões que resultaram na cassação de seu registro profissional.
José Manoel Pereira (*)	Sargento do Exército. Serviu no 10º Batalhão de Caçadores do Exército, sendo destacado, em 1972, para atuar no combate à Guerrilha do Araguaia. Teve participação em casos de execução e desaparecimento forçado.
José Maria Francisco (1923-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
José Morsch (1912-)	Delegado de polícia. Diretor-substituto do DOPS/RS. Em 1967 foi denunciado na comissão parlamentar de inquérito da Assembleia

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
	Legislativa do Rio Grande do Sul que investigou o “caso do sargento das mãos amarradas” e pelo Ministério Público estadual. Teve participação em caso de tortura e execução.
José Nei Fernandes Antunes (1926-)	Coronel do Exército. Comandante do 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, de 1969 a 1971, atuou junto ao Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército. Teve participação em caso de tortura e execução.
José Oliveira Silvestre (*)	Delegado de Polícia. Atuou no Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE). Teve participação em casos de tortura e execução.
José Pereira de Vasconcellos (1934-)	Inspetor de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB), tendo exercido a chefia da Seção de Atividades Antidemocráticas, em 1963. Participação em torturas e execução.
José Rodrigues (1939-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
Júlio Roberto Cerdá Mendes (1936-)	Coronel do Exército. Chefiou a seção de informações do Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu (PR), onde serviu de 1970 a 1973. Coordenou as operações militares que levaram à extinção da presença de opositores do regime militar no município de Nova Aurora, no oeste do Paraná. Teve participação em casos de detenção ilegal e tortura. Convocado pela CNV em duas oportunidades, não compareceu injustificadamente.
Júlio Saboya de Araújo Jorge (1944-)	Capitão de corveta. Serviu na unidade da Marinha da ilha das Flores (RJ), nos anos de 1969 e 1970. Teve participação em casos de tortura, cuja execução acompanhava.
Jurandir Gomes de Carvalho (1930-)	Comandante da cavalaria da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas.
Jurandyr Ochsendorf e Souza (1939-)	Capitão da reserva do Exército. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, atuando também na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Foi agente do Centro de Informações do Exército (CIE). Denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, acusado do homicídio e da ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, em 1971.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Lenilso Tabosa Pessoa (1937-2007)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Léo Frederico Cinelli (1932-)	Coronel do Exército. Tenente-coronel do Exército em 1973 e 1974, quando participou da Operação Marajoara, na região do Araguaia, que resultou na morte e desaparecimento de pelo menos 49 guerrilheiros. Entre 1971 e 1974 trabalhou no Centro de Informações do Exército (CIE). Entre novembro de 1973 e abril de 1974, desenvolveu intensa atividade nos estados do Pará, Goiás e Maranhão, marcada principalmente por deslocamentos por helicóptero em voos que, segundo os relatos de moradores da região, eram utilizados para o transporte de guerrilheiros presos para os centros de detenção, de Bacaba e Marabá (PA), e Xambioá (GO).
Leuzinger Marques Lima (1928-)	Coronel-aviador. Adjunto do adido aeronáutico na Embaixada do Brasil em Montevideú. Teve participação na detenção ilegal e na tortura de Jefferson Cardim de Alencar Osório, ocorrida em Buenos Aires, em dezembro de 1970.
Lício Augusto Ribeiro Maciel (1930-)	Tenente-coronel do Exército. Vinculado ao Centro de Informações do Exército (CIE), sob o codinome de “doutor Asdrúbal”, atuou na região do Araguaia de abril de 1972 ao final de 1973, quando esteve diretamente envolvido na execução e no desaparecimento de guerrilheiros. Sobre um deles, André Grabois, Lício afirmou, em depoimento na Câmara dos Deputados, ter sido o autor direto dos disparos que resultaram em sua morte. Foi ainda denunciado pelo Ministério Público Federal pela privação da liberdade, mediante sequestro, de Divino Ferreira de Souza.
Lindolpho Rodrigues Coelho (1916-)	Reservista do Exército, atuou no 6o batalhão da Polícia Militar de Governador Valadares (MG). Teve participação em execução.
Lourival Gaeta (1927-1997)	Delegado de polícia. Atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, integrando equipe de interrogatório. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução e desaparecimento forçado.
Lúcio Valle Barroso (1933-)	Coronel-aviador. Fez curso na Escola das Américas, no Panamá, de janeiro a abril de 1970. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro. Atuou como chefe de operações da 3ª Zona Aérea, sob o comando do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier. Foi denunciado por Alex Polari e outros ex-presos políticos como tendo participado da tortura que levou Stuart Angel à morte. Em depoimento à CNV, em junho de 2014, reconheceu ter sido o autor do disparo de arma de fogo que levou à morte de Eiraldo Palha Freire, em julho de 1970. Revelou também detalhes da execução de Luiz Antônio Santa Bárbara, no interior da Bahia, durante a Operação Pajussara.
Luis Martins de Miranda Filho (1927-2001)	Agente da Polícia Civil. Atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do IV Exército. Teve participação em casos de tortura.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Luiz Alves Ferreira (*)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação na emissão de laudo necroscópico fraudulento, identificando a vítima com nome falso.
Luiz Arthur de Carvalho (1925-)	Coronel do Exército. Foi superintendente regional da Polícia Federal na Bahia. Atuou com equipes do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) na 6a Região Militar. Teve participação em casos de tortura e execução.
Luiz Carlos Menna Barreto (1926-1993)	Tenente-coronel do Exército. Chefe de gabinete do secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul e responsável pelo “Dopinha”, centro de tortura clandestino instalado no centro de Porto Alegre. Em 1967 foi denunciado na comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que investigou o “caso do sargento das mãos amarradas”, assim como pelo Ministério Público estadual. Teve participação em caso de tortura e execução.
Luiz Ferreira Barros (1916-)	Coronel da Polícia Militar do estado da Paraíba. Dirigiu a guarnição da Polícia Militar no município de Sapé (PB), em 1964. Teve participação em execuções.
Luiz Mário Valle Correia Lima (1945-)	Coronel do Exército. Serviu no 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, em 1969 e 1970. Foi denunciado pelo Ministério Público Federal como um dos responsáveis pelo sequestro, tortura e execução do militante Mário Alves de Souza Vieira (1970). Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e desaparecimento forçado.
Luiz Shinji Akaboshi (1947-)	Sargento do Exército. Integrante da equipe de interrogatório do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em 1976, quando teve participação em caso de tortura e execução.
Luiz Soares de Souza Rocha (1909-1980)	Delegado de polícia, lotado na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte, em 1969 e 1970. Superintendente de policiamento civil do estado de Minas Gerais. Teve participação em casos de tortura e execução.
Luiz Timótheo de Lima (1936-)	Agente da Polícia Civil. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ). Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução e desaparecimento forçado. Foi denunciado pelo Ministério Público Federal pelo sequestro e tortura de Mário Alves de Souza Vieira.
Marco Antonio Povolleri (1946-)	Cabo do Exército. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército. Teve participação em casos de tortura, execução e ocultação de cadáver.
Marco Aurélio da Silva Reis (*)	Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). Teve participação em caso de prisão ilegal e tortura.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Marcos de Almeida (*)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Mário Borges (*)	Policial civil. Foi chefe do serviço de buscas ostensivas do Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB). Teve participação em casos de detenção ilegal e tortura.
Mário Espedito Ostrovski (1946-)	Tenente do Exército. Serviu na 2ª seção do Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu (PR), no início da década de 1970, quando atuou em operações militares que levaram à extinção da presença de opositores do regime militar no município de Nova Aurora, no Paraná. Teve participação em casos de detenção ilegal e tortura. Convocado duas vezes pela CNV, deixou de comparecer sem apresentar justificativa, o que motivou solicitação da CNV ao Departamento de Polícia Federal para abertura de inquérito policial por crime de desobediência.
Mário Nelson Matte (1939-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento, identificando a vítima com nome falso.
Mário Santalucia (1909-1972)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Maurício José de Freitas (*)	Agente da Polícia Federal. Integrou equipe de interrogatório da Operação Bandeirante (Oban), de 1969 a 1971. Conhecido como “Lungaretti”, ou “Lunga”, teve participação em casos de tortura, execução e desaparecimento forçado.
Maurício Lopes Lima (1935-)	Tenente-coronel do Exército. Serviu na Operação Bandeirante (Oban) e no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOICODI) do II Exército, em São Paulo, de 1969 a 1971, onde chefiou equipe de busca e orientou a realização de interrogatórios. Teve participação em casos de tortura, execução e desaparecimento forçado.
Miguel Cunha Lanna (1920-)	Coronel-aviador. Adido militar aeronáutico em Buenos Aires e Montevideu. Teve participação no sequestro e desaparecimento forçado de Edmur Pércles Camargo, em Buenos Aires, em 16 de janeiro de 1971.
Milton Souto da Silva (1938-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
Moacir Gomes de Almeida (*)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Murilo Fernando Alexander (1924-)	Coronel do Exército. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE) no final da década de 1960 e início da década de 1970. Na Auditoria Militar do Exército em São Paulo, teve participação na ocultação das causas da morte de Vladimir Herzog (1975) e Manoel Fiel Filho (1976).
Nelson Costa (*)	Policial civil. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB). Teve participação em casos de execução.
Nereu de Mattos Peixoto (1926-)	Brigadeiro do ar. Serviu no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). Foi chefe de gabinete do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, quando este comandou a 3ª Zona Aérea, no Rio de Janeiro, em 1970 e 1971. Teve participação no caso de detenção ilegal, tortura e execução do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, quando este esteve sob poder do CISA, antes de ser executado no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército.
Newton Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues (1931-)	(1931-) Vinculado ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) no estado de Pernambuco, ainda estudante, no final da década de 1960. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução.
Ney Armando de Mello Meziat (1924-)	Coronel do Exército. Chefe da 2ª seção do IV Exército. Atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Teve participação em casos de tortura.
Nilo Caneppe da Silva (1916-)	General. Adido do Exército na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, de janeiro de 1969 a fevereiro de 1971. Teve participação na detenção ilegal e na tortura de Jefferson Cardim de Alencar Osório, ocorrida em Buenos Aires, em dezembro de 1970.
Nilo Hervelha (*)	Inspetor de polícia do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) de 1970 e 1972. Teve participação em caso de detenção ilegal e tortura.
Odeíno Gomes da Silva (1939-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
Olympio Pereira da Silva (1922-1985)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Onildo Benicio Rogeno (1930-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Orlando José Bastos Brandão (1930-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Osvaldo Ferrarez de Castro (1942-)	Soldado da Polícia Militar do estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
Otávio D'Andrea (1930-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de laudos necroscópicos fraudulentos.
Otávio Gonçalves Moreira Júnior (1938-)	Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) e posteriormente no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército. Foi morto no Rio de Janeiro em 1972. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução e ocultação de cadáver.
Otávio Rainolfo da Silva (1947-)	Policial civil. Serviu no Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu (PR), lotado na seção de informações. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução e desaparecimentos forçados. Convocado pela CNV em maio de 2013, prestou depoimento e reconheceu que esteve presente na Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, em julho de 1974.
Paulo Augusto de Queiroz Rocha (1919-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de atestados de óbito e laudos necroscópicos fraudulentos.
Paulo Bordini (1922-2011)	Sargento da Polícia Militar do estado de São Paulo. Atuou na Operação Bandeirante (Oban) e no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução e desaparecimento forçado.
Paulo Malhões (1938-2014)	Coronel do Exército. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE). Com intensa participação em atividades de repressão, atuou nos estados do Rio de Janeiro – inclusive na Casa da Morte, em Petrópolis – do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Mato Grosso, na região Nordeste e na região do Araguaia. De acordo com depoimento que prestou à CNV, esteve, também, em operações que contaram com a cooperação de agentes argentinos e chilenos. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Paulo Rosa (*)	Investigador da Polícia Federal. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo, em 1969 e 1970, tendo integrado equipe de interrogatório. Teve participação em casos de tortura, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Paulo Sérgio Nery (1935-1979)	Diplomata. Chefiou o Centro de Informações do Exterior (Ciex) do Ministério das Relações Exteriores, de janeiro de 1969 a novembro de 1973. Teve participação no caso do desaparecimento forçado de Edmur Péricles Camargo, em Buenos Aires, em 16 de junho de 1971.
Pedro Antônio Mira Grancieri (1936-)	Investigador de polícia. Atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo, na década de 1970. Em entrevista à revista IstoÉ Senhor (edição de 25 de março de 1992), declarou ter sido o único policial que participou do interrogatório de Vladimir Herzog e admitiu estar envolvido com sua morte. Os ex-presos políticos Rodolfo Konder e George Duque Estrada, detidos no DOI-CODI à mesma época, acusaram Pedro Antônio Mira Grancieri de ser responsável pela tortura que levou Herzog à morte.
Pedro Carlos Seelig (1934-)	Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução.
Pedro Correa Cabral (1944-)	Coronel-aviador. Esteve na região sudeste do Pará entre outubro de 1973 e setembro de 1975, participando dos esforços de contraguerrilha e, posteriormente, das chamadas “Operações de Limpeza”, conforme entrevista que concedeu à revista Veja (edição de 19 de outubro de 1993). O coronel afirmou ter transportado corpos de guerrilheiros, desenterrados com a finalidade de eliminação de vestígios dos crimes cometidos pelos militares no episódio. Teria presenciado pessoalmente a exumação de alguns corpos de guerrilheiros, assim como sua queima.
Pérsio José Ribeiro Carneiro (1939-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento, tendo tido cassado seu registro profissional.
Raul Nogueira de Lima (1930-)	Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) e foi um dos criadores do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Teve participação em casos de execução.
Raymundo Ronaldo Campos (1935-)	Coronel do Exército. Foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, por participação no homicídio e na ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, ocorridos em janeiro de 1971.
Redivaldo Oliveira Acioly (1937-)	Delegado da Polícia Civil do estado de Pernambuco. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE). Teve participação em caso de tortura e desaparecimento forçado, sendo signatário, juntamente com o chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, Jonas Fontinelli, de documento enviado ao ministro do Superior Tribunal Militar (STM) Armando Perdigão, em que se registrou a falsa fuga de Ezequias Bezerra da Rocha, e também omitindo dos familiares informações sobre a localização do corpo da vítima.
Renato D’Andréa (1931-)	Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). Teve participação em casos de detenção ilegal.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Renato Sergio Lima Cappelano (1929-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de atestado de óbito e de laudo necroscópico fraudulento.
Ricardo Agnese Fayad (1940-)	Médico do Exército e general de brigada. Esteve lotado no 1o batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, de 1970 a 1975. Teve participação em casos de tortura.
Riscala Corbage (1941-)	Tenente-coronel da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro. Com atuação em atividades de repressão política desde o final da década de 1960, esteve vinculado ao Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército nos primeiros anos da década de 1970. Em depoimento prestado em 2014 ao Ministério Público Federal, admitiu a prática generalizada da tortura no DOI-CODI, envolvendo centenas de presos políticos.
Rível Gomes da Rocha (1940-)	Investigador da Polícia Civil do estado de Pernambuco. Teve participação em caso de detenção ilegal, tortura e execução.
Roberto Andrade Magalhães (1935-2005)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Roberto Artoni (1938-2014)	Capitão do Exército. Serviu como chefe da seção de investigações do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército de abril de 1971 a dezembro de 1976, quando foi transferido para o Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília. Atuou no centro clandestino 31 de Março, no bairro de Parelheiros, em São Paulo (SP). Teve participação em casos de tortura e execução.
Roberto Augusto de Mattos Duque Estrada (1936-)	Capitão do Exército. Serviu no 1o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, em 1969 e 1970. Teve participação em caso de detenção ilegal, tortura e desaparecimento forçado.
Roberto Blanco dos Santos (1940-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Roberto Hipólito da Costa (1918-1974)	Brigadeiro do ar. Serviu na 5a Zona Aérea em 1964. Teve participação em caso de execução. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1965.
Rogério Matos do Nascimento (1943-)	Vinculado ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) no estado de Pernambuco, ainda estudante, no final da década de 1960. Teve participação em caso de detenção ilegal, tortura e execução.
Rubem Otero (1930-)	Segundo-sargento da Marinha. Teve participação em caso de execução.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Ruben do Nascimento Paiva (1913-1995)	General do Exército. Diretor do Hospital Central do Exército (HCE) em 1971, concedeu autorização para o ingresso de agentes do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ) no hospital, para interrogatório de Raul Amaro Nin Ferreira, que lá foi torturado.
Rubens Gomes Carneiro (1937-)	Segundo-sargento do Exército. Atuou como agente de operações do Centro de Informações do Exército (CIE), lotado no gabinete do ministro do Exército entre 1970 e 1976. Identificado por Inês Etienne Romeu como o torturador que na Casa da Morte atuou sob o codinome de “Laecato”. O coronel Paulo Malhões confirmou a participação de Rubens Gomes Carneiro no massacre do Parque Nacional do Iguaçu. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Rubens Paim Sampaio (1934-)	Coronel do Exército. Oficial do gabinete do ministro do Exército a partir de agosto de 1970, exerceu a função de adjunto do Centro de Informações do Exército (CIE), até 1976. Identificado por Inês Etienne Romeu como o torturador que na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), atuou sob o codinome de “doutor Teixeira”. Teve participação em casos de tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, acusado de participação no homicídio e na ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva.
Rubens Pedro Macuco Janini (1931-2009)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Rubens Robine Bizerril (1935-)	Major do Exército. Serviu na 3ª Brigada de Infantaria motorizada, no Estado de Goiás. Dirigiu inquérito policial militar (IPM) para apurar atividade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Goiás. Teve participação em caso de tortura e execução.
Rubens Cardozo de Mello Tucunduva (1925-1987)	Delegado da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). Teve participação em casos de detenção ilegal e execução.
Salim Raphael Balassiano (1933-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do Estado do Rio de Janeiro (IML/RJ). Teve participação em casos de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Samuel Haberkom (1935-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de certidão de óbito fraudulenta.
Sandoval de Sá (1940-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do Estado de Goiás (IML/GO). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Sebastião Alvim (*)	Coronel do Exército. Presidiu o inquérito policial militar (IPM) que investigou o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), de 1968 a 1972. Teve participação em casos de tortura.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Sebastião Cândido (1932-)	Soldado da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Integrou a equipe policial que, sob o comando do tenente Jurandir Gomes de Carvalho, reprimiu manifestação de trabalhadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Ipatinga, em 7 de outubro de 1963. Atirou indiscriminadamente contra uma multidão de aproximadamente 5 mil pessoas. Ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.
Sebastião Curió Rodrigues de Moura (1938-)	Coronel do Exército. Conhecido também como “Curió” ou “doutor Luchinni”, esteve vinculado ao Centro de Informações do Exército (CIE). Serviu na região do Araguaia, onde esteve no comando de operações em que guerrilheiros do Araguaia foram capturados, conduzidos a centros clandestinos de tortura, executados e desapareceram. Participou da Operação Sucuri, em 1973, e comandou o posto de Marabá (PA) durante a Operação Marajoara, de outubro de 1973 até o final de 1974. Após ser convocado em três oportunidades pela CNV, apresentou atestado médico para justificar a impossibilidade de comparecimento, não tendo sido acolhida oferta da Comissão para coleta de depoimento domiciliar ou hospitalar.
Sebastião de Oliveira e Souza (1939-)	Coronel da Polícia Militar do Estado de Goiás. Comandante do 2º Batalhão de Polícia Militar. Teve participação em casos de ocultação de cadáver.
Sebastião José Ramos de Castro (1922-)	General de Exército. Adido do Exército na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, de março de 1971 a fevereiro de 1973. Teve participação no sequestro e desaparecimento forçado de Edmur Pericles Camargo, em Buenos Aires, em 16 de junho de 1971. Em 1973, após voltar de Buenos Aires, passou a servir no Serviço Nacional de Informações (SNI), primeiro como assessor da direção do órgão, depois, por quase quatro anos, como chefe da agência central, tendo sido exonerado do cargo em 1978. No SNI, teve também participação no caso do sequestro de três cidadãos paraguaios em Foz do Iguaçu em dezembro de 1974.
Sergio Belmiro Acovesta (1929-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo (IML/SP), cujo nome é também grafado Sergio Belmiro Acquesta. Teve participação em casos de emissão de certidão de óbito e laudo necroscópico fraudulento.
Sérgio de Oliveira (*)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Sérgio Fernando Paranhos Fleury (1933-1979)	Delegado da Polícia Civil do Estado de São Paulo, serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) e foi nomeado diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), em 1977. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
Tamotu Nakao (1934-)	Tenente da Polícia Militar. Atuou no Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército como chefe de equipe de interrogatório. Teve participação em caso de tortura e execução, pelo qual foi denunciado pelo Ministério Público Federal.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE

Nome	Perfil
Thacyr Omar Menezes Sia (1933-1995)	Policial Civil. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG). Teve participação em caso de tortura e execução.
Thaumaturgo Sotero Vaz (1932-)	General de brigada. Instrutor e comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) de Manaus, da década de 1960 a década de 1980. Realizou curso de guerrilha na selva na Escola das Américas, no Panamá. Em 1972, participou ativamente da repressão à Guerrilha do Araguaia no sudeste do Pará e no norte de Goiás, onde comandou um pequeno destacamento cujas ordens explícitas eram para "redução de um grupo de guerrilheiros". A ação desse destacamento está diretamente relacionada a execução do guerrilheiro Bergson Gurjão Farias. Um ex-guerrilheiro, em depoimento que prestou a CNV, afirmou que Sotero Vaz teria participado da tortura a que foi submetido no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) de Brasília. Em 1975, ao lado de Flavio de Marco, Sotero Vaz foi um dos observadores oficiais do Estado brasileiro na reunião de fundação da Operação Condor, realizada em Santiago de Chile. Foi convocado duas vezes para prestar depoimento à CNV, em agosto de 2014, e alegou razões de saúde para não comparecer.
Ubirajara Ribeiro de Souza (1937-)	Subtenente do Exército, oficial do gabinete do ministro do Exército, de 1970 a 1977. Segundo pessoas ouvidas pela CNV, Ubirajara atuou na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Teve participação em casos de tortura, execução e desaparecimento forçado. Convocado pela CNV em duas oportunidades, prestou depoimento em julho de 2014, tendo deixado de responder às perguntas formuladas.
Valter da Costa Jacarandá (1939-)	Coronel aposentado do Corpo de Bombeiros. Atuou no 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, em 1970. Teve participação em casos de prisão ilegal, tortura e desaparecimento forçado. Foi ouvido pela CNV em agosto de 2013 e reconheceu a prática de tortura, sem mencionar casos específicos.
Vasco Elias Rossi (1915-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento.
Walter Sayeg (1923-)	Médico-legista do Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em casos de emissão de laudos necroscópicos fraudulentos.
Wilson Luiz Chaves Machado (1947-)	Coronel do Exército. Denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, por sua participação no atentado do Riocentro (1981). Convocado em três oportunidades pela CNV, prestou depoimento em julho de 2014, tendo optado por não responder as questões que foram formuladas.
Ydyno Sardenberg Filho (1931-)	Coronel do Exército. Atuou na repressão à Guerrilha do Araguaia. Teve participação em caso de execução e desaparecimento forçado.

OS RESPONSÁVEIS POR CRIMES NA DITADURA, SEGUNDO A COMISSÃO DA VERDADE**Nome****Perfil**

**Zuiderzee Nascimento
Lins**
(1934-)

Tenente-coronel do Exército. Assumiu o comando do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) da 5ª Região Militar, em julho de 1975. Nesse mesmo ano, sob seu comando, o DOI-CODI executou, em parceria com a Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), a Operação Marumbi, contra militantes e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado, na qual foram presas mais de 100 pessoas, com 65 indiciados. Em Santa Catarina, com o mesmo propósito, foi desfechada a Operação Barriga Verde. Um local clandestino, chamado Clínica Marumbi, foi utilizado por policiais e oficiais do DOI-CODI para sessões de interrogatório e tortura. Agentes do DOI-CODI do II Exército envolvidos na Operação Radar, desencadeada em São Paulo com o mesmo propósito, participaram de ações da Operação Marumbi. Em 1978, assumiu função no Serviço Nacional de Informações (SNI). Teve participação em casos de tortura.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br